

relatório
e contas
20
22

LUZ SAÚDE

ONDE A MEDICINA AVANÇA

relatório
e contas

20
22

LUZ SAÚDE

ONDE A MEDICINA AVANÇA

LUZ SAÚDE, S.A.
Sede: Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17, 9.º, 1070-313 Lisboa
Número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
e de identificação de pessoa coletiva: 504 885 367
Capital social integralmente subscrito e realizado: Euros 95.542.254

LUZ SAÚDE

luzsaude.pt

relatório
e contas
2022

Mensagem
da Presidente
da Comissão
Executiva

mensagem da presidente da Comissão Executiva

ISABEL VAZ

Presidente
da Comissão
Executiva
da Luz Saúde

“... a Luz Saúde continuou a demonstrar a sua capacidade de alcançar resultados operacionais e financeiros sólidos, tendo aumentado os seus rendimentos operacionais consolidados para €599 milhões (+ 10,6 % face ao ano anterior), impulsionados pelo crescimento do segmento de cuidados de saúde privados (+ 10,8%).”

Em 2022, a Luz Saúde continuou a demonstrar a sua capacidade de alcançar resultados operacionais e financeiros sólidos, tendo aumentado os seus rendimentos operacionais consolidados para €599 milhões (+ 10,6 % face ao ano anterior), impulsionados pelo crescimento do segmento de cuidados de saúde privados (+ 10,8%). De relevar o desempenho do Hospital da Luz Lisboa, que em 2022 cumpriu o seu segundo ano completo de atividade após as obras de expansão que aumentaram a sua capacidade assistencial face a 2019 em cerca de 80% (crescimento de 36,5% relativamente a 2019). Uma sólida disciplina operacional e financeira determinou o crescimento de 26,9% do valor de EBITDA para 81,6 milhões de euros e um resultado líquido atribuído aos acionistas de €26,9 milhões.

Este desempenho reflete naturalmente o forte crescimento da atividade do Grupo Luz Saúde em todas as linhas assistenciais face ao ano anterior e face à realidade pré-pandémica de 2019, com especial relevo para o dos serviços de urgência (+41,7%) e do bloco de partos (+11,2%).

Os resultados foram alcançados num contexto de grande pressão nas várias vertentes dos custos, em consequência de uma inflação crescente ao longo do ano e do aumento das taxas de juro, com agravamento dos custos de financiamento das empresas em geral. Tal só foi possível através da aceleração determinada dos diversos projetos de digitalização e automatização em curso, com especial ênfase nos processos administrativos de serviço ao cliente com impacto na diminuição do *cost-to-serve*, materializados na app MY LUZ que conta já com mais de 1 milhão de utilizadores, bem como na diluição dos custos de estrutura.

De salientar a relação de mútuo respeito, confiança e reconhecimento que mantemos com os nossos clientes individuais e >>



mensagem da presidente da Comissão Executiva



>> institucionais, fornecedores e demais parceiros, com os quais foi possível proceder aos ajustamentos mútuos necessários para enfrentar com determinação a incerteza geopolítica e económico-financeira atual.

2022 marca ainda a saída do Grupo Luz Saúde da gestão do Hospital Beatriz Ângelo (HBA), em regime de Parceria Público-Privada, a qual ocorreu no final de janeiro, determinando a concentração da equipa de gestão exclusivamente na consolidação do seu posicionamento de referência no segmento privado, com especial enfoque nos cuidados de elevada especialização e complexidade e uma prática clínica integrada com o ensino universitário e a investigação.

A aprovação, em abril de 2022, do primeiro Centro Académico Clínico privado em Portugal, em parceria com a Católica Medical School, reforça de forma distintiva a estratégia de aliança do Grupo Luz Saúde com a Academia para o desenvolvimento das

futuras gerações de profissionais de saúde, desde médicos, enfermeiros e técnicos de saúde, a gestores, engenheiros e demais profissões que compõem o ecossistema da prestação de cuidados de saúde. A rede Luz Saúde, e em particular o Hospital da Luz Lisboa, assume uma vocação de hospital escola e de plataforma de desenvolvimento de modelos formativos inovadores, bem como de motores de investigação, inovação e empreendedorismo, determinantes para a sustentabilidade do seu posicionamento *premium* e para a atração e

retenção de profissionais de saúde especializados num contexto de competição por talento à escala europeia e também global.

Prosseguindo a sua estratégia de consolidação do mercado em Portugal, o Grupo Luz Saúde manteve durante o ano de 2022 um sólido *pipeline* de projetos de crescimento *brownfield* e *greenfield*. Em março de 2022 procedeu-se à abertura de duas novas unidades ambulatoriais em Sta. Maria da Feira e na Covilhã, reforçando as redes satélite do Hospital da Luz Arrábida e do Hospital

da Luz Coimbra respetivamente. Na zona de influência do Hospital da Luz Lisboa foi também iniciado o plano de desenvolvimento do Hospital da Luz Torres de Lisboa com a requalificação dos edifícios existentes, e cuja conclusão está prevista para o 1º semestre de 2024, e a expansão para um novo edifício de novas áreas de consultas e exames, bem como o reforço do serviço de imagiologia, com conclusão prevista no 1º semestre de 2025.

Em paralelo, continuaram as obras para a abertura já no segundo semestre de 2023 de duas novas unidades ambulatoriais, Luísa Todí em Setúbal e Carreira no Funchal. A requalificação do Hospital da Misericórdia de Évora ficará também concluída no segundo trimestre de 2023.

Foram também postas em marcha duas novas unidades ambulatoriais na zona de influência do Hospital da Luz Coimbra, em Leiria e Figueira da Foz, com abertura prevista em 2024, e o alargamento da zona de influência do Hospital da Luz Lisboa com a abertura de uma nova clínica ambulatorial em Vila Franca de Xira prevista para o primeiro trimestre de 2025 e um novo hospital em Santarém no segundo semestre de 2025. Finalmente, o Grupo também reforçará a sua presença no sul do país com a expansão e *upgrade* clínico do Hospital da Luz Setúbal, que se prevê ficar concluída no segundo semestre de 2026.

Com esta estratégia, o Grupo Luz Saúde consolidará o seu posicionamento como >>

“A aprovação, em abril de 2022, do primeiro Centro Académico Clínico privado em Portugal, em parceria com a Católica Medical School, reforça de forma distintiva a estratégia de aliança do Grupo Luz Saúde com a Academia para o desenvolvimento das futuras gerações de profissionais de saúde”

mensagem da presidente da Comissão Executiva

>> a rede de prestação privada mais abrangente em Portugal, cobrindo mais de 80% da população portuguesa, a par da continuação da aposta em novos formatos, nomeadamente através do Hospital da Luz Digital, cuja oferta integra de forma clinicamente harmoniosa a rede física.

Em 2023, e no contexto da estratégia definida para o ciclo de 2022-2025, o Grupo Luz Saúde continuará a manter o foco no crescimento rentável ao nível das melhores práticas do setor e na criação de valor para os seus acionistas e restantes *stakeholders*, baseada numa visão de liderança pela inovação e na missão de alcançar de forma mensurável os melhores resultados de saúde para os seus clientes, num compromisso assumido ao longo da totalidade do seu ciclo de tratamento, e promovendo a harmonia entre a eficiência operacional e a excelência clínica.

Para isso, três princípios continuarão a reger a nosso posicionamento no setor da saúde: a medicina de equipa e a cooperação multidisciplinar num contexto de governação clínica orientado por doença e centrado no doente; a tecnologia e a inovação focadas no valor em saúde e potenciadas pelo talento através do investimento contínuo na formação e na investigação clínica; e uma medicina personalizada baseada, antes de tudo, na relação de confiança inviolável do médico com o seu doente, agora potenciada pelas mais modernas tecnologias de genética clínica e de medicina

computacional, que permitem aumentar a eficácia clínica, quer ao nível da prevenção da doença, quer da estratégia terapêutica.

A todos os colaboradores da Luz Saúde dirijo o meu profundo agradecimento pelo seu enorme talento, pela dedicação incondicional aos nossos doentes e pela retidão inabalável em tudo o que fazem, permitindo-nos continuar a ser uma organização clinicamente distintiva e solidamente preparada para o futuro. As organizações de sucesso como a nossa não têm menos problemas do que as outras. Apenas decidimos, individual e coletivamente, que apesar de todas as dificuldades que possam surgir, sempre seguiremos em frente e venceremos todos os desafios.

A todos, desejo um ano de 2023 em que mais uma vez nos uniremos para um magnífico confronto com o futuro.

Aos profissionais do Hospital Beatriz Ângelo, em particular, fica o agradecimento sentido por terem feito seu o objetivo de sermos distintivos e exemplares no cumprimento do compromisso de excelência clínica assumido para com a população da área de influência do Hospital Beatriz Ângelo. Foram dez anos em que marcámos de forma consistente a diferença - em termos de organização, qualidade e diferenciação clínica - unidos pela máxima de Medicina de Equipa. No Grupo Luz Saúde seremos sempre orgulhosamente HBA e tudo o que aprendemos

“Em 2023, e no contexto da estratégia definida para o ciclo de 2022-2025, o Grupo Luz Saúde continuará a manter o foco no crescimento rentável ao nível das melhores práticas do setor e na criação de valor para os seus acionistas e restantes *stakeholders*”

ficará no património do Grupo Luz Saúde e ao serviço do sistema de saúde português.

Aos nossos acionistas, o agradecimento em nome de todos os colaboradores que apostaram no Grupo Luz Saúde a sua realização profissional, pela renovada confiança e ambição com que nos têm distinguido e que nos tem permitido prosseguir uma estratégia de crescimento rentável sustentada no longo prazo pela aposta inequívoca na qualidade e excelência da prestação de cuidados de saúde. ●

índice



[Índice >](#)

09
sumário executivo

10
sumário executivo
visão geral da Luz Saúde

11
sumário executivo
principais indicadores

14
sumário executivo
destaques e reconhecimentos

15
perspetivas económicas

16
perspetivas económicas
enquadramento macro-económico

17
perspetivas económicas
panorama do setor da saúde

18
visão estratégica e de negócio

19
visão estratégica e de negócio
visão, missão e valores

21
visão estratégica e de negócio

história e rede Luz Saúde

24
visão estratégica e de negócio

estratégia Luz Saúde

30
visão estratégica e de negócio

principais riscos e incertezas para a Luz Saúde

37
visão estratégica e de negócio

informação ambiental

38
visão estratégica e de negócio

perspetivas para 2023

39
governance

40
governance
sistema de governance da Luz Saúde

41
governance

comissão executiva

43
governance

equipa de gestão

46
desempenho da Luz Saúde

47
desempenho da Luz Saúde

desempenho operacional

48
desempenho da Luz Saúde

desempenho financeiro

52
desempenho da Luz Saúde

eventos subsequentes

52
desempenho da Luz Saúde

proposta de aplicação de resultados

52
desempenho da Luz Saúde

autorizações concedidas a negócios

52
desempenho da Luz Saúde

outras informações

54
anexos

55
anexos

demonstrações financeiras consolidadas

127
anexos

demonstrações financeiras individuais

sumário executivo

Inovação

Avançar para o futuro
à velocidade da luz

10
sumário executivo
visão geral
da Luz Saúde

11
sumário executivo
principais
indicadores

14
sumário executivo
destaques e
reconhe-
cimentos

sumário executivo

> visão geral da Luz Saúde

- "A estrutura do Grupo permite-lhe operar as suas unidades de saúde de forma complementar e integrada, através da referência de pacientes entre as várias unidades, da partilha de *know-how* e da facilidade de acesso às instalações de algumas das melhores unidades..."
-

A Luz Saúde, SA lidera um dos maiores Grupos de prestação de cuidados de saúde, em termos de rendimentos, no mercado português – mercado esse que se encontra em expansão. O Grupo presta os seus serviços através de 28 unidades (onde se incluem 14 hospitais privados (Hospital da Luz, Hospital do Mar Cuidados Especializados, Hospital da Misericórdia de Évora), 13 clínicas privadas a operar em regime de ambulatório (Hospital da Luz) e uma residência sénior (Casas da Cidade Residências Sénior) e está presente nas regiões Norte, Centro, Centro Sul de Portugal e Madeira, sendo detentor, em certas regiões, do único hospital privado em exploração. A gestão de um hospital do SNS, em regime de Parceria Público-Privada (PPP), terminou a 18 de janeiro de 2022, com a cessação do contrato.

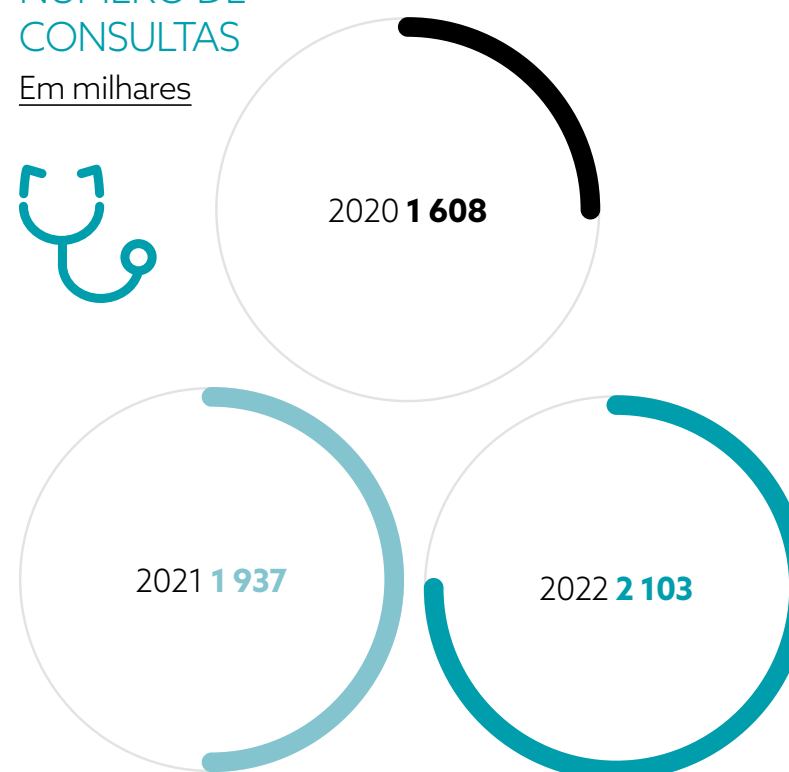
A estrutura do Grupo permite-lhe operar as suas unidades de saúde de forma complementar e integrada, através da referência de pacientes entre as várias unidades, da partilha de *know-how* (clínico e relacionado com a gestão de processos) e da facilidade de acesso às instalações de algumas das melhores unidades de prestação de cuidados hospitalares agudos do país. O Grupo diferencia-se no mercado português de prestação de serviços de saúde pela oferta de serviços especializados e complexos, sustentada pela utilização de equipamento tecnologicamente avançado em várias das suas unidades – que são, em alguns casos, os únicos equipamentos do seu tipo em Portugal.

> principais indicadores

> indicadores operacionais

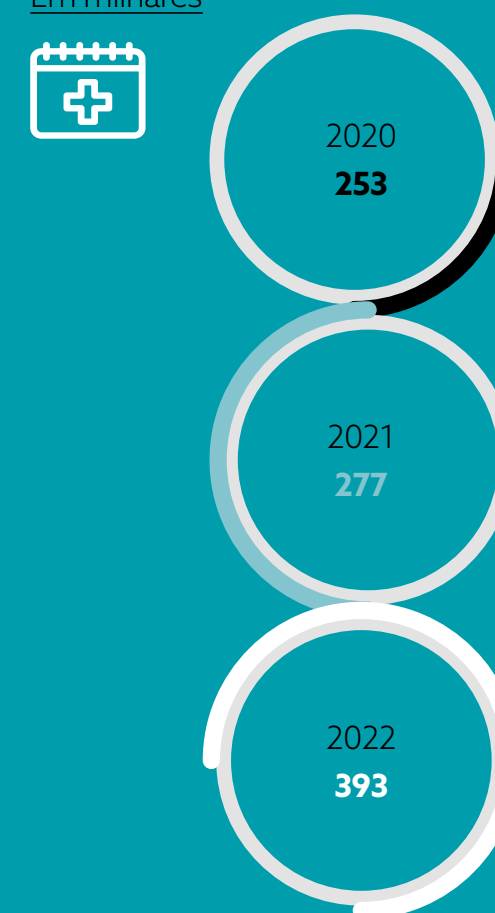
NÚMERO DE CONSULTAS

Em milhares



NÚMERO DE ATENDIMENTOS URGENTES

Em milhares



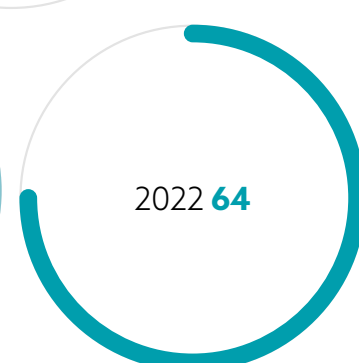
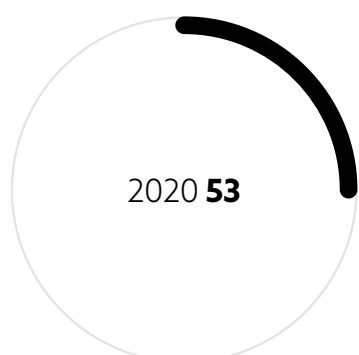
> principais indicadores

> indicadores operacionais

"... presta os seus serviços através de **14** hospitais, **13** clínicas e **uma** residência sénior..."

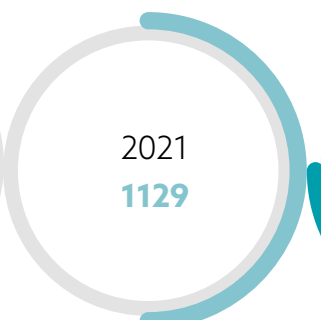
NÚMERO DE CIRURGIAS E PARTOS

Em milhares



NÚMERO DE EXAMES DE IMAGIOLOGIA

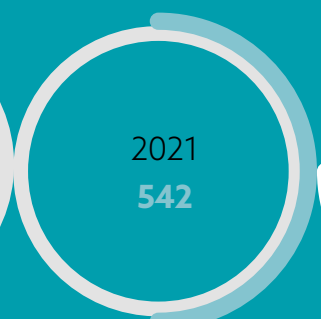
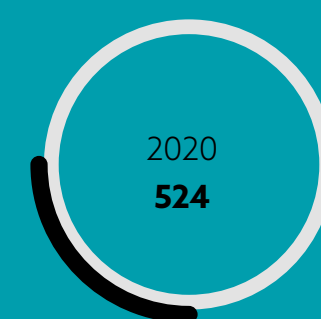
Em milhares



> indicadores financeiros

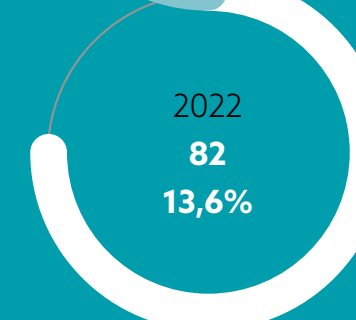
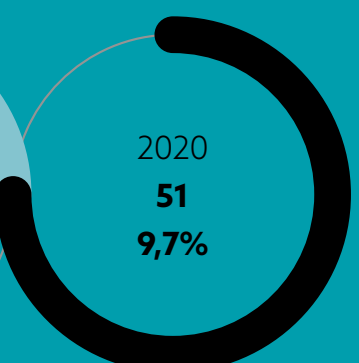
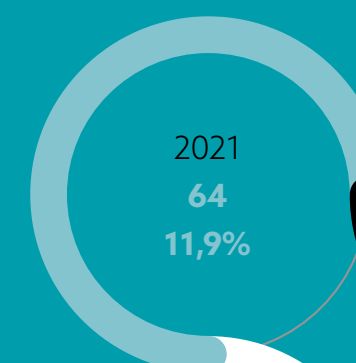
RENDIMENTOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS

Em milhões de euros



EBITDA CONSOLIDADO E MARGEM EBITDA

Em milhões de euros



Informação reexpressa para apresentar o segmento de prestação de cuidados de Saúde Pública como operações descontinuadas.

> principais
indicadores
> indicadores
de infraestruturas

LUZ SAÚDE 2022

HOSPITAIS
14 hospitais privados



CAMAS
1200 camas



GABINETES
650 gabinetes de consulta



CLÍNICAS
13 clínicas a operar
em regime de ambulatório



BLOCOS
55 blocos operatórios



RESIDÊNCIAS
1 residência sénior

LUZ SAÚDE
A Luz Saúde
em 2022



"...está presente nas regiões Norte, Centro, Centro Sul de Portugal e Madeira, sendo detentor, em certas regiões, do único hospital privado em exploração..."

>
principais
indicadores

>
indicadores
de recursos
humanos

 **13.819**
colaboradores

 **55% de mulheres**
em cargos de liderança

 **78.710 horas**
de formação

>
indicadores
formação
e investigação

 **362 cursos
e eventos**

 **53.000
participantes**
em cursos/eventos

 **66 estudos**
submetidos

 **51 ensaios clínicos**
envolvendo 180
doentes

>
indicadores do cliente

 **1,1 milhões** clientes

 **990 mil** clientes
com conta MYLUZ

 **914 mil**
marcações efectuadas
através do MYLUZ

 **+50 mil**
triagens efectuadas
pela LUZZ24

 **19,5 mil**
video-consultas



> destaques e reconhecimentos



> HL Lisboa - Centro de Simulação Clínica é o único hospital português distinguido nos Prémios Europeus dos Hospitais Privados: 1º lugar em “Excelência no local de trabalho” e no top 3 de “Hospital mais avançado em saúde baseada em valor” e “Melhor iniciativa focada no doente”.



> HL Lisboa no 1º lugar das preferências dos médicos internos (Inquérito do Conselho Nacional do Internato Médico).



> Imagiologia e Medicina Transfusional do HL Guimarães e Imagiologia e Gastrenterologia (exames) do HL Setúbal certificados pela Bureau Veritas (Norma ISO 9001:2015).



> Luz Saúde distinguida com o Prémio de Mérito Empresarial da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa.



> Luz Saúde eleita Prestador de Serviço de Saúde 2022 pelo ITIJ (International Travel & Health Insurance Journal).



> Hospital da Luz Lisboa é o hospital com mais áreas clínicas classificadas pela Entidade Reguladora da Saúde (programa SINAS) com nível máximo de excelência: Cirurgia geral (cirurgia do cólon), Cirurgia vascular (cirurgia de revascularização arterial), Cuidados intensivos (unidade de cuidados intensivos), Ginecologia (histerectomias), Neurologia (AVC) e Ortopedia (artroplastias totais da anca e do Joelho). Outras unidades da rede Hospital da Luz têm nota máxima da ERS em Ortopedia (HL Arrábida, HL Aveiro, HL Póvoa de Varzim e HL Setúbal) e Ginecologia (HL Arrábida).



> Luz Saúde vence Prémio Investir em Saúde 2022 do Jornal de Negócios/Janssen (categoria Value-Based Healthcare).

DGEEC

> 3º lugar no ranking das instituições hospitalares com mais despesa em atividades de I&D. Considerando apenas os hospitais privados, o Grupo Luz Saúde aparece sempre destacado em 1º lugar em todos os rankings.

16

perspetivas
económicas

enquadramento
macro-
económico

17

perspetivas
económicas

panorama
do setor
da saúde

perspetivas económicas

Excelência

Uma referência
na saúde
desde 2000

LUZ SAÚDE

> perspetivas económicas

> enquadramento macroeconómico

A economia portuguesa continuou, em 2022, o processo de recuperação iniciado no terceiro trimestre de 2020, que se tem mostrado mais forte e rápido do que o previsto. Em termos globais, o crescimento do PIB (+6,7%) foi o mais elevado desde 1990, suportado no consumo (+5,8%) e nas exportações de bens e serviços (+16,7%)¹.

O crescimento do consumo, apoiado na estabilização do rendimento disponível das famílias – em virtude do aumento do emprego, dos aumentos salariais estimulados pela escassez de mão de obra em muitos setores e pelos apoios estatais – e na poupança acumulada involuntariamente durante os confinamentos, foi também o mais elevado desde 1991. Só o investimento teve um comportamento menos positivo, com um crescimento de 2,7%, pressagiando fracas expectativas sobre o futuro da economia.

Não obstante os significativos crescimentos anuais apontados, o perfil desse crescimento foi de sensível desaceleração ao longo do ano, fazendo esperar uma deterioração das condições económicas em 2023, com a erosão dos rendimentos reais provocada pela inflação e a subida das taxas de juro.

É de referir, contudo, que o mercado de trabalho recuperou, verificando-se um aumento de 2,3% do emprego e a redução da taxa de desemprego para 5,9% – um valor historicamente baixo, estimando-se que o mercado de trabalho se encontre próximo do pleno emprego².

No que se refere ao segmento da saúde, este continua a registar uma dificuldade relativa à falta de quadros qualificados, com especial ênfase nos enfermeiros e médicos. Esta dificuldade, que se vem sentindo desde há algum tempo, foi agravada com o início da pandemia de COVID-19 – muito em consequência, por um lado, do crescimento da procura interna de profissionais por parte do SNS, para dar resposta às necessidades impostas pela COVID-19 em termos de organização dos serviços

hospitalares, e, por outro lado, ainda que com menor expressão, do reconhecimento internacional da qualidade e formação dos profissionais de saúde portugueses, que tem levado a que outros territórios tenham encontrado em Portugal um mercado onde podem recrutar profissionais altamente qualificados.

As prioridades do Grupo Luz Saúde mantêm-se inalteradas desde o início da pandemia, com enfoque importante na segurança das nossas equipas e dos utentes que frequentam os nossos serviços, estabilidade da cadeia de abastecimento e manutenção da continuidade dos serviços a operar de acordo com os elevados padrões de qualidade que almejamos e que nos são reconhecidos.

A partir do segundo trimestre de 2022, o setor da saúde e o Grupo, conseqüentemente, começaram a beneficiar do aumento de confiança dos seus utentes, como resultado do já mencionado sucesso das medidas de combate à pandemia, verificando-se um retorno dos utentes aos hospitais. No caso dos hospitais do SNS, este aumento da procura levou a uma rutura dos serviços em muitos deles.

“As prioridades do Grupo Luz Saúde mantêm-se inalteradas desde o início da pandemia, com enfoque importante na segurança das nossas equipas e dos utentes que frequentam os nossos serviços, estabilidade da cadeia de abastecimento e manutenção da continuidade dos serviços a operar de acordo com os elevados padrões de qualidade que almejamos e que nos são reconhecidos.”

¹ INE

² Banco de Portugal – Boletim Económico – Dezembro 2022

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_dez22_p.pdf

> perspetivas económicas

> panorama do setor da saúde

- "A despesa corrente privada prevê-se que tenha aumentado cerca de 14,7%..." -

³ INE - Conta Satélite da Saúde - julho 2022

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=540875581&DESTAQUESmodo=2

⁴ APS - Associação Portuguesa de Seguradores - Indicadores de Gestão

Saúde - Setembro 2022

Segundo os dados mais recente do Instituto Nacional de Estatística, na sua Conta Satélite da Saúde, em 2021, a despesa corrente em saúde cresceu 12,2%, atingindo 23,7 mil milhões de euros (2.301 euros per capita)³, o valor mais elevado pelo menos desde 2000. Este crescimento acentuado reflete a continuação de um ano marcado pelo contexto pandémico, com aumento da despesa no tratamento de doentes COVID-19 e plano de vacinação, e, em simultâneo, recuperação da atividade nas áreas não COVID-19. O peso da despesa corrente em saúde no PIB aumentou também neste ano de 2021, representando 11,2%³, igualmente o valor registado mais elevado.

Estima-se que a despesa corrente pública teve em 2021 um peso perto de 66,1%³ da despesa corrente em saúde, com um crescimento de 11%⁴ face ao período homólogo, maioritariamente devido aos consumos intermédios relacionados com o combate à COVID-19 e de acréscimo dos custos com pessoal.

A despesa corrente privada também se prevê que tenha aumentado cerca de 14,7%³, motivado pela retoma da atividade assistencial dos prestadores privados e aumento da procura de cuidados de saúde não urgentes por parte dos cidadãos.

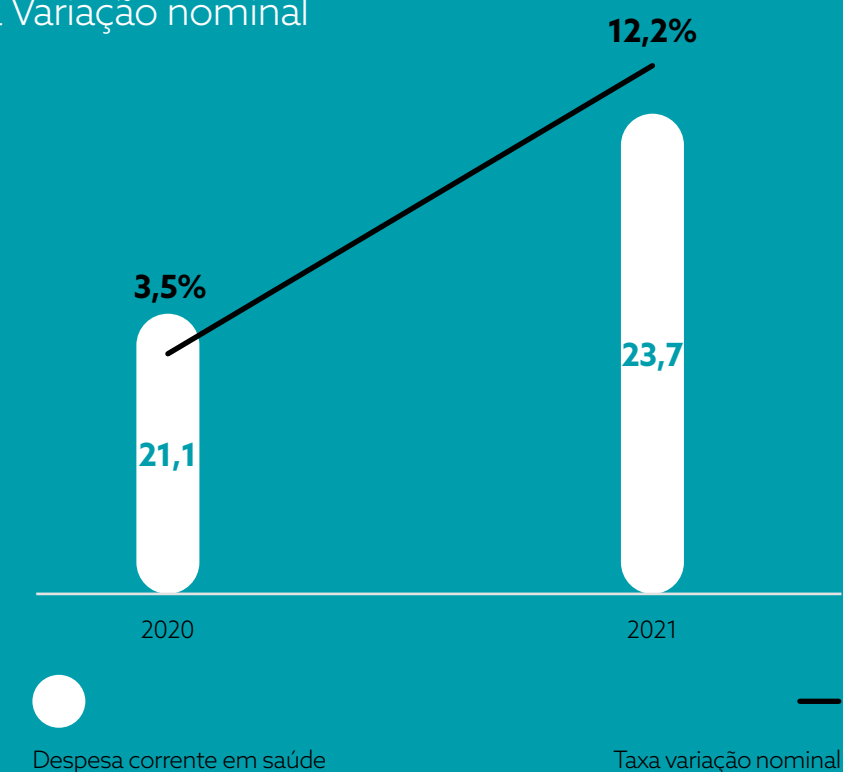
Numa outra nota, e no que se refere ao mercado de seguros de saúde, verifica-se que este superou a tendência de crescimento dos últimos anos: até setembro de 2022, o número de pessoas seguras (aproximadamente 3,3 milhões⁴), comparado com o período homólogo, cresceu 7,8% (11% em apólices individuais e 5,3% em apólices de Grupo⁴), com um aumento do prémio médio por pessoa segura na ordem dos 2%⁴ (~334€) - aumento este que se prevê que seja mais significativo no decorrer do ano de 2023, dado o contexto inflacionista que se vive.

DESPEÇA CORRENTE EM SAÚDE

Mil milhões de euros

Taxa Variação nominal

(%)



DESPEÇA CORRENTE EM SAÚDE 2021

+14,7%
(vs. 2020)

Despesa corrente privada (33,9%)

Despesa corrente pública (66,1%)

+11,0%
(vs. 2020)

Fonte: INE - Conta Satélite da Saúde - Julho 2022

visão estratégica e de negócio

Inovação

Avançar para o futuro
à velocidade da luz

19

visão estratégica
e de negócio

visão, missão
e valores

21

visão estratégica
e de negócio

história e rede
Luz Saúde

24

visão estratégica
e de negócio

estratégia Luz
Saúde

30

visão estratégica
e de negócio

principais
riscos e
incertezas para
a Luz Saúde

37

visão estratégica
e de negócio

informação
ambiental

38

visão estratégica
e de negócio

perspetivas
para 2023



> visão estratégica e de negócio

> visão, missão e valores

“... prática de uma medicina de excelência e inovação integrada com o ensino e a investigação. Garantir o melhor diagnóstico e tratamento médico que o talento, a inovação e a dedicação podem proporcionar.”

A Luz Saúde pretende contribuir, através da sua visão estratégica e de negócio, para a sustentabilidade da sua rede de cuidados e do sistema de saúde como um todo, e para o desenvolvimento de um modelo de organização, governação e prestação de cuidados que torne o setor capaz de responder aos desafios e riscos que a Saúde poderá ter de enfrentar nos próximos anos.

visão

Ser um operador de referência na prestação de cuidados de saúde de elevada especialização e complexidade, pela prática de uma medicina de excelência e inovação integrada com o ensino e a investigação.

O compromisso da Luz Saúde é total e absoluto: garantir o melhor diagnóstico e tratamento médico que o talento, a inovação e a dedicação podem proporcionar.

A Luz Saúde disponibiliza uma oferta global que assegura a continuidade de cuidados e que responde à evolução das necessidades de saúde ao longo da vida das pessoas.

missão

Alcançar os melhores resultados de saúde na perspetiva dos doentes através de um processo de diagnóstico e tratamento rápido e eficaz com respeito absoluto pela sua individualidade, e criar uma organização capaz de atrair, desenvolver e reter pessoas excecionais.

Por forma a cumprir a sua Missão, a Luz Saúde, através dos seus colaboradores, assume o compromisso de:

excelência em cuidados de saúde

- Colocar os interesses dos doentes acima dos interesses pessoais e da organização;
- Adotar os mais elevados padrões éticos e profissionais, valorizando a medicina de equipa e a colaboração multidisciplinar para alcançar os melhores resultados em saúde na perspetiva dos doentes;
- Honrar as necessidades e preferências dos doentes, respeitando os seus valores e envolvendo-os e à família nas decisões de cuidados;
- Desenvolver relações de longo prazo com os clientes - doentes e institucionais - baseadas na eficácia, integridade e confiança, contribuindo de forma exemplar para a sustentabilidade económica do sistema de saúde.

tecnologia e inovação

- Prestar os melhores cuidados de saúde, na medida em que os avanços científicos e tecnológicos o permitam;
- Praticar uma medicina personalizada baseada, antes de tudo, na relação de confiança inviolável do médico com o seu doente, potenciada pelos avanços da genética clínica e do diagnóstico molecular a par da adoção de tecnologias de medicina computacional e ciência de dados;
- Investir em tecnologia de vanguarda, para realizar tratamentos inovadores com valor clínico cientificamente comprovado;
- Promover investigação científica que contribua de forma relevante para o avanço do conhecimento e focada em alcançar os melhores resultados para os doentes.

talento e formação

- Trabalhar com os melhores profissionais e promover o seu desenvolvimento contínuo através do investimento na sua formação e da implementação de uma cultura de elevada exigência e superação pessoal baseada na meritocracia;
- Gerir uma estrutura de saúde de elevada qualidade e eficiência, formada por uma equipa de colaboradores de elevado nível, dinâmica e fortemente comprometida com a organização, a sua missão e os seus valores;
- Colaborar com instituições líderes no ensino e na investigação para formar as novas gerações de profissionais de saúde e investigadores.

>
visão
estratégica
e de negócio

>
visão, missão
e valores

Valores

A Luz Saúde tem como base

8 valores fundamentais:

01. Procura incansável de resultados

Estamos determinados a atingir resultados ambiciosos e mensuráveis na concretização da nossa missão. Assim, continuamos a perseguir com empenhamento os nossos objetivos finais, mesmo que encontremos dificuldades e constrangimentos ao longo do percurso.

04. Responsabilidade pessoal

Damos o melhor de nós próprios e assumimos a responsabilidade por atingir os melhores resultados possíveis na nossa área de atuação.

07. Integridade

Somos honestos, leais e sérios em tudo o que fazemos. Temos sempre presente os valores e expectativas dos nossos acionistas e, acima de tudo, dos nossos clientes.

02. Rigor intelectual

Obrigamo-nos a ser críticos em relação a tudo o que fazemos, abordando cada assunto e decisão com rigor e de forma racional, procurando sempre a melhor ideia ou solução.

05. Respeito e humildade

Respeitamos os outros e as suas ideias e contamos com o seu contributo. Assumimos as limitações da nossa experiência e valorizamos outras perspetivas.

08. Espírito de equipa

Acreditamos que o esforço coletivo é a melhor forma de alcançar os nossos objetivos e potenciar o impacto da nossa ação na comunidade.

“ Alcançar os melhores resultados de saúde na perspetiva dos doentes através de um processo de diagnóstico e tratamento rápido e eficaz com respeito absoluto pela sua individualidade, e criar uma organização capaz de atrair, desenvolver e reter pessoas excecionais.”

03. Aprendizagem constante

Refletimos e aprendemos com a nossa experiência, por forma a melhorarmos o nosso desempenho futuro.

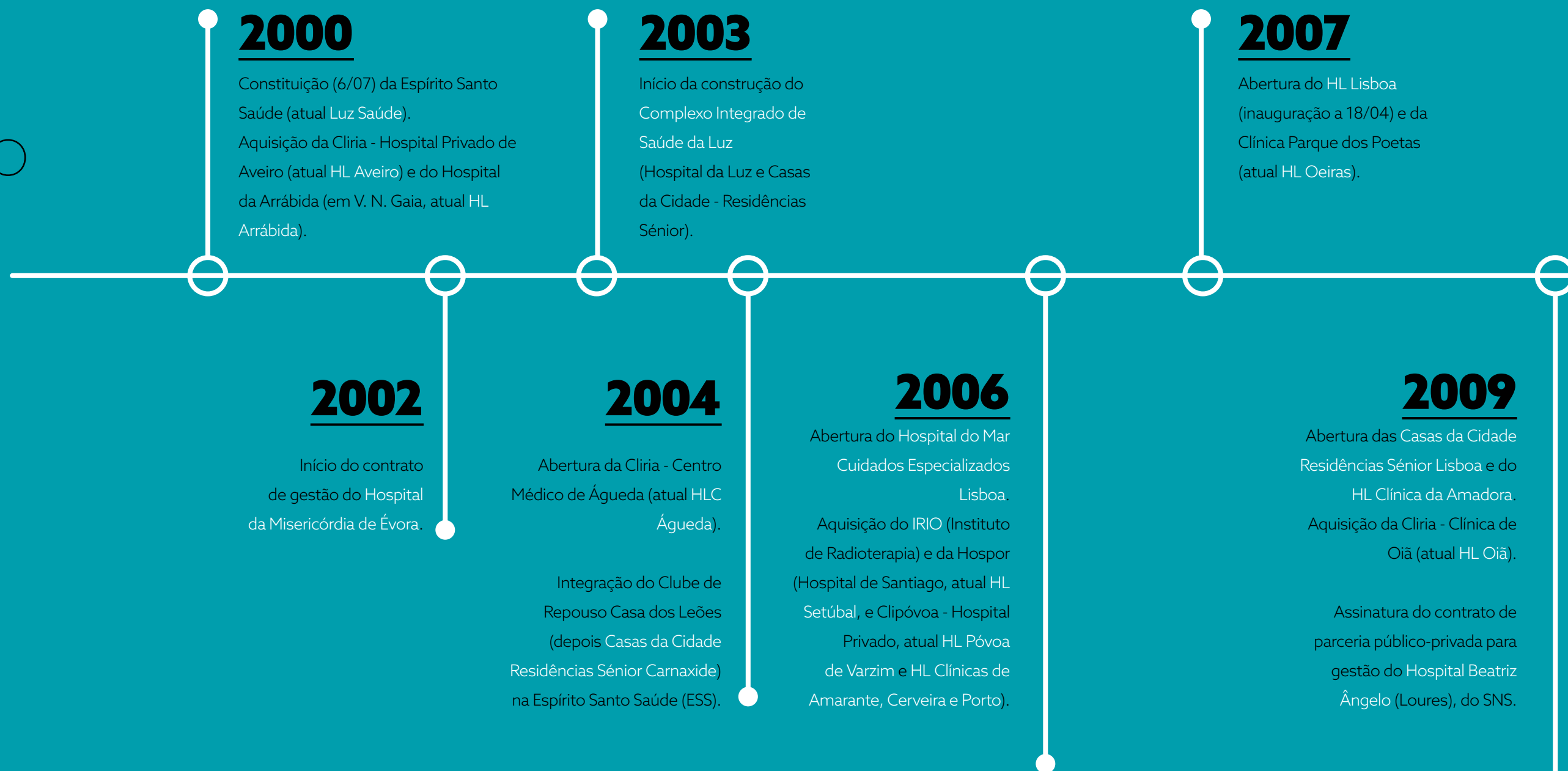
06. Atitude positiva

Somos ambiciosos nos objetivos. Acolhemos novas ideias com entusiasmo e temos orgulho nos resultados.



>
visão
estratégica
e de negócio

>
história e rede
Luz Saúde





2012

Abertura (19/01) do Hospital Beatriz Ângelo (processo faseado e concluído a 27/02). HL Lisboa distinguido com o Prémio Valmor.

2014

ESS é a 1ª empresa privada de saúde a entrar na bolsa de valores (Euronext Lisboa). Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. adquire 96% da ESS. Alteração de nome para Luz Saúde, SA.

2016

Concentração das áreas de negócio em três marcas principais: Hospital da Luz (hospitais e clínicas), Hospital do Mar Cuidados Especializados e Casas da Cidade Residências Sénior. Aquisição do Hospital Privado de Guimarães (atual HL Guimarães) e do Clíhotel de Gaia (Hospital do Mar Cuidados Especializados Gaia). Abertura do HL Clínica de Vila Real.

2017

Aquisição da Clínica de Santa Catarina (atual HL Funchal), da Policlínica do Caniço (atual HL Clínica do Caniço) e do British Hospital (atual HL Torres de Lisboa). Ampliação da Clínica em Oeiras, que dá lugar ao HL Oeiras.

2018

Abertura (12/01) do HL Clínica de Odivelas. Certificação do HL Lisboa pela Joint Commission Internacional (JCI). Aquisição do Grupo Idealmed, em Coimbra: um hospital e quatro clínicas (atuais HL Coimbra, HL Clínica da Solum, HL Clínica de Cantanhede, HL Clínica da Figueira da Foz e HL Clínica de Pombal). Ampliação de serviços em Vila Real, com mudança para o centro histórico: abre o HL Vila Real (10/09).

2019

Abertura do 3º edifício do Hospital da Luz Lisboa.

2020

Aprovação do curso de Medicina da Universidade Católica, 1ª licenciatura privada, com a parceria da Luz Saúde. O Hospital da Luz Lisboa é o primeiro hospital universitário privado em Portugal.

2021

Inauguração (9/09) do Centro de Simulação Clínica (a funcionar no edifício do HL Lisboa). Receção dos primeiros alunos do curso da Faculdade de Medicina da Universidade Católica.

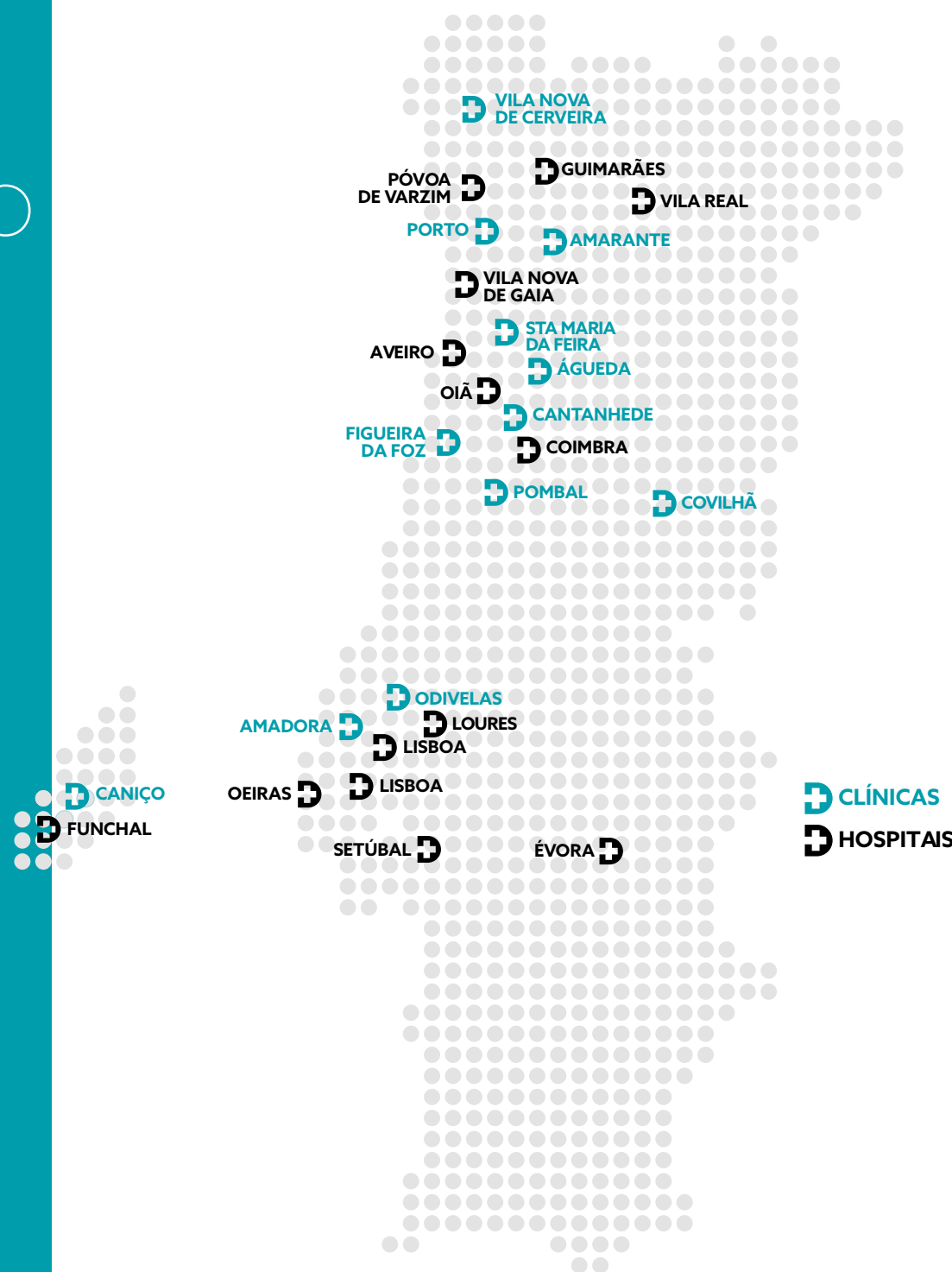
2022

Conclusão (18/01) da transmissão do Hospital Beatriz Ângelo para o Estado, pelo fim do contrato de PPP. Aprovação por portaria do Governo (25/03) do CAC Católica Luz, 1.º centro académico clínico constituído apenas por privados (U. Católica, Luz Saúde e União das Misericórdias). Visa promover a qualidade dos cuidados de saúde através do ensino, investigação e cuidados médicos. Abertura (8/03) do HL Clínica Santa Maria da Feira e do HL Clínica da Covilhã (30/03). Maternidade do HL Lisboa com 3.347 partos. É a maior maternidade do país. Luz Saúde é a instituição que mais investe em I&D na área de Ciências da Saúde (Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional).

> história e rede Luz Saúde

> visão estratégica e de negócio

> história e rede Luz Saúde



hospitais

- Hospital da Luz Guimarães
- Hospital da Luz Vila Real
- Hospital da Luz Póvoa de Varzim
- Hospital da Luz Arrábida
- Hospital da Luz Aveiro
- Hospital da Luz Oiã
- Hospital da Luz Coimbra
- Hospital do Mar Cuidados Especializados Lisboa
- Hospital da Luz Lisboa
- Hospital da Luz Torres de Lisboa
- Hospital da Luz Oeiras
- Hospital da Luz Setúbal
- Hospital da Misericórdia de Évora
- Hospital da Luz Funchal

clínicas ambulatorias

- Hospital da Luz Clínica de Cerveira
- Hospital da Luz Clínica de Amarante
- Hospital da Luz Clínica do Porto
- Hospital da Luz Clínica de Santa Maria da Feira
- Hospital da Luz Clínica de Águeda
- Hospital da Luz Clínica de Covilhã
- Hospital da Luz Clínica Solum
- Hospital da Luz Clínica de Cantanhede
- Hospital da Luz Clínica de Pombal
- Hospital da Luz Clínica da Figueira da Foz
- Hospital da Luz Clínica da Amadora
- Hospital da Luz Clínica de Odivelas
- Hospital da Luz Clínica do Caniço

residências sénior

- Casas da Cidade Residências Sénior de Lisboa

outras áreas

- GLSMED Trade
- Hospital da Luz Learning Health

MY LUZ LUZ24
SEMPRE EM LINHA CONSIGO

> visão estratégica e de negócio

> estratégia Luz Saúde

“... um compromisso entre a inovação clínica e a investigação, a intervenção em equipa e a adesão aos mais elevados padrões técnico-científicos atuais...”

No Grupo Luz Saúde, não chega que cada colaborador aceite diariamente o desafio de ser cada vez melhor. É preciso mais. Por isso, trabalhar em equipa, encarar os compromissos com ambição e perseverança, estar aberto à mudança e ter sempre presente que os doentes são o nosso primeiro e último enfoque deve ser aquilo que nos move e mobiliza.

A estratégia do Grupo Luz Saúde tem de traduzir este espírito e esta ambição, num compromisso entre a inovação clínica e a investigação, a intervenção em equipa e a adesão aos mais elevados padrões técnico-científicos atuais, os melhores resultados em saúde para os doentes e a adaptação às novas formas de acesso aos cuidados de saúde. Procurando sempre melhorar a experiência dos clientes da rede Hospital da Luz e contribuindo para uma organização e um sistema de saúde sustentável e equilibrado, no seu todo.

Com esses objetivos sempre presentes e mantendo-se como uma marca que lidera e faz a diferença na Saúde em Portugal, a Luz Saúde assenta a sua estratégia de organização e *governance* clínicas em três pilares fundamentais: digitalização; valor em saúde; e inovação, formação e investigação.

A nossa estratégia digital

A aceleração do processo de digitalização a que se assistiu durante a pandemia representa uma resposta natural à mudança, afigurando-se, porventura, como a confirmação de uma alteração estrutural no comportamento humano. No contexto atual, temos de continuar a reforçar a tendência de maior uso tecnológico, não só para melhorar a experiência dos clientes e dos colaboradores, mas também para ter uma organização mais eficiente e sustentável.

Na execução de uma estratégia digital é fundamental assegurar o total enfoque da organização, explicando com entusiasmo aos clientes as melhorias que terá na gestão da sua saúde e, em simultâneo, estando preparado para os riscos acrescidos que representa o aumento de exposição.

O enfoque em garantir soluções simples e eficientes, através da racionalização de operações e processos, permite a melhoria da experiência do cliente. O reforço da implementação de um modelo omnicanal, suportado numa moderna ferramenta de CRM com visão 360°, garante uma experiência *phygital* do cliente completamente integrada.

omnicanal digital

MYLUZ
quiosque

Função: permitir ao cliente realizar a sua admissão e pagamento

MYLUZ
app/web

Função: permitir ao cliente ter o seu Hospital sempre online

MYLUZ
web/mobile

Função: rapidez no acesso a toda informação relevante para a gestão da sua saúde

humano - digital

telefone

Função: garantir suporte remoto aos clientes através de diversos canais, principalmente digitais, mas com suporte efetuado de forma humana.

Whatsapp/
Messenger

Redes Sociais

humano

Hospitais & Clínicas

Função: além da prestação dos cuidados de saúde, os clientes podem realizar todas as suas operações nos Hospitais e Clínicas.

Parceria CTT

Função: rede de parceiros que permite aos clientes realizar marcações, assim como videoconsultas.

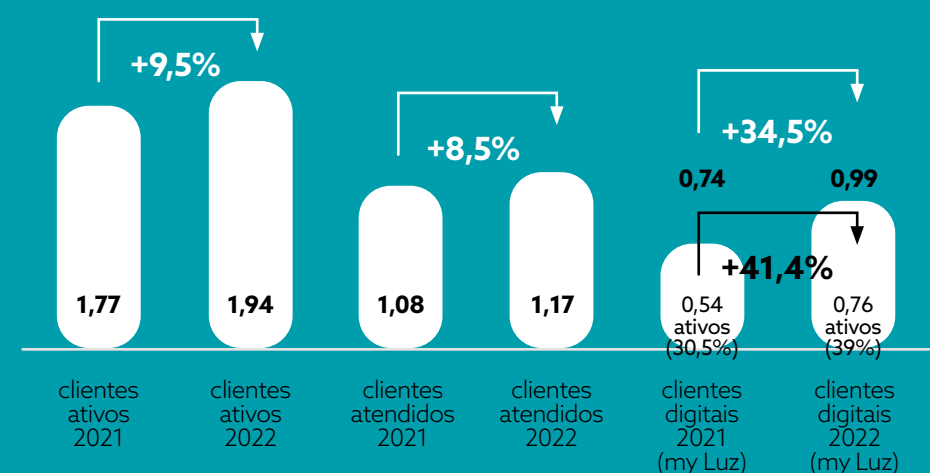
> visão estratégica e de negócio

> estratégia Luz Saúde

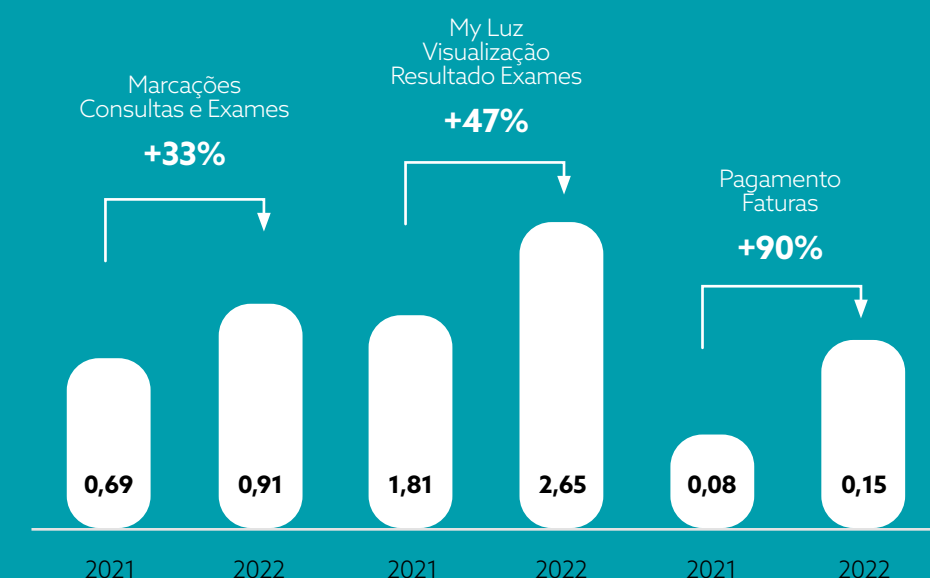
Nos últimos anos, o ecossistema MY LUZ aumentou de forma exponencial a sua taxa de penetração (39%) sobre os clientes ativos da rede Hospital da Luz. Este ecossistema tem sido fundamental no aumento dos clientes ativos (+9,5% versus o ano de 2021) e do número de clientes atendidos anualmente (+8,5% versus o ano de 2021). O total de clientes servido pelo MY LUZ cifrava-se, no final de 2022, em 990 mil, representando um crescimento de 34,5% versus o ano de 2021.

O ecossistema MY LUZ cresceu em todas as suas plataformas durante o ano de 2022, permitindo aos clientes ter sempre o Hospital da Luz online consigo. Na plataforma de serviço não clínico, destacamos as 914 mil marcações concluídas com sucesso, o que representou um crescimento de 33% versus o ano de 2021. Os pagamentos de faturas cifraram-se em cerca de 146 mil, representando um crescimento de 90%; os resultados de exames visualizados e partilhados com o médico assistente atingiu 2,6 milhões de exames, o que significou um crescimento de 47% versus o ano de 2021.

“O total de clientes servido pelo MY LUZ cifrava-se, no final de 2022, em 990 mil, representando um crescimento de 34,5% versus o ano de 2021.”



valores apresentados em milhões



valores apresentados em milhões

> visão estratégica e de negócio

> estratégia Luz Saúde

a nossa estratégia de value based healthcare

A Luz Saúde é pioneira na implementação e desenvolvimento do modelo de *Value Based Healthcare* (VBHC) em Portugal, tendo incluído na sua missão a expressão deste conceito.

Durante o ano de 2022, a Luz Saúde consolidou o seu projeto de VBHC com a constituição de uma Direção de Valor em Saúde, procurando desta forma dar corpo a esta missão e trabalhando para criar um sistema de saúde em equilíbrio mais dinâmico entre as diversas partes que o compõem e capaz de prestar um serviço de elevada qualidade. Objetivo: obter melhorias

efetivas nos resultados para os doentes, com custos ajustados com redução da variabilidade, numa estrutura de multidisciplinidade e de integração vertical do processo global de cuidados de saúde.

Com a definição das melhores práticas baseadas na evidência, descritas através de Protocolos Clínicos e de acordo com as melhores *Clinical Pathways*, sempre numa perspetiva multidisciplinar, conseguimos uma maior agregação do *Clinical Governance* em cada área de patologia, levando a uma melhor estrutura da cadeia de valor, com impacto nos resultados clínicos e financeiros, e uma maior colaboração e cultura organizacional institucional,

“... uma melhor estrutura da cadeia de valor, com impacto nos resultados clínicos e financeiros, e uma maior colaboração e cultura organizacional institucional...”

assente na multidisciplinidade entre médicos, enfermeiros, gestores, engenheiros e farmacêuticos, entre outros, dentro da cadeia de cuidados.

O conceito estratégico de Valor em Saúde potencia a organização dos cuidados de saúde prestados aos doentes:

- Melhores práticas que comprovadamente obtêm os melhores resultados clínicos na perspetiva dos doentes;
- Menor variação dos custos utilizados para a máxima eficiência no ciclo total de cuidados.

O sucesso da sua implementação garantiu uma rutura na evolução do modelo e do paradigma de prestação de cuidados, passando de um modelo assente meramente na expressão do volume de produção de atos, para uma visão mais estruturada e racional da pressão generalizada sobre os custos e no desenvolvimento de novos modelos de controlo das despesas na saúde.

Numa perspetiva de sustentabilidade, este modelo permitirá a redução de variabilidade na atuação e utilização dos recursos, criando oportunidades de aprendizagem e evolução efetiva na prática clínica dos profissionais de saúde, que contribuem para:

- A criação sustentada de valor para os doentes;
- A viabilidade económica do sistema de saúde.

A consolidação desta metodologia de criação de valor permitiu ainda incluir novos instrumentos de análise, reduzindo a prevalência das perceções tradicionais em saúde e reforçando a evidência como guia estratégico dos modelos de decisão, que efetivamente colocam o doente no centro da operação. A capacidade de

evidenciar o custo de cada passo ao longo da cadeia de valor e a sua repercussão nos resultados clínicos para uma criação de valor permitiu determinar corretamente quais os mecanismos de financiamento adequado previsível.

Foram analisados mais de 20.000 doentes entre múltiplas patologias, nas vertentes de *outcomes*, custos e *benchmark*, tendo por referência os melhores resultados internacionais e o objetivo de desenvolver modelos de pagamento por valor, sempre numa visão de equilíbrio do ecossistema com vista à sua sustentabilidade progressiva.

Uma das evidências desta metodologia foi a consolidação do modelo de PROMs (*Patient Reported Outcomes Measures*), questionários que foram criados e validados cientificamente por entidades internacionais especializadas e aprovados linguisticamente para português.

Os PROMs são um instrumento de valor acrescentado neste modelo de valor em saúde, pela sensibilidade e especificidade da informação na relação médico-doente, tornando os doentes ativamente envolvidos nos seus próprios cuidados e encorajando-os a participar na tomada de decisões sobre o seu plano de tratamento e evolução dos seus resultados e cuidados.

O Grupo Luz Saúde desenvolveu uma plataforma única no mercado para a recolha da informação diretamente junto dos doentes, através de um mecanismo de interação independente, para recolha dos PROMs, já com evidência de vários anos de experiência.



> visão estratégica e de negócio

> estratégia Luz Saúde

Resultados obtidos através dos PROMs

Anca

Mobilidade: 63% (6 meses) | 71% (1 ano) | Dor: 76% (6 meses) | 82% (1 ano)

Joelho

Mobilidade: 35% (6 meses) | 61% (1 ano) | Dor: 67% (6 meses) | 78% (1 ano) | Melhoria significativa em todas as dimensões da Qualidade de Vida

Catarata

Impacto Qualidade da Visão: Variação de score CatQuest 9F Pré vs Pós -Cirúrgico: 3.0 (Benchmark- Health Cluster Portugal 2,5)

A avaliação dos dados recolhidos tem como referência as melhores práticas internacionais para efeitos de *benchmark*, usando os mais avançados mecanismos de Inteligência Artificial.

Joelho

- Melhor variação média 22,04 (Benchmark: OCDE Health at Glance 2021)

Catarata

- Percentagem de doentes com Acuidade visual corrigida pós-op. ≥ 0.5 : 95% (Benchmark: Health Cluster Portugal 94%)

Endometriose

- Taxa reduzida de nova cirurgia a 3 anos: 1.5% (Benchmark: Obstetric/Gynecology Journal 2008: 4,3%)

Pâncreas

- Taxa de Mortalidade intra-hospitalar (30 dias): 3,5% (Benchmark: Annals of surgery 2020: 4 %)
- Taxa decrescente de custos associados a maior compliance aos critérios ERAS e cumprimento de melhores outcomes

Coluna

- Taxa reduzida de nova cirurgia a 3 anos: 4,3% (Benchmark: Nature Scientific Reports: 6.3%)

Gravidez e Parto

- Taxa de cesarianas: 50,2%; sendo que 36,2% das cesarianas tinham cesarianas anteriores e 5,2% foram partos vaginais pós cesariana.

Cirurgia colorretal

- Taxa de Mortalidade intra hospitalar: 0.7% (Benchmark: JAMA 2017: 0.8%)

Os resultados obtidos até agora nas unidades da rede Hospital da Luz nas mais de 30 patologias analisadas comprovam a visão de que o modelo VBHC é o melhor para os nossos doentes, profissionais e parceiros de atividade, num ecossistema de saúde sustentável.

Globalmente, o modelo VBHC na rede

Hospital da Luz tem permitido:

- Melhorar progressivamente os resultados do tratamento de doenças específicas, mensuráveis em cada passo da cadeia de valor, reduzindo a ineficiência, com eliminação de atos ou etapas que comprovadamente não acrescentam valor;

- Reduzir significativamente a variância de atuação com impacto nos custos globais de cada doença ou área já incluída no modelo;

- Orientar todos os intervenientes - doentes, profissionais de saúde e parceiros - para um ecossistema equilibrado, para as doenças e áreas já abrangidas.

perspetivas para 2023

Para 2023, pretendemos continuar a ampliar o modelo VBHC, alicerçando os resultados até agora obtidos e introduzindo novas áreas de avaliação e análise por patologia.

Para a Luz Saúde, seguir o modelo VBHC é garantir uma prestação de cuidados de saúde que, comprovadamente, crie valor para os doentes. Pretendemos continuar na vanguarda da inovação e investigação na área da saúde, procurando constantemente novas e melhores formas de atender às necessidades dos nossos doentes e de todos os stakeholders, num ecossistema de maior equilíbrio.

>
visão
estratégica
e de negócio

>
estratégia
Luz Saúde

a nossa estratégia
de inovação, formação
e investigação – Hospital da Luz
Learning Health

Em 2015, o Grupo Luz Saúde decidiu mudar o seu paradigma de gestão da inovação, de “*early-adopter*” para “inovador”, criando o Hospital da Luz Learning Health (HLLH). O HLLH dedica-se à formação, investigação e inovação, com o objetivo de desenvolver a cultura de inovação dentro do Grupo e contribuir para encontrar novas soluções para os desafios do setor.

Formação dos profissionais de saúde de hoje e de amanhã

O HLLH é responsável pela formação dos colaboradores do Grupo, pelo desenvolvimento e implementação de formação aberta ao exterior e no âmbito do Curso de Medicina da Universidade Católica Portuguesa.

O HLLH tem vindo a consolidar a sua posição como a Escola dos Profissionais de Saúde do Futuro, pela conceção de programas formativos de elevada qualidade, que integram componentes de simulação ou formação experiencial sempre que apropriado, e que visam acompanhar e apoiar o desenvolvimento profissional contínuo, incorporando as mais recentes tendências do setor. Os canais *online* são frequentemente utilizados para garantir um acesso fácil e conveniente aos programas formativos.

O volume, diversidade, relevância e qualidade da formação desenvolvida tem vindo a aumentar desde 2015, com um número crescente de cursos ou eventos a alcançar um público cada vez maior.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Número de ações de formação (eventos e cursos)	147	266	239	299	380	247	498	362
Número de participantes	5 381	7 318	6 747	7 517	14 400	9 128	45 695	52 853
Volume de formação (# horas)	40 913	47 998	56 447	51 363	67 485	35 060	52 388	78 710
Avaliação da formação (0 - 5)	n.d.	n.d.	4,10	4,39	4,43	4,45	4,50	4,54

Investigação translacional nas áreas de medicina clínica e ciências da saúde

O HLLH promove e apoia a investigação translacional ao nível científico e administrativo (contratual, financeiro e operacional) e é responsável pela coordenação de estudos e ensaios clínicos nas várias unidades do Grupo, promovidos pela indústria ou da iniciativa do investigador.

Desde 2015, a prática da investigação dentro do Grupo Luz Saúde deu um salto substantivo em vários indicadores: o número de ensaios clínicos a decorrer anualmente nas unidades privadas do Grupo Luz Saúde duplicou e o número de estudos de investigação propostos em cada ano é agora 5 vezes maior.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Número de ensaios clínicos a decorrer	24	31	35	40	42	47	52	51
Número de estudos de investigação submetidos	13	16	26	26	52	43	51	66

O Grupo Luz Saúde conta, atualmente, com 6 Grupos de investigação clínica, com linhas de investigação bem definidas, e que se têm vindo a organizar para atingir níveis elevados de produção científica e de captura de financiamento externo.

No último *ranking* publicado pela DGEEC (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência) das instituições hospitalares com mais despesa em atividades de I&D, referente a 2021, o Grupo Luz Saúde aparece em 3º lugar no total do investimento com 8,9 M€ (aparecia em 2º lugar em 2020 com 6,9 M€), alcançando o 4º lugar em Medicina Clínica com 5,6 M€, e o 1º lugar na área das Ciências da Saúde com 3,1 M€. Considerando apenas os hospitais privados, o Grupo Luz Saúde aparece sempre destacado em 1º lugar em todos os rankings.

“... o número de ensaios clínicos a decorrer anualmente duplicou e o número de estudos de investigação propostos é agora 5 vezes maior...”



> visão estratégica e de negócio

> estratégia Luz Saúde

Investigação e inovação em ciência de dados

O HLLH tem vindo a contribuir para o desenvolvimento de uma plataforma de dados de qualidade (uniformizados, completos e catalogados) e diversificados (registos clínicos, dados de imagem, anatomia patológica), sobre os quais se criam algoritmos e ferramentas de inteligência artificial, com impacto no conhecimento científico, mas, também, na prática clínica, nas operações e na gestão, ao nível da eficiência, eficácia e criação de valor para o cliente.

O Grupo Luz Saúde é, atualmente, uma referência em Portugal na investigação em Ciência de Dados aplicada à saúde, colaborando com entidades académicas de excelência nacional e internacional, e é, através do HLLH, membro do *Center for Responsible AI*, um dos maiores consórcios de inteligência artificial responsável a nível global, apoiado no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

Inovação aberta

O HLLH tem vindo a apoiar o desenvolvimento de startups nas áreas da prestação e gestão de cuidados de saúde, em colaboração com várias entidades do ecossistema

de inovação em Portugal. Esta aposta é agora reforçada pelo desenvolvimento de um Test Bed no âmbito da Rede Nacional apoiada pelo PRR (Programa de Recuperação e Resiliência), que será fundamental para potenciar a evolução rápida e eficaz de novas soluções para TRLs mais elevados.

Centro de Formação e Simulação

O HLLH é responsável pela gestão e coordenação do Centro de Formação e Simulação localizado no Hospital da Luz Lisboa, um recurso físico extraordinário ao serviço de todas as áreas de atividade. Este centro, o maior e mais bem equipado em Portugal, desenhado para permitir a criação de vários cenários de simulação clínica, é um fator multiplicador na eficácia da aprendizagem e pedra angular na investigação em Fatores Humanos e no desenvolvimento e teste de novas soluções.

Centro Académico Clínico Católica-Luz (CAC)

O HLLH é a entidade do Grupo Luz Saúde responsável por coordenar o CAC em todas as suas áreas de atividade e, em particular, na implementação plena dos estágios clínicos do Curso de Medicina da Universidade Católica Portuguesa na rede Hospital da Luz.

Em 2023, o HLLH pretende continuar a crescer e a consolidar a sua atividade, posicionando-se como centro de excelência na construção do futuro dos cuidados de saúde e no treino dos novos profissionais.

O HLLH irá melhorar e alargar a proposta formativa para profissionais de saúde, do pré ao pós-graduado. Internamente, o plano de formação inicial em vigor no Hospital da Luz Lisboa, que incorpora a formação obrigatória no âmbito dos diversos sistemas de certificação aplicáveis, será transversalizado a todas as unidades do Grupo. Adicionalmente, continuar-se-á o desenvolvimento dos percursos formativos, em particular do percurso formativo para chefias intermédias.

O curso de Medicina da Universidade Católica Portuguesa, que conta com o Hospital da Luz como Hospital Universitário, irá entrar no seu 3º ano de ensino e, pela primeira vez, os alunos terão contacto com doentes em ambiente hospitalar. A partir do 4º ano, os alunos iniciarão os estágios hospitalares. Assim, será fundamental finalizar processo de “acolhimento e integração” destes alunos nas unidades do Grupo, incorporando treino simulado a realizar no Centro de Formação e Simulação.

O HLLH continuará a apostar na área de Inteligência Artificial e Ciência de Dados como motor de investigação e inovação, reforçando a construção do *digital twin* e o desenvolvimento de ferramentas de AI com implementação no negócio.

Adicionalmente, o HLLH continuará a estimular, apoiar e participar no desenvolvimento de projetos de investigação translacional e clínica nas áreas estratégicas do Grupo Luz Saúde, com objetivos ambiciosos de abertura de mais ensaios clínicos e de publicação de conhecimento científico.

Por fim, o HLLH irá continuar a digitalização *end-to-end* dos seus processos formativos, de forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados, libertar recursos para atividades de maior valor acrescentado e facilitar a monitorização da atividade através do desenvolvimento e implementação de indicadores operacionais e de performance na plataforma de *Business Intelligence* (BI) da Luz Saúde.

perspetivas
para 2023

> visão estratégica e de negócio

> principais riscos e incertezas para a Luz Saúde

riscos financeiros

A Empresa depende fortemente da estrutura financeira das suas participadas e da capacidade de estas gerarem *cash flow* suficiente para realizarem distribuição de dividendos, pagamento de juros, reembolso dos empréstimos realizados pela Empresa ou liquidação dos serviços prestados. Nesta qualidade a Empresa encontra-se exposta aos riscos do Grupo de uma forma global.

Na tabela apresentada a seguir sumarizam-se os riscos financeiros mais significativos a que o Grupo se encontra exposto, assim como a forma como estes são monitorizados e os objetivos de gestão a seguir para mitigar.

Risco	Exposição	Monitorização	Gestão
Risco de crédito	<ul style="list-style-type: none"> · Clientes e outras contas a receber · Depósitos bancários 	<ul style="list-style-type: none"> · Análise da exposição e concentração de risco da carteira de crédito · Monitorização da idade de saldo da carteira de crédito · Seguimento do <i>rating</i> de risco dos bancos com exposição relevante 	<ul style="list-style-type: none"> · Concentração dos depósitos bancários junto das entidades financiadoras do Grupo · Definição de procedimentos de aceitação de clientes e limites de crédito · Avaliação do histórico das linhas de financiamento utilizadas pelas entidades financeiras do Grupo
Risco de liquidez	<ul style="list-style-type: none"> · Passivos remunerados · Outras contas a pagar 	<ul style="list-style-type: none"> · Análise dos fluxos de caixa históricos e previsionais · Cumprimento de rácios financeiros 	<ul style="list-style-type: none"> · Gestão das linhas de crédito para financiar as necessidades da Empresa e do Grupo · Acompanhamento permanente das previsões de tesouraria
Risco de mercado – taxa de juro e risco cambial	<ul style="list-style-type: none"> · Passivos remunerados 	<ul style="list-style-type: none"> · Monitorização das taxas de juro · Análises de sensibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> · Contratação de instrumentos financeiros de cobertura de risco · Estabelecimento de estratégias adequadas para cada área do negócio
Risco de capital	<ul style="list-style-type: none"> · Resultado operacional · Dívida financeira 	<ul style="list-style-type: none"> · Monitorização dos rácios de alavancagem 	<ul style="list-style-type: none"> · Salvaguarda da capacidade de o Grupo continuar em atividade · Remuneração adequada dos acionistas · Otimização do custo de capital

Estes fatores de risco, assim como o seu impacto nas operações do Grupo e gestão por parte do Grupo podem ser detalhados da seguinte forma:

risco de crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de um devedor relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade.

A exposição do Grupo ao risco de crédito prende-se essencialmente com os saldos a receber decorrentes da atividade operacional e dos fundos monetários geridos no âmbito da atividade de tesouraria do Grupo.

A monitorização do risco de crédito decorrente da atividade operacional é efetuada através de um acompanhamento permanente das carteiras de devedores e dos seus saldos em aberto. Esta abordagem é complementada por procedimentos orientadores para efeitos de avaliação de risco na fase de aceitação de clientes, na sua classificação e na definição de limites de crédito associados, assim como ao nível dos procedimentos e circuitos de cobrança.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente pelas áreas Operacionais e Financeira de cada uma das unidades, cabendo à Direção Financeira e Auditoria a monitorização dos níveis de exposição sectorial ao nível do Grupo. No final de 2022, relativamente às operações comerciais o Grupo apresentava um rácio de saldos de cobrança duvidosa de 14,6%, e um nível de provisão para imparidade de 12,5%.

No que respeita à gestão de fundos monetários, o Grupo mantém como princípio orientador alinhar a contraparte onde deposita as suas disponibilidades, as entidades financeiras onde dispõe de linhas de financiamento utilizadas, de forma a criar uma cobertura natural para um potencial evento de crédito que possa ocorrer ao nível da entidade onde os fundos se encontram depositados.

risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos e operações do Grupo, ou de satis-

> visão estratégica e de negócio

> principais riscos e incertezas para a Luz Saúde

fazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento.

A monitorização e gestão da liquidez ao nível do Grupo encontram-se centralizadas na Direção Financeira e Auditoria. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades e linhas de crédito disponíveis, para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes à sua cobertura, de forma a garantir o cumprimento de todas as responsabilidades do Grupo perante as entidades com as quais se relaciona na sua atividade.

risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços dos mercados, como sejam câmbios de moedas estrangeiras, taxas de juro ou a evolução das bolsas de valores possam afetar os resultados do Grupo e a sua posição financeira. Dado que o Grupo não se encontra exposto a riscos cambiais relevantes ou a operações realizadas nos mercados de valores mobiliários, o objetivo definido em termos de gestão do risco de mercado centra-se essencialmente na monitorização da evolução das taxas de juro que influenciam os passivos financeiros remunerados e na sua otimização, procurando um equilíbrio entre a maturidade da dívida, a capacidade/necessidade da Empresa em gerar/aceder a fluxos

de caixa e os níveis de remuneração do passivo a que a Empresa e o Grupo conseguem/necessitam aceder no mercado.

Deste modo, o Grupo monitoriza a exposição ao risco de taxa de juro, mediante a simulação de cenários adversos que possam afetar negativamente os resultados do Grupo. Para além disso, através da política de controlo adotada, o Grupo procura selecionar as estratégias adequadas para o financiamento das suas operações, com o objetivo de mitigar o impacto negativo que variações da taxa de juro possam ter na *performance* do Grupo.

Parte substancial das linhas de financiamento contratadas pela empresa são remuneradas com base em taxas variáveis dadas pelo índice de referência acrescido de um *spread*.

De forma a equilibrar a exposição à variação das taxas de juro, o Grupo contrata instrumentos de cobertura de risco de fluxo de caixa, com o objetivo fixar as taxas de juro de algumas das linhas de financiamento de que dispõe, e assim mitigar a exposição ao risco de variação da taxa de juro.

Os instrumentos contratados atendendo ao nível de dívida financeira de que o Grupo dispõe em 31 de dezembro de 2022, e considerando o nível de eficácia que se prevê que estes tenham (atendendo à expectável evolução futura positiva das taxas de juro na União Europeia) permitem dizer que o Grupo no final do exercício de 2022, e considerando um horizonte temporal de 12 meses, tem cerca de 47%, da sua dívida financeira sem exposição ao risco de taxa de juro (2021: 52%).

risco de capital

O Risco de capital é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço. Os objetivos do Grupo em relação à gestão de capital passam por:

- i. salvaguardar a capacidade do Grupo continuar em atividade e, assim, proporcionar retornos para os acionistas e benefícios para os restantes stakeholders;
- ii. manter uma estrutura de capital sólida para apoiar o desenvolvimento do seu negócio; e
- iii. manter uma estrutura de capital ótima que permita reduzir o custo do capital.

Capital risk is a broader concept than capital shown on the face of the balance sheet. The Group's objectives in relation to capital management include:

- ii. safeguards the Group's ability to continue operating and thus provide returns for shareholders and benefits for other stakeholders;
- ii. maintain a solid capital structure to support the development of its business;
- iii. maintain an optimal capital structure that allows reducing the cost of capital;

The Group monitors capital risk by following a set of ratios, namely Gearing, Net Debt/EBITDA and Return on Equity. These indicators assess the Group's financial leverage capacity and ability to generate adequate returns for the remuneration of its shareholders.

> visão estratégica e de negócio

> principais riscos e incertezas para a Luz Saúde

“...o crescimento dos preços, num contexto de inflação há muito não sentida, a manutenção de algumas dificuldades nas cadeias de abastecimento e a instabilidade geopolítica sujeitaram à Luz Saúde a um aumento significativo dos seus custos de produção.”

riscos económicos

envolyente económica

Os rendimentos da Luz Saúde têm origem em atividades localizadas em Portugal. Consequentemente, os resultados operacionais são, e é expectável que continuem a ser, significativamente afetados pelos desenvolvimentos financeiros, económicos e políticos em Portugal, ou que afetem direta ou indiretamente Portugal. Em 2022, o impacto da pandemia Covid-19 fez-se sentir de uma forma significativamente reduzida relativamente aos dois anteriores anos, fruto do sucesso das campanhas de vacinação. De facto, verificou-se uma retoma da utilização dos serviços prestadores de cuidados de saúde para níveis semelhantes ou até superiores aos verificados em 2019. Simultaneamente, os serviços públicos de saúde, aparentemente em consequência do sobre esforço para fazerem face à pandemia em 2020 e 2021, sofreram em 2022 de múltiplos problemas de incapacidade de resposta, como são exemplo os múltiplos encerramentos de serviços de urgência obstétrica, as dificuldades em garantir tempos de atendimento razoáveis nos serviços de urgência geral de adultos ou pediátricos, com uma diminuição generalizada dos níveis de serviço. A nível social, Portugal segue as tendências da Europa, com um aumento da esperança média de vida, em consequência de uma melhoria das condições de vida e acesso a avanços da medicina, o que se traduz numa população envelhecida, caracterizada pela multipatologia, pela cronicidade e por necessidades acrescidas de cuidados

de saúde. A procura de cuidados de saúde tenderá a aumentar e a Luz Saúde tem de ter capacidade de se adaptar e responder à evolução que as alterações socioeconómicas provocam na procura. Perante este contexto socioeconómico, a Luz Saúde tem adotado uma estratégia de expansão e inovação tecnológica.

Todavia, não podem, naturalmente, ser ignorados os impactos negativos da invasão da Ucrânia pela Confederação Russa em fevereiro de 2022, os quais vieram reforçar alguns efeitos da anterior crise pandémica e criar novos riscos de natureza económica. O crescimento dos preços da energia e dos bens e produtos, num contexto de inflação há muito não sentida no mundo ocidental, a manutenção de algumas dificuldades nas cadeias de abastecimento e a instabilidade geopolítica sujeitaram a Luz Saúde a um aumento significativo dos seus custos de produção. A melhoria da eficiência operacional foi, perante este cenário, a resposta mais adequada.

concorrência

O setor da saúde em Portugal é competitivo e a concorrência entre hospitais e outros prestadores de cuidados de saúde intensificou-se nos últimos anos, especialmente devido ao crescimento do setor dos cuidados de saúde privados. Os hospitais competem em fatores como reputação, excelência clínica, tecnologia, satisfação dos clientes e preço. A Luz Saúde enfrenta também a concorrência de outros prestadores de serviços de saúde – tais como hospitais públicos, clínicas em regime de ambulatório e centros de diagnóstico e terapêutica –, podendo enfrentar ainda

a concorrência de prestadores de cuidados de saúde internacionais que podem começar a prestar, no futuro, serviços de saúde em Portugal.

Além disso, nos últimos anos, o setor da saúde em Portugal tem assistido a um movimento de consolidação, à medida que os prestadores de cuidados de saúde procuram maior eficiência operacional em resultado da contração da economia e dos comportamentos adversos dos mercados financeiros, o que é expectável que continue a verificar-se, assistindo-se ainda a um crescente incremento da oferta de prestação de saúde com recurso a meios telemáticos e digitais, o que representa a entrada de novas entidades no mercado, atuando de forma massiva, com fácil capacidade de penetração e sem regulamentação específica. De facto, nada se sabe sobre a forma como as entidades que se limitam a oferecer cuidados de saúde por via telemática ou digital garantem a adequação técnico-profissional de quem realiza o atendimento, procedem ao registo, tratamento e partilha da informação pessoal e clínica dos doentes ou como asseguram a continuidade dos cuidados ou a referência para serviços prestadores de cuidados, quando necessário. Acrescem questões relativas à atribuição de responsabilidade – profissional, civil ou criminal – pela prestação de cuidados desnecessários, desadequados ou errados.

Se, no futuro, a concorrência aumentar e/ou se passar a incluir serviços que a Luz Saúde não consegue prestar, a concorrência poderá atrair clientes que, de outra forma, recorreriam às unidades da Luz Saúde, podendo afetar negativamente o volume de pacientes, os preços, a

> visão estratégica e de negócio

> principais riscos e incertezas para a Luz Saúde

“A Luz Saúde é pioneira na promoção da inovação tecnológica e de conhecimento, procurando satisfazer a procura com melhores diagnósticos e melhores tratamentos.”

quota global de mercado e as margens da Luz Saúde. Caso estas condições se verifiquem, a posição financeira, resultados operacionais ou as perspetivas futuras da Luz Saúde podem ser afetados de forma adversa.

riscos operacionais

risco clínico

A atividade da Luz Saúde envolve o tratamento de pacientes portadores de doenças infecciosas. Por outro lado, o processo de prestação de cuidados de saúde pode produzir uma multiplicidade de efeitos iatrogénicos com impactos negativos nas condições de saúde dos clientes da Luz Saúde. Uma pessoa que seja saudável, ou não esteja infetada, pode contrair doenças transmissíveis graves em resultado da sua permanência ou visita a um hospital, incluindo os da Luz Saúde. Isso poderá dar origem a pedidos de indemnização significativos iniciados contra a Luz Saúde e a danos reputacionais. Além disso, esses agentes infecciosos podem também infetar os profissionais e, assim, reduzir significativamente a capacidade de tratamento e atendimento nas unidades médicas da Luz Saúde, a curto, médio e longo prazo. Além de pedidos de indemnização, qualquer um desses eventos pode provocar diretamente limitações às atividades dos hospitais da Luz Saúde, em resultado de quarentenas, encerramento de partes dos hospitais para esterilização ou desinfeção, restrições regulatórias sobre licenças e autorizações e pode resultar, indiretamente, por força de danos reputacionais, numa redução da procura das

unidades de saúde da Luz Saúde. Qualquer um desses fatores ou eventos pode ter um efeito materialmente adverso sobre os negócios, posição financeira, resultados operacionais ou perspetivas futuras da Luz Saúde.

A Luz Saúde, através da Direção de Gestão de Risco e dos Grupos Coordenadores Locais do Programa de Prevenção e Controlo da Infecção e Resistência aos Antimicrobianos, procura divulgar, partilhar e implementar as melhoras práticas de monitorização e gestão de riscos de ordem clínica, com o objetivo de preventivamente gerir e mitigar a ocorrência dos riscos descritos.

segurança da informação e sistemas de informação

Os sistemas de informação da Luz Saúde são essenciais para uma série de áreas críticas do funcionamento do Grupo, incluindo o sistema de informação de saúde, faturação a clientes, sistemas de gestão de documentos eletrónicos, gestão de materiais clínicos e não-clínicos, contabilidade e auditoria, gestão logística, gestão de recursos humanos, entre outros. Qualquer falha de sistema, falha na alimentação elétrica ou outra perturbação que cause uma interrupção no serviço ou na disponibilidade dos seus sistemas de informação ou infraestruturas relacionadas, poderá afetar adversamente o negócio, a condição financeira, os resultados operacionais ou as perspetivas futuras da Luz Saúde.

Além disso, os servidores da Luz Saúde estão potencialmente vulneráveis a ataques informáticos,

às condições meteorológicas ou a desastres naturais, invasões e perturbações similares provocadas pelo acesso não autorizado. A ocorrência de qualquer um destes eventos poderá resultar em interrupções, atrasos, perda ou corrupção de dados ou indisponibilidade de sistemas e pode expor a Luz Saúde a responsabilidade em resultado de qualquer furto ou utilização indevida de dados pessoais armazenados nos seus sistemas.

A introdução de inovações tecnológicas associadas às plataformas de serviços, assim como o reforço das medidas técnicas de segurança em redes e sistemas, são aspetos críticos que o Grupo segue de forma constante para monitorizar e mitigar os riscos descritos.

inovação tecnológica

A Luz Saúde é pioneira na promoção da inovação tecnológica e de conhecimento, procurando satisfazer a procura com melhores diagnósticos e melhores tratamentos. O acompanhamento da inovação determina a evolução e o conseqüente sucesso da organização.

O investimento em investigação e desenvolvimento constitui uma aposta estratégica da Luz Saúde e uma forma de mitigação do risco de diminuição da procura. No seguimento do arranque, em 2021, do primeiro curso de medicina privado em Portugal, promovido pela Luz Saúde em associação com outros parceiros, tornando o Hospital da Luz Lisboa um Hospital Universitário, em 2022 foi oficialmente reconhecido o Centro Académico Clínico

> visão estratégica e de negócio

> principais riscos e incertezas para a Luz Saúde

“o sucesso da atividade da Luz Saúde depende do número e qualidade dos médicos e restantes profissionais de saúde e da manutenção de boas relações profissionais com os mesmos.”

- **Associação CAC Católica Luz** -, associação privada sem fins lucrativos que visa potenciar as sinergias já existentes entre a **Universidade Católica Portuguesa**, o **Grupo Luz Saúde**, o **Hospital da Luz**, a **GLSMED Learning Health** e a **União das Misericórdias Portuguesas**, mantendo assim a sua posição de liderança e inovação na medicina no nosso país e na Europa.

O Grupo Luz Saúde, através do Hospital da Luz Learning Health (HLLH), que está direcionado para a formação, investigação e inovação nos domínios da prestação e gestão de cuidados de saúde, desenvolveu parcerias com as universidades, numa ótica de retenção de talentos e obtenção de novas colaborações. O HLLH apoia também *startups* na área da saúde, promovendo o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores, designadamente através do seu Centro de Simulação, um dos maiores e mais avançados da Europa, inaugurado em 2021.

Os avanços tecnológicos na medicina continuam a suceder rapidamente. De forma a competir por médicos e pacientes com outros prestadores de serviços de saúde, a Luz Saúde tem de avaliar constantemente as suas necessidades em termos de equipamentos médicos e atualizar o equipamento em linha com os avanços tecnológicos verificados e as necessidades dos clientes. O custo de tais equipamentos representa uma despesa de investimento significativa. Se a Luz Saúde não tiver capacidade de adquirir nova tecnologia, de tal modo que os profissionais médicos não consigam prestar os serviços necessários ou acabem por abandonar os hospitais da Luz Saúde, isso poderá ter um efeito materialmente adverso nos negócios, na

condição financeira, nos resultados operacionais e nas perspetivas futuras da Luz Saúde.

dependência de parceiros

Os rendimentos da Luz Saúde resultam, sobretudo, de seguros de saúde privados suportados pelos pacientes ou empresas, e de subsistemas de saúde públicos (planos de saúde para funcionários públicos, atuais e reformados e seus dependentes). Com o fim da parceria do Hospital de Loures, em 18 de janeiro de 2022, deixou de existir qualquer dependência financeira direta da Luz Saúde relativamente ao Ministério da Saúde, com a exceção das matérias contratuais ainda pendentes, nomeadamente as relativas ao encerramento de contas de anos anteriores e as que se encontram pendentes de resultados de arbitragens em curso.

O sucesso futuro da Luz Saúde depende, em parte, da sua capacidade de manter boas relações com as Entidades Pagadoras. Se a relação da Luz Saúde com as Entidades Pagadoras se deteriorar, pode ser incapaz de negociar acordos de preços favoráveis e/ou o seu negócio pode ser adversamente afetado.

A Luz Saúde está ainda exposta ao risco de as Entidades Pagadoras poderem rejeitar, alterar, atrasar ou incumprir os pedidos de pagamento submetidos no decurso da prestação de serviços a pacientes cobertos por planos de saúde relevantes. Este risco pode ter origem em erro humano ou informático, falhas de compatibilidade de sistemas e processos entre a Luz Saúde e as Entidades Pagadoras, ou em

dificuldades financeiras, tais como constrangimentos de liquidez e problemas de insolvência por parte das Entidades Pagadoras.

gestão de talento

O desempenho da Luz Saúde depende da capacidade para atrair e reter médicos e outros profissionais de saúde, como enfermeiros e técnicos de saúde, experientes e de elevada qualidade. O recrutamento e retenção de médicos e outros profissionais de saúde qualificados competem com outros prestadores de cuidados de saúde, públicos e privados, incluindo os localizados noutros países da UE.

A reputação, qualificação, especialidades e capacidade dos profissionais de saúde nas várias unidades são fundamentais para a sua capacidade de atrair e reter clientes. Assim sendo, o sucesso da atividade da Luz Saúde depende do número e qualidade dos médicos e restantes profissionais de saúde e da manutenção de boas relações profissionais com os mesmos.

Pacote remuneratório, reputação do hospital, dimensão e composição da base de clientes, gestão e estratégia do hospital, qualidade dos equipamentos e instalações, qualidade e número de médicos e pessoal de apoio e posição de liderança no mercado são fatores considerados importantes pelas pessoas para a tomada de decisão sobre a escolha do seu empregador.

Aspetos como definição de planos de carreira, definição e desenvolvimento de perfis de

> visão estratégica e de negócio

> principais riscos e incertezas para a Luz Saúde

“O sucesso futuro da Luz Saúde depende, em parte, da sua capacidade de manter boas relações com as Entidades Pagadoras.”

competências, crescimento profissional através de *on-the-job training* ou através da participação em programas de formação (em formato *e-learning* ou em formato presencial), participação em eventos setoriais relevantes para os profissionais da Luz Saúde, ou dinamização de ações internas que visam promover a inclusão e participação de todos os colaboradores na estratégia do Grupo fazem parte da política de gestão de talento promovida pelo Grupo, através da Direção de Recursos Humanos.

evolução da pandemia de Covid-19

Em 2020, prolongando-se durante o ano de 2021, surgiu um novo risco com um enorme impacto na atividade das unidades do Grupo: o risco de pandemia, em particular o de SARS-CoV-2.

Após as profundas alterações a nível operacional verificadas em 2020, o ano de 2021 (em especial os meses de janeiro e fevereiro) iniciou-se com a maior onda de casos registada no nosso país. A preparação e experiência adquiridas permitiram que o impacto nas unidades do Grupo Luz Saúde fosse inferior ao anteriormente registado. Mantiveram-se os modelos de operação testados no ano anterior, com separação de doentes por tipologia e testagem massiva de doentes e profissionais, permitindo que a operação corrente tivesse o menor impacto possível.

A partir do segundo trimestre de 2021, foi possível iniciar uma franca recuperação da atividade em todas

as unidades do Grupo, tendo o ano terminado com uma atividade superior à verificada em 2019 em todas as áreas, com exceção das urgências. Esta situação reforçou-se em 2022, com todas as linhas assistenciais a apresentarem crescimento significativo, exceto a relativa às análises clínicas, com uma redução drástica da testagem para COVID-19.

O Grupo Coordenador de Controlo de Infecção, em conjunto com os Grupos (GCLPPCIRA) de cada uma das unidades, manteve o seu papel fundamental para, com o apoio do Conselho de Administração, permitir a elaboração e implementação de normas técnicas, processos e procedimentos na abordagem aos doentes com COVID positivo, na utilização de EPI, na limpeza e desinfeção de espaços e superfícies, entre outros.

Não estando ainda completamente mitigado o risco de exposição ao SARS-CoV-2, 2023 será previsivelmente um ano de maior normalização da vida no país, fruto essencialmente do sucesso da campanha de vacinação, permitindo antever que seja possível manter a evolução da atividade nas diferentes unidades do Grupo Luz Saúde.

risco contratual Hospital Beatriz Angelo

A Parceria Público-Privada do Hospital de Loures terminou às 24 horas do dia 18 de janeiro de 2022, de acordo com a informação transmitida à SGHL a 17 de janeiro de 2020 pela Entidade Pública Contratante –

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) – de que o Contrato de Gestão não seria renovado por um período adicional de 10 anos.

O processo de transmissão do estabelecimento para gestão pública foi claramente prejudicado pelo atraso verificado na criação, pelo Governo, da nova entidade gestora (Hospital de Loures EPE) e da nomeação do respetivo Conselho de Administração, o que apenas se verificou a pouco mais de um mês da data efetiva da transmissão. Todavia, praticamente todas as questões relativas a essa transmissão estão já fechadas de forma consensual, nos termos do Contrato de Transmissão e respetivas Adendas, entretanto assinados entre as partes – SGHL, ARSLVT e Hospital de Loures EPE –, sendo expectável que o processo seja considerado encerrado ainda no decurso do primeiro semestre de 2023.

Relativamente às principais questões com impacto financeiro relevante, destacam-se os Tribunais Arbitrais que decorrem atualmente, assim como o pedido de reequilíbrio financeiro já solicitado, devido aos efeitos que a pandemia teve na atividade do HBA. Relativamente ao reconhecimento do direito do HBA ao financiamento dos medicamentos distribuídos em farmácia hospitalar aos doentes com VIH/SIDA, o Tribunal Arbitral pronunciou-se favoravelmente, condenando a Entidade Pública Contratante ao pagamento de uma indemnização de cerca de €26 milhões. Já o Tribunal Arbitral constituído para resolver litígios relacionados com temas de faturação e que a SGHL entende ser um incumprimento contratual por parte do Estado Português, decidiu a favor do Estado, com um impacto financeiro na ordem dos

> visão estratégica e de negócio

> principais riscos e incertezas para a Luz Saúde

€7 milhões. Adicionalmente, o Grupo entende que, fruto da pandemia de COVID-19 (e dos atos que foram determinados nesse contexto), a atividade desenvolvida no âmbito do Contrato de Gestão celebrado entre o Estado Português e a sociedade do Grupo, a SGHL - Sociedade Gestora do Hospital de Loures, SA, para gestão do HBA em regime de parceria público-privada, foi afetada de forma muito significativa, com impacto negativo nas condições financeiras de desenvolvimento do referido contrato. O referido impacto traduziu-se quer numa diminuição de receitas, quer num aumento de despesas. A diminuição de receitas deveu-se, nomeadamente, ao cancelamento da atividade no HBA (mantendo-se, durante largos períodos de tempo, apenas a atividade considerada pelas autoridades administrativas urgente ou prioritária), sendo que o acréscimo de despesas não abrangido pelas obrigações ou riscos contratualmente assumidos pela SGHL ao abrigo do Contrato de Gestão e com claro impacto na sua atividade e no equilíbrio financeiro do mesmo ficou a dever-se, por exemplo, e para além de outras causas relevantes neste contexto, ao reforço extraordinário e imprevisto dos meios humanos e dos materiais necessários ao combate e/ou mitigação da propagação do vírus SARS-CoV-2. Neste plano, os condicionalismos de diversa natureza (sociais, sanitários, administrativos e legais) decorrentes das medidas adotadas para combater a pandemia de COVID-19 implicaram, inequivocamente, o assinalado aumento de despesas, assim como uma acentuada redução de receitas. Consequentemente, entende o Grupo que, nos termos do Contrato de Gestão, existe um direito ao recebimento de uma compensação de cerca de €50 milhões, em sede de reequilíbrio financeiro do

contrato, relativamente às operações desenvolvidas ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022 (no período de vigência do Contrato de Gestão). Por não existir ainda convergência de posições com a ARSLVT relativamente ao direito ao recebimento desta compensação, o Grupo optou por não registar qualquer rédito a ela associado, tendo, contudo, acionado os mecanismos previstos no Contrato de Gestão para ver reconhecido o seu direito. Existe ainda um processo de arbitragem relativamente ao financiamento do novo tratamento de Hepatite B, suspenso de forma abrupta e inopinada pelo Estado, cujo valor ronda os €2 milhões.

-
"A partir do segundo trimestre de 2021, foi possível iniciar uma franca recuperação da atividade em todas as unidades do Grupo, tendo o ano terminado com uma atividade superior à verificada em 2019 em todas as áreas, com exceção das urgências. Esta situação reforçou-se em 2022, com todas as linhas assistenciais a apresentarem crescimento significativo, exceto a relativa às análises clínicas, com uma redução drástica da testagem para Covid-19."
-



visão estratégica e de negócio



informação ambiental

A preocupação com o desenvolvimento sustentável na área ambiental, com vista a não comprometer a capacidade das gerações vindouras em suprir as próprias necessidades, conduz as organizações a olhar com especial atenção para o tema das economias dos recursos e da eficiência energética. Neste âmbito, tem-se procurado divulgar nas unidades da Luz Saúde informação no âmbito da proteção ambiental: eficiência energética; economia de recursos visando minimizar impactos ambientais em energia, gás e água; redução de emissões de gases e líquidos; triagem e tratamento adequados dos resíduos, entre outros. As atividades exercidas por algumas empresas participadas pela Luz Saúde estão sujeitas a legislação específica relativa ao tratamento dos resíduos gerados, tendo sido cumpridas todas as normas e diretivas aplicáveis, em cada local e para cada atividade específica. Adicionalmente, realizou-se um conjunto de sessões de formação sobre processos de separação e

tratamento dos vários tipos de resíduos hospitalares, destinado a colaboradores de várias unidades do Grupo Luz Saúde. Nos casos relevantes, as participadas subcontrataram a empresas especializadas a destruição de todo o lixo clínico e tóxico produzido, estando assim em conformidade com a lei. No ano de 2022, no âmbito do desenvolvimento das suas atividades, o Grupo não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, não se encontrando registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental, nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

A criação, em 2022, do Gabinete de Sustentabilidade da Luz Saúde permitirá uma gestão consolidada de todos

os aspetos relativos a esta dimensão, abrangendo, de forma estruturada, as questões relativas à Sustentabilidade Ambiental, Social e de *Governance* do Grupo Luz Saúde.

“A criação, em 2022, do Gabinete de Sustentabilidade da Luz Saúde permitirá uma gestão consolidada de todos os aspetos relativos a esta dimensão”

> visão
estratégica
e de negócio

> perspetivas
para 2023

Ao longo de 2023, a Luz Saúde concentrar-se-á no **crescimento** das novas unidades da sua rede (Hospital da Luz Clínica da Covilhã e Hospital da Luz Clínica de Santa Maria da Feira, que abriram em 2022; Hospital da Luz Clínica da Carreira (Funchal) e Hospital da Luz Clínica Luisa Todi (Setúbal) que iniciam atividade em 2023) e daquelas em que se verificaram processos de **expansão** (Hospital da Luz Lisboa) ou de **renovação** (Hospital da Misericórdia de Évora, cuja renovação terminará em 2023) a fim de potenciar o crescimento e melhorar a rentabilidade.

Simultaneamente, a Luz Saúde continuará ativa na concretização de oportunidades de consolidação e de expansão no mercado nacional.

Prevê-se também que no decorrer de 2023 se inicie o Tribunal Arbitral referente ao pedido de reequilíbrio financeiro, devido aos efeitos que a pandemia teve na atividade do HBA. Os condicionalismos de diversa natureza (sociais, sanitários, administrativos e legais) decorrentes das medidas adotadas para combater a

pandemia de COVID-19 implicaram, inequivocamente, o assinalado aumento de despesas, assim como uma acentuada redução de receitas. Não tendo havido convergência de posições entre a SGHL e a ARSLVT, iniciou-se a constituição do Tribunal Arbitral, que se prevê que decorra entre 2023 e 2024.

Manter-se-á a intensificação na aposta na digitalização de processos e otimização de estruturas operacionais, com a rentabilização dos investimentos já efetuados nas plataformas MY LUZ e Luz 24, que registaram crescimentos substanciais nos últimos anos, mantendo o esforço de realização não só de videoconsultas, programadas e urgente, assim como a implementação de programas clínicos estruturados, assentes em primeira instância em meios digitais, nas áreas do bem estar e Medicina Geral e Familiar.

Também a área de formação manter-se-á como uma aposta do Grupo Luz Saúde, nomeadamente com a atribuição de idoneidade formativa a mais especialidades no Hospital da Luz Lisboa (distinção

“a Luz Saúde continuará ativa na concretização de oportunidades de consolidação e de expansão no mercado nacional.”

atribuída pela Ordem dos Médicos), o que, a par da elevação do Hospital da Luz Lisboa a Hospital Universitário e da intensa formação pós-graduada do Hospital da Luz Learning Health, revela a aposta do Grupo na formação e retenção de talento. Continuará também a ser feito o reforço na formação dos profissionais não clínicos.

Será ainda mantida a aposta na sustentabilidade, através da implementação do compromisso ‘Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030’ das Nações Unidas, ao nível do Grupo e das suas unidades). Através da definição de uma estratégia de implementação faseada destes ODS2030, o objetivo é transversalizar a abordagem ESG (*Environment, Social and Governance*) quer na holding da Luz Saúde, quer nas unidades do Grupo.

Relativamente à expansão internacional da Luz Saúde, o Grupo mantém a análise ativa de oportunidades de expansão para outras geografias, no contexto do acionista Fidelidade/Fosun.

governance

Leia o código QR e acesse à LUZ Paint (exclusivo para clientes app MY LUZ).

Excelência
Uma referência
na saúde
desde 2000

40
governance

sistema de
governance
da Luz Saúde

41
governance

comissão
executiva

43
governance

equipa de
gestão

> governance

> sistema de governança da Luz Saúde

A Sociedade está atualmente organizada de acordo com um modelo de governo societário inspirado no modelo tradicional designado de "monista latino", tendo como órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas e o Secretário da Sociedade.

A **Assembleia Geral** é o órgão social constituído pela universalidade dos acionistas da Sociedade, ao qual competem funções atribuídas nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais.

Atendendo ao disposto na alínea a) do n.º 1 e aos n.ºs 2 e 3, todos do artigo 278.º e na alínea a) do n.º 2 do artigo 413.º do CSC, a Sociedade manteve como órgão único de administração o Conselho de Administração, remetendo a fiscalização da Sociedade para um **Conselho**

Fiscal e uma **Sociedade de Revisores Oficiais de Contas**. Neste modelo, o órgão de fiscalização da sociedade possui autonomia orgânica em relação ao órgão de gestão (conselho de administração).

O **Conselho de Administração** é constituído por um mínimo de cinco e um máximo de dezanove administradores, eleitos pela Assembleia Geral, por períodos de quatro anos.

A gestão corrente da Sociedade encontra-se delegada pelo Conselho de Administração na **Comissão Executiva**, aproximando-se a Sociedade, desta forma, do modelo de governo de inspiração anglo-saxónica. Através desta delegação de poderes, pretende-se assegurar uma maior eficiência na condução dos negócios correntes.

A Sociedade conta ainda com o apoio da **Comissão de Remunerações**, que é responsável pela fixação da remuneração dos titulares dos órgãos sociais da Sociedade e tem ainda um papel ativo na avaliação de desempenho dos administradores executivos, na medida em que lhe compete a fixação da remuneração variável daqueles.

Tendo em consideração a atividade desempenhada pela Sociedade, foram também criadas várias comissões de apoio à Comissão Executiva. Do ponto de vista operacional, foram constituídos o Conselho

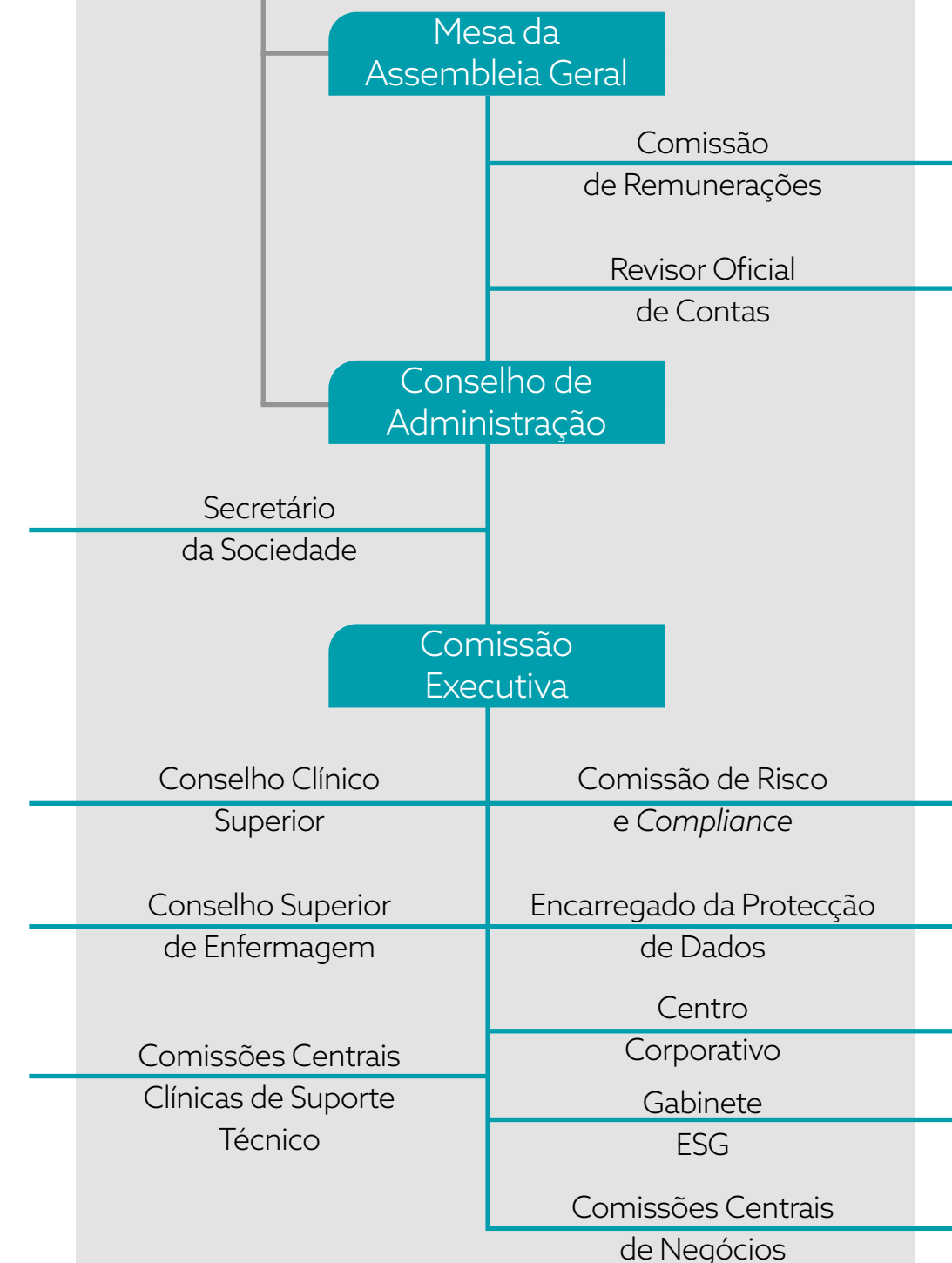
Clínico Superior, o Conselho Clínico Superior de Enfermagem e as Comissões Centrais Clínicas de Suporte Técnico. Em matéria corporativa, foram criados um Gabinete de Sustentabilidade e uma Comissão de Risco e *Compliance*. A segurança, proteção de dados e privacidade são asseguradas por um Encarregado da Proteção de Dados.

Existe ainda um Agrupamento Complementar de Empresas ("ACE"), resultante da junção das sociedades do Grupo que exploram unidades de saúde (com exceção da SGHL - Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A.), que tem como função a prestação de serviços partilhados às subsidiárias da Sociedade, através do conjunto das suas Direções Centrais.

A Sociedade é proprietária e responsável pela gestão de vinte e oito unidades de saúde, que incluem vinte e seis hospitais privados e clínicas em Portugal Continental e na Madeira, um hospital de cuidados especializados de reabilitação e uma residência sénior.

A Sociedade é ainda proprietária da GLSMED Trade, uma empresa de distribuição de produtos, equipamentos e dispositivos médicos do Grupo Luz Saúde, e do Hospital da Luz Learning Health, que aposta na formação básica e avançada de estudantes e profissionais na área da prestação e gestão de cuidados de saúde.

MODELO ORGANIZACIONAL LUZ SAÚDE





>
governance

>
comissão
executiva



Isabel Vaz
(CEO)

LUZ SAÚDE



João Novais
(CFO)



Tomás Fonseca
(COO)



Ivo Antão
(CITO)



Artur Vaz
(CRO)

041.176

>
governance
>
comissão
executiva
>
direções centrais



Isabel Vaz
(CEO)



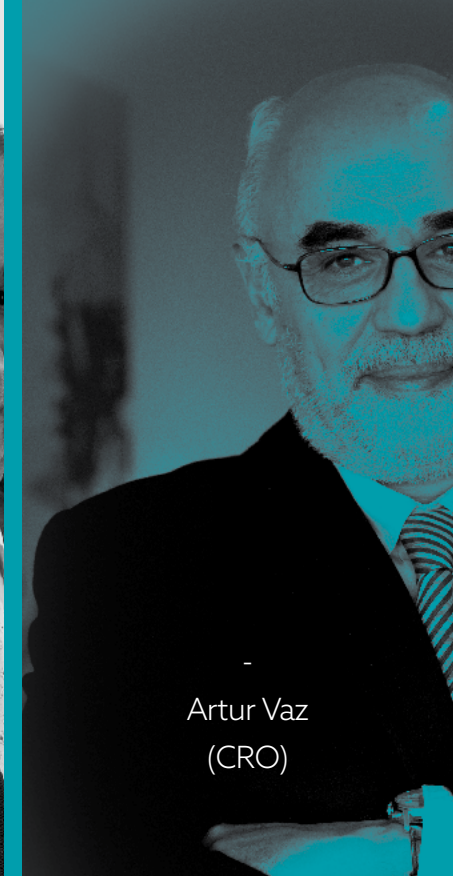
João Novais
(CFO)



Tomás Fonseca
(COO)



Ivo Antão
(CITO)



Artur Vaz
(CRO)

FRANCISCO MOTA

Direção de Estratégia e Análítica de Negócio

ANABELA LOBO DE CARVALHO

Direção Recursos Humanos

FRANCISCA LEITE

Direção de Formação, Investigação e Inovação

MARISA MORAIS

Direção de Marketing e Comunicação

FILIPE COSTA

Direção de Gestão de Valor em Saúde

JORGE HUMBERTO SOUSA

Direção de Programas Transversais de Enfermagem

NÉLSON BRITO

Direção de Serviço ao Cliente

PETRA MATIAS

Direção Hospital da Luz Digital

JOÃO FERREIRA REBELO

Direção Jurídica e de Compliance

NUNO PIRES

Direção Financeira e de Auditoria

ANA FREIRE DE ANDRADE

Direção de Serviços Administrativos e Financeiros

PEDRO LIMA

Direção Logística e Suporte Operacional

CLÁUDIA SANTOS

Direção Central da Farmácia e do Medicamento

GABRIELA VALIDO

Direção Central de Negociação

CRISTINA MESQUITA

Direção de Desenho e Controlo Operacional Clínico

LUÍS MARTINS

Direção Comercial

EVE JOKEL

International Patient Services

TOMÁS LINO

Direção de Novos Negócios

DAVID VIEIRA

Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação

HENRIQUE BENTES

Direção de Infraestruturas, Manutenção e Equipamentos

PEDRO PATRÍCIO

Direção Central de Diagnóstico por Imagem

JOSÉ VARELA GONÇALVES

Direção de Gestão de Risco

TÂNIA RAMOS

Direção de Acreditação e Certificação de Qualidade

> governance

> equipa de gestão

Conselho Clínico Superior

É a estrutura responsável pela coordenação clínica das unidades do Grupo Luz Saúde e pelo apoio clínico às reclamações com envolvimento jurídico.

Direção de Acreditação e Certificação de Qualidade (Auditoria Clínica)

Monitoriza a eficácia da implementação dos referenciais de qualidade nacionais e internacionais, através da realização de testes de compliance nas unidades da Luz Saúde. Tem como objetivo maior assegurar a excelência clínica na prestação de cuidados de saúde, pela manutenção e/ou implementação desses mesmos referenciais.

Direção Central de Diagnóstico por Imagem

Desenvolve a estratégia, gere e supervisiona os centros de diagnóstico por imagem das unidades do Grupo. Acompanha a inovação e tendências de mercado da imagem médica mundial, gere o parque de equipamentos, garante a adoção e cumprimento de programas de proteção radiológica e participa nos projetos de sistemas de

informação de pós-processamento avançado de imagem.

Direção Central de Farmácia e Medicamento

Estrutura operacional de apoio às unidades do Grupo, no âmbito de gestão, qualidade e segurança do circuito do medicamento, coordenação de recursos, definição de processos e compliance com requisitos legais e boas práticas. Define a estratégia de garantia de manutenção e sustentabilidade da supply chain de medicamentos, a otimização e uniformização de protocolos terapêuticos, maximizando eficiência, segurança e rentabilidade.

Direção Central de Negociação

Procurement e negociação de dispositivos médicos, fármacos correntes e equipamentos médicos e gerais necessários aos hospitais e clínicas do Grupo. Através de criteriosa seleção de parceiros comerciais, promove a criação de parcerias de longo prazo, baseadas em princípios de ética, confiança e comprometimento mútuo. Desenvolve novos tipos de cooperação e iniciativas em áreas como inovação e investigação, partilha de risco, formação e divulgação das melhores práticas clínicas.

Direção Comercial

Tem como missão contraturalizar, negociar e gerir os preços e as condições para a prestação de cuidados de saúde com entidades pagadoras de serviços de saúde, em diversos âmbitos e fins, tendo em conta os critérios de preço e

margens estabelecidas. Assegura a adesão e a coerência das regras operacionais e contratuais, necessárias para uma boa execução dos contratos, junto das unidades do Grupo e das entidades convencionadas. Participa, gere e mantém a política privada de preços, de acordo com a estratégia do Grupo e avaliação da concorrência. Participa e apoia o desenvolvimento, colocação e/ou realização de convenções locais ou de novos produtos nas unidades do Grupo.

Direção de Desenho e Controlo Operacional Clínico

É responsável por incrementar a eficiência nos processos, através da sua reformulação e, se aplicável, automatização. Faz a análise de fluxos, circuitos e atividades que não acrescentam valor ao processo, com o duplo objetivo da normalização da melhor prática em todo o Grupo, e do cumprimento da regulação existente no setor.

Direção de Estratégia e Analítica de Negócio

Procede à recolha e tratamento de informação operacional e financeira das diferentes unidades do Grupo, através da ferramenta de *Business Intelligence*. É também responsável pelo *Transformation Office*, suportando a implementação da estratégia definida pela Comissão Executiva baseada na gestão dos oito processos de assinatura do Grupo.

Direção Financeira e de Auditoria

Responsável pela gestão financeira, assegurando o financiamento das operações, o relato financeiro

em termos internos e externos, a gestão orçamental, a monitorização e a coordenação das políticas e procedimentos contabilísticos e fiscais, assim como dos trabalhos de auditoria financeira à Luz Saúde.

Direção de Formação, Investigação e Inovação

Atua em várias áreas: formação de profissionais de saúde, investigação clínica e em ciências da saúde, ciência de dados e inovação. É responsável pelo Centro de Formação e Simulação, pela ligação ao Centro Académico Clínico Católica-Luz e colabora com entidades do ecossistema de I&D+I em Portugal.

Direção de Gestão de Risco

Assegura o funcionamento dos processos de gestão de risco, com integridade e homogeneidade em todo o Grupo. Promove a utilização sistemática e consistente das estratégias de gestão de risco numa perspetiva integrada de melhoria contínua da qualidade e segurança do cliente, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de segurança, partilha de aprendizagens e mudança.

Direção de Gestão de Valor em Saúde

Implementa o programa Saúde Baseada em Valor (*Value Based Healthcare*) nos hospitais e clínicas do Grupo: cuidados de saúde prestados segundo as melhores práticas, que comprovadamente obtêm os melhores resultados clínicos na perspetiva dos doentes, com a menor variação dos custos utilizados para a máxima eficiência no ciclo total de cuidados.

> governance

> equipa de gestão

Direção de Infraestruturas, Manutenção e Equipamentos

É responsável pelo acompanhamento e gestão do ciclo de vida das infraestruturas e equipamentos na Rede Hospital da Luz, pela manutenção e gestão de edifícios, consumos (água, eletricidade, gás), equipamentos médicos e não médicos. Participa e dá apoio aos processos de licenciamento em diferentes níveis, à comissão de engenharia do Grupo e a todas as unidades da rede Hospital da Luz nas áreas da sua especialidade.

Direção de *International* Patient Services

Define a estratégia e gere os serviços de apoio aos clientes internacionais em toda a rede Hospital da Luz. É responsável pela divulgação deste serviço, em colaboração com a DMC, com enfoque na promoção junto das comunidades internacionais com ligação a Portugal. Desenvolve acordos com entidades internacionais para facilitação do acesso de clientes estrangeiros.

Direção Hospital da Luz Digital

Responsável pela prestação de cuidados de saúde à distância, de forma segura, simples e intuitiva: operacionaliza as videoconsultas programadas e urgentes em toda a rede Hospital da Luz, disponibiliza o monitor de saúde para partilha de dados entre cliente e médico (para uma visão integrada e completa da saúde) e assegura videoconsultórios em vários pontos do país.

Direção Jurídica e de Compliance

Presta aconselhamento jurídico às entidades do Grupo Luz Saúde, contribui para que os órgãos de gestão, as direções centrais, as unidades e os respetivos colaboradores cumpram a legislação aplicável e as regras e procedimentos (externos e internos) em vigor, de forma a mitigar riscos e evitar prejuízos resultantes da sua atividade. Assessora o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e o Conselho Fiscal em matérias de governo societário e apoia o Grupo em matéria de proteção de dados e privacidade, através de uma equipa especializada que conta com o Encarregado de Proteção de Dados.

Direção Logística e Suporte Operacional

Tem quatro eixos de atuação: gestão da cadeia de abastecimento (compra/distribuição de dispositivos médicos e todas as operações logísticas das unidades da Luz Saúde); gestão hoteleira (prestações de serviço de suporte à atividade, tais como limpeza, vigilância, alimentação, roupa, gestão de resíduos, desinfestação, parques de estacionamento, vending, concessão de espaços e gestão de edifícios centrais); gestão de consumos

(implementação das melhores práticas de registos, monitorizações e análises de consumos); e gestão da central de esterilização.

Direção de Marketing e Comunicação

Define e implementa a estratégia de marketing nas suas diversas vertentes: relacional, produto, canal, endomarketing, eventos, parcerias, comunicação e imagem corporativa. Dá resposta à produção de conteúdos e sua promoção, seja através de canais externos (meios de Comunicação Social e publicidade), seja através de canais próprios de comunicação da Luz Saúde, tais como redes sociais, sites, canal corporativo, revistas corporativas, newsletters e publicações científicas.

Direção de Novos Negócios

É responsável pela gestão de projetos que permitem ao Grupo aumentar a sua atividade, através de expansões, aquisições ou construção de novas unidades. Adicionalmente, participa na análise de algumas oportunidades de business development de unidades já existentes, bem como na elaboração das projeções financeiras da Luz Saúde.

Direção de Programas Transversais de Enfermagem

Responsável pela implementação das melhores práticas em enfermagem baseadas na evidência, com vista à criação de valor para o cliente interno e externo, através de um processo de consensualização e de desenvolvimento nas unidades da Luz Saúde. Coordena o Conselho Superior de Enfermagem, órgão de decisão clínica,

e colabora nos projetos das Direções Centrais que requerem participação da enfermagem.

Direção de Recursos Humanos

Define e implementa as políticas relativas à gestão dos recursos humanos da Luz Saúde, com base nas orientações estratégicas definidas pela Comissão Executiva e em estreita articulação com todas as unidades do Grupo, com o objetivo de estas serem capazes de atrair, desenvolver e reter pessoas excecionais.

Direção de Serviço ao Cliente

É responsável pela gestão do ecossistema digital da rede Hospital da Luz – o MY LUZ – e pela manutenção e desenvolvimento da ferramenta de CRM, assegurando uma visão 360° dos clientes. Assegura o acesso remoto dos clientes aos cuidados de saúde nas unidades, através da gestão do Contact Center, assim como do serviço de triagem urgente LUZ 24. Em conjunto com os hospitais e clínicas, revê continuamente os processos definidos, de forma a melhorar a experiência dos clientes.

Direção de Serviços Administrativos e Financeiros

É responsável pelos serviços partilhados de contabilidade, gestão da tesouraria e contas correntes dos clientes das várias unidades da Luz Saúde. Realiza toda a atividade de faturação às diversas entidades financiadoras e participa na elaboração dos orçamentos a clientes. Dá apoio à elaboração e controlo dos orçamentos anuais das unidades da Luz Saúde.

>
governance
>
equipa
de gestão

Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação

Desenha, implementa e mantém os sistemas e tecnologias de informação do Grupo, com recursos próprios ou recorrendo a parceiros tecnológicos. Faz a integração de aplicações desenvolvidas internamente com soluções adquiridas no mercado, para permitir à Luz Saúde acelerar a transformação do seu IT e ter capacidade de inovação. É responsável pela formação contínua dos colaboradores em boas práticas e pela modernização e reforço tecnológico, para poder proteger, detetar, responder e recuperar em caso de ameaça.

Gabinete de Sustentabilidade

A Luz Saúde ambiciona criar um impacto positivo nas pessoas, na sociedade e no planeta, através da inovação e da prestação de cuidados de saúde de excelência, assegurando a gestão responsável dos recursos e o cuidado com as pessoas, profissionais e comunidades onde atua. Cabe ao Gabinete de Sustentabilidade transversalizar esta abordagem ESG.

desempenho da Luz Saúde

47

desempenho
da Luz Saúde

desempenho
operacional

48

desempenho
da Luz Saúde

desempenho
financeiro

52

desempenho
da Luz Saúde

eventos
subsequentes

52

desempenho
da Luz Saúde

proposta
de aplicação
de resultados

52

desempenho
da Luz Saúde

autorizações
concedidas a
negócios

52

desempenho
da Luz Saúde

outras
informações

Inovação

Avançar para o futuro
à velocidade da luz

LUZ SAÚDE

> desempenho da Luz Saúde

> desempenho operacional

“O volume de negócios cresceu 10,6% atingindo os €599,1 milhões...”

- A atividade registou um crescimento face a 2021, em todas as linhas de serviço, com especial relevo para as urgências;

- O volume de negócios cresceu 10,6% atingindo os €599,1 milhões (2021: €541,8 milhões, sem impacto das operações do segmento público), com especial destaque para o crescimento das unidades em que o Grupo investiu nos últimos anos nomeadamente Lisboa, Oeiras, Vila Real e Torres de Lisboa;

- O EBITDA com um incremento de 26,9% para €81,6 milhões (2021: €64,3 milhões), fruto não só do incremento do nível de atividade, mas essencialmente por força de uma melhoria da margem EBITDA que em 2022 atingiu os 13,6% (face aos 11,9% de 2021);

- O resultado líquido atribuível aos acionistas atinge os €26,9 milhões, com um crescimento de 63,8%;

- A dívida líquida regista uma redução na ordem dos 4,4% para €375,6 milhões, e o rácio dívida líquida / EBITDA reduz para 4,6x;

- Em janeiro de 2022, o contrato de gestão do Hospital Beatriz Ângelo em regime de Parceria Público Privada chegou ao seu fim, com efeitos positivos em termos de rentabilidade operacional do Grupo, uma vez que as operações do segmento de negócio público, que apresentavam uma rentabilidade negativa, passam a ser apresentadas como operações descontinuadas.

desempenho operacional

Cuidados de saúde privados

(Em milhares de atos clínicos)	2022	2021	Var
Consultas	2 103	1 937	8,6%
Urgências	393	277	41,9%
Cirurgias e partos	64	60	6,7%
Exames de imagiologia	1 199	1 129	6,2%

A atividade cresceu face a 2021 em todas as linhas de serviço, com especial relevo no caso das urgências com um crescimento de 41,9%, ultrapassando os níveis pré-pandemia. No caso das restantes linhas de serviço importa ainda destacar o crescimento ao nível das consultas +8,6% e das cirurgias e partos +6,7%.

Os números de produção clínica apresentados em 2022 constituem o melhor desempenho de sempre do segmento de negócio privado.

>
desem-
penho
da Luz
Saúde

>
desempenho
financeiro

“A atividade cresceu face a 2021 em todas as linhas de serviço, com especial relevo no caso das urgências com um crescimento de 41,9%...”

desempenho financeiro

Demonstração dos resultados consolidados

(unidade: milhões de euros)

	31-dez-22	31-dez-21 (reexpresso)	Var.
Rendimentos operacionais	599,1	541,8	10,6%
Custos operacionais, sem depreciações e amortizações	(517,5)	(477,5)	8,4%
EBITDA	81,6	64,3	26,9%
Margem EBITDA	13,6%	11,9%	1,7 p.p.
Depreciações e amortizações	(38,7)	(34,9)	10,9%
EBIT	42,9	29,3	46,4%
Margem EBIT	7,2%	5,4%	1,8 p.p.
Resultados financeiros	(12,2)	(12,2)	0,0%
EBT	30,6	17,2	77,9%
Impostos	(2,4)	0,6	(500,0%)
Resultado das operações em continuação	28,2	17,8	58,4%
Resultado das operações descontinuadas	(1,5)	(1,4)	7,1%
Resultado líquido do exercício	26,7	16,3	63,8%
Resultado líquido atribuível aos interesses que não controlam	(0,2)	(0,3)	(33,3%)
Resultado líquido atribuível aos acionistas da Luz Saúde	26,9	16,6	62,0%
EPS (euros)	0,281	0,174	61,5%

> desempenho da Luz Saúde

> desempenho financeiro

volume de negócios

O volume de negócios cresceu 10,6% atingindo os €599,1 milhões em 2022 (2021: €541,8 milhões, considerando o segmento de negócio público apresentado como operações descontinuadas).

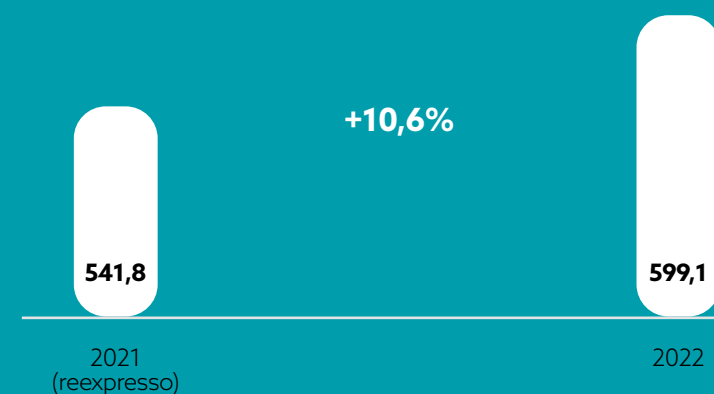
volume de negócios por segmento

O crescimento do volume de negócios teve como base o segmento de negócio de cuidados de saúde privado, que face a 2021 cresce 10,8%, atingindo um volume de negócios de €585,9 milhões, com especial destaque para o crescimento das unidades em que o Grupo investiu nos últimos anos nomeadamente Lisboa +15,6%, Oeiras +12,9%, Vila Real +12,6% e Torres de Lisboa +10,2%.

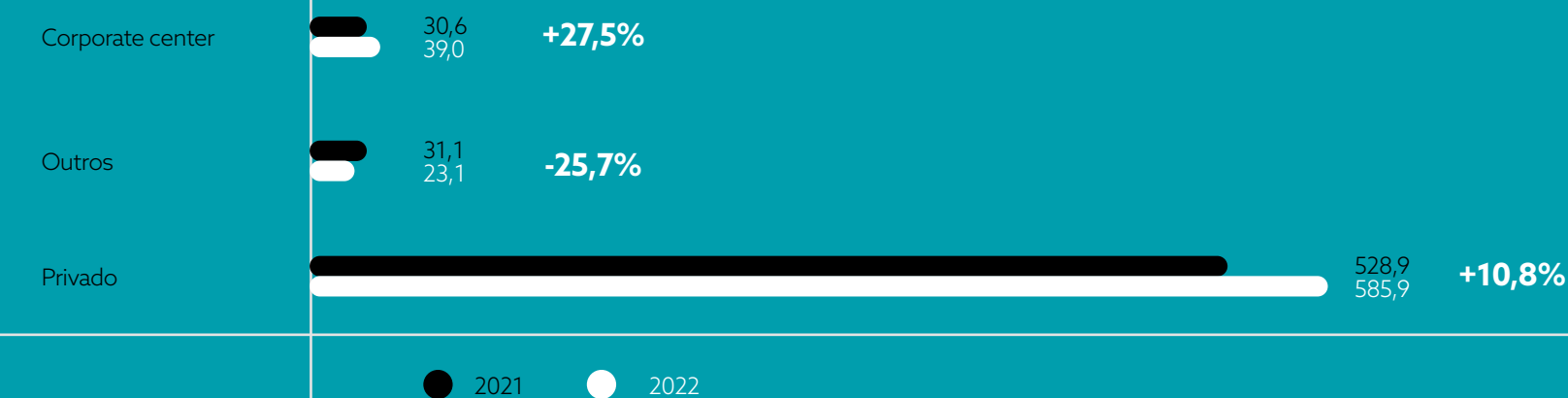
No caso do segmento de Outros negócios, o volume de negócios em 2022 cifrou-se em €23,1 milhões, registando um decréscimo na ordem dos 25,7%, fruto essencialmente de um abrandamento do negócio de venda de dispositivos médicos que atingiu picos de atividade nos períodos de maior incidência da pandemia COVID-19.

"O crescimento do volume de negócios teve como base o segmento de negócio de cuidados de saúde privado, que face a 2021 cresce 10,8%, atingindo um volume de negócios de €585,9 milhões..."

VOLUME DE NEGÓCIOS
(Em milhões de euros)



VOLUME DE NEGÓCIOS POR SEGMENTO
(Em milhões de euros)



> desempenho da Luz Saúde

> desempenho financeiro

EBITDA

O EBITDA cresceu 26,9% face a 2021 atingindo os €81,6 milhões. O segmento privado representa 95,8% do EBITDA atingindo um valor de €78,1 milhões em 2022 (2021: €63,9 milhões). Este crescimento do EBITDA foi sustentado no crescimento no nível de atividade de todas as unidades e pela significativa melhoria da margem EBITDA fruto do esforço desenvolvido pela gestão para conter o crescimento da estrutura de custos, que em 2022 se revestiu de dificuldades acrescidas fruto não só das pressões inflacionistas que a economia em termos globais tem sofrido, mas em especial da pressão salarial que o mercado de trabalho na área da saúde tem sentido.

resultado líquido

Resultado líquido face a 2021 cresceu 63,8% para €26,7 milhões, fruto essencialmente do contributo operacional das operações em continuação e em especial do segmento de cuidados de saúde privado.

As depreciações e amortizações registam, face a 2021, um crescimento na ordem dos 10,9%, fruto da manutenção do nível de investimento, com especial relevo para o investimento realizado na expansão da rede de cuidados de saúde (abertura das clínicas de Santa Maria da Feira e Covilhã).

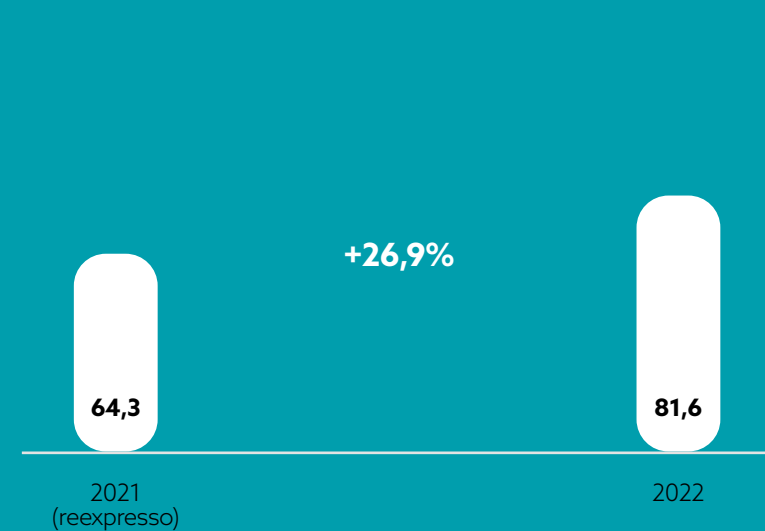
Por sua vez, os resultados financeiros mantiveram o seu nível estável face a 2021, apesar do agravamento

das condições de financiamento, tendo contribuído para esta performance as operações de fixação de taxa de juro contratadas no passado para parte da dívida do Grupo.

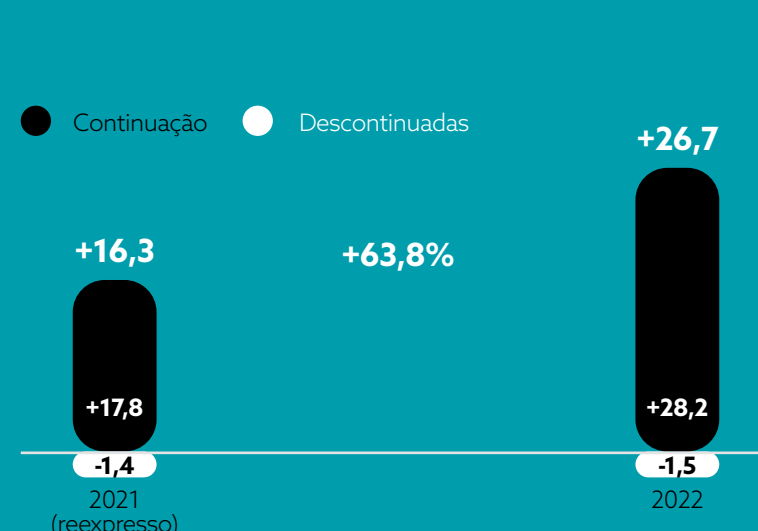
Em termos de imposto sobre o rendimento, o crescimento dos resultados teve um reflexo direto no crescimento do encargo com imposto sobre o rendimento, crescimento este atenuado pela utilização dos diferentes benefícios fiscais em vigor, com particular relevo para o SIFIDE, refletindo a aposta contínua do Grupo no apoio à investigação e desenvolvimento.

"Resultado líquido face a 2021 cresceu 63,8% para €26,7 milhões, fruto essencialmente do contributo operacional das operações em continuação e em especial do segmento de cuidados de saúde privado."

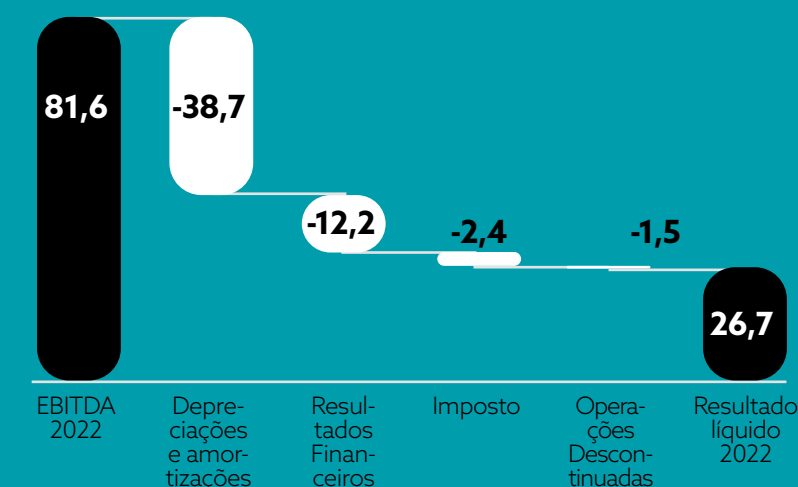
EBITDA
(Em milhões de euros)



RESULTADO LÍQUIDO
(Em milhões de euros)



DO EBITDA PARA O RESULTADO LÍQUIDO
(Em milhões de euros)



> desempenho da Luz Saúde

> desempenho financeiro

As operações descontinuadas referem-se na íntegra às operações do segmento de prestação de cuidados de saúde públicos de 1 a 18 de janeiro de 2022 (e da totalidade do ano de 2021), que fruto do término do contrato de gestão do Hospital Beatriz Ângelo em regime de Parceria Público-Privada, passaram a ser apresentadas como operações descontinuadas.

capex

Em 2022, a Luz Saúde manteve um elevado nível de investimento em ativos fixos (€50,8 milhões), dos quais cerca de €17,7 milhões (2021: €15,7 milhões) foram investidos na expansão da rede de unidades de prestação de cuidados de saúde destacando-se a abertura das unidades de Santa Maria da Feira e Covilhã, o lançamento de novos projetos (Figueira da Foz, Leiria e Vila Franca de Xira), a expansão de projetos já existentes (Évora, Funchal e Setúbal). Numa base acumulada nos últimos cinco anos o Grupo investiu cerca de €333,3 milhões, deste total cerca de 60% foi investido em projetos de expansão da rede de prestação de cuidados de saúde.

financiamento

Em termos de financiamento das operações o exercício de 2022, foi pautado por uma redução da dívida líquida em cerca de €17,4 milhões, ainda que o Grupo tenha mantido os níveis de investimento do exercício anterior.

O rácio dívida líquida / EBITDA registou uma melhoria relevante passando de 6,12 (com base no EBITDA reexpresso) para 4,60. Para esta acentuada melhoria muito contribuiu, por um lado a evolução positiva da performance do Grupo em termos de crescimento dos seus resultados, e por outro lado, o esforço realizado para reduzir a dívida líquida.

EVOLUÇÃO DO CAPEX
(Em milhões de euros)



DÍVIDA LÍQUIDA
(Em milhões de euros)



DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA
(Em milhões de euros)



“Em termos de financiamento das operações o exercício de 2022, foi pautado por uma redução da dívida líquida em cerca de €17,4 milhões...”

> desempenho da Luz Saúde >

eventos subsequentes

Entre 31 de dezembro de 2022 e a data de aprovação deste relatório não se registaram eventos relevantes que não se encontrem refletidos no mesmo.

proposta de aplicação de resultados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apurou-se um resultado líquido consolidado de €26.699.316,92 e um resultado líquido nas contas individuais de €16.428.237,42.

O valor do resultado líquido individual resulta do facto da sociedade ter, de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis, reconhecido, nas contas do exercício, um valor de €1.233.000,00 como montante afeto a distribuição de lucros por Colaboradores e Administradores Executivos da sociedade. No caso dos Administradores Executivos a determinação deste valor está dependente da decisão da Comissão de Remunerações da sociedade.

Neste enquadramento e nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2022, no montante global de €16.428.237,42, apurado com base nas demonstrações financeiras individuais, tenha a seguinte aplicação:

- (i) Reserva Legal: €821.411,87
- (ii) Reservas Livres: €15.606.825,55

autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existe qualquer autorização concedida a negócios entre a sociedade e os seus administradores nos termos do art. 397º do Código das Sociedades Comerciais.

outras informações

informação sobre a participação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no capital da empresa a 31 de dezembro de 2022

De acordo com o disposto no nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, a Luz Saúde, SA comunica que nenhum dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização possui qualquer participação no capital da empresa em 31 de dezembro de 2022.

revisor oficial de contas

O Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados - SROC, SA, não detinha quaisquer ações, em 31 de dezembro de 2022, não tendo realizado transações com quaisquer títulos da Luz Saúde, SA.

>
desem-
penho
da Luz
Saúde
>

informação
sobre ações
próprias

Durante o período entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 a sociedade não realizou operações com ações próprias.

Em 31 de dezembro de 2022, a Luz Saúde, SA não detinha qualquer ação própria.

Lisboa, 14 de abril de 2023

(Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia)

(Miguel Barroso Abecasis)

(Ivo Joaquim Antão)

(Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz)

(Rogério Miguel Antunes Campos Henriques)

(João Paulo da Cunha Leite de Abreu Novais)

(Fang Yao)

(Vitor Manuel Lopes Fernandes)

(Tomás Leitão Branquinho da Fonseca)

(Lingjiang Xu)

(Artur Aires Rodrigues de Morais Vaz)

anexos

Hospital de Dia
Day Care Hospital
Centro de Oncologia
Oncology Center

55

anexos

demonstrações
financeiras
consolidadas

61

anexos

notas às
demonstrações
financeiras
consolidadas

125

anexos

relatório e
parecer do
Conselho
Fiscal e
certificação
legal das
contas

127

anexos

demonstrações
financeiras
individuais

133

anexos

notas às
demonstrações
financeiras
individuais

174

anexos

relatório e
parecer do
Conselho
Fiscal e
certificação
legal das
contas

Excelência

Uma referência
na saúde
desde 2000

LUZ SAÚDE

demonstrações financeiras consolidadas

55

anexos

demonstrações
financeiras
consolidadas

61

anexos

notas às
demonstrações
financeiras
consolidadas

125

anexos

relatório e
parecer do
Conselho
Fiscal e
certificação
legal das
contas

127

anexos

demonstrações
financeiras
individuais

133

anexos

notas às
demonstrações
financeiras
individuais

174

anexos

relatório e
parecer do
Conselho
Fiscal e
certificação
legal das
contas

Inovação

Avançar para o futuro
à velocidade da luz

LUZ SAÚDE



anexos



demonstrações financeiras consolidadas



índice

Demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

57

Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022

58

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

59

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

60

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

A. A entidade, eventos relevantes e alterações no exercício

- 1. Entidade de reporte
- 2. Aprovação das demonstrações financeiras

B. Performance no exercício de 2022

- 3. Rédito e relato por segmentos
- 4. Outros rendimentos e ganhos operacionais
- 5. Inventários consumidos e vendidos
- 6. Materiais e serviços consumidos
- 7. Gastos com o pessoal
- 8. Outros gastos e perdas operacionais
- 9. Custo financeiro, líquido
- 10. Imposto sobre o rendimento

61

61

64

64

64

68

69

69

69

70

70

71

C. A posição financeira

- 11. Fundo de manei
- 12. Investimentos
- 13. Financiamento das operações
- 14. Outros

D. Gestão de risco financeiro

- 15. Riscos financeiros
- 16. Instrumentos financeiros derivados

E. Outra informação

- 17. Operações descontinuadas
- 18. Contingências
- 19. Responsabilidades por garantias prestadas
- 20. Partes relacionadas
- 21. Principais políticas contábilísticas

74

74

78

86

93

96

96

101

103

103

106

108

108

109

> anexos

> demonstrações financeiras consolidadas

demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

montantes expressos em milhares de euros

	Notas	31-dez-22	31-dez-21 (reexpresso*)
Operações em continuação			
Prestação de serviços	3.2	588 289	529 973
Vendas	3.2	3 791	9 617
Outros rendimentos e ganhos operacionais	4	6 974	2 233
Total de proveitos operacionais		599 054	541 823
Inventários consumidos e vendidos	5	(85 028)	(83 891)
Materiais e serviços consumidos	6	(271 409)	(245 362)
Gastos com o pessoal	7	(149 165)	(134 611)
Outros gastos e perdas operacionais	8	(9 000)	(6 700)
Provisões, líquidas	14.1	(3 102)	(4 716)
Imparidades, líquidas	14.2	284	(2 283)
Gastos de depreciação e amortização	12	(38 748)	(34 920)
Resultado operacional		42 886	29 340
Rendimentos e ganhos financeiros	9	1 502	475
Juros e outros gastos e perdas financeiras	9	(13 743)	(12 660)
Resultado antes de imposto		30 645	17 155
Imposto sobre o rendimento	10.1	(2 445)	627
Resultado das operações em continuação		28 200	17 782
Operações descontinuadas			
Resultado das operações descontinuadas	17	(1 501)	(1 443)
Resultado líquido do exercício		26 699	16 339

	Notas	31-dez-22	31-dez-21 (reexpresso*)
Outro rendimento integral			
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:			
Justo valor dos instrumentos de cobertura dos fluxos de caixa, líquido de imposto	16	4 493	225
Outro rendimento integral do exercício		4 493	225
Rendimento integral total do exercício		31 192	16 564
Resultado líquido atribuível a:			
Acionistas da Empresa		26 870	16 616
Interesses que não controlam	13.4	(171)	(277)
Resultado líquido atribuível a Acionistas da Empresa:			
Das operações em continuação		28 371	18 059
Das operações descontinuadas		(1 501)	(1 443)
Rendimento integral atribuível a:			
Acionistas da Empresa	13.2	31 363	16 841
Interesses que não controlam	13.4	(171)	(277)
Resultado por ação básico:			
Das operações em continuação	13.3	0,297	0,189
Total atribuível aos Acionistas da Empresa	13.3	0,281	0,174
Resultado por ação diluído:			
Das operações em continuação	13.3	0,297	0,189
Total atribuível aos Acionistas da Empresa	13.3	0,281	0,174

*valores comparativos de 2021, reexpressos para apresentar as operações do segmento de negócio público como operações descontinuadas

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

>
anexos

>
demonstrações
financeiras
consolidadas

balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022

montantes expressos em milhares de euros

	Notas	31-dez-22	31-dez-21
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	12.1	349 633	353 370
Ativos sob direito de uso	12.2	112 057	96 951
Ativos intangíveis	12.3	158 697	155 250
Ativos por impostos diferidos	10.4	8 741	20 275
Outros ativos	11.4	2 702	2 760
Outras contas a receber	11.1	1 713	1 638
Investimentos em associadas	12.4	-	851
Instrumentos financeiros derivados	16	4 327	-
Ativos financeiros ao justo valor por resultados	12.5	12 604	8 979
Total do ativo não corrente		650 474	640 074
Ativo corrente			
Inventários	11.2	15 091	18 956
Outros ativos	11.4	6 004	6 647
Clientes e outras contas a receber	11.1	109 757	143 427
Impostos sobre o rendimento a receber	10.3	1 731	-
Caixa e seus equivalentes	13.5	47 352	36 090
		179 935	205 120
Ativos das operações descontinuadas	17	40 506	7 030
Total do ativo corrente		220 441	212 150
Total do ativo		870 915	852 224

	Notas	31-dez-22	31-dez-21
Capital próprio			
Capital e reservas			
Capital		95 542	95 542
Prêmios de emissão		61 796	61 796
Reservas e resultados acumulados		138 510	107 147
Total do capital próprio atribuível aos Acionistas	13.2	295 848	264 485
Interesses que não controlam	13.4	1 007	1 178
Total do capital próprio		296 855	265 663
Passivo			
Passivo não corrente			
Empréstimos	13.6	249 696	269 911
Passivos por locação	13.6	84 582	77 283
Instrumentos financeiros derivados	16	-	2 466
Provisões	14.1	10 085	21 594
Total do passivo não corrente		344 363	371 254
Passivo corrente			
Fornecedores	11.3	33 360	34 732
Outras contas a pagar	11.3	80 099	82 527
Empréstimos	13.6	67 034	65 012
Impostos sobre o rendimento a pagar	10.3	-	196
Passivos por locação	13.6	21 681	16 877
Proveitos diferidos e outros passivos correntes	14.3	11 360	12 628
		213 534	211 972
Passivos das operações descontinuadas	17	16 163	3 335
Total do passivo corrente		229 697	215 307
Total do passivo		574 060	586 561
Total do capital próprio e do passivo		870 915	852 224

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

>
anexos

>
demonstrações
financeiras
consolidadas

demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

montantes expressos em milhares de euros

	Notas	31-dez-22	31-dez-21 (reexpresso*)
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		583 297	553 808
Pagamentos a fornecedores		(345 166)	(337 387)
Pagamentos ao pessoal		(83 123)	(75 722)
Caixa gerada pelas operações		155 008	140 699
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento	10	(3 116)	1 224
Outros recebimentos/(pagamentos) operacionais		(62 828)	(54 772)
Fluxo das atividades operacionais de operações em continuação		89 064	87 151
Fluxo das atividades operacionais de operações descontinuadas		3 877	(11 741)
Fluxo das atividades operacionais		92 941	75 410
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Alienação de unidades de negócio	4	7 315	767
Alienação de ativos fixos tangíveis		49	28
Subsídios ao investimento		3	1
Juros e rendimentos similares		15	-
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos em associadas	12.4	-	(54)
Aquisição de ativos fixos tangíveis		(22 629)	(27 755)
Ativos intangíveis		(4 859)	(2 966)
Aquisição de interesses que não controlam		-	(53)
Aquisição de outros ativos financeiros	12.5.1	(3 000)	(1 750)
Fluxo das atividades de investimento de operações em continuação		(23 106)	(31 782)
Fluxo das atividades de investimento de operações descontinuadas		(326)	(585)
Fluxo das atividades de investimento		(23 432)	(32 367)

*valores comparativos de 2021, reexpressos para apresentar as operações do segmento de negócio público como operações descontinuadas

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

	Notas	31-dez-22	31-dez-21 (reexpresso*)
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		712 701	1 040 890
Outras operações de financiamento		-	(29 550)
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(692 451)	(1 058 398)
Locações	12.2.2	(29 197)	(20 497)
Juros e gastos similares	9	(9 419)	(10 837)
Outras operações de financiamento		-	13 000
Fluxo das atividades de financiamento de operações em continuação		(18 366)	(65 392)
Fluxo das atividades de financiamento de operações descontinuadas		(2 950)	13 003
Fluxo das atividades de financiamento		(21 316)	(52 389)
Varição de caixa e seus equivalentes		48 193	(9 346)
Transferência para operações descontinuadas		(69)	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	13.5	453	9 799
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	13.5	48 577	453

>
anexos

>
demonstrações
financeiras
consolidadas

demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

montantes expressos em milhares de euros

	Capital	Prêmios de emissão	Reservas e resultados acumulados	Total do capital próprio atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
Em 1 de janeiro de 2021	95 542	61 796	90 300	247 638	1 503	249 141
Transações com detentores de capital próprio						
Aquisição de interesses que não controlam	-	-	6	6	(48)	(42)
Total de transações com detentores de capital próprio	-	-	6	6	(48)	(42)
Resultado líquido do exercício	-	-	16 616	16 616	(277)	16 339
Outro rendimento integral do exercício	-	-	225	225	-	225
Em 31 de dezembro de 2021	95 542	61 796	107 147	264 485	1 178	265 663
Em 1 de janeiro de 2022	95 542	61 796	107 147	264 485	1 178	265 663
Resultado líquido do exercício	-	-	26 870	26 870	(171)	26 699
Outro rendimento integral do exercício	-	-	4 493	4 493	-	4 493
Em 31 de dezembro de 2022	95 542	61 796	138 510	295 848	1 007	296 855

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas



anexos



notas às demonstrações financeiras consolidadas

A a entidade, eventos relevantes e alterações no exercício

1. entidade de reporte

A Luz Saúde, SA (a seguir designada “Luz Saúde” ou “Empresa” e conjuntamente com as suas subsidiárias, designada por “Grupo”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, na rua Carlos Alberto da Mota Pinto 17 -9º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 504 885 367, é a empresa-mãe do Grupo Luz Saúde, grupo composto por empresas que atuam na área da prestação de cuidados de saúde, incluindo a gestão de hospitais de agudos, clínicas de ambulatório, hospitais residenciais e uma residência sénior com serviços.

A Luz Saúde é controlada pela Fosun International Holdings, Ltd (Fosun) através da Fidelidade – Companhia de Seguros, SA (Fidelidade).

1.1. eventos relevantes de 2022

A atividade do Grupo ao longo do exercício de 2022, a sua posição financeira e a performance económica foram impactadas pelos seguintes eventos:

- No dia 18 de janeiro de 2022, o Contrato de Gestão do Hospital Beatriz Ângelo (HBA) cessou os seus efeitos. Nessa data, o Grupo através da sua subsidiária SGHL transmitiu a gestão do HBA assim como todos os bens, direitos, obrigações e trabalhadores afetos ao estabelecimento hospitalar, à Entidade Pública Contratante – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT). A partir da data de transmissão do HBA para esfera pública, o Grupo passou a apresentar o segmento de negócio Público como um segmento em descontinuação, transferindo os ativos e passivos afetos a este segmento de negócio para as rubricas de ativos e passivos por operações descontinuadas.

- Durante o mês de março de 2022, o Grupo abriu duas novas clínicas situadas em Santa Maria da Feira e na Covilhã, apostando no aumento da

oferta de cuidados de saúde de proximidade, mas sempre integrados na Rede Hospital da Luz, de modo a responder de forma adequada e rápida a cada situação clínica, independentemente da sua complexidade. Neste contexto, o Hospital da Luz Clínica de Santa Maria da Feira e o Hospital da Luz Clínica da Covilhã funcionarão em articulação com o Hospital da Luz Arrábida e com o Hospital da Luz Coimbra, respetivamente, de forma a assegurar um maior apoio e segurança às equipas clínicas e aos seus doentes, a continuidade dos cuidados médico-cirúrgicos, incluindo partos, e uma resposta eficaz às mais diversas situações clínicas.

- No dia 26 de setembro de 2022, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e de Créditos Acionistas para a venda de 100% do capital social e direitos de voto da subsidiária Casas de Carnaxide, sociedade que detinha e geria uma unidade residencial sénior em Carnaxide. Com esta operação o Grupo alienou o negócio e os ativos inerentes ao seu funcionamento por um valor de €7,25 milhões, tendo realizado um ganho com a operação de €3,4 milhões.

>
anexos

>
notas às
demonstrações
financeiras
consolidadas

1.2. composição do grupo e alterações

1.2.1. composição do grupo em 31 de dezembro de 2022

Em 31 de dezembro de 2022 as empresas que compõem o Grupo são as seguintes:

	Sede	Percentagem do capital detido ⁽¹⁾		Segmento
		31-dez-22	31-dez-21	
Empresa-mãe:				
Luz Saúde, SA	Lisboa	-	-	Centro corporativo
Subsidiárias:				
Capital Criativo Health Care Investments II, SA ("CCHCI II")	Lisboa	100,00%	100,00%	Privado
Casas da Cidade - Residências Sénior, SA ("CASAS")	Lisboa	100,00%	100,00%	Outras atividades
Casas da Cidade - Residências Sénior de Carnaxide, SA ("CASAS CARNAXIDE")	Oeiras	-	100,00%	Outras atividades
CRB - Clube Residencial da Boavista, SA ("CRB")	Porto	100,00%	100,00%	Privado
GLSMED Learning Health, SA ("GLSLH")	Lisboa	100,00%	100,00%	Outras atividades
GLSMED Trade, SA ("GLST")	Lisboa	100,00%	100,00%	Outras atividades
HME - Gestão Hospitalar, SA ("HME")	Évora	100,00%	100,00%	Privado
Hospital da Luz Arrábida, SA ("HAG")	V. N. Gaia	100,00%	100,00%	Privado
Hospital da Luz Aveiro, SA ("HLA")	Aveiro	95,71%	95,71%	Privado
Hospital da Luz Centro Clínico da Amadora, SA ("HL-CCA")	Amadora	100,00%	100,00%	Privado
Hospital da Luz Coimbra, SA ("HLC")	Coimbra	100,00%	100,00%	Privado
Hospital da Luz Guimarães, SA ("HLG")	Guimarães	100,00%	100,00%	Privado
Hospital da Luz Oeiras, SA ("HLO")	Oeiras	100,00%	100,00%	Privado
Hospital da Luz, SA ("HLL")	Lisboa	100,00%	100,00%	Privado
Hospital Residencial do Mar, SA ("HRM")	Loures	75,00%	75,00%	Privado
HOSPOR - Hospitais Portugueses, SA ("HOSPOR")	Póvoa de Varzim	100,00%	100,00%	Privado
Luz Saúde - Serviços, ACE ("ACE") ⁽²⁾	Lisboa	100,00%	100,00%	Centro corporativo
Luz Saúde - Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, SA ("USATI")	Lisboa	100,00%	100,00%	Mix ⁽³⁾
RML - Residência Medicalizada de Loures, SGPS, SA ("RML")	Lisboa	75,00%	75,00%	Privado
Hospital da Luz Funchal, SA ("HLF")	Funchal	81,35%	81,35%	Privado
SGHL - Sociedade Gestora do Hospital de Loures, SA ("SGHL")	Lisboa	99,99%	99,99%	Público
Surgicare - Unidades de Saúde, SA ("SURGICARE")	Lisboa	100,00%	100,00%	Privado
Vila Lusitano - Unidades de Saúde, SA ("VLUSITANO")	Lisboa	75,00%	75,00%	Privado

(1) a percentagem do capital social inclui a percentagem detida direta e indiretamente pela Luz Saúde, SA em cada uma das subsidiárias.

(2) a Luz Saúde - Serviços, ACE, constituída sem capital social, em 31 de dezembro de 2022, agrupa doze sociedades participadas do Grupo. A percentagem indicada é referente aos votos detidos.

(3) a Luz Saúde - Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira idade, SA pertence em simultâneo aos segmentos Privado e Outras atividades

1.2.2. alterações no perímetro do Grupo

Em 2022, ocorreu a alienação da subsidiária Casas de Carnaxide (nota 17) e da participada Genomed (nota 12.4.1), operações que alteraram a composição do Grupo face à estrutura societária em 31 de dezembro de 2021.

Ainda que não afetando a estrutura societária do Grupo, importa salientar que com a cessação em 18 de janeiro de 2022 do Contrato de Gestão do HBA, o Grupo transmitiu a gestão e todos os bens, direitos, obrigações e trabalhadores afetos ao estabelecimento hospitalar, à Entidade Pública Contratante - ARS-LVT, pelo que a partir dessa data os ativos e passivos deste segmento de negócio passaram a ser apresentados como operações descontinuadas (nota 17).

>
anexos

>
notas às
demonstrações
financeiras
consolidadas

1.2.3. reexpressão do comparativo

Com a cessão do Contrato de Gestão do HBA para a esfera estatal, o Grupo passou a apresentar os ativos e passivos que resultaram deste contrato e que não foram transmitidos para o Estado, em operações descontinuadas. De acordo com o preconizado no IFRS 5, os valores comparativos da demonstração dos resultados e dos fluxos de caixa, foram reexpressos.

As alterações no comparativo na demonstração dos resultados podem ser apresentadas como segue:

	31-dez-21 (publicado)	31-dez-21 (operações descontinuadas)	31-dez-21 (reexpresso)
Rendimentos e ganhos operacionais	664 958	(123 135)	541 823
Custos operacionais	(603 972)	126 409	(477 563)
	60 986	3 274	64 260
Gastos de depreciação e amortização	(35 705)	785	(34 920)
Resultado operacional	25 281	4 059	29 340
Resultado financeiro	(12 317)	132	(12 185)
Resultado antes de imposto	12 964	4 191	17 155
Imposto sobre o rendimento	3 375	(2 748)	627
Resultado das operações em continuação	16 339	1 443	17 782
Resultado das operações descontinuadas	-	(1 443)	(1 443)
Resultado líquido do exercício	16 339	-	16 339

As alterações no período comparativo na demonstração dos fluxos de caixa podem ser apresentadas como segue:

	31-dez-21 (publicado)	31-dez-21 (operações descontinuadas)	31-dez-21 (reexpresso)
Fluxo das atividades operacionais	75 410	11 741	87 151
Fluxo das atividades de investimento	(32 367)	585	(31 782)
Fluxo das atividades de financiamento	(52 389)	(13 003)	(65 392)

>
anexos

>
notas às
demonstrações
financeiras
consolidadas

1.3. eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes para efeitos de relato entre 31 de dezembro de 2022 e a data de aprovação destas demonstrações financeiras em reunião de Conselho de Administração.

2. aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração de 14 de abril de 2023, estando estas ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

B performance no exercício de 2022

3. rédito e relato por segmentos

[POLÍTICA]:

RELATO POR SEGMENTOS

Um segmento operacional   uma componente do Grupo: (i) que desenvolve atividades de negócio que podem obter réditos e incorrer em gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos da tomada de decisões sobre a imputa o de recursos ao segmento e da avalia o do seu desempenho; e (iii) relativamente   qual esteja disponível informa o financeira distinta.

Os valores reportados em cada segmento resultam do conjunto das subsidiárias que compõem cada um dos segmentos apresentados na nota 1.2.1, assim como da anula o das transa es entre as subsidiárias do mesmo segmento.

Os segmentos são apresentados de forma consistente com o reporting interno produzido e disponibilizado   Comissão Executiva e ao Conselho de Administra o da Luz Saúde com base no qual estes realizam uma monitoriza o das opera es do Grupo, utilizando como principais medidas de acompanhamento o total de receitas e o resultado operacional por segmento de negócio. Os resultados financeiros e imposto sobre o rendimento não são analisados em termos de segmento de negócio, em virtude de estarem dependentes das decisões tomadas ao nível do Grupo.

RÉDITO

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que   provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que estes possam ser estimados com fiabilidade, sendo mensurados pelo justo valor das contrapresta es recebidas ou a receber, líquidas de descontos concedidos e de impostos. O rédito associado com a transa o   reconhecido com referência   fase de acabamento da transa o   data de relato.

Prestaa o de cuidados de saúde

No âmbito da presta o de cuidados de saúde no segmento privado, o rédito   reconhecido com base na atividade realizada no período (pois entende-se que na maior parte das atividades o cumprimento das condi es de desempenho fica substancialmente concluída no momento da realiza o do ato médico), valorizada pelas tabelas de preços definidas para cada ato realizado, independentemente da sua efetiva fatura o.

Venda de bens

Na venda de bens efetuada pelo Grupo, existe apenas uma obriga o de desempenho, como tal o rédito   reconhecido quando os bens são transferidos para a posse do cliente.

Os critérios de reconhecimento das restantes atividades são apresentados na nota 21.11

[ESTIMATIVA]:

Valoriza o do rédito

A valoriza o dos atos de cuidados de saúde praticados   estimada com base nas tabelas de preços acordadas com os clientes, sendo o valor final da contrapresta o faturado apenas após aceita o por parte do cliente, situa o que para uma parte do rédito são   conhecida no exercício seguinte. O valor de rédito por faturar em 31 de dezembro de 2022 ascende a  35,6 milhões (2021:  49.2 milhões), encontrando-se registado como um acréscimo de rendimentos na rubrica de clientes e outras contas a receber (nota 11.1).



anexos



notas às demonstrações financeiras consolidadas

3.1. relato por segmentos

As principais atividades desenvolvidas pelo Grupo estão agrupadas nos seguintes segmentos de negócio:

- Cuidados de saúde privados;
- Cuidados de saúde públicos;
- Outras atividades;
- Centro corporativo.

Até ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os segmentos que agrupavam as principais atividades desenvolvidas pelo Grupo estavam repartidos por quatro segmentos de negócio: cuidados de saúde privados, cuidados de saúde públicos, outras atividades e centro corporativo. Com a cessação em 18 de janeiro de 2022 do contrato de gestão do HBA o segmento de cuidados de saúde públicos, passou a ser apresentado em operações descontinuadas (nota 17).

Em 31 de dezembro de 2022 o segmento de cuidados de saúde privados incluía as seguintes unidades de negócio:

- Treze hospitais vocacionados para cuidados diferenciados agudos, nomeadamente cirurgia, tratamentos em regime de internamento e diagnósticos especializados, os quais se complementam com uma forte capacidade ao nível da prestação de cuidados primários não agudos em regime de ambulatório;
- Treze unidades ambulatoriais vocacionadas para cuidados primários não agudos, incluindo consultas externas num vasto leque de especialidades médicas e cirúrgicas, meios complementares de diagnóstico e terapêutica (nomeadamente na área da imagiologia e de análises clínicas), e atendimento médico permanente;
- Um hospital residencial, especializado na prestação de cuidados de saúde que envolvem reabilitação, convalescença médica ou pós-cirúrgica, neuro-estimulação e apoio geral nas demências (em particular no caso da doença de Alzheimer), cuidados continuados, cuidados paliativos e cuidados geriátricos, em regime de centro de dia ou de internamento.

O segmento de outras atividades é onde se incluem as restantes áreas de negócio onde o Grupo desenvolve

a sua atividade. Neste segmento, o Grupo conta com uma unidade de residência sénior, uma empresa que opera nas áreas de *trading* e logística servindo tanto as unidades hospitalares do Grupo como entidades terceiras, e uma empresa dedicada à formação, investigação e inovação, operando um centro de simulação de última geração para formação de profissionais de saúde

O segmento do centro corporativo, inclui os recursos partilhados que prestam, entre outros, serviços de gestão nas seguintes áreas: consultoria estratégica e operacional, recursos humanos, serviços financeiros, certificação de qualidade, apoio jurídico, sistemas de informação, manutenção de infraestruturas, gestão de call centers, negociação e aprovisionamento, marketing e comunicação às unidades dos diferentes segmentos de negócio.



anexos



notas às
demonstrações
financeiras
consolidadas

A informação financeira relativa à performance nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 para os diversos segmentos de negócio é a seguinte:

DEZEMBRO DE 2022

	Cuidados de saúde privados	Cuidados de saúde públicos	Outras atividades	Centro corporativo	Eliminações e ajustamentos	Consolidado
Rendimentos operacionais						
Clientes externos	582 543	-	9 503	-	34	592 080
Intersegmentais	503	-	13 068	35 159	(48 730)	-
Outros proveitos operacionais	2 825	-	525	3 808	(184)	6 974
Total de rendimentos operacionais	585 871	-	23 096	38 967	(48 880)	599 054
Gastos operacionais	(540 151)	-	(25 797)	(39 138)	48 918	(556 168)
Resultado operacional por segmento	45 720	-	(2 701)	(171)	38	42 886
Juros e outros gastos e perdas financeiros						(13 743)
Outros rendimentos e ganhos financeiros						1 502
Resultados financeiros						(12 241)
Resultado antes de imposto						30 645
Imposto sobre o rendimento						(2 445)
Resultado das operações em continuação						28 200
Resultado das operações descontinuadas	-	(1 501)	-	-	-	(1 501)
Resultado atribuível aos interesses que não controlam	(170)	(1)	-	-	-	(171)
Resultado atribuível aos Acionistas da Empresa						26 870

DEZEMBRO DE 2021

	Cuidados de saúde privados	Cuidados de saúde públicos	Outras atividades	Centro corporativo	Eliminações e ajustamentos	Consolidado (reexpresso)
Rendimentos operacionais						
Clientes externos	524 469	-	15 121	-	-	539 590
Intersegmentais	2 526	-	15 630	30 245	(48 401)	-
Outros proveitos operacionais	1 916	-	364	337	(384)	2 233
Total de rendimentos operacionais	528 911	-	31 115	30 582	(48 785)	541 823
Gastos operacionais	(494 060)	-	(33 328)	(33 878)	48 783	(512 483)
Resultado operacional por segmento	34 851	-	(2 213)	(3 296)	(2)	29 340
Juros e outros gastos e perdas financeiros						(12 660)
Outros rendimentos e ganhos financeiros						475
Resultados financeiros						(12 185)
Resultado antes de imposto						17 155
Imposto sobre o rendimento						627
Resultado das operações em continuação						17 782
Resultado das operações descontinuadas	-	(1 443)	-	-	-	(1 443)
Resultado atribuível aos interesses que não controlam	(276)	(1)	-	-	-	(277)
Resultado atribuível aos Acionistas da Empresa						16 616



anexos



notas às demonstrações financeiras consolidadas

No que diz respeito à dimensão dos principais clientes do Grupo em termos de prestação de cuidados de saúde, apenas um cliente representa uma percentagem superior a 20% dos rendimentos operacionais do segmento de prestação de cuidados de saúde privados.

As transações intersegmento são realizadas a preços de mercado, numa base similar às transações com terceiros.

outras informações

DEZEMBRO DE 2022

	Cuidados de saúde privados	Cuidados de saúde públicos	Outras atividades	Centro corporativo	Eliminações e ajustamentos	Consolidado
Gastos de depreciação e amortização	32 401	-	1 530	4 913	(96)	38 748
Investimento em ativos fixos tangíveis	14 672	-	140	6 796	-	21 608
Investimento em ativos intangíveis	69	-	-	5 348	-	5 417

DEZEMBRO DE 2021

	Cuidados de saúde privados	Cuidados de saúde públicos	Outras atividades	Centro corporativo	Eliminações e ajustamentos	Consolidado (reexpresso)
Gastos de depreciação e amortização	29 079	-	1 671	4 385	(215)	34 920
Investimento em ativos fixos tangíveis	24 502	660	1 141	1 451	-	27 754
Investimento em ativos intangíveis	296	-	-	2 324	-	2 620

O Grupo não divulga informação sobre a posição financeira por segmentos de negócio dado que esta informação não é utilizada pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva para a tomada de decisões.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

3.2. rédito por atividade e por padrão de reconhecimento

	31-dez-22	31-dez-21 (reexpresso)
Prestação de serviços		
Hospitais	536 338	485 232
Clínicas ambulatoriais	37 495	30 576
Hospitais de cuidados especializados	8 462	7 399
Residências sénior com serviços	3 672	5 089
Outros serviços	2 322	1 677
	588 289	529 973
Vendas de mercadorias	3 791	9 617
	592 080	539 590
Rédito com base no momento de prestação do serviço		
Num momento específico do tempo	532 939	485 851
Ao longo do tempo	59 141	53 739
	592 080	539 590

O exercício de 2022 é pautado por um crescimento significativo do rédito de hospitais e clínicas ambulatoriais. Este crescimento do rédito ocorreu na generalidade das unidades de prestação de cuidados de saúde, com especial relevo para o HLL, que contribuiu com 48% deste aumento. No primeiro semestre de 2022 foram abertas duas novas clínicas ambulatoriais em Santa Maria da Feira e na Covilhã.

A diminuição do rédito relativo a residências sénior com serviços está relacionada com a alienação da unidade Casas de Carnaxide (nota 17).

A rubrica de outros serviços inclui, essencialmente os valores relativos à exploração dos parques de estacionamento e espaços comerciais existentes nas unidades hospitalares do Grupo, assim como o rédito associado à prestação de serviços de formação.

3.3. ativos e responsabilidades de contrato

Os ativos e responsabilidades de contrato, podem ser apresentados como segue:

	31-dez-22	31-dez-21
Ativos de contrato (nota 11.1.2)	-	23 932
Responsabilidades de contrato (nota 14.3)	(11 360)	(12 628)
	(11 360)	11 304

Até 31 de dezembro de 2021, o Grupo considerava os valores relativos ao contrato de gestão do HBA como ativos de contrato. Com a cessação deste contrato, estes valores deixaram de ser considerados como tal, por se entender que o Grupo deixou de ter obrigações de performance relativo a este contrato.

4. outros rendimentos e ganhos operacionais

	31-dez-22	31-dez-21 (reexpresso)
Ganho na alienação de negócio	3 405	-
Subsídios à exploração	662	392
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2 907	1 841
	6 974	2 233

A rubrica ganho na alienação de negócio, respeita essencialmente ao ganho gerado na operação de alienação da Casas de Carnaxide. Com esta operação o Grupo alienou o negócio e os ativos inerentes ao funcionamento da Residência Sénior de Carnaxide por um valor de €7,25 milhões, tendo realizado um ganho com a operação de €3,4 milhões (nota 17).

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

5. inventários consumidos e vendidos

	31-dez-22	31-dez-21
	(reexpresso)	
Inventários em 1 de janeiro	19 856	20 893
Inventários em 1 de janeiro do segmento de negócio de cuidados de saúde públicos	(3 404)	(3 998)
Inventários em 1 de janeiro	16 452	16 895
Compras	84 481	85 114
Regularizações de existências	312	(1 666)
Inventários em 31 de dezembro	(16 217)	(16 452)
Inventários consumidos e vendidos no exercício	85 028	83 891

6. materiais e serviços consumidos

[ESTIMATIVA]:

O Grupo reconhece mensalmente uma estimativa para honorários a liquidar aos seus colaboradores sem vínculo contratual permanente. Esta estimativa é registada com base no histórico mensal pago, nos acordos estabelecidos com cada prestador de serviço, nos tempos de trabalho realizados, no número de atos clínicos realizados e na natureza dos serviços prestados. A conferência e apuramento destes valores de forma definitiva pode ocorrer em período posterior à aprovação destas demonstrações financeiras e como tal poderão existir diferenças entre os valores estimados e os valores finais pagos. A estimativa para honorários a pagar em 31 de dezembro de 2022 ascende a €36,1 milhões (2021: €36,5 milhões), sendo registada na demonstração dos resultados nas rubricas de subcontratos e honorários (nota 11.3).

	31-dez-22	31-dez-21
	(reexpresso)	
Subcontratos	131 254	116 168
Honorários	91 368	81 911
Trabalhos especializados	15 141	15 055
Conservação e reparação	13 712	12 178
Eletricidade	2 933	5 713
Combustíveis e outros fluidos	2 585	1 355
Vigilância e segurança	2 425	2 645
Deslocações e estadas	1 880	1 687
Seguros	1 633	1 511
Publicidade	1 594	1 143
Comunicação	1 563	1 352
Materiais	1 199	1 199
Água	904	814
Direitos de utilização de software	893	547
Limpeza, higiene e conforto	418	337
Outros materiais e serviços consumidos	1 907	1 747
	271 409	245 362

O crescimento da rubrica de materiais e serviços consumidos acompanha o crescimento da atividade do Grupo, em especial no que se refere aos gastos com subcontratos e honorários, rubricas onde são registados os montantes pagos a profissionais de saúde das diversas unidades do Grupo, que operam numa base de vínculo independente.

Os trabalhos especializados dizem respeito essencialmente à contratação de consultores externos sendo grande parte relativa a gastos com consultoria em sistemas informáticos. Os gastos com conservação e reparação dizem respeito aos principais contratos de manutenção das infraestruturas operadas pelo Grupo.

As variações nas rubricas de eletricidade e combustíveis e outros fluidos, de 2021 para 2022, são fruto dos impactos diretos e indiretos do conflito armado na Ucrânia, assim enquanto a eletricidade registou um

decrécimo, fruto da conjugação dos impactos: (i) de fixação do preço da energia contratado pelo Grupo em exercícios anteriores e da (ii) redução do gasto com as taxas de utilização de rede, os combustíveis e outros fluidos registaram um acentuado crescimento fruto da evolução do preço do gás.

7. gastos com o pessoal

[POLÍTICA]

O pessoal do Grupo tem direito a um mês de férias e um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento, adicionalmente, pelo sistema de avaliação de desempenho em funcionamento, o pessoal e elementos executivos do Conselho de Administração podem vir a receber uma gratificação no caso de cumprirem determinados objetivos, direito esse usualmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são reconhecidas em resultados no período em que o pessoal e órgãos sociais adquirem o referido direito, independentemente da data do seu pagamento. A responsabilidade assumida é reconhecida no passivo na rubrica de outras contas a pagar.

[ESTIMATIVA]

O Grupo reconhece mensalmente uma estimativa para prémios e outras remunerações variáveis que tem em consideração os objetivos acordados com o pessoal e órgãos sociais, o cumprimento desses objetivos e a situação geral dos negócios do Grupo. A remuneração variável dos elementos executivos do Conselho de

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

[ESTIMATIVA (continuação)]

Administração da Luz Saúde é determinada pela Comissão de Vencimentos com base na avaliação efetuada à performance do ano anterior, entre outros fatores. A estimativa do custo corrente do exercício registado na rubrica de outras contas a pagar é preparada com base na melhor estimativa da Gestão face ao desempenho do exercício em curso, sendo o valor final apenas conhecido no exercício seguinte. O valor registado pelo Grupo em 31 de dezembro de 2022 para fazer face a esta responsabilidade ascende a €8,3 milhões (2021: €7,3 milhões).

	31-dez-22	31-dez-21
		(reexpresso)
Remunerações dos órgãos sociais	4 335	3 280
Remunerações do pessoal	114 676	103 954
Encargos sobre remunerações	24 399	22 162
Outros gastos com o pessoal	5 755	5 215
	149 165	134 611

O número e distribuição do pessoal do Grupo pelos diferentes segmentos pode ser apresentada da seguinte forma:

	Número médio			Número em 31 de dez.		
	2022	2021 (reex- presso)	Varição	2022	2021 (reex- presso)	Varição
Privado	5 194	5 046	148	5 263	5 120	143
Outros	119	156	(37)	122	164	(42)
Centro corporativo	790	774	16	791	772	19
	6 103	5 976	127	6 176	6 056	120

Os gastos com remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais das várias empresas que compõem o Grupo foram os seguintes:

	31-dez-22	31-dez-21
Mesa da Assembleia Geral	17	26
Conselho Fiscal	51	51
Conselho de Administração	4 267	3 203
	4 335	3 280

Os honorários do Auditor (registados na demonstração dos resultados, na rubrica de materiais e serviços consumidos) contratados relativamente ao exercício de 2022, podem ser apresentados da seguinte forma:

	31-dez-22	31-dez-21
Auditoria anual e revisão semestral	349	353
Outros serviços de fiabilidade	-	41
Serviços de auditoria que não revisão de contas	-	-
Consultoria fiscal	-	-
	349	394

8. outros gastos e perdas operacionais

	31-dez-22	31-dez-21
Impostos	7 093	5 863
Quotizações	294	267
Donativos	378	47
Outros gastos operacionais	1 217	477
	9 000	6 700

A rubrica de impostos inclui os gastos com IVA suportado, IMI e com taxas e licenças inerentes à atividade do Grupo, sendo o aumento desta rubrica essencialmente explicado pelo aumento do IVA suportado.

9. custo financeiro, líquido

[POLÍTICA]

As perdas financeiras incluem os juros suportados e outros gastos bancários relativos ao financiamento das operações do Grupo, sendo reconhecidos em resultados de acordo com o regime do acréscimo no período a que dizem respeito.

Os ganhos financeiros incluem os juros, ganhos com a ineficácia dos instrumentos financeiros e os descontos financeiros obtidos de terceiros, sendo reconhecidos no período a que dizem respeito. São também reconhecidos os dividendos a partir do momento em que se constitui, na empresa declarante, a obrigação de proceder à distribuição de dividendos.

	31-dez-22	31-dez-21
		(reexpresso)
Juros e outros gastos e perdas financeiros		
Juros suportados	11 100	9 640
Encargos com instrumentos financeiros derivados (nota 16)	754	816
Outros gastos e perdas financeiras	1 889	2 204
	13 743	12 660
Rendimentos e ganhos financeiros		
Outros rendimentos e ganhos financeiros	(416)	(475)
Justo valor de instrumentos financeiros derivados (nota 16)	(1 086)	-
	(1 502)	(475)
Custo financeiro, líquido	12 241	12 185



anexos



notas às demonstrações financeiras consolidadas

O crescimento do gasto com juros suportados deve-se essencialmente ao impacto da variação da taxa Euribor em 2022.

A rubrica de outros gastos e perdas financeiras inclui essencialmente os gastos com comissões e despesas relacionadas com a contratação das linhas de financiamento contratadas pelo Grupo, reconhecidas em resultados através do método da taxa de juro efetiva. O decréscimo desta rubrica deve-se ao custo da operação de reestruturação realizada em dezembro de 2021, com o objetivo de incrementar a maturidade das linhas de financiamento do Grupo.

O detalhe da rubrica de juros suportados pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-dez-22	31-dez-21 (reexpresso)
Programas de papel comercial	2 960	3 927
Passivos por locação (nota 12.2.2)	3 440	3 189
Empréstimos bancários	3 925	1 136
Empréstimos obrigacionistas	522	456
Outros juros	366	932
	11 213	9 640
Juros capitalizados	(113)	-
Total de juros suportados	11 100	9 640

10. imposto sobre o rendimento

[POLÍTICA]

O imposto sobre o rendimento é composto pelo imposto corrente e pelo imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada. Os impostos diferidos são calculados de acordo com o método da responsabilidade do balanço na data de relato, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de relato e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis, no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A Luz Saúde encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades (RETGS), o qual abrange todas as entidades em que a sociedade mãe do grupo fiscal participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social e, desde que cumpram os requisitos estipulados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

O Grupo procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) o Grupo tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, nos períodos futuros em que se espera que os impostos diferidos sejam liquidados ou recuperados.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

[ESTIMATIVA]

A determinação dos montantes de imposto sobre o rendimento e imposto diferido requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período, das quais destacamos:

- o reconhecimento de impostos diferidos ativos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis, no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo dispõe de prejuízos fiscais no montante aproximado de €0,8 milhões (2021: €6,6 milhões) para os quais não foi reconhecido qualquer imposto diferido ativo.
- o reconhecimento de ativos por imposto corrente e diferido relativamente aos créditos fiscais decorrentes de investimentos efetuados em fundos de investimento

e em projetos de investigação e desenvolvimento ao abrigo do SIFIDE. Atendendo a que o valor do crédito fiscal de cada exercício só é conhecido no exercício seguinte, o Grupo estima os valores de crédito fiscal com base nos esforços desenvolvidos no ano e nas taxas de aprovação históricas, ponderadas por um coeficiente de prudência. Em 31 de dezembro de 2022 o valor registado com base numa estimativa de valor ascende a cerca de €1,8 milhões (2021: €3.3 milhões), dos quais €0,7 milhões que se encontram incluído nos ativos das operações descontinuadas.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo durante um período de quatro a dez anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis (cinco anos para a Segurança Social). Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras consolidadas.

10.1. imposto sobre o rendimento na demonstração dos resultados

A decomposição do encargo com imposto sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser analisada da seguinte forma:

	31-dez-22	31-dez-21 (reexpresso)
Imposto reconhecido em resultados, refere-se a:		
Imposto das operações em continuação	(2 445)	627
Imposto das operações descontinuadas	446	2 748
Total do imposto reconhecido em resultados	(1 999)	3 375
Imposto das operações em continuação		
Imposto corrente	(4 697)	590
Imposto de exercícios anteriores	(186)	560
Imposto diferido ativo	4 153	3 753
Imposto diferido passivo	(1 715)	(4 276)
Total do imposto reconhecido em resultados	(2 445)	627

A rubrica de imposto de exercícios anteriores em 2021, resulta essencialmente do desfecho a favor do Grupo de um conjunto de disputas que o grupo mantinha com a Autoridade Tributária (AT).

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

10.2. reconciliação da taxa efetiva de imposto sobre o rendimento

A reconciliação da taxa de imposto das operações em continuação pode ser analisada como segue:

	31-dez-22	31-dez-21 (reexpresso)
Resultado das operações em continuação	28 200	17 782
Resultado das operações descontinuadas	(1 501)	(1 443)
Imposto sobre o rendimento	(1 999)	3 375
Resultado antes de imposto	28 698	12 964
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
	(6 027)	(2 722)
Derrama municipal e estadual	(1 300)	(1 241)
Mais-valia da venda de participação	735	-
Tributações autónomas	(525)	(580)
Benefícios fiscais SIFIDE	3 118	4 532
Outros benefícios fiscais	905	1 979
Imposto de exercícios anteriores	186	560
Outros efeitos	909	847
	(1 999)	3 375

10.3. reconciliação do imposto corrente na demonstração dos resultados com o imposto no balanço

	31-dez-22	31-dez-21
Imposto corrente na demonstração dos resultados	(684)	(1 009)
Pagamentos por conta	2 344	752
Retenções na fonte	71	61
Imposto sobre o rendimento a receber/(pagar)	1 731	(196)

10.4. detalhe de ativos e passivos por imposto diferido

Os ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser analisados como segue:

A coluna 'Sem efeito em resultados' inclui a transferência de ativos por impostos diferidos do segmento de negócio de cuidados de saúde público, no montante de €8,8 milhões, para a rubrica de ativos de operações descontinuadas.

	31-dez-21	Efeito em resultados	Sem efeito em resultados	Efeito em capital	31-dez-22
Ativos por impostos diferidos					
Valorização de ativos fixos tangíveis	714	(44)	-	-	670
Provisões e ajustamentos	8 088	(655)	(3 494)	-	3 939
Prejuízos fiscais reportáveis	6 002	1 215	(4 214)	-	3 003
Derivados (nota 16)	517	-	-	(517)	-
Outros ativos	10 080	3 637	(3 170)	-	10 547
	25 401	4 153	(10 878)	(517)	18 159
Passivos por impostos diferidos					
Valorização de ativos fixos tangíveis	(4 174)	(94)	-	-	(4 268)
Goodwill	(952)	(159)	-	-	(1 111)
Derivados (nota 16)	-	-	-	(678)	(678)
Outros passivos	-	(1 462)	(1 899)	-	(3 361)
	(5 126)	(1 715)	(1 899)	(678)	(9 418)
Imposto diferido líquido	20 275	2 438	(12 777)	(1 195)	8 741

	31-dez-20	Efeito em resultados	Sem efeito em resultados	Efeito em capital	31-dez-21
Ativos por impostos diferidos					
Valorização de ativos fixos tangíveis	810	(96)	-	-	714
Provisões e ajustamentos	4 876	3 258	(46)	-	8 088
Prejuízos fiscais reportáveis	9 724	(3 601)	(121)	-	6 002
Derivados (nota 16)	577	-	-	(60)	517
Outros ativos	8 182	4 192	(2 294)	-	10 080
	24 169	3 753	(2 461)	(60)	25 401
Passivos por impostos diferidos					
Valorização de ativos fixos tangíveis	(4 487)	169	144	-	(4 174)
Goodwill	(792)	(160)	-	-	(952)
	(5 279)	9	144	-	(5 126)
Imposto diferido líquido	18 890	3 762	(2 317)	(60)	20 275



anexos



notas às demonstrações financeiras consolidadas

A rubrica de outros ativos decompõe-se como apresentado abaixo:

	31-dez-22	31-dez-21
SIFIDE	7 712	9 006
Remuneração do capital	582	375
CFEI II	562	610
Outros	1 691	89
Outros ativos por imposto diferido	10 547	10 080

10.5. prejuízos fiscais

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo dispõe de prejuízos fiscais reportáveis no montante de €15,1 milhões (2021: €35,2 milhões).

C posição financeira 11. fundo de manei

11.1. clientes e outras contas a receber

[POLÍTICA]

As rubricas de clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao seu justo valor e são classificadas como ativo corrente pois não têm implícito juro, e são subsequentemente mensuradas pelo método do custo amortizado, que se estima ser idêntico ao valor nominal, deduzidas das perdas por imparidade que lhes estejam associadas, calculadas com base na antiguidade do saldo a receber, no perfil de crédito do devedor e dos eventos que possam influenciar a recuperabilidade dos saldos. Se é expectável que a cobrança ocorra dentro de um ano ou menos após a data de relato, são classificados como ativos correntes, caso contrário são classificados como ativos não correntes.

Um ativo de contrato é um direito a um valor em troca de bens ou serviços transferidos para o cliente, que se encontra condicional do cumprimento de outras obrigações.

[ESTIMATIVA]

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação do Grupo da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber (nota 15.1) e nos resultados do modelo de provisionamento simplificado de perdas de crédito esperadas aplicada aos créditos de natureza operacional. Tanto o processo de avaliação como o modelo de provisionamento de perdas de crédito esperadas variam em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do devedor, da natureza da sua atividade e da deterioração da situação creditícia dos devedores. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo tinha um nível de provisão para imparidade de créditos resultantes das suas operações comerciais de 12,5% (2021: 14,8%). Caso as condições financeiras dos devedores se deteriore, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

	31-dez-22	31-dez-21
Cientes		
Cientes (nota 11.1.1)	52 083	74 876
Acréscimos de rendimentos por serviços prestados (nota 11.1.2)	35 564	49 154
Cientes - entidades relacionadas (nota 20)	16 753	13 923
Cientes - cobrança duvidosa	17 841	19 899
Imparidade para saldos a receber (nota 15.1.1.3)	(15 231)	(23 403)
	107 010	134 449
Outras contas a receber		
Outros acréscimos de rendimentos (nota 11.1.2)	1 258	1 618
Estado e Outros Entes Públicos (nota 11.1.3)	3 328	7 251
Outros devedores	292	2 252
Imparidade para outras contas a receber (nota 15.1.1.3)	(418)	(505)
	4 460	10 616
	111 470	145 065
Dos quais:		
Correntes	109 757	143 427
Não correntes	1 713	1 638

11.1.1. clientes

11.1.1.1. classificação como clientes

Os saldos de clientes são montantes devidos por serviços prestados ou vendas efetuadas no decurso normal das atividades do Grupo, normalmente têm um prazo de recebimento de 30 dias e por isso são classificados no ativo corrente.

11.1.1.2. factoring

[POLÍTICA]

Os ativos financeiros por contas a receber são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa futuros, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente, dos riscos e benefícios associados à sua detenção e o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

O Grupo recorre a operações de factoring sem recurso para antecipar o fluxo financeiro associado a alguns dos saldos a receber de clientes. As operações de factoring sem recurso, na medida que substancialmente transferem para terceiros os direitos e riscos sobre os ativos financeiros (nomeadamente o risco de crédito e o risco de mora a partir do prazo contratado), permitem que o Grupo proceda ao desreconhecimento destes ativos. Em 31 de dezembro de 2022 os valores desreconhecidos no âmbito de acordos de factoring sem recurso ascendem a aproximadamente de €17,4 milhões (2021: € 22,4 milhões).

11.1.1.3. justo valor de saldos de clientes

Atendendo à maturidade associada aos saldos a receber apresentados acima, considera-se que o seu valor contabilístico não tem diferença relevante para o seu justo valor.

11.1.1.4. imparidade de clientes e risco de crédito

A informação sobre a imparidade de clientes e exposição do grupo ao risco de crédito é apresentada na nota 15.1. Durante o exercício foi reconhecido na demonstração dos resultados na rubrica de imparidades, líquidas, uma perda por imparidade no montante de €568 milhares (nota 14.2).

11.1.2. acréscimos de rendimentos

	31-dez-22	31-dez-21
Serviços clínicos a faturar	35 564	25 222
Rendimentos no âmbito do contrato de gestão do HBA	-	23 932
Total de acréscimos de rendimentos por serviços prestados	35 564	49 154
Outros acréscimos de rendimentos	1 258	1 618
	36 822	50 772

A rubrica de ativo resultante do contrato de gestão do HBA, em 2021, diz respeito (i) ao diferencial entre o valor da produção efetiva anual e os montantes faturados mensalmente (1/12 de 90% do valor anual acordado), no exercício de 2022, e (ii) aos valores em validação pela Entidade Pública Contratante sobre os pagamentos de reconciliação de anos anteriores. Durante o exercício de 2022, o saldo desta rubrica passou a ser apresentado como ativo de operações descontinuadas (nota 17).

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

O aumento da rubrica de serviços clínicos a faturar deve-se ao aumento da atividade durante o exercício de 2022.

11.1.3. estado e outros entes públicos

	31-dez-22	31-dez-21
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 328	6 201
Imposto sobre o Rendimento (IRC)	-	1 050
	3 328	7 251

Os valores a receber do Estado e Outros Entes Públicos relativos a IRC referem-se a pagamentos realizados ao abrigo do Regime Excepcional de Regularização de Dívidas, cujo reembolso ocorreu em 2022, na sequência do desfecho do diferendo existente com a Autoridade Tributária (AT).

O imposto sobre o valor acrescentado (IVA) inclui os montantes apurados ao nível das operações do Grupo que conferem direito à dedução de IVA.

11.2. inventários

[POLÍTICA]

Os inventários compreendem matérias subsidiárias e de consumo a serem utilizadas pelas unidades de saúde e mercadorias para venda a terceiros no âmbito da atividade da subsidiária GLST. Em ambos os casos encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição compreende as despesas incorridas até ao armazenamento dos inventários, sendo utilizado o custo médio ponderado como método de custeio.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de venda.

	31-dez-22	31-dez-21
Fármacos	4 294	6 106
Consumíveis clínicos	11 381	12 294
Outros	542	1 456
	16 217	19 856
Imparidade de inventários	(1 126)	(900)
	15 091	18 956

11.2.1. valores reconhecidos em resultados

Na nota 5 é apresentado o detalhe dos inventários vendidos e consumidos. Durante o exercício foi reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de imparidades líquidas uma perda no montante de €225 milhares (nota 14.2).

11.3. fornecedores e outras contas a pagar

[POLÍTICA]

As rubricas de fornecedores e outras contas a pagar evidenciam as responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços, pelo Grupo no decurso normal das suas atividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos após a data de relato, são classificadas como passivo corrente, caso contrário são classificadas como passivo não corrente.

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar, considerados como passivo corrente, são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor deduzido de custos de transação incorridos e são posteriormente mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa efetiva, que se estima ser idêntico ao seu valor nominal, i.e., ao custo.



anexos



notas às
demonstrações
financeiras
consolidadas

11.3.1. fornecedores e outras contas a pagar

	31-dez-22	31-dez-21
Fornecedores conta corrente		
Fornecedores	27 997	29 078
Fornecedores partes relacionadas (nota 20)	128	353
Fornecedores de imobilizado	5 235	5 301
Total de fornecedores	33 360	34 732
Outras contas a pagar		
Acréscimo de gastos (nota 11.3.2)		
Honorários clínicos a liquidar	36 073	36 453
Remunerações ao pessoal	28 571	26 709
Responsabilidades com DUV's	553	696
Outros acréscimos de gastos com fornecedores	7 483	8 935
	72 680	72 793
Outras contas		
Estado e Outros Entes Públicos (nota 11.3.3)	5 277	6 020
Outros credores	2 142	3 714
	7 419	9 734
Total de outras contas a pagar	80 099	82 527
Total de fornecedores e outras contas a pagar	113 459	117 259

11.3.1.1. classificação como fornecedores

Os saldos de fornecedores são montantes devidos por serviços ou mercadorias adquiridas no decurso normal das atividades do Grupo. São saldos não garantidos e com um prazo de pagamento entre os 30 e os 60 dias.

11.3.1.2. justo valor dos fornecedores

Atendendo à maturidade associada aos saldos a pagar apresentados acima, considera-se que o seu valor contabilístico não tem diferença relevante para o justo valor.

11.3.2. acréscimo de gastos

A rubrica de honorários clínicos a liquidar refere-se à estimativa de valores a liquidar aos colaboradores sem vínculo contratual permanente. Esta estimativa é registada com base no histórico mensal pago, nos acordos estabelecidos com cada prestador de serviços, nos tempos de trabalho e no número de atos clínicos realizados.

A rubrica de remunerações ao pessoal inclui, para além da responsabilidade com os direitos do pessoal a férias e subsídio de férias, a estimativa para remuneração variável.

A responsabilidade com DUVs (direitos de utilização vitalícia) resultam do reconhecimento da responsabilidade associada a contratos de utilização vitalícia das residências sénior operadas pelo Grupo.

11.3.3. estado e outros entes públicos

	31-dez-22	31-dez-21
Contribuições para a segurança social	2 744	3 533
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares	1 876	2 392
Imposto sobre o valor acrescentado	657	95
	5 277	6 020

11.4. outros ativos correntes e não correntes

	31-dez-22	31-dez-21
Gastos diferidos	5 908	6 244
Adiantamentos a fornecedores	2 798	3 163
	8 706	9 407
Dos quais:		
Correntes	6 004	6 647
Não correntes	2 702	2 760

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

12. investimentos

O investimento bruto do Grupo (inclui ativos fixos tangíveis, intangíveis e direitos de uso) ao longo do exercício de 2022 atingiu cerca de €50,8 milhões (2021: €51,7 milhões), dos quais cerca de €17,7 milhões (2021: €15,3 milhões) se referem a investimento de expansão. O valor de investimento remanescente foi investido essencialmente na aquisição de equipamento clínico para as várias unidades do Grupo. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo tem compromissos de investimento assumidos no montante de €2,5 milhões (2021: €6,9 milhões).

12.1. ativos fixos tangíveis

[POLÍTICA]

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição/construção deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo de aquisição/construção inclui o preço de fatura, despesas de transporte e montagem, encargos financeiros e diferenças de câmbio em empréstimos bancários, suportados durante o período de construção, e os custos indiretos que lhe sejam atribuíveis durante o período de construção.

Os ganhos ou perdas decorrentes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de venda deduzido dos custos de transação e a quantia escriturada do ativo, sendo contabilizados em resultados na rubrica outros rendimentos e ganhos operacionais ou outros gastos e perdas operacionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de instalação ou construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes ativos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, a partir do mês em que os bens se encontram disponíveis para utilização. As taxas de depreciação utilizadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios	4 - 40
Equipamento básico	2 - 20
Equipamento de transporte	3 - 8
Equipamento administrativo	2 - 20
Outras ativos fixos tangíveis	3 - 20

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados na rubrica de imparidades liquidadas.

[ESTIMATIVA]

As depreciações/amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação/amortização praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

>

anexos

>

notas às
demonstrações
financeiras
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos fixos tangíveis em curso incluem essencialmente os investimentos de expansão efetuados nas novas unidades Clínica da Luz em Setúbal, Clínica da Luz no Funchal, na construção de uma central de esterilização para a zona sul do país e obras de remodelação/expansão no Hospital da Luz Torres de Lisboa e Hospital da Misericórdia em Évora.

12.1.1. movimento na rubrica de ativos fixos tangíveis

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico e de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Em curso	Total
Custo de aquisição						
Em 1 de janeiro de 2021	482 136	178 403	12 421	5 053	3 714	681 727
Adições	-	6 742	405	294	20 313	27 754
Alienações, abates e regularizações	(379)	(1 175)	(290)	(7)	(20)	(1 871)
Transferência para operações descontinuadas (nota 17)	(11 441)	(1 262)	(55)	-	(14)	(12 772)
Transferências	3 345	2 277	120	3	(5 744)	1
Em 31 de dezembro de 2021	473 661	184 985	12 601	5 343	18 249	694 839
Em 1 de janeiro de 2022	473 661	184 985	12 601	5 343	18 249	694 839
Adições	1 639	4 563	584	275	14 547	21 608
Alienações	(149)	(439)	(32)	(3)	-	(623)
Abates e regularizações	173	(1 034)	(109)	(21)	(320)	(1 311)
Transferência para operações descontinuadas (nota 17)	(8 704)	(20 586)	(4 001)	-	(1 076)	(34 367)
Transferências	4 466	6 887	175	2	(12 477)	(947)
Em 31 de dezembro de 2022	471 086	174 376	9 218	5 596	18 923	679 199
Depreciação acumulada						
Em 1 de janeiro de 2021	155 455	156 780	11 340	3 950	-	327 525
Depreciação do exercício	7 963	7 049	553	244	-	15 809
Alienações, abates e regularizações	(19)	(1 323)	(272)	2	-	(1 612)
Transferência para operações descontinuadas (nota 17)	(4 859)	(1 163)	(77)	(1)	-	(6 100)
Transferências	-	(5)	5	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	158 540	161 338	11 549	4 195	-	335 622
Em 1 de janeiro de 2022	158 540	161 338	11 549	4 195	-	335 622
Depreciação do exercício	7 899	7 297	416	266	-	15 878
Alienações	-	(261)	(1)	(3)	-	(265)
Abates e regularizações	(335)	(1 179)	(146)	(27)	-	(1 687)
Transferência para operações descontinuadas (nota 17)	-	(19 260)	(3 664)	-	-	(22 924)
Transferências	-	(2)	2	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	166 104	147 933	8 156	4 431	-	326 624
Imparidade acumulada						
Em 1 de janeiro de 2021	5 847	-	-	-	-	5 847
Em 31 de dezembro de 2021	5 847	-	-	-	-	5 847
Em 1 de janeiro de 2022	5 847	-	-	-	-	5 847
Reversão de imparidade (nota 14.2)	(1 077)	-	-	-	-	(1 077)
Transferência para operações descontinuadas (nota 17)	(1 828)	-	-	-	-	(1 828)
Em 31 de dezembro de 2022	2 942	-	-	-	-	2 942
Valor líquido						
Em 31 de dezembro de 2021	309 274	23 647	1 052	1 148	18 249	353 370
Em 31 de dezembro de 2022	302 040	26 443	1 062	1 165	18 923	349 633



anexos



notas às demonstrações financeiras consolidadas

12.1.2. ativos fixos tangíveis dados como garantia

Alguns dos imóveis do Grupo, com um valor líquido aproximado em 31 de dezembro de 2022 de €68,6 milhões, estão dados como garantia a instituições financeiras para garantir uma das linhas de financiamento do Grupo (nota 13.6).

Adicionalmente a propriedade legal de um conjunto de imóveis detidos pelo Grupo e com um valor líquido aproximado de €234,1 milhões passou a ser detida pelos bancos financiadores, no âmbito do financiamento de longo prazo do Grupo. Nos termos dos contratos celebrados o Grupo dispõe do direito de recomprar os referidos ativos no final do contrato, ou num determinado período do tempo do contrato estando sujeito ao pagamento de um montante adicional pré-acordado.

12.1.3. perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis

As perdas por imparidade podem ser apresentadas da seguinte forma:

	31-dez-22	31-dez-21
Hotel Tivoli no Porto	-	2 904
Lote de terreno nº 28 na Av. Marechal Teixeira Rebelo em Lisboa	2 069	2 068
Clínica Santa Catarina no Funchal	873	873
	2 942	5 846

Durante o exercício foi reconhecido na demonstração dos resultados na rubrica de imparidades, líquidas, a reversão de uma perda de imparidade no montante de €1,1 milhões (nota 14.2) relativamente ao imóvel denominado Hotel Tivoli no Porto. Este imóvel em 2022, foi transferido para a rubrica de operações descontinuadas na sequência do processo de alienação que se encontra em curso (nota 17).

12.1.4. valor contabilístico reconhecido se os terrenos e edifícios fossem registados ao justo valor

Caso o Grupo tivesse optado por mensurar os ativos fixos tangíveis relativos a terrenos e edifícios pelo seu valor reavaliado determinado com base numa avaliação independente realizada por uma entidade especializada no mercado, o valor dos mesmos ascenderia a cerca de €489 milhões.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

12.2. ativos sob direitos de uso

[POLÍTICA]

Cada contrato de locação celebrado pelo Grupo é avaliado para determinar se o mesmo confere o direito de controlar a utilização de um ativo identificável por um período de tempo determinado em troca de uma remuneração, sempre que isso aconteça (e com início em 1 de janeiro de 2019) o Grupo reconhece no seu ativo não corrente um ativo sob direito de uso e no passivo a correspondente responsabilidade como um passivo por locação, a partir do momento que o ativo passa a estar disponível para utilização.

O Grupo recorre a contratos de locação para usar ativos na sua atividade operacional como sejam edifícios, equipamentos médicos, equipamentos administrativos e veículos. Tipicamente os contratos de locação têm uma duração por períodos de 4 a 10 anos, exceto no caso dos edifícios em que são considerados períodos mais longos podendo a duração dos contratos ser superior a 20 anos, caso as opções previstas contratualmente sejam exercidas pelo Grupo. Quando aplicável, o Grupo aloca os pagamentos de locação do contrato aos componentes de locação e outros que não sejam locações, com base no valor de cada componente, exceto nas locações de veículos, em que se optou por não separar os componentes de locação e

não locação, registando as duas componentes em conjunto como se de uma única componente de locação se tratasse.

Os ativos sob direito de uso são mensurados pelo custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de locação, quaisquer pagamentos de locação feitos na data ou antes da data de início da locação, deduzidos dos incentivos à locação recebidos, quaisquer custos diretos iniciais (que inclui todos os gastos necessários à utilização do ativo locado) e custos de desmantelamento e reposição.

Alguns contratos de locação têm renda variável que é determinada com base no nível de utilização dos ativos subjacentes. Atendendo ao facto que estes contratos incluem compromissos mínimos de utilização o Grupo entende, que para esta componente mínima, estarem reunidas as condições para consideramos estes contratos como ativos sob direitos de uso.

Ativos sob direito de uso são depreciados da mesma forma que os ativos fixos tangíveis, pelo menor, entre o tempo de vida útil do ativo e o período de duração da locação, exceto quando o Grupo disponha de uma opção de compra sobre o ativo subjacente e seja razoavelmente certo que essa opção será exercida, situação em que o ativo será depreciado pelo seu tempo de vida útil.

Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é reduzido de perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por eventuais remensurações do passivo de locação.

12.2.1. direitos de uso – valores reconhecidos em balanço

	31-dez-22		31-dez-21			
	Valor de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Ativos por direitos de uso						
Terrenos e edifícios	70 080	(18 614)	51 466	58 433	(16 698)	41 735
Equipamento básico	108 054	(49 540)	58 514	96 218	(43 106)	53 112
Equipamento administrativo	423	(182)	241	324	(130)	194
Equipamento de transporte	5 203	(3 513)	1 690	4 551	(2 816)	1 735
Outros ativos	246	(100)	146	244	(69)	175
	184 006	(71 949)	112 057	159 770	(62 819)	96 951
Passivos por locação						
Passivos por locação - corrente			21 681			16 877
Passivos por locação - não corrente			84 582			77 283

No corrente exercício o Grupo registou adições de novos ativos sob direito de uso no montante de €24,6 milhões (2021: €21,4 milhões).

O Grupo tem opção de compra sobre os ativos inerentes aos contratos supra, que na data de relato têm um valor contabilístico no total de €56,1 milhões (2021: €51,3 milhões). Estas opções de compra têm um valor de exercício muito baixo, e como tal é muito provável que o Grupo exerça as referidas opções quando as mesmas chegarem ao final do período de locação.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

12.2.2. direitos de uso - valores reconhecidos na demonstração dos resultados

	31-dez-22	31-dez-21
Depreciações relacionadas com os ativos detidos por direitos de uso		
Edifícios	5 521	5 315
Equipamento básico	14 231	11 664
Equipamento de transporte	943	1 029
Equipamento administrativo	52	42
Outros ativos	31	30
	20 778	18 080

Gastos financeiros		
Encargos financeiros com contratos de locação (nota 9)	3 440	3 189
	3 440	3 189

Rendas e alugueres		
Gastos com contratos de curto prazo	362	337
Gastos com contratos de valor reduzido	177	150
Gastos com contratos de renda variável	608	612
Gastos com contratos de locação de ativos intangíveis	893	547
	2 040	1 646

No exercício de 2022, os pagamentos realizados relativamente a contratos de locação ascenderam a €29,2 milhões (2021: €20,6 milhões).

As responsabilidades com passivos por locação são apresentadas na nota 13.6.7.

12.3. ativos intangíveis

[POLÍTICA]

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método da linha reta, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização. As taxas de amortização utilizadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Programas de computador	3 - 5
Direitos de propriedade	3 - 10

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (*goodwill*) não são objeto de amortização, sendo sujeitos a testes de imparidade no último trimestre de cada exercício económico ou desde que haja uma indicação de que possam estar em imparidade.

[ESTIMATIVA]

O Grupo testa anualmente a imparidade do goodwill reconhecido como um ativo intangível. Para esse efeito, o Grupo estima o valor recuperável de unidades geradoras de caixa às quais o goodwill se encontra alocado. O valor recuperável é determinado com base no valor de uso, o qual decorre da atualização dos fluxos de caixa futuros estimados, utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco associado ao ativo avaliado. Caso os fluxos de caixa futuros considerados sejam inferiores aos estimados, poderá haver necessidade de reconhecer perdas por imparidade de montante significativo.

>
anexos

>
notas às
demonstrações
financeiras
consolidadas

A rubrica de *goodwill* resulta de operações de concentração de atividades, nomeadamente da aquisição de negócios na área da saúde.

Os ativos em curso referem-se essencialmente a projetos de desenvolvimento/implementação de novas soluções informáticas.

12.3.1. movimento na rubrica de ativos intangíveis

	Goodwill	Programas de computador	Direitos de propriedade	Em curso	Total
Custo de aquisição					
Em 1 de janeiro de 2021	147 677	17 990	87	1 404	167 158
Adições	-	170	-	2 450	2 620
Transferência para operações descontinuadas (nota 17)	-	(6)	-	-	(6)
Transferências	-	2 552	-	(2 552)	-
Em 31 de dezembro de 2021	147 677	20 706	87	1 302	169 772
Em 1 de janeiro de 2022	147 677	20 706	87	1 302	169 772
Adições	-	20	-	5 397	5 417
Transferência para operações descontinuadas (nota 17)	-	(478)	-	-	(478)
Transferências	-	3 031	-	(2 907)	124
Em 31 de dezembro de 2022	147 677	23 279	87	3 792	174 835
Amortização acumulada					
Em 1 de janeiro de 2021	-	12 632	80	-	12 712
Amortização do exercício	-	1 815	-	-	1 815
Transferência para operações descontinuadas (nota 17)	-	(5)	-	-	(5)
Em 31 de dezembro de 2021	-	14 442	80	-	14 522
Em 1 de janeiro de 2022	-	14 442	80	-	14 522
Amortização do exercício	-	2 093	-	-	2 093
Transferência para operações descontinuadas (nota 17)	-	(477)	-	-	(477)
Em 31 de dezembro de 2022	-	16 058	80	-	16 138
Valor líquido					
Em 31 de dezembro de 2021	147 677	6 264	7	1 302	155 250
Em 31 de dezembro de 2022	147 677	7 221	7	3 792	158 697

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

12.3.2. detalhe do goodwill

O detalhe do *goodwill* no balanço consolidado pode ser apresentado como se segue:

	Goodwill	
	31-dez-22	31-dez-21
HOSPOR	89 944	89 944
HLC	26 684	26 684
HLG	14 665	14 665
HLTL	8 721	8 721
HLA	3 611	3 611
HLF	3 126	3 126
Outros	926	926
Total de goodwill líquido	147 677	147 677

12.3.3. imparidade do goodwill

O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente no último trimestre de cada exercício económico, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Conforme referido, o valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados (DCF), considerando o desempenho histórico, as condições de mercado, as expectativas futuras de desenvolvimento, o valor temporal e os riscos de cada negócio.

Para efeitos dos testes, realizados no último trimestre de 2022 e 2021, o Grupo definiu um conjunto

de pressupostos de forma a determinar o valor recuperável dos investimentos efetuados, dos quais se destacam:

Ano	Base de determinação	Período de projeções	Taxa de desconto antes de imposto	Crescimento na perpetuidade
2022	DCF	5 anos	4,94%	1,8%
2021	DCF	5 anos	3,45%	1,8%

Deve ser referido que:

- As projeções dos fluxos de caixa têm como base os exercícios de orçamentação realizados pelas empresas, aprovados pelos seus respetivos Conselhos de Administração, os quais se constituem como o primeiro ano do período de fluxos de caixa em análise;
- A médio e longo prazo as projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nos planos de negócio, sendo prolongadas por uma perpetuidade;
- Os pressupostos utilizados nas projeções dos fluxos de caixa para cada uma das unidades geradoras de caixa, são aqueles relativamente aos quais a quantia recuperável da unidade é mais sensível;
- Os pressupostos chave utilizados são reflexo da experiência passada e de fontes externas de informação; e
- A taxa de crescimento utilizada está de acordo com a taxa média de crescimento a longo prazo para o mercado no qual a unidade opera.

O teste de imparidade incluiu a realização de análises de sensibilidade a alguns dos pressupostos chave utilizados, nomeadamente relativamente às seguintes

variáveis: (i) taxa de crescimento na perpetuidade (-1,00 p.p.) e (ii) taxa de desconto (+0,50 p.p.). Os resultados das análises de sensibilidade não determinaram a existência de indícios de imparidade.

Na sequência dos testes de imparidade realizados o Grupo concluiu que em 31 de dezembro de 2022 não se verificaram perdas por imparidade ao nível do *goodwill*.

12.4. investimentos em associadas

[POLÍTICA]

Associadas são empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Os investimentos em associadas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. De acordo com este método, as participações financeiras em empresas associadas são reconhecidas no balanço consolidado ao custo e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das mesmas, por contrapartida de ganhos e perdas contabilizados diretamente na demonstração consolidada do rendimento integral.

Os dividendos atribuídos pelas entidades associadas são registados como uma diminuição do respetivo valor dos investimentos financeiros, quando são atribuídos.

>
anexos

>
notas às
demonstrações
financeiras
consolidadas

12.4.1. movimentos em investimentos em associadas

	31-dez-22	31-dez-21
Investimentos financeiros		
Em 1 de janeiro	851	857
Efeito em resultados		
Efeito da equivalência patrimonial	-	(60)
	-	(60)
Sem efeito em resultados		
Realização de instrumentos de capital	(239)	54
Transferência para ativos financeiros ao justo valor por resultados	(612)	-
Em 31 de dezembro	-	851

Em abril de 2022, o Grupo vendeu as ações representativas de 37,5% do capital da GENOMED, pelo montante de €195 milhares. Deste montante, já recebeu €53 milhares encontrando-se os restantes €142 milhares, registado na rubrica de outros devedores. O recebimento deste saldo encontra-se condicionado ao recebimento pela GENOMED de fundos respeitantes a projetos de pesquisa e desenvolvimento já atribuídos, mas ainda não recebidos.

A participação na HL-SGE (10%) foi transferida para a rubrica de ativos financeiros ao justo valor por resultados, uma vez que se entende que com o término do contrato de exploração do HBA, o Grupo deixou de ter influência significativa sobre a participada.

12.5. ativos financeiros ao justo valor por resultados

[POLÍTICA]

A rubrica de ativos financeiros ao justo valor por resultados inclui os instrumentos de capital próprio detidos pelo Grupo relativos a entidades sobre as quais não exerce controlo ou influência significativa. Os investimentos financeiros são mensurados ao justo valor através de resultados quando o Grupo os detém como parte da sua estratégia de longo prazo e opte por não reconhecer os ganhos e perdas através de outro rendimento integral.

12.5.1. classificação como ativos financeiros ao justo valor por resultados

O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao justo valor por resultados:

- Investimentos em dívida que não qualificam para ser mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos em capital detidos para negociação; e
- Investimentos em capital para as quais a entidade não elegeu reconhecer os ganhos e perdas de justo valor através de outro rendimento integral.

Os ativos financeiros ao justo valor por resultados, detalham-se em:

	31-dez-22	31-dez-21
Ativos financeiros ao justo valor por resultados		
FCR Capital Criativo IV	1 859	1 920
Explorer Growth Fund IV, FCR	1 455	1 500
Iberis Bluetech Fund II FCR	1 452	1 454
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	1 321	1 151
Iberis Bluetech Fund III, FCR	1 000	-
Explorer Growth Fund V, FCR	1 000	-
FCR C2 R&D Growth VI	1 000	-
Explorer Growth Fund III, FCR	962	987
Iberis Bluetech Fund, FCR, EuVECA	888	899
HL-Sociedade Gestora do Edifício, SA	612	-
UpHill SA	550	550
C2 R&D Growth V	475	490
Outros ativos financeiros	30	28
	12 604	8 979

Como em exercícios anteriores, no final de 2022, no âmbito da sua estratégia de fomento da atividade de inovação e desenvolvimento, o Grupo investiu em três Fundos de Capital de Risco (FCR) com o objetivo desenvolver uma carteira de investimentos em entidades com uma grande componente da sua atividade dedicada ao investimento em investigação e desenvolvimento.

A HL-SGE, foi até 18 de janeiro de 2022 apresentada na rubrica de associadas, nessa data fruto do término do contrato de gestão do HBA, entende-se que o Grupo deixou de ter influência significativa sobre a participada, tendo a mesma sido reclassificada para ativos financeiros ao justo valor por resultados.

O valor de pagamentos considerados como fluxos de investimento na demonstração consolidada dos fluxos de caixa não incluem os dispêndios com FCT, pois considera-se que os fluxos associados ao FCT têm um caráter operacional, sendo classificados como tal para efeitos de preparação da demonstração dos fluxos de caixa.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

12.5.2. valores reconhecidos em resultados

Durante o exercício foram reconhecidas na demonstração dos resultados ganhos e perdas de justo valor, nas rubricas de outros rendimentos e ganhos financeiros e outros gastos e perdas financeiros, nos montantes de €0,12 milhões e €0,15 milhões, respetivamente.

13. financiamento das operações

13.1. gestão do capital

O Grupo procura manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a continuidade e desenvolvimento da sua atividade, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus Acionistas e a otimização do custo de capital.

A estrutura de capital é monitorizada com base em rácios de alavancagem financeira, nomeadamente: dívida líquida/capital investido (*gearing*), e dívida líquida/EBITDA.

Considera-se adequado um nível de gearing inferior a 60% e um rácio dívida líquida / EBITDA entre 3 e 4.

Os referidos rácios, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme são monitorizados pelo Grupo, são os seguintes:

	31-dez-22	31-dez-21
Dívida líquida (nota 13.6)	375 641	392 993
Total do capital próprio	296 855	265 663
Capital investido	672 496	658 656
Gearing (Dívida líquida / Capital investido)	55,9%	59,7%
EBITDA	81 634	60 985
Dívida líquida / EBITDA	4,60	6,44

O rácio dívida líquida / EBITDA apresentado pelo Grupo, embora tenha uma trajetória de redução significativa, ainda se encontra acima do alvo definido pelos principais responsáveis pela tomada de decisões do Grupo derivado essencialmente da conclusão um importante ciclo de investimentos no final de 2020 cujos negócios ainda se encontram em fase de crescimento, não tendo ainda atingido o nível performance esperado.

13.2. capital

[POLÍTICA]

Capital refere-se ao valor nominal das ações ordinárias emitidas. Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de ações excede o seu valor nominal. Os custos com emissão de novas ações são reconhecidos diretamente nesta rubrica, líquidos do respetivo imposto.

As ações próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. Quando essas ações são alienadas, o montante recebido, deduzido de eventuais custos diretos de transação e respetivo imposto, é reconhecido diretamente em capital próprio.

O Capital Social da Luz Saúde é composto por 95 542 254 ações ordinárias escriturais com valor nominal de um euro (31 dezembro 2021: 95 542 254 ações).

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

13.2.1. reservas e resultados acumulados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o saldo das reservas e resultados acumulados (incluindo o rendimento integral do exercício) pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-dez-22	31-dez-21
Reserva legal	6 656	5 520
Outras reservas	124 698	103 113
Resultados acumulados	(24 207)	(18 327)
Rendimento integral do exercício atribuível aos Acionistas da Empresa	31 363	16 841
	138 510	107 147

13.2.1.1. reservas não distribuíveis

As reservas não distribuíveis, incluem essencialmente a reserva legal constituída pela aplicação dos resultados da empresa mãe até ao exercício de 2021.

13.2.1.2. outras reservas e resultados acumulados

As outras reservas, são relativas a reservas livres constituídas pela aplicação dos resultados da empresa mãe de exercícios anteriores.

A rubrica de resultados acumulados inclui os resultados do Grupo de exercícios anteriores, e não estão disponíveis para distribuição imediata aos Acionistas.

Reservas distribuíveis

Atendendo a que a distribuição de resultados aos acionistas deverá ser realizada de acordo com demonstrações financeiras individuais da Luz Saúde, e parte dos resultados gerados pelo Grupo poderão ter limitações em termos de distribuição aos Acionistas, pelo que se recomenda a leitura destas demonstrações financeiras em conjunto com as demonstrações financeiras individuais da Luz Saúde, para uma melhor compreensão da situação.

Aplicação dos resultados

Conforme proposta apresentada e aprovada em Assembleia Geral realizada em 27 de maio de 2022, os resultados individuais da Luz Saúde, relativos ao exercício de 2021, tiveram a seguinte aplicação:

	Exercício 2021	Exercício 2020
Reforço da reserva legal	1 136	-
Reservas livres	21 585	5
Total do resultado individual aplicado	22 721	5

13.3. resultado por ação

[POLÍTICA]

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos Acionistas da Empresa pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número médio de ações próprias detidas.

Para o cálculo do resultado por ação diluído, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível ou de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução no resultado por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

	31-dez-22	31-dez-21
Resultado das operações em continuação atribuível a Acionistas da Empresa	28 371	18 059
Resultado das operações descontinuadas atribuível a Acionistas da Empresa	(1 501)	(1 443)
Número médio de ações	95 542	95 542
Resultado básico por ação das operações em continuação	0,297	0,189
Resultado básico por ação das operações descontinuadas	(0,016)	(0,015)
Resultado por ação - básico total	0,281	0,174

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo não tem/tinha instrumentos financeiros, com efeito diluidor, pelo que o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

>
anexos
>
notas às
demonstrações
financeiras
consolidadas

13.4. interesses que não controlam

13.4.1. movimentos no exercício

	31-dez-22	31-dez-21
Em 1 de janeiro	1 178	1 503
Efeito em resultados	(171)	(277)
Sem efeito em resultados		
Aquisição de interesses que não controlam	-	(48)
	-	(48)
Em 31 de dezembro	1 007	1 178

Em 2021 a aquisição de interesses que não controlam refere-se à aquisição de interesses na subsidiária HLA.

13.4.2. composição

	31-dez-22	31-dez-21
HLA	612	570
RML	1 123	1 122
SGHL	(44)	(43)
HLF	(684)	(471)
	1 007	1 178

13.4.3. informação financeira das subsidiárias com interesses que não controlam

A informação financeira resumida com referência a 31 de dezembro de 2022 das empresas com interesses minoritários pode ser apresentada da seguinte forma:

	HLA	SGHL	RML	HLF
Balanco resumido				
Ativos correntes	16 777	24 467	141	2 074
Passivos correntes	(7 995)	(5 130)	(36)	(2 580)
Ativo/(passivo) líquido corrente	8 782	19 337	105	(506)
Ativos não correntes	12 351	9 817	5 559	10 677
Empréstimos de acionistas	-	(43 500)	-	(12 460)
Passivos não correntes	(7 304)	(11 766)	-	(1 168)
Ativo/(passivo) líquido	13 829	(26 112)	5 664	(3 457)
Resultados resumidos				
Volume de negócios	23 055	5 499	-	7 819
Resultado antes de imposto	1 190	(1 947)	(27)	(1 546)
Imposto sobre o rendimento	(313)	446	7	387
Resultado líquido	877	(1 501)	(20)	(1 159)
Fluxos de caixa resumidos				
Fluxo de caixa operacional	3 272	3 877	38	(194)
Fluxo de caixa de investimento	8 020	(326)	-	(1 004)
Fluxo de caixa de financiamento	(1 548)	(2 950)	(150)	719
Varição de caixa e seus equivalentes	9 744	601	(112)	(479)



anexos



notas às demonstrações financeiras consolidadas

13,5. caixa e seus equivalentes

[POLÍTICA]

Os montantes incluídos na rubrica caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outros, vencíveis em ou a menos de três meses e com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço consolidado com maturidade inferior a três meses a contar da data da sua contratação/aquisição, onde se incluem a caixa, as disponibilidades em instituições de crédito e os descobertos bancários.

	31-dez-22	31-dez-21
Caixa	1 211	1 186
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	46 141	34 904
	47 352	36 090

Atendendo à maturidade associada aos saldos apresentados acima, considera-se que o valor contabilístico não tem diferença relevante para o justo valor.

13.5.1. reconciliação da caixa e seus equivalentes com a demonstração dos fluxos de caixa

Para efeitos de preparação da demonstração de fluxos de caixa, o caixa e seus equivalentes decompõe-se da seguinte forma:

	31-dez-22	31-dez-21 (reexpresso)
Caixa e seus equivalentes conforme apresentado acima	47 352	36 090
Descobertos bancários	(247)	(35 692)
Disponibilidades incluídas na rubrica de ativos das operações descontinuadas	1 472	55
Saldo final na demonstração dos fluxos de caixa	48 577	453

13.6. dívida líquida

[POLÍTICA]

Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, ou ao justo valor, sempre que o Grupo decide, quando do reconhecimento inicial, designar esse passivo financeiro ao justo valor através de resultados, ao abrigo da opção de justo valor.

São expressos no passivo corrente ou não corrente consoante o prazo de vencimento. Ou seja, se o vencimento da dívida ocorrer a menos de um ano após a data de relato teremos um passivo corrente, caso seja a mais de um ano após a data de relato e a renovação do mesmo esteja assegurada contratualmente por mais de 12 meses após a data de relato, teremos um passivo não corrente. O seu desreconhecimento ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, nomeadamente no momento da liquidação.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.



anexos



notas às
demonstrações
financeiras
consolidadas

13.6.1. resumo da dívida líquida remunerada

	31-dez-22			31-dez-21		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Com garantias reais						
Papel comercial	27 109	52 750	79 859	-	79 806	79 806
Empréstimos bancários	5 746	69 443	75 189	5 320	75 085	80 405
Locações	21 681	84 582	106 263	16 877	77 283	94 160
Factoring	250	-	250	541	-	541
Total de passivos com garantias	54 786	206 775	261 561	22 738	232 174	254 912
Sem garantias reais						
Papel comercial	7 453	58 004	65 457	5 000	53 496	58 496
Empréstimos bancários	18 777	33 049	51 826	16 369	33 024	49 393
Empréstimos obrigacionista	6 722	36 450	43 172	1 194	28 500	29 694
Outros empréstimos	977	-	977	36 588	-	36 588
Total de passivos sem garantias	33 929	127 503	161 432	59 151	115 020	174 171
Passivos remunerados	88 715	334 278	422 993	81 889	347 194	429 083
Caixa e seus equivalentes			(47 352)			(36 090)
Dívida líquida remunerada			375 641			392 993

13.6.2. garantias

13.6.2.1. passivos com garantias reais

Tanto a linha de papel comercial como as linhas de empréstimos bancários apresentados na tabela acima como dispendo de garantias reais encontram-se garantidos pelos imóveis do Grupo seja através de hipotecas sobre os imóveis como no caso da linha de papel comercial, ou no caso dos empréstimos bancários que têm a forma de *leaseback* imobiliário, e como tal a posse legal dos imóveis é dos financiadores, dispendo o Grupo de opções de recompra dos mesmos. Os valores das garantias são superiores aos montantes das linhas contratadas.

Nos contratos de locação os direitos sobre os ativos subjacentes revertem para os financiadores em caso de incumprimento, pois a posse legal dos bens é dos financiadores ao longo do período do contrato.

Os valores de factoring incluem os adiantamentos recebidos relativos a saldos cedidos no âmbito de contratos de factoring com recurso, assim como os valores relativos a saldos de clientes cedidos ao factoring na forma sem recurso e que em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as estimativas de Grupo não cumpriam os critérios para serem desreconhecidos.

13.6.2.2. outras garantias

As linhas de financiamento que não dispõem de

garantias reais contêm restrições não financeiras, sendo as mais frequentes:

- disposições de *negative pledge*, relativamente às linhas de maior valor e maturidade;
- restrições à utilização dos recursos de capital, aquisições e disposição dos ativos;
- obrigações de *pari passu*;
- situações de incumprimento de responsabilidades, que incluem cláusulas de incumprimento cruzado relativamente às sociedades que estão sob controlo ou numa relação de grupo com a respetiva mutuária;
- condições de mudança de controlo societário (*change of control provisions*) que obrigam a que o Acionista controlador (Grupo Fosun) mantenha uma posição de controlo, direto ou indireto, na Sociedade;
- limitações à distribuição de dividendos.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

13.6.3. covenants financeiros

Em termos de *covenants* financeiros o Grupo está obrigado a cumprir rácios financeiros dispostos nos contratos de financiamento em vigor nesta data, nomeadamente assumem especial relevo:

- Dívida remunerada líquida / EBITDA
- Autonomia financeira

Em 31 de dezembro de 2022, a Luz Saúde não se encontrava em incumprimento dos *covenants* contratados.

13.6.4. justo valor

As linhas de crédito contratadas pelo Grupo, estão sujeitas a taxas de mercado (Euribor), com atualização periódica das taxas a ocorrer entre 1 e 12 meses após a data de relato, consequentemente entende-se que as diferenças existentes entre o valor contabilístico e o justo valor dos passivos não são materialmente relevantes.

13.6.5. papel comercial

Os programas de papel comercial disponíveis são os seguintes:

Data de início	Data de fim	Tomada garantida	Montante do programa	Valor utilizado em 31-dez-22	Valor utilizado em 31-dez-21
10/02/2011	28/12/2026	Sim	80 000	80 000	80 000
18/05/2016	30/06/2025	Sim	40 000	40 000	43 000
05/05/2020	01/01/2024	Sim	15 000	15 000	10 000
10/08/2018	10/02/2024	Sim	10 500	10 500	5 500
17/03/2017	17/03/2024	Não	30 000	-	-
				145 500	138 500
				Juros e outros encargos, líquidos (184)	(198)
				145 316	138 302

A 31 de dezembro de 2022, todas as linhas de papel comercial contratadas pelo Grupo encontram-se utilizadas na sua totalidade com exceção da linha não garantida de €30 milhões, que se encontra na íntegra por utilizar.

13.6.6. empréstimos bancários

O movimento nas linhas de empréstimos bancários que o Grupo dispõe foi o seguinte:

	31-dez-22	31-dez-21
Empréstimos bancários em 1 de janeiro	129 798	55 766
Novas linhas		
Failed sale and leaseback a 15 anos	-	68 362
Failed sale and leaseback a 10 anos	-	12 539
Outras linhas	15 000	11 200
Amortização de linhas	(17 796)	(18 162)
Juros e outras linhas de menor valor	13	93
Empréstimos bancários em 31 de dezembro	127 015	129 798

Em dezembro de 2021, foi celebrado um conjunto de contratos de financiamento de *leaseback* com entidades financeiras junto das quais o Grupo já financiava as suas operações, com o objetivo de alargar a maturidade da dívida do Grupo e assim potenciar os níveis de sustentabilidade da mesma. Estes contratos foram celebrados por períodos de 10 a 15 anos, tendo dado origem ao reconhecimento de um passivo financeiro de acordo com o disposto no IFRS 9.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

13.6.7. empréstimos obrigacionistas

Data de início	Data de fim	Valor utilizado em 31-dez-22	Valor utilizado em 31-dez-21
18/12/2020	18/12/2027	28 500	30 000
14/12/2022	14/12/2025	15 000	-
		43 500	30 000
Juros corridos e outros gastos		(328)	(306)
		43 172	29 694

A 12 de dezembro de 2022, o Grupo contratou um empréstimo obrigacionista no valor de € 15 milhões, representado por 150 obrigações escriturais nominativas de valor unitário de € 100 milhares denominado "Luz Saúde 2022-2025".

13.6.8. passivos por locação

[POLÍTICA]

Até 31 de dezembro de 2018 o Grupo classificou as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 - Locações. Eram classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação eram classificadas como locações operacionais.

A partir de 1 de janeiro de 2019, os contratos de locação, anteriormente classificados como locações

operacionais, deram origem ao reconhecimento de um ativo (com a designação de ativo sob direito de uso) e um passivo desde a data em que o ativo subjacente passou a estar disponível para uso do Grupo ou na data em que o compromisso de investimento seja assumido. Os ativos e passivos decorrentes de um contrato de locação são mensurados inicialmente pelo seu valor presente.

Os passivos de locação incluem o valor atual dos seguintes pagamentos de locação:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), deduzidos de incentivos à locação;
- pagamentos variáveis, com base num índice ou taxa, mensurado inicialmente com base num índice ou taxa na data de início;
- pagamentos esperados relativamente a garantias de valor residual;
- valor de exercício de uma opção de compra, quando o Grupo tiver razoável certeza de exercício dessa opção;
- pagamentos de penalidades da rescisão de contratos, sempre e quando seja o Grupo a exercer essa opção; e
- pagamentos a serem efetuados ao abrigo de opções de prorrogação do contrato quando o Grupo tiver razoável certeza de exercício dessa opção.

Os pagamentos de locação são descontados utilizando a taxa de juro implícita na locação. Se essa taxa não puder ser facilmente determinada, é usada a taxa incremental de financiamento do Grupo, sendo esta, a taxa que o locatário teria que pagar pela obtenção dos fundos necessários para obter um

ativo de valor semelhante ao ativo sob direito de uso por um prazo semelhante, num ambiente económico semelhante, e com garantias semelhantes.

Para determinar a taxa incremental de financiamento, o Grupo:

- sempre que possível, utiliza as condições de financiamento recentes obtidas junto de terceiros, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento foi obtido, para os contratos com duração até 7 anos;
- para os contratos com duração superior a 7 anos, tipicamente contratos de locação de edifícios, a taxa incremental foi composta a partir da agregação da taxa de juro observável no mercado imobiliário, ajustada pelo diferencial de taxa de financiamento do Grupo para o mercado e para a taxa das OTs Portuguesas para prazos similares.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de locação variáveis com base num índice ou taxa, e que não são incluídos no valor do passivo de locação até que entrem em vigor. Os ajustamentos aos pagamentos de locação com base num índice ou taxa, implicam uma reavaliação do passivo de locação por contrapartida do incremento do ativo sob direitos de uso.

Os pagamentos de locação são separados da liquidação do valor de aquisição e a sua componente financeira, em que o custo financeiro é registado na demonstração dos resultados durante o período da locação, de modo a produzir uma taxa de juros efetiva.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

[ESTIMATIVA]

Para determinar o prazo da locação, o Grupo considera todos os factos e circunstâncias que contribuem para o exercício ou não da opção de prorrogação do período de locação.

Assim opções de prorrogação somente são consideradas para efeitos de determinação do prazo da locação de um ativo sob direito de uso se for razoavelmente certo que a locação será prorrogada (ou não rescindida).

No caso de locações de edifícios e equipamentos, para aferir a prorrogação de um contrato de locação, fatores como os que se referem a seguir, são usualmente os mais relevantes em termos de tomada de decisão:

- existência de penalidades significativas decorrentes da não rescisão (ou não prorrogação) do contrato;
- se as melhorias realizadas no ativo sob locação tiverem na data da potencial rescisão (ou não prorrogação) um valor significativo; e
- capacidade de o Grupo encontrar um ativo similar que lhe permita substituir o ativo subjacente ao contrato de locação.

Os prazos de locação utilizados refletem a melhor estimativa sobre a vida de cada contrato de locação.

A reavaliação do prazo de cada locação com opção de prorrogação é realizada quando a opção é realmente exercida (ou não exercida) ou o Grupo fica obrigada a exercer a opção (ou não exercer), ou caso ocorra um evento significativo ou uma mudança significativa nas

circunstâncias, que afetem a avaliação inicialmente realizada pela Administração. Durante os exercícios de 2022 e 2021, não foi registado qualquer impacto financeiro decorrente da reavaliação do exercício de uma opção de prorrogação de um contrato de locação.

A maturidade dos contratos de locação estabelecidos pelo Grupo pode ser apresentada como segue:

	31-dez-22	31-dez-21
Passivos por locação		
Menos de 12 meses	21 681	16 877
12 a 24 meses	16 982	16 419
24 a 36 meses	14 259	12 227
36 a 48 meses	10 928	10 229
48 a 60 meses	6 357	10 361
Mais de 60 meses	36 056	28 047
	106 263	94 160

13.6.9. factoring

Inclui os adiantamentos recebidos relativos a saldos cedidos no âmbito de contratos de factoring com recurso, assim como os valores relativos a saldos de clientes cedidos ao *factoring* na forma sem recurso e que em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as estimativas de Grupo não cumpriam os critérios para serem desreconhecidos.

14. outros

14.1. provisões

[POLÍTICA]

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) fruto de acontecimentos passados, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Quando um destes requisitos não é preenchido, o Grupo procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como gasto financeiro na rubrica de juros e outros gastos e perdas financeiras.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando as perdas em empresas associadas excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada, caso em que é registada uma provisão para imparidade em ativos financeiros.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

É registada uma provisão para processos judiciais em curso quando exista uma estimativa fiável de custos a incorrer decorrentes de ações interpostas por terceiros, com base na avaliação da efetivação da probabilidade de pagar tendo por base o parecer dos advogados do Grupo e o histórico em caso de operações recorrentes.

[ESTIMATIVA]

O Grupo exerce julgamento considerável no reconhecimento e mensuração das provisões. O julgamento é imprescindível para aferir a probabilidade que determinado processo em contencioso tem de ser bem-sucedido. As provisões são constituídas quando o Grupo espera, relativamente aos processos em curso, que a perda seja provável, seja plausível uma saída de fundos e, por sua vez, possa ser razoavelmente estimada. Em virtude das incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser distintas das perdas estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que surge nova informação sobre o processo. As provisões constituídas pelo Grupo prendem-se essencialmente com situações de índole tributária e penalidades contratuais decorrentes de contratos celebrados pelo Grupo. Revisões às estimativas destas perdas poderão afetar os resultados futuros.

14.1.1. movimento das provisões

O movimento na rubrica de provisões nos exercícios de 2022 e 2021 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Processos judiciais	Processos fiscais	Responsabilidades compartilhadas	Penalidades	Outros riscos	Total
Provisões						
Em 1 de janeiro de 2021	839	1 727	400	5 292	897	9 155
Efeito em resultados						
Reforços	824	614	-	4 683	7 955	14 076
Reversões	(98)	-	(400)	-	-	(498)
	726	614	(400)	4 683	7 955	13 578
Sem efeito em resultados						
Utilização	282	(139)	-	-	(1 282)	(1 139)
	282	(139)	-	-	(1 282)	(1 139)
Em 31 de dezembro de 2021	1 847	2 202	-	9 975	7 570	21 594
Em 1 de janeiro de 2022	1 847	2 202	-	9 975	7 570	21 594
Efeito em resultados						
Reforços	-	-	-	-	3 567	3 567
Reversões	(462)	(3)	-	-	-	(465)
	(462)	(3)	-	-	3 567	3 102
Sem efeito em resultados						
Transferência	-	-	-	-	1 378	1 378
Reclassificação para operações descontinuadas	(100)	-	-	(9 975)	(3 443)	(13 518)
Utilização	(669)	(1 802)	-	-	-	(2 471)
	(769)	(1 802)	-	(9 975)	(2 065)	(14 611)
Em 31 de dezembro de 2022	616	397	-	-	9 072	10 085

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

Em 2021, o efeito em resultados inclui um valor líquido de incremento das provisões de €8,9 milhões, que se refere às operações do segmento de cuidados de saúde Público que em 2022 passou a ser apresentado como operação descontinuada.

14.1.2. informação sobre as provisões

Processos judiciais

O Grupo nas suas operações incorre em riscos de ordem operacional decorrentes da especificidade da sua atividade, em especial riscos de ordem clínica, mas não apenas desta ordem. Para fazer face a estes riscos o Grupo contratou seguros que permitem mitigar estes riscos de forma parcial, sendo reconhecida uma provisão pela estimativa de ex-fluxos que o Grupo possa vir a incorrer.

Processos fiscais

As provisões para processos fiscais destinam-se entre outros a fazer face aos litígios com a AT, descritos na nota 18.1.1.3.

Penalidades

A provisão para penalidades destina-se essencialmente à responsabilidade para fazer face a riscos e penalidades contratuais consideradas como prováveis.

14.2. imparidades, líquidas

	31-dez-22	31-dez-21 (reexpresso)
Cientes (nota 15.1.1.3)	568	2 133
Inventários (nota 11.2)	225	150
Ativos fixos tangíveis (nota 12.1)	(1 077)	-
	(284)	2 283

14.3. proveitos diferidos e outros passivos correntes

[POLÍTICA]

Uma responsabilidade de um contrato é uma obrigação de transferir bens ou serviços para um cliente, para a qual o Grupo já recebeu a quantia (ou o valor já é devido) do cliente. Se o cliente pagar a quantia antes do Grupo lhe transferir os bens ou serviços, uma responsabilidade do contrato é reconhecida com a realização do pagamento ou o pagamento se torna devido (o que ocorrer primeiro). A responsabilidade do contrato é reconhecida como rédito quando o Grupo executa o contrato.

O Grupo reconheceu os seguintes passivos por responsabilidades de contratos com clientes:

	31-dez-22	31-dez-21
Rendimentos diferidos DUV's	2 642	5 628
Adiantamentos de clientes	8 718	7 000
	11 360	12 628

Os Rendimentos diferidos DUV's estão relacionados com a atividade das residências sénior, em que o rédito da venda desses direitos é reconhecido inicialmente em rendimentos diferidos, sendo transferido para resultados, de forma constante, ao longo dos anos de vida esperada de cada cliente. Estes saldos assim como os valores de adiantamentos de clientes cumprem com os critérios para serem considerados como responsabilidade de um contrato.

>
anexos

>
notas às
demonstrações
financeiras
consolidadas

D gestão de risco financeiro

15. riscos financeiros

Nas suas operações o Grupo detém os seguintes instrumentos financeiros:

	31-dez-22	31-dez-21
Ativos financeiros		
Custo amortizado		
Clientes e outras contas a receber (nota 11.1)	108 142	137 814
Outros ativos (nota 11.4)	2 798	3 163
Caixa e seus equivalentes (nota 13.5)	47 352	36 090
Justo valor por resultados		
Ativos financeiros ao justo valor por resultados (nota 12.5)	12 604	8 979
Instrumentos financeiros derivados		
Utilizados para cobertura (nota 16)	4 327	-
	175 223	186 046
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores (nota 11.3)	33 360	34 732
Outras contas a pagar (nota 11.3)	80 099	82 527
Empréstimos e descobertos bancários (nota 13.6)	316 730	334 923
Passivos por locação (nota 13.6)	106 263	94 160
Outros passivos (nota 14.3)	8 718	7 000
Instrumentos financeiros derivados		
Utilizados para cobertura (nota 16)	-	2 466
	545 170	555 808

A gestão dos riscos financeiros do Grupo é predominantemente controlada pela DFA. Assim, no âmbito da sua atividade, a DFA identifica, avalia e gere a exposição aos diferentes riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

O Conselho de Administração fornece os princípios orientadores para a gestão global de riscos, bem como as políticas a seguir em áreas específicas, como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

De seguida e relativamente aos riscos identificados apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo a cada um dos riscos anteriormente referidos, bem como os seus objetivos, procedimentos e práticas para a mensuração e gestão desses riscos. Ao longo das presentes demonstrações financeiras, são apresentadas mais divulgações de cariz quantitativo.

Os riscos identificados são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades do Grupo.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

15.1. risco de crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de um devedor relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade.

A exposição do Grupo ao risco de crédito prende-se essencialmente com os saldos a receber decorrentes da atividade operacional e dos fundos monetários geridos no âmbito da atividade de tesouraria do Grupo.

A seguinte tabela apresenta a exposição máxima do Grupo ao risco de crédito:

	31-dez-22	31-dez-21
Cientes e acréscimo de rendimentos (nota 11.1)	107 850	136 067
Depósitos bancários e outros meios monetários (nota 13.5)	46 141	34 904
Outras contas a receber (nota 11.1)	1 503	2 933
	155 494	173 904

15.1.1. clientes e acréscimos de rendimentos

Em termos de monitorização do risco de crédito decorrente da atividade operacional, é efetuada uma gestão permanente das carteiras de devedores e dos seus saldos em aberto. Esta abordagem é complementada tanto por metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos associados à fase de aceitação de clientes, classificação dos mesmos e de definição de

limites de crédito, como ao nível dos procedimentos e circuitos de cobrança.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente pela DSAF em conjunto com as unidades, cabendo à DFA a monitorização em termos consolidados. É igualmente objeto de análise regular ao nível de cada unidade o cumprimento dos limites de crédito aprovados.

O Grupo definiu um procedimento de crédito segundo a qual cada novo cliente é analisado individualmente do ponto de vista do seu risco de crédito previamente à sua aceitação como cliente. Esta revisão passa por análise de informação externa e, quando disponível, referências de terceiros relativamente à entidade.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de clientes e acréscimos de rendimentos consolidado desagregava-se da seguinte forma:

	31-dez-22	31-dez-21
Saldo de clientes e acréscimo de rendimentos		
Segmento de cuidados de saúde privados	106 252	94 511
Segmento de cuidados de saúde públicos	-	39 743
Outros segmentos e eliminações	1 598	1 813
	107 850	136 067

15.1.1.1. maturidade dos saldos do segmento de cuidados de saúde privados

A antiguidade do saldo de clientes e acréscimos de rendimentos relativo ao segmento de cuidados de saúde privados a partir da data de emissão da respetiva fatura/prestação do serviço é detalhada como segue:

	31-dez-22	31-dez-21
0-3 meses	92 042	77 015
3-6 meses	5 393	6 959
6-12 meses	5 263	6 639
12-24 meses	5 197	6 797
Mais de 24 meses	13 863	12 633
	121 758	110 043
Imparidade acumulada	(15 506)	(15 532)
	106 252	94 511

15.1.1.2. segmento de cuidados de saúde públicos

Ao abrigo do sistema de pagamentos em vigor no HBA, no final de cada mês o Estado deveria liquidar 90% de 1/12 do valor contratado de produção anual (independentemente do valor real de produção verificado), sendo que o valor de acerto (que poderia incluir os 10% remanescentes mais alguma eventual produção adicional realizada acima do valor contratado, já que existem áreas em que é permitido ultrapassar o limite definido

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

de produção, tais como os atendimentos de emergência e os episódios de internamento) deveria ser liquidado no decurso do exercício seguinte.

Em 31 de dezembro de 2022, e apesar do contrato da gestão do HBA já ter cessado, ainda existem valores a receber da ARS-LVT no âmbito do referido contrato de gestão. Assim está registado na rubrica de ativos das operações descontinuadas o montante de €22,9 milhões, que ainda aguarda a conclusão do respetivo processo de validação.

15.1.1.3. imparidade de dívidas a receber

As perdas por imparidade para saldos a receber são estimados em função das perdas estimadas na carteira, tendo por base uma análise de cada uma das posições em aberto à data de relato e a matriz de cálculo das perdas esperadas.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo considera que o montante dos saldos de cobrança duvidosa das operações comerciais em continuação ascende a 14,6% do saldo de clientes para o qual tem um nível de provisão de 12,5%. Caso as condições financeiras dos devedores se deterioreem, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

Os movimentos nas rubricas de perdas por imparidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser apresentados da seguinte forma:

	31-dez-22		31-dez-21
	Clientes	Outras contas a receber	
Imparidade de clientes e outras contas a receber a 1 de janeiro	23 403	505	20 059
Efeito em resultados			
Reforço decorrente da aplicação do modelo de perdas estimadas	2 114	-	5 747
Reversão	(1 546)	-	(1 305)
	568	-	4 442
Sem efeitos em resultados			
Transferência para ativos por operações descontinuadas	(7 646)	(87)	-
Utilizações	(1 094)	-	(593)
Imparidade de clientes e outras contas a receber a 31 de dezembro	15 231	418	23 908

Em 2021, o efeito em resultados inclui um valor líquido de incremento das imparidades de €2,2 milhões, que se refere às operações do segmento de cuidados de saúde Público que em 2022 passou a ser apresentada como operação descontinuada.

15.1.2. depósitos bancários

A repartição do saldo de depósitos bancários, de acordo com o *rating* de risco das instituições financeiras onde os ativos se encontravam depositados em 31 de dezembro de 2022, pode ser apresentado da seguinte forma (tendo como base o *rating* da Moody's observável no mercado):

	31-dez-22	31-dez-21
Rating		
Baa1	-	893
Baa2	1 046	10 490
Baa3	18 143	3 642
Ba2	16 714	12 974
B2	10 103	-
Caa1	-	6 838
Outros	135	67
	46 141	34 904

Como princípio orientador, o Grupo tenta manter um alinhamento entre as entidades financeiras onde deposita as suas disponibilidades e as entidades financeiras onde dispõe de linhas de financiamento utilizadas, de forma a criar uma cobertura natural para um potencial evento de crédito que possa ocorrer ao nível da entidade onde os fundos se encontram depositados. Assim e se considerarmos a posição líquida dos ativos e passivos do Grupo com as instituições bancárias, o risco de realização dos ativos ascende a €135 milhares (2021: €171 milhares).

15.2. risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos do Grupo, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de montantes em caixa e seus equivalentes e da disponibilidade de linhas de crédito contratadas que possam ser imediatamente utilizadas para cumprir com as obrigações decorrentes das responsabilidades financeiras a vencer. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na DFA. Esta gestão tem como objetivo

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes à sua cobertura. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo detém depósitos à ordem no montante de €46,1 milhões (2021: €34,9 milhões) e linhas de crédito disponíveis no montante de €28,8 milhões (2021: € 30,8 milhões).

Na nota 13.6 são apresentadas as linhas de crédito que o Grupo dispõe para financiar a sua atividade.

15.2.1. maturidade dos passivos financeiros

A maturidade contratual dos passivos financeiros originará os seguintes fluxos monetários não descontados, tendo por base o período entre a data de relato e a maturidade:

	31-dez-22				31-dez-21	
	Loca-ções	Empré-stitos Bancá-rios	Papel Comer-cial	Outros Passivos (*)	Total	Total
Menos de 12 meses	21 681	32 222	34 562	122 428	210 893	208 614
12 a 24 meses	16 982	27 300	46 604	-	90 886	120 091
24 a 36 meses	14 259	29 920	38 450	-	82 629	43 949
36 a 48 meses	10 928	12 490	25 700	-	49 118	37 484
48 a 60 meses	6 357	20 982	-	-	27 339	48 356
Mais de 60 meses	36 056	48 250	-	-	84 306	97 314
	106 263	171 164	145 316	122 428	545 171	555 808

(*) Exclui os passivos não financeiros

Com base nos financiamentos ativos e nas condições existentes à data de 31 de dezembro de 2022 a taxa média de financiamento do Grupo é de 4,03% (2021: 2,03%).

15.2.2. linhas disponíveis

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo dispõe de linhas de crédito não utilizadas, na modalidade de descoberto bancário, num montante de €28,8 milhões.

15.3. risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços dos mercados, como sejam câmbios de moedas estrangeiras, taxas de juro ou a evolução das bolsas de valores possam afetar os resultados do Grupo e a sua posição financeira.

15.3.1. risco de taxa de juro

A maior parte das linhas de financiamento contratadas pelo Grupo são remunerados com base em taxas variáveis dadas, pelo índice de referência Euribor acrescido de um *spread*. Em exercícios anteriores e de forma a equilibrar a exposição à variação das taxas de juro o Grupo contratou instrumentos de cobertura de risco de fluxo de caixa, com o objetivo de fixar as taxas de juro

de algumas das linhas de financiamento de que dispõe. Em 31 de dezembro de 2022 e considerando o nível de eficácia que se prevê que os instrumentos financeiros de cobertura do risco de variação da taxa de juro contratados pelo Grupo possam vir a ter, a dívida financeira tem a seguinte exposição em termos de taxa de juro:

	31-dez-22	% do Total de Dívida	31-dez-21	% do Total de Dívida
Dívida a taxa variável	223 020	53%	208 427	49%
Dívida a taxa fixa	145 801	34%	156 980	37%
Dívida sem exposição a taxa de juro	54 172	13%	63 676	14%
	422 993	100%	429 083	100%

Considerando que o resultado do Grupo está exposto a variações nas taxas de juro de mercado, e apenas para efeitos ilustrativos, temos que uma variação, de 50 p.p. nas taxas de referência e considerando todas as outras variáveis constantes, resultaria um impacto no resultado antes de imposto, em base anual, de aproximadamente:

	31-dez-22	31-dez-21
Impacto da variação da taxa de juro em 50 p.p. no resultado antes de imposto	1 115	1 077

Encontra-se em curso uma reforma global dos principais *benchmark* de taxas de juro que prevêem a substituição de alguns *benchmarks*, entre os quais a Euribor, por taxas alternativas *risk-free*. O Grupo apresenta exposições às variações da Euribor nos seus instrumentos financeiros que serão impactadas por esta reforma global. Existe atualmente incerteza sobre os *timings* e métodos associados à transição dos *benchmarks* de

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

taxas de juro. O Grupo, à data, não espera um impacto significativo nas suas políticas de gestão de risco e sobre os efeitos da contabilidade de cobertura.

O Grupo irá avaliar e analisar os impactos potenciais concretos da potencial alteração da Euribor aquando da concretização dos timings e dos respetivos métodos de alteração e, em particular, nas relações de cobertura de risco de taxa de juro designadas.

15.3.2. risco de preço

O risco de preço ao qual o Grupo se encontra exposto, decorre dos investimentos em ativos financeiros ao justo valor através de resultados (nota 12.5) onde se inclui maioritariamente os investimentos efetuados em fundos de capital de risco em investigação e desenvolvimento ou em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (nota 16) que inclui um instrumento financeiro derivado para cobrir o risco de taxa de juro.

Para minimizar o risco de preço decorrente de investimentos em ativos financeiros, o grupo procura diversificar a sua carteira de investimentos nos fundos de capital de risco orientados para a investigação e desenvolvimento. A diversificação da carteira é feita de acordo com os limites estabelecidos pela Gestão do Grupo. No que respeita ao instrumento financeiro derivado, a DFA monitoriza mensalmente a evolução do justo valor do derivado com base em informações recebidas do banco emissor do derivado e efetua um acompanhamento regular da evolução das taxas de juro.

15.3.3. risco cambial

O Grupo encontra-se exposto ao risco cambial, decorrente da sua atividade de compras nos mercados internacionais, operações maioritariamente realizadas em dólares americanos, e ao risco de taxa de juro relativamente aos ativos e passivos financeiros. O objetivo principal definido em termos de gestão de risco de mercado centra-se essencialmente na monitorização das taxas de câmbio que influenciam os passivos financeiros a que o Grupo se encontra exposto, seja ao nível dos compromissos já assumidos, seja ao nível de relevância desta exposição em termos da cadeia de abastecimento do Grupo. A exposição cambial a 31 de dezembro de 2022 do Grupo ascendia a €0,53 milhões (2021: €0,65 milhões).

15.4. hierarquia de justo valor

Os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor são apresentados na seguinte tabela, de acordo com os níveis de hierarquia de justo valor:

2022	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao justo valor				
Ativos financeiros ao justo valor por resultados	12 604	-	-	12 604
Derivados	4 327	-	4 327	-
Total de ativos	16 931	-	4 327	12 604

Passivos mensurados ao justo valor				
Derivados	-	-	-	-
Total de passivos	-	-	-	-

2021	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao justo valor				
Ativos financeiros ao justo valor por resultados	8 979	-	-	8 979
Total de ativos	8 979	-	-	8 979

Passivos mensurados ao justo valor				
Derivados	2 466	-	2 466	-
Total de passivos	2 466	-	2 466	-

A hierarquia para efeitos de determinação do justo valor deverá ter os seguintes níveis e bases de mensuração:

- Nível 1 – cotações de mercados líquidos ativos e aos quais o Grupo tem acesso à data de referência do balanço;
- Nível 2 – modelos de avaliação geralmente aceites baseados em inputs observáveis no mercado;

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

- Nível 3 – modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

Os instrumentos financeiros do Grupo mantidos ao justo valor são divulgados nas notas 12.5 e 16, tendo o justo valor dos instrumentos referidos na nota 16 sido determinado por entidades bancárias tendo por base inputs observáveis no mercado e utilizados nos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites (Nível 2) e o justo valor dos ativos financeiros sido registados com base na valorização divulgada pelas próprias entidades nos casos das entidades reguladas, ou nos casos em que esta esta informação não seja conhecida pelo valor de custo, que se estima não ser materialmente relevante do justo valor dos referidos ativos.

16. instrumentos financeiros derivados

[POLÍTICA]

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua contratação pelo seu justo valor que se presume ser igual ao seu custo de aquisição na data de contratação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é remensurado em cada data de relato, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa remensuração registados diretamente na demonstração dos resultados, exceto no que respeita aos efeitos relativos aos derivados de cobertura de fluxos de caixa.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro resultante da sua atividade de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura no âmbito de aplicação da IFRS 9 são registados como de negociação. Os derivados de cobertura de fluxos de caixa são registados ao seu justo valor e na medida em que sejam eficazes as variações de justo valor são reconhecidas por contrapartida de reservas no capital próprio. As variações de justo valor que não são consideradas como sendo de cobertura, em virtude de serem consideradas ineficientes na totalidade ou parcialmente, são de imediato reconhecidas na demonstração dos resultados. Os valores acumulados em reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

Na avaliação da existência de uma relação económica

entre os instrumentos cobertos e os instrumentos de cobertura, o Grupo assume que o *benchmark* de taxa de juro (Euribor) não será alterado na sequência da reforma dos *benchmarks* de taxa de juro conforme permitido pelas alterações à IAS 39, IFRS 7 e IFRS 9 relativas à reforma dos *benchmarks* de taxa juro.

A política acima disposta é aplicável à totalidade das relações de cobertura designadas a 31 de dezembro de 2022.

O Grupo irá cessar a aplicação da disposição acima quando:

- (i) a incerteza relativa à reforma dos *benchmarks* de taxa de juro no que concerne à Euribor cessar; ou
- (ii) a respetiva relação de cobertura for descontinuada.

16.1. classificação dos derivados

O Grupo iniciou em 2015 a utilização de instrumentos financeiros derivados para cobrir riscos de taxa de juro que afetam o valor dos fluxos de caixa futuros esperados. O risco coberto é o da variação do indexante da taxa variável aos quais se encontram associados os contratos de financiamento do Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados de taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura do risco de variação de taxa de juro dos empréstimos são denominados como sendo de cobertura de fluxo de caixa. No entanto, quando os instrumentos financeiros não cumprem com os critérios para serem contabilizados como

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

instrumentos de cobertura, são classificados como detidos para negociação e a variação do seu justo valor é reconhecido na demonstração de resultados.

O Grupo, na sua gestão da exposição às taxas de juro, realiza cobertura de fluxos de caixa. Estas operações são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas no outro rendimento integral do período. Se as operações de cobertura se apresentarem como ineficazes, o ganho ou a perda daí decorrente é registada diretamente em resultados. Os montantes acumulados em capital próprio são transferidos para resultados quando o item coberto afeta a demonstração dos resultados, por exemplo, quando a venda futura coberta se materializa. O ganho ou a perda correspondente à componente eficaz dos *swaps* de taxa de juro que se encontrem a cobrir financiamentos de taxa variável, é reconhecido na rubrica de rendimentos e gastos financeiros (nota 9).

16.2. justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos derivados financeiros contabilizados pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-dez-22	31-dez-21
Swap de taxa de juro - cobertura de fluxo de caixa	4 327	(2 466)
Swap de taxa de juro - negociação	-	-
Total	4 327	(2 466)
Parte não corrente		
Swap de taxa de juro - cobertura de fluxo de caixa	4 327	(2 466)
Swap de taxa de juro - negociação	-	-
Parte corrente	-	-

O detalhe do justo valor por contrato pode ser apresentado da seguinte forma:

31 de dezembro de 2022

Instrumento coberto	Nocional	Início	Vencimento	Justo valor
Papel comercial	80 000	26/11/2015	28/12/2026	4 327
				4 327

31 de dezembro de 2021

Instrumento coberto	Nocional	Início	Vencimento	Justo valor
Papel comercial	80 000	26/11/2015	28/12/2026	(2 466)
				(2 466)

O justo valor do derivado de cobertura é classificado no ativo ou passivo não corrente, quando a maturidade

da operação alvo de cobertura é superior a 12 meses, e como ativo ou passivo corrente quando a maturidade da operação alvo de cobertura for inferior a 12 meses.

16.3. valores reconhecidos em resultados

O nocional do contrato de *swap* de taxa de juro em aberto a 31 de dezembro de 2022 ascende a €80,0 milhões (2021: €80,0 milhões), sendo estes considerados na totalidade como de cobertura de fluxo de caixa. Estes contratos originaram o reconhecimento de uma variação do justo valor nos capitais próprios do Grupo no exercício de 2022 decorrente da parte considerada como eficiente para efeitos de cobertura de aproximadamente €4,5 milhões positivos (2021: €0,3 milhões positivo), tendo sido reconhecidos na demonstração dos resultados um proveito financeiro de €1,1 milhões (2021: custo de €0,4 milhões) de efeito decorrente da variação de justo valor em virtude da ineficiência dos contratos, e cerca de €0,8 milhões relativos a juros corridos (2021: €1,2 milhões). Na demonstração de rendimento integral, estes valores são apresentados líquidos do efeito de imposto.



>
anexos

>
notas às
demonstrações
financeiras
consolidadas

E.
outra
informação

17.
operações
descontinuadas

[POLÍTICA]

Uma operação descontinuada é uma componente do negócio do Grupo que compreende unidades operacionais e fluxos de caixa que possam ser claramente distintos, operacionalmente e para finalidades de relato financeiro, do resto do Grupo, e que:

- (i) represente um segmento de negócio, uma linha de negócios distinta que tenha grande importância para o Grupo e opere de forma distinta das restantes operações ou que represente uma área geográfica operacional;
- (ii) seja parte integrante de um único plano coordenado para descontinuar esse negócio ou área geográfica operacional (distinta);
- (iii) ou seja uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda.

A classificação como operação descontinuada acontece quando a operação é alienada/ou termina a sua atividade operacional ou quando cumpre os critérios para ser classificada como detida para venda, o que se verificar primeiro.

Quando uma operação é classificada como operação descontinuada, os comparativos da demonstração dos resultados, da demonstração do rendimento integral

e da demonstração dos fluxos de caixa são reapresentados como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo.

Ao nível da demonstração dos resultados, os resultados são relevados na rubrica resultados das operações descontinuadas e, ao nível da demonstração da posição financeira, nas rubricas denominadas ativos das operações descontinuadas e passivos das operações descontinuadas.

[ESTIMATIVA]

Rédito da PPP

O contrato de gestão do HBA que esteve em vigor até 18 de janeiro de 2022, dispõe que a faturação dos atos médicos prestados é realizada mensalmente por um montante equivalente a 1/12 de 90% do valor anual acordado, sendo o remanescente faturado no exercício seguinte após conclusão, entre as partes, do processo de validação dos mesmos. Em cada data de relato, parte dos serviços prestados por esta unidade de negócio ainda não se encontram faturados, estando pendentes de conclusão do processo de validação dos mesmos com a entidade contratante.

Em 31 de dezembro de 2022, e apesar dos pagamentos dispostos no contrato terem sido realizados, existem ainda valores relativos a serviços prestados nos exercícios de 2012 a 2022, que ainda se encontram em fase de validação.

Apesar da incerteza que este facto representa, o Conselho de Administração assumiu a melhor estimativa para os valores registados em termos contabilísticos,

e entende que o impacto dos fechos de contas com a ARS-LVT, relativamente aos exercícios de 2012 a 2021 e a conclusão do processo de monitorização relativo ao período de 2022, não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas. Do total de valores registados como acréscimo de rendimento no ativo do Grupo em 31 de dezembro de 2022, o valor líquido de cerca de €6,7 milhões (2021: €11,3 milhões) referem-se a valores de exercícios anteriores que ainda se encontram em fase de validação por parte da ARS-LVT.

O Grupo entende que, fruto da pandemia COVID-19 (e dos atos que foram determinados nesse contexto), a atividade desenvolvida no âmbito do Contrato de Gestão celebrado entre o Estado Português e a SGHL, para gestão do HBA em regime de PPP, foi afetada de forma muito significativa, com impacto negativo nas condições financeiras de desenvolvimento do referido contrato. O referido impacto traduziu-se, quer numa diminuição de receitas, quer num aumento de despesas.

A diminuição de receitas deveu-se, nomeadamente, ao cancelamento da atividade no HBA (mantendo-se, durante largos períodos de tempo, apenas a atividade considerada pelas autoridades administrativas urgente ou prioritária), sendo que o acréscimo de despesas não abrangido pelas obrigações ou riscos contratualmente assumidos ficou a dever-se, entre outros ao reforço extraordinário e imprevisto dos meios humanos, dos materiais necessários ao combate e/ou mitigação da propagação do vírus SARS-CoV-2, situação esta que teve claro impacto na atividade e no equilíbrio financeiro do contrato.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

Neste plano, os condicionalismos de diversa natureza (sociais, sanitários, administrativos e legais) decorrentes das medidas adotadas para combater a pandemia COVID-19 implicaram, inequivocamente, um assinalado aumento de despesas assim como uma acentuada redução de receitas.

Consequentemente, entende o Grupo que, nos termos do Contrato de Gestão, existe um direito ao recebimento de uma compensação em sede de reequilíbrio financeiro do contrato relativamente às operações desenvolvidas até à data de relato.

Por não existir ainda convergência de posições com a ARS-LVT relativamente ao direito ao recebimento desta compensação, o Grupo optou por não registar qualquer compensação a ela associado, tendo, contudo, despoletado os mecanismos previstos no Contrato de Gestão para ver reconhecido o seu direito.

17.1. alienação das Casas de Carnaxide

Em 27 de dezembro de 2021, o Grupo celebrou um contrato promessa de compra e venda da unidade de residência sénior denominada Casas de Carnaxide, consequentemente os ativos e passivos associados a esta participada, a partir desta data, e em 31 de dezembro de 2021, passaram a ser apresentados como ativos detidos para venda nas rubricas de ativos por operações descontinuadas e passivos relativos a operações descontinuadas.

Em 26 de setembro de 2022, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e de Créditos Acionistas para completar o processo de venda de 100% do capital social e direitos de voto das Casas de Carnaxide. Com esta operação o Grupo alienou o negócio e os ativos inerentes ao seu funcionamento por um valor de €7,25 milhões, tendo realizado um ganho com a operação de €3,4 milhões (nota 4).

17.2. operação descontinuada do HBA

No dia 18 de janeiro de 2022, o Contrato de Gestão do Hospital Beatriz Ângelo (HBA) cessou os seus efeitos, Nessa data, o Grupo através da sua subsidiária SGHL transmitiu a gestão do HBA assim como todos os bens necessários à continuidade das suas operações, direitos, obrigações e trabalhadores afetos ao estabelecimento hospitalar, à Entidade Pública Contratante – Ad-

ministração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT).

A partir da data de transmissão do HBA para esfera pública, e atendendo à extrema relevância para a atividade do Grupo, os ativos e passivos deste segmento de negócio passaram a ser apresentados como uma operação em descontinuação uma vez que a sua recuperação deixou de ser efetuada através do uso continuado.

17.3. outros ativos detidos para venda

No segundo semestre de 2022, na sequência de uma decisão tomada pelo Grupo de interromper o processo de licenciamento do projeto de uma unidade de saúde a construir no imóvel anteriormente denominado Hotel Tivoli Porto, o Grupo decidiu dar início a um processo organizado para alienar o referido ativo imobiliário no seu atual estado de uso e conservação. Desta forma, os ativos a incluir neste processo foram reclassificados para passarem a ser apresentados como ativos detidos para venda na rubrica de ativos por operações descontinuadas.



anexos



notas às
demonstrações
financeiras
consolidadas

17.4. detalhe dos ativos e passivos das operações descontinuadas

Na tabela seguinte evidencia-se a composição destas rubricas na face do balanço:

	31-dez-22			31-dez-21	
	Total	Outros	SGHL	Total	Casas de Carnaxide
Ativos fixos tangíveis	6 828	6 828	-	6 672	6 672
Ativos por impostos diferidos	8 052	-	8 052	230	230
Caixa e equivalentes de caixa	1 473	-	1 473	55	55
Outros ativos	24 153	1 025	23 128	73	73
Total do ativo	40 506	7 853	32 653	7 030	7 030
Rendimentos a reconhecer por DUVs	-	-	-	(2 213)	(2 213)
Provisões	(10 975)	-	(10 975)	(215)	(215)
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	(514)	(514)
Outros passivos	(5 188)	-	(5 188)	(393)	(393)
Total do passivo	(16 163)	-	(16 163)	(3 335)	(3 335)
Ativos líquidos	24 343	7 853	16 490	3 695	3 695

17.5. detalhe dos resultados das operações descontinuadas

	31-dez-22	31-dez-21
	SGHL	SGHL
Rendimentos e ganhos operacionais	5 499	123 135
Custos operacionais	(7 376)	(126 409)
	(1 877)	(3 274)
Gastos de depreciação e amortização	(68)	(785)
Resultado operacional	(1 945)	(4 059)
Resultado financeiro	(2)	(132)
Resultado antes de imposto	(1 947)	(4 191)
Imposto sobre o rendimento	446	2 748
Resultado das operações descontinuadas	(1 501)	(1 443)



anexos



notas às
demonstrações
financeiras
consolidadas

18. contingências

18.1. passivos contingentes

18.1.1. litígios

Em seguida são divulgados de forma sumária os principais litígios ativos para o Grupo na data de relato.

18.1.1.1. litígios de índole comercial

- Em dezembro de 2018, diversas unidades do Grupo receberam uma comunicação do seu cliente ADSE relativamente à necessidade de regularizar parte da faturação realizada e paga, relativa a serviços prestados nos exercícios de 2015 e 2016, num montante total de €13,6 milhões. O Grupo suportado pelos seus assessores legais entende que as regularizações comunicadas pelo cliente não são justificadas e como tal as mesmas não são devidas, pelo que as presentes demonstrações financeiras consolidadas não consideram o possível impacto que a situação descrita poderia ter. O Grupo em conjunto com os seus assessores legais respondeu à comunicação recebida, estando a aguardar resposta por parte do cliente a esta comunicação.

- Em julho de 2022, a Autoridade da Concorrência (AdC) condenou a Associação Portuguesa de Hospita-

lização Privada (APHP) e alguns dos seus associados, onde se inclui a Luz Saúde, de alegada prática concertada, restritiva da concorrência, na contratação de serviços de saúde hospitalares por parte do subsistema de saúde público Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (ADSE). A AdC concluiu que os referidos associados da APHP coordenaram entre si a estratégia e o posicionamento negocial a adotar no âmbito das relações com a ADSE, através e com a participação conjunta da APHP, entre 2014 e 2019. A decisão de sanção resultou numa coima total de €190.995 milhares, cabendo à Luz Saúde uma coima no montante de €66.209 milhares. A Administração da Luz Saúde entende que não cometeu qualquer infração ao direito da concorrência, pelo que, apoiada pela sua Direção Jurídica e de Compliance e respetivos consultores legais externos, apresentou recurso da decisão referida. Neste sentido, a Administração da Luz Saúde acredita que a decisão da AdC acabará por ser revertida, atendendo a que o processo negocial com a ADSE, em causa na decisão final da AdC, refletiu apenas a metodologia adotada para as referidas negociações que, a pedido da própria ADSE, foi acordada entre esta e a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP), em representação dos seus associados, nunca colocando em causa os princípios e as normas orientadoras do direito da concorrência. Num cenário, ainda que não expectável, em que o recurso apresentado pela Luz Saúde não venha a ter o resultado previsto, a manutenção da condenação por parte da AdC poderá afetar de forma negativa a Emitente no montante divulgado acima, ou noutro que venha a ser determinado pelo Tribunal, na sequência do recurso apresentado pela Luz Saúde.

18.1.1.2. litígios de índole operacional

- O Grupo através das suas subsidiárias é parte em processos de responsabilidade médica derivada de acontecimentos durante o decorrer da atividade de prestação de serviços médicos no montante de €12,7 milhões (2021: €12,0 milhões). Os danos por indemnização que possam advir da maior parte dos processos em disputa encontram-se cobertas pelos seguros de responsabilidade civil contratados pelo Grupo e como tal a Administração entende que destas situações não deverão ocorrer situações de perda material para o Grupo.

18.1.1.3. litígios de índole tributária

- Na sequência de ação inspetiva realizada, a AT colocou em causa o cálculo dos benefícios fiscais considerados por duas empresas do Grupo para os exercícios de 2013 e 2014, tendo identificado correções nos montantes de €305 milhares e €530 milhares, respetivamente. Posteriormente, a Luz Saúde recebeu Notificações de Revisão de ato tributário por parte da AT revogando as correções realizadas. Em 31 de dezembro de 2022 o valor em disputa relativamente a esses processos ascende a €375 milhares. A Administração, com base no entendimento dos seus consultores legais e fiscais, entende que os valores considerados se encontram de acordo com o preconizado na lei e como tal manteve a reclamação relativamente a todas as situações.



> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

18.1.2. outros passivos contingentes

Na reunião de 22 de janeiro de 2014 da Assembleia Geral da Sociedade, e considerando o exercício ininterrupto, ao longo de cerca de 15 anos, de funções de administração no Grupo pela Senhora Engenheira Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz, bem como o seu papel na promoção do desenvolvimento da atividade do Grupo, foi aprovada, em reconhecimento dos serviços prestados ao Grupo, a atribuição àquela de um prémio de reconhecimento pelo seu desempenho profissional, no valor de €850 milhares, a pagar numa única prestação no momento em que a Senhora Engenheira Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz cesse, por qualquer causa que não lhe seja imputável, o exercício de funções no Conselho de Administração da Sociedade. O pagamento do prémio proposto é autónomo e não se destina a substituir a atribuição de quaisquer prestações patrimoniais que se mostrem legal ou negocialmente devidas pelo termo do exercício de funções de administração societária pela Senhora Engenheira Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz, incluindo na Sociedade, qualquer que seja a causa e o momento da cessação daquelas funções.

18.2. ativos contingentes

18.2.1. reequilíbrio financeiro do HBA

Fruto da pandemia COVID-19 (e dos atos que foram determinados nesse contexto), a atividade desenvolvida no âmbito do Contrato de Gestão celebrado entre o Estado Português e a SGHL para gestão do HBA em regime de parceria público-privada, foi afetada de forma muito significativa, com impacto muito negativo nas condições financeiras de desenvolvimento do referido contrato.

O referido impacto traduziu-se quer numa diminuição de receitas, quer num aumento de despesas. A diminuição de receitas deveu-se, nomeadamente, ao cancelamento da atividade no HBA (mantendo-se, durante largos períodos de tempo, apenas a atividade considerada pelas autoridades administrativas urgente ou prioritária), sendo que o acréscimo de despesas não abrangido pelas obrigações ou riscos contratualmente assumidos pela SGHL ao abrigo do Contrato de Gestão e com claro impacto na sua atividade e no equilíbrio financeiro do mesmo ficou a dever-se, e para além de outras causas relevantes neste contexto, ao reforço extraordinário e imprevisto dos meios humanos e dos materiais necessários ao combate e/ou mitigação da propagação do vírus SARS-CoV-2.

Consequentemente, entende o Grupo que, nos termos do Contrato de Gestão, existe um direito ao recebi-

mento de uma compensação em sede de reequilíbrio financeiro do contrato, relativamente às operações desenvolvidas ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022 (no período de vigência do Contrato de Gestão).

Por não existir ainda convergência de posições com a ARS-LVT relativamente ao direito ao recebimento desta compensação, o Grupo optou por não registar qualquer rédito a ela associado, tendo, contudo, acionado os mecanismos previstos no Contrato de Gestão para ver reconhecido o seu direito, estimando-se que o mesmo possa ascender a um valor na ordem dos €50 milhões.

>
anexos

>
notas às
demonstrações
financeiras
consolidadas

19. responsabilidades por garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2022, o detalhe das garantias bancárias prestadas a terceiros era como segue:

Empresa	Beneficiário	31-dez-22	31-dez-21
Luz Saúde, SA	AT	375	2 568
HAG	Banco BPI	1 305	1 600
HLUZ	Banco BPI	1 304	1 600
HLC	Banco BCP	1 422	1 600
HLA	Banco BCP	1 245	1 600
HLO	Banco BCP	1 422	1 600
Luz Saúde, SA	AT	-	1 415
AMAD	Banco BPI	978	1 200
HGUI	Banco BCP	971	1 200
HLC	AT	-	615
HME	SCM Évora	300	300
Outras inferiores a €200 milhares	-	530	912
		9 852	16 210

Adicionalmente, para a garantir linhas de financiamento, existem garantias reais (hipotecas) concedidas a entidades financeiras ou nos casos em que foram celebrados financiamentos através de operações de *leaseback* a posse legal dos ativos foi transmitida para as instituições financeiras dispondo o Grupo de opções de recompra. Esta situação encontra-se melhor descrita na nota 12.1.2.

20. partes relacionadas

20.1. estrutura acionista

Em 15 de outubro de 2014, fruto de processo de oferta pública a Fosun International Holdings Ltd, através da Fidelidade – Companhia de Seguros, SA, adquiriu o controlo sobre a Luz Saúde.

A Fidelidade – Companhia de Seguros, SA é detida a 84.99% pela Longrun Portugal, SGPS, SA, que por sua vez é detida a 100% pela Millennium Gain Limited sediada em Hong Kong. Esta última é detida a 100% pela Fosun Financial Holdings Limited (Hong Kong), a qual é detida a 100% pela Fosun International Limited, empresa listada no mercado de capitais de Hong Kong (00656.HK). Esta é detida a 73,53% pela Fosun Holdings Limited, que por sua vez é detida pela Fosun International Holdings, Ltd. a 100%, cujo *ultimate beneficial owner* é o senhor Guo Guangchang.

Em janeiro de 2018, fruto de uma operação realizada entre a Fidelidade – Companhia de Seguros, SA e a Fosun International Ltd, esta última passou a deter diretamente 49,0% do capital social e dos direitos de voto da Luz Saúde, tendo a Fidelidade - Companhia de Seguros, SA reduzido a sua participação para 50,85%. Em setembro de 2022, a Fidelidade – Companhia de Seguros, SA adquiriu as ações correspondentes a 49,0% do capital que era detido pela Fosun International Ltd, tendo a Fidelidade - Companhia de Seguros, SA aumentado a sua participação para 99.86%.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

20.2. subsidiárias

Os interesses do Grupo nas suas subsidiárias são apresentados na nota 1.2.1.

20.3. remuneração de órgãos sociais

Os valores referentes às remunerações dos Órgãos Sociais das empresas que integram Grupo estão sumariados na nota 7.

20.4. transações com partes relacionadas

	31-dez-22		31-dez-21	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Grupo Fosun				
Acionistas				
Fidelidade - Companhia de Seguros, SA	27 507	-	22 959	-
Outras partes relacionadas				
Multicare - Seguros de Saúde, SA	83 708	-	72 239	-
Shanghai Fosun Long March Medical Science Co.,Lt	-	-	-	689
Fosun Sinopharm	-	-	-	1 031
	111 215	-	95 198	1 720

20.5. saldos com partes relacionadas

	31-dez-22		31-dez-21	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Grupo Fosun				
Acionistas				
Fidelidade - Companhia de Seguros, SA	4 858	52	3 395	138
Outras partes relacionadas				
Multicare - Seguros de Saúde, SA	11 586	-	9 913	-
Shanghai Fosun Long March Medical Science Co.,Lt	-	-	615	-
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	309	76	-	-
Fosun Sinopharm	-	-	-	215
	16 753	128	13 923	353

20.6. termos e condições

Os valores registados em rendimentos dizem respeito na sua maioria à prestação de serviços de saúde pelas unidades da Luz Saúde, nomeadamente às seguradoras, a preços normais de mercado. Os valores registados em gastos referem-se à atividade normal das respetivas entidades, têm a ver com seguros e outros serviços utilizados pela Luz Saúde e suas participadas, os quais são adquiridos a preços e em condições normais de mercado.

21. principais políticas contabilísticas

21.1. bases de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota 1.2.1) e tomando por base o custo histórico, de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia a 31 de dezembro 2022, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados e ativos financeiros reconhecidos ao justo valor por resultados.

Fazem parte daquelas normas, quer as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações - IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). O conjunto daquelas normas e interpretações é designado genericamente por "IFRS".

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo,



anexos



notas às demonstrações financeiras consolidadas

exceto quando expressamente indicado em contrário. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

21.1.1. alterações das políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2022 foram aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) normas contabilísticas e interpretações, com aplicação em exercícios posteriores, embora seja permitido a sua adoção antecipada. De seguida, apresentamos, resumidamente, as normas ou alterações adotadas pelo Grupo na elaboração das suas demonstrações financeiras, bem como as normas não adotadas antecipadamente.

21.1.1.1. novas normas, alterações ou interpretações aplicáveis a exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022

Resultante do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram entre outras as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias das normas e interpretações, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2022 que, quando aplicáveis, foram adotadas pelo Grupo:

Emissão (IASB)	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
maio 2020	<ul style="list-style-type: none"> Melhoramentos anuais das normas IFRS 2018-2020; IFRS 3: Concentrações de atividades empresariais (alterações); IAS 16: Ativo fixo tangível (alterações); IAS 37: Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (alterações). 	1 janeiro 2022

A adoção destas alterações às normas, não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

21.1.1.2. novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB, endossadas pela União Europeia (UE), com aplicação para exercícios com início após 1 de janeiro de 2022

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras as seguintes alterações das normas e interpretações, emitidas pelo IASB, já se encontravam endossadas pela UE, contudo a sua aplicação só é obrigatória para os exercícios que se iniciem após 1 de janeiro de 2022.

Emissão (IASB)	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
dezembro 2021	IFRS 17: Contrato de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa (alterações)	1 janeiro 2023
junho 2020	IFRS 17: Contrato de seguro (novo) - Com alterações efetuadas em junho de 2020	1 janeiro 2023
fevereiro 2021	IAS 8: Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros – Definição de estimativa contabilística (alterações)	1 janeiro 2023

Emissão (IASB)	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
fevereiro 2021	IAS 1: Apresentação de demonstrações financeiras e IFRS Expediente prático 2 – Divulgações de políticas contabilísticas (alterações)	1 janeiro 2023
maio 2021	IAS 12: Imposto corrente – Imposto diferido para ativos e passivos resultantes de uma única transação (alterações)	1 janeiro 2023

O Grupo não realizou a adoção antecipada das normas e alterações mencionadas, e não se antevem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da adoção das mesmas.

21.1.1.3. novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB, que não foram endossadas pela União Europeia (UE) até 31 de dezembro de 2022

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras as seguintes normas, revisões, alterações e melhorias das normas e interpretações, emitidas pelo IASB, ainda se encontravam em processo de aprovação pela UE:

Emissão (IASB)	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
janeiro e julho 2020 e outubro 2022	IAS 1: Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos como correntes ou não correntes; classificação de passivos como correntes ou não correntes – Diferimento da data efetiva e passivos não correntes com covenants (alterações)	1 janeiro 2024
setembro 2022	IFRS 16: Locações – Passivos de Locação nos contratos de <i>Sale and Leaseback</i> (alterações)	1 janeiro 2024



anexos



notas às demonstrações financeiras consolidadas

O impacto da adoção destas alterações está a ser analisado pelo Grupo, contudo não se antevem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da adoção das mesmas.

21.2. estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos, estimativas e decida qual o tratamento contabilístico mais adequado para as operações do Grupo, assim ao longo das notas descritivas das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas as principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, a posição financeira e os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo, os resultados e os fluxos de caixa das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

21.3. comparabilidade

A demonstração dos resultados consolidados e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício comparativo de 31 de dezembro de 2021, foram reexpressas para incluir a transferência do segmento de negócio de cuidados de saúde público para operações descontinuadas.

21.4. bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, capitais próprios, resultados e fluxos de caixa da Luz Saúde e das suas subsidiárias, e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

21.4.1. subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo está exposto a, ou tem direitos sobre retornos variáveis do seu envolvimento com a subsidiária e tem a capacidade de influenciar esses retornos através do seu poder sobre a entidade,

mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da consolidação integral desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que esse controlo cessa.

De acordo com o método de consolidação integral são consolidados os ativos, os passivos, rendimentos, gastos e fluxos de caixa das empresas do Grupo, sendo as transações internas, saldos, ganhos não realizados em transações e dividendos distribuídos entre empresas do Grupo eliminados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade do ativo transacionado.

O capital próprio e o resultado líquido das empresas incluídas na consolidação correspondentes à participação de terceiros são divulgados, respetivamente, no balanço consolidado em linha separada no capital próprio, e na demonstração consolidada do rendimento integral, na rubrica interesses que não controlam.

O Grupo utiliza o método da compra na contabilização das aquisições de negócios. O valor de aquisição de uma subsidiária é dado pelo justo valor dos ativos entregues, passivos assumidos para com os anteriores detentores do negócio e dos capitais próprios emitidos pelo Grupo. O valor de aquisição inclui o justo valor de qualquer ativo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos



anexos



notas às demonstrações financeiras consolidadas

na aquisição de um negócio são mensurados ao justo valor na data de aquisição.

Em operações de aquisição de interesses adicionais em empresas associadas das quais resulte a tomada de controlo, a associada passa a ser consolidada, e o justo valor do interesse anteriormente detido, é considerado como parte do preço de compra. A diferença entre o valor contabilístico do interesse na associada e o seu justo valor, é registada em resultados na data da aquisição de controlo. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é remensurada para o valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Os gastos diretamente imputáveis a uma operação de aquisição de negócio são reconhecidos em resultados quando incorridos.

21.4.2. *goodwill*

O *goodwill* resultante de aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2005 encontra-se registado no ativo intangível no balanço consolidado, pelo valor determinado na data de transição para os IFRS de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adotada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

Após 1 de janeiro de 2005 o Grupo passou a registar as aquisições de empresas subsidiárias e associadas pelo método da compra.

O *goodwill* representa a diferença entre o valor de aquisição e o justo valor da parcela do Grupo dos ativos e passivos identificáveis adquiridos. Caso o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (*goodwill* negativo), a diferença apurada é reconhecida como ganho na demonstração consolidada do rendimento integral.

O *goodwill* é registado no ativo pelo seu valor de custo e não é amortizado. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respetivo valor no balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial.

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo é revisto anualmente no último trimestre de cada exercício, independentemente da existência de sinais de imparidade. As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração consolidada do rendimento integral e não são posteriormente revertidas.

As perdas de imparidade são apuradas comparando o valor do *goodwill* com o valor recuperável, que é o valor mais elevado entre o valor de uso e o justo valor, líquido dos custos de venda.

Na análise da imparidade do *goodwill*, o mesmo é adicionado à unidade ou unidades geradoras de caixa a que respeita. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da unidade geradora de caixa. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o *goodwill* é afeto, é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, su-

portadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o custo médio ponderado do capital ("WACC - *Weighted Average Cost of Capital*") antes de impostos do Grupo para o segmento de negócio a que a unidade geradora de caixa pertence.

O ganho ou perda na alienação de um negócio inclui o valor contabilístico do *goodwill*, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado continue a gerar benefícios para o Grupo.

21.4.3. interesses que não controlam

Os interesses de acionistas que não controlam são divulgados pela respetiva proporção do valor contabilístico dos ativos e passivos identificados. As perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Transações com interesses que não controlam que não resultem na perda do controlo são contabilizadas como transações de capital, ou seja como transações com os proprietários na sua qualidade de proprietários. A diferença entre o justo valor de qualquer montante pago e a parcela relevante adquirida do valor contabilístico dos ativos líquidos da subsidiária é registada nos capitais próprios. Os ganhos ou perdas nas alienações para interesses que não controlam são registados nos capitais próprios.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

21.4.4. saldos e transações eliminados na consolidação

Os saldos, transações e fluxos de caixa entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transações, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transações com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

21.4.5. associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, e nas quais não detenha controlo ou controlo conjunto. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

21.4.4. método da equivalência patrimonial

De acordo com método da equivalência patrimonial, os interesses financeiros do grupo são reconhecidos inicialmente no balanço consolidado ao custo e são ajustadas subsequentemente de forma periódica pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das mesmas, por contrapartida de ganhos e perdas contabilizados diretamente na demonstração consolidada do rendimento integral. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Os dividendos atribuídos pelas entidades participadas são registados como uma diminuição do respetivo valor dos investimentos financeiros, no momento em que são atribuídos.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma participada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

21.5. ativos fixos tangíveis

21.5.1. reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para os IFRS, o Grupo escolheu considerar como custo o valor reavaliado dos seus ativos fixos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspetiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com os IFRS ajustado por forma a refletir as alterações no índice geral de preços.

O custo de aquisição/construção inclui o preço de fatura, despesas de transporte e montagem, encargos financeiros e diferenças de câmbio em empréstimos bancários, suportados durante o período de construção, e os custos indiretos que lhe sejam atribuíveis durante o período de construção.

Os custos subsequentes com os ativos fixos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação de natureza corrente são reconhecidas como gasto, de acordo com regime contabilístico do acréscimo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recu-

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

perável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o valor de venda do ativo, deduzido de eventuais gastos com a venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas decorrentes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de venda deduzido dos custos de transação e a quantia escriturada do ativo, sendo contabilizados em resultados na rubrica outros rendimentos e ganhos operacionais ou outros gastos e perdas operacionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de instalação ou construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição.

Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

21.5.2. depreciação

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes ativos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, a partir do mês em que os bens

se encontram disponíveis para utilização. As taxas de depreciação utilizadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios	4 - 40
Equipamento básico	2 - 20
Equipamento de transporte	3 - 8
Equipamento administrativo	2 - 20
Outras ativos fixos tangíveis	3 - 20

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

21.6. ativos intangíveis

21.6.1. reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

21.6.2. amortização

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método da linha reta, a partir do mês em

que se encontram disponíveis para utilização, durante o período de vida útil dos contratos. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (*goodwill*) não são objeto de amortização, sendo sujeitos a testes de imparidade no último trimestre de cada exercício económico ou desde que haja uma indicação de que possam estar em imparidade.

21.7. instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço consolidado quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro, um direito contratual de receber dinheiro ou um instrumento de capital próprio de uma outra entidade. Um passivo financeiro, é um passivo que se consubstancia numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Como ativos financeiros o Grupo apresenta no balanço consolidado as rubricas de clientes e outras contas a receber, ativos financeiros ao justo valor por resultados, instrumentos financeiros derivados, outros ativos e caixa e seus equivalentes. No âmbito dos passivos financeiros temos os fornecedores, os empréstimos e descobertos bancários, passivos por locação, as outras contas a pagar e instrumentos financeiros derivados.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

21.7.1. ativos financeiros

21.7.1.1. reconhecimento e mensuração

No momento inicial o Grupo mensura os ativos financeiros pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação, no caso dos saldos de contas a receber e clientes são mensuradas pelo valor estimado da transação determinado nos termos da IFRS 15, que se entende ser o justo valor na data da transação.

21.7.1.2. mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, sendo utilizadas as seguintes categorias:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado;
- ii) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados;
- iii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os ativos financeiros do Grupo estão repartidos entre ativos financeiros ao custo amortizado (clientes e outras contas a receber, outros ativos e depósitos à ordem) e ativos financeiros ao justo valor através de resultados, não sendo detido ativos ao justo valor através de outro rendimento integral.

Ativo financeiro ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado, quando ambos os seguintes critérios são cumpridos (i) o ativo é detido no âmbito de um modelo de negócio com o objetivo de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais, e (ii) o ativo possui fluxos de caixa que sejam 'apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros' ("Solely Payments of Principal and Interest" ou "SPPI") sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa de juro efetiva sendo sujeitos a testes de imparidade. Os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou com imparidades.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao justo valor através de resultados:

- i) os instrumentos financeiros para obter fluxos de caixa que não qualificam para ser mensurados ao custo amortizado;
- ii) instrumentos de capital detidos para efeitos de negociação;
- iii) instrumentos de capital para os quais o Grupo decidiu não registar o justo valor através de outro rendimento integral.

A classificação é determinada numa base instrumento a instrumento.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O Grupo mensura os seguintes ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:

- i) instrumentos de capital detidos para outros efeitos diferentes de negociação, sendo considerados pelo Grupo no momento da sua aquisição como investimentos estratégicos;
- ii) instrumentos de dívida com fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto e para os quais o objetivo do Grupo é obter os fluxos de caixa contratuais e de venda dos mesmos.

O Grupo não detém quaisquer ativos financeiros nesta categoria.

21.7.1.3. desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa futuros, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente, dos riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.



> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

21.7.2. passivos financeiros

21.7.2.1. reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos, financiamentos e contas a pagar, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos incluindo descobertos bancários, passivos por locação e instrumentos financeiros derivados.

21.7.2.2. mensuração subseqüente

A mensuração subseqüente dos passivos financeiros depende da sua classificação, tal como apresentado a seguir:

i. Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos financeiros detidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se eles forem incorridos com o ob-

jetivo de serem recomprados no curto prazo. Ganhos ou perdas nos passivos detidos para negociação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

ii. Passivos financeiros ao custo amortizado

Depois do reconhecimento inicial, credores e outras contas a pagar, empréstimos remunerados e financiamentos são subseqüentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efetiva. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando os passivos são desreconhecidos, bem como através do processo de amortização pela taxa de juro efetiva.

21.7.3. instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua contratação pelo seu justo valor que se presume ser igual ao seu custo de aquisição na data de contratação. Subseqüentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é remensurado em cada data de relato, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa remensuração registados diretamente na demonstração dos resultados, exceto no que respeita aos efeitos relativos aos derivados de cobertura de fluxos de caixa, quando os mesmos sejam eficazes, sendo neste caso registados em capital próprio.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, se disponível,

ou determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização aceites pelo mercado.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro resultante da sua atividade de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura no âmbito de aplicação do IFRS 9 são registados como de negociação.

Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de contratação, existe documentação formal da cobertura;
- existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período de relato financeiro;
- em relação à cobertura de uma transação futura, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

Os derivados de cobertura de fluxos de caixa são registados ao seu justo valor e na medida em que sejam eficazes as variações de justo valor são reconhecidas por contrapartida de reservas no capital próprio. As variações de justo valor que não são consideradas como sendo de cobertura, em virtude de serem consideradas ineficientes na totalidade ou parcialmente, são de imediato reconhecidas na demonstração consolidada do rendimento integral. Os valores acumulados em reser-



anexos



notas às demonstrações financeiras consolidadas

vas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em reservas mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura ocorra. Quando já não é expectável que a transação futura ocorra, os ganhos ou perdas acumuladas registadas por contrapartida de reservas são reconhecidos imediatamente em resultados.

21.8. imparidade

21.8.1. imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis, exceto *goodwill*

O Grupo realiza testes de imparidade aos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o preço de venda

líquido e (ii) o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na demonstração consolidada do rendimento integral, na rubrica de outros gastos e perdas operacionais.

Quando uma perda por imparidade é subseqüentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado, sendo reconhecida em resultados como dedução à rubrica outros gastos e perdas operacionais. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em períodos anteriores.

21.8.2. imparidade de ativos financeiros

O Grupo reconhece imparidades para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros não mantidos ao justo valor através de resultados. As perdas são estimadas

com base na diferença entre o valor líquido contabilísticos dos instrumentos financeiros e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados de acordo com a estimativa da taxa de juro efetiva original.

As perdas são estimadas com recurso a duas abordagens distintas, que se descrevem em seguida:

i) o risco de crédito associado aos créditos para os quais não é conhecido um aumento significativo de risco de crédito face ao reconhecimento inicial, é estimado com base num modelo de cálculo, que tem em consideração o perfil de crédito do devedor, a vida do ativo em cada data de reporte e os prazos médios de pagamento esperados para cada devedor com base no seu perfil de crédito. Na realização da avaliação da provisão para perdas, o Grupo tem em consideração a experiência com perdas de crédito históricas e fatores prospetivos específicos dos devedores e da envolvente económica;

ii) os créditos com risco de crédito acrescido face ao reconhecimento inicial são provisionados com base na análise económica realizada pela gestão de cada subsidiária, tendo em conta a situação creditícia do devedor, do mercado onde opera e o seu histórico de incumprimento conhecido. Por este critério a provisão para risco de crédito é constituída numa base económica tendo em conta a idade do crédito, a informação interna e externa disponível sobre cada devedor.

21.9. locações

O Grupo recorre a contratos de locação para usar ativos na sua atividade operacional como sejam edifícios, equipamentos médicos e administrativos e veículos.



> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

Tipicamente os contratos de locação têm uma duração por períodos de 4 a 10 anos, exceto no caso dos edifícios em que são considerados períodos mais longos podendo a duração dos contratos ser superior a 20 anos, caso as opções previstas contratualmente sejam exercidas pelo Grupo. Quando aplicável, o Grupo aloca os pagamentos de locação do contrato aos componentes de locação e outros que não sejam locações, com base no valor de cada componente, exceto nas locações de veículos, em que o Grupo optou por não separar os componentes de locação e não locação, registrando as duas componentes em conjunto como se de uma única componente de locação se tratasse.

Até 31 de dezembro de 2018 o Grupo classificou as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. Eram classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação eram classificadas como locações operacionais.

A partir de 1 de janeiro de 2019, os contratos de locação passaram a ser reconhecidas no ativo (com a designação de ativo sob direito de uso) e no passivo desde a data em que o ativo subjacente passou a estar disponível para uso do Grupo. Os ativos e passivos decorrentes de um contrato de locação são mensurados inicialmente pelo seu valor presente.

Os passivos de locação incluem o valor atual dos seguintes pagamentos de locação:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), deduzidos de incentivos à locação;
- pagamentos variáveis, com base num índice ou taxa;
- pagamentos esperados relativamente a garantias de valor residual;
- valor de exercício de uma opção de compra, quando o Grupo tiver razoável certeza de exercício dessa opção;
- pagamentos de penalidades da rescisão de contratos, sempre e quando seja o Grupo a exercer essa opção; e
- pagamentos a serem efetuados ao abrigo de opções de prorrogação do contrato quando o Grupo tiver razoável certeza de exercício dessa opção.

Os pagamentos de locação são descontados utilizando a taxa de juro implícita na locação. Se essa taxa não puder ser facilmente determinada, como é o caso das locações entre empresas do Grupo, é usada a taxa incremental de financiamento do Grupo, sendo esta, a taxa que o locatário teria que pagar pela obtenção dos fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante ao ativo sob direito de uso por um prazo semelhante, num ambiente económico semelhante, e com garantias semelhantes.

Para determinar a taxa incremental de financiamento, o Grupo:

- sempre que possível, utiliza as condições de financiamento recentes obtidas junto de terceiros, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento foi obtido, para os contratos com duração até 7 anos;
- para os contratos com duração superior a 7 anos, tipicamente contratos de locação de edifícios, a taxa incremental foi composta a partir da agregação da taxa

de juro sem risco observável no mercado imobiliário, ajustada pelo diferencial de taxa de financiamento do Grupo para o mercado e para a taxa das OT's portuguesas para prazos similares.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de locação variáveis com base num índice ou taxa, e que não são incluídos no valor do passivo de locação até que entrem em vigor. Os ajustamentos aos pagamentos de locação com base num índice ou taxa, implicam uma reavaliação do passivo de locação por contrapartida do incremento do ativo sob direitos de uso.

Alguns contratos de locação têm renda variável que é determinada com base no nível de utilização dos ativos subjacentes. Atendendo ao facto que estes contratos incluem compromissos mínimos de utilização o Grupo entende, que para esta componente mínima, estarem reunidas as condições para considerarmos estes contratos como ativos sob direitos de uso. Os pagamentos de locação são separados entre a liquidação do valor de aquisição e a sua componente financeira, em que o custo financeiro é registado na demonstração dos resultados durante o período da locação, de modo a produzir uma taxa de juro efetiva.

Os ativos sob direito de uso são mensurados inicialmente pelo custo, que compreende:

- o valor da mensuração inicial do passivo de locação;
- quaisquer pagamentos de locação feitos na data ou antes da data de início da locação, deduzidos dos incentivos à locação recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de desmantelamento e reposição.



anexos



notas às demonstrações financeiras consolidadas

Os ativos sob direito de uso são geralmente depreciados pelo menor, entre o tempo de vida útil do ativo e o período de duração da locação, exceto quando o Grupo disponha de uma opção de compra sobre o ativo subjacente e seja razoavelmente certo que essa opção será exercida.

Os pagamentos associados a locações de curto prazo (prazo inferior a 12 meses) de equipamentos e veículos e os contratos de locação de ativos de baixo valor são reconhecidos de forma linear em resultados de acordo com o período de vigência deste contrato.

Quando os contratos de locação, tenham associados um contrato de sublocação, o Grupo reconhece um passivo financeiro pela totalidade dos pagamentos de locação atualizados à taxa incremental, e ativos financeiro e por direitos de uso na medida da extensão da sublocação acordada.

21.10. inventários

Os inventários compreendem as mercadorias e as matérias subsidiárias e de consumo e encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição compreende as despesas incorridas até ao armazenamento dos inventários, sendo utilizado o custo médio ponderado como método de custeio.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de venda.

As diferenças entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em outros gastos e perdas operacionais na demonstração do rendimento integral.

21.11. rédito

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser estimados com fiabilidade, sendo mensurados pelo justo valor das contraprestações recebidas ou a receber, líquidas de descontos concedidos e de impostos. O rédito associado com a transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato.

21.11.1. prestação de serviços de cuidados de saúde

No caso da atividade desenvolvida no âmbito da prestação de cuidados de saúde no segmento privado, o rédito é reconhecido com base na atividade produzida no período, pois entendem-se que na maior parte das atividades o cumprimento das condições de desempenho fica substancialmente concluída no momento da realização do ato médico, devidamente valorizada pelas tabelas de preços definidas para cada ato da prestação, independentemente da sua efetiva faturação.

No caso da atividade exercida na prestação de cuidados de saúde no segmento público (em regime de PPP),

o rédito é reconhecido pela valorização da atividade produzida, mensurado com base em tabela contratada com a Entidade Pública Contratante. De acordo com o contrato, a faturação é feita mensalmente por um montante equivalente a 1/12 de 90% do valor anual acordado para cada ano, havendo uma fatura de acerto para o valor da produção efetiva, nos seis meses seguintes ao final de cada ano. A diferença entre os montantes faturados e a produção efetiva é registada em outras contas a pagar ou a receber de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

21.11.2. residências seniores

No âmbito da atividade desenvolvida pelas residências seniores o rédito é reconhecido com base nos direitos de utilização vitalícios (DUV's). Este reconhecimento é efetuado de acordo com as características de cada tipo de contrato:

- nos DUV's sem direito a transmissão de titular, ou com direito a apenas uma transmissão, o valor do contrato é contabilizado, inicialmente, em rendimentos diferidos, sendo imputados os rendimentos a partir da entrada do sócio no clube, por um período que tem em consideração a idade do sócio (ou do transmissário, no caso de haver essa possibilidade) à data da entrada, tendo em consideração a esperança média de vida definida pelas tabelas GRF95;
- nos DUV's com direito a transmissões ilimitadas, o valor do contrato é imediatamente reconhecido como proveito, sendo registado um acréscimo de custos por contrapartida de custos das vendas, correspondente à



anexos



notas às demonstrações financeiras consolidadas

permilagem da unidade no custo total dos edifícios, o qual, posteriormente, é reconhecido em rendimentos em período idêntico ao período de depreciação dos ativos fixos tangíveis correspondentes.

21.11.3. serviços de formação

O rédito associado à prestação de serviços de formação é reconhecido, pelo seu valor líquido de impostos e descontos, na data de realização dos eventos de formação contratualizados com clientes (ie na data em que os riscos e vantagens significativas são transferidas para o cliente), assim os valores faturados e cobrados até à data do evento são diferidos no balanço.

21.11.4. venda de bens

Na venda de bens efetuada pelo Grupo, existe apenas uma obrigação de desempenho, como tal o rédito é reconhecido no momento em que os bens são transferidos para a posse do cliente.

21.11.5. créditos comerciais a receber e ativos e responsabilidades de contrato

Os créditos comerciais a receber representam os direitos a valores relativamente aos quais não exista qualquer condição de desempenho a cumprir.

De acordo com o disposto no IFRS 15 nos casos em que existam condições de desempenho a cumprir, os saldos a receber de clientes (reconhecidos em contas a receber de clientes e acréscimos de rendimentos) ou os saldos já recebidos (a título de adiantamentos ou proveitos diferidos), dão origem a ativos de contrato e a responsabilidades de contrato, respetivamente. Em ambos os casos o Grupo apesar de registar ativos e passivos, pelos saldos com os clientes, considera que os mesmos ainda são condicionais pois o Grupo ainda não cumpriu com a totalidade das condições de desempenho acordadas com os clientes.

21.12. regime contabilístico do acréscimo

As empresas do Grupo registam os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos no momento em que ocorrem independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos são registadas nas rubricas outras contas a receber ou outras contas a pagar, respetivamente.

21.13. ganhos e perdas financeiras

Ganhos financeiros incluem os juros e os descontos financeiros obtidos de terceiros, sendo reconhecidos no período a que dizem respeito. São também reconhe-

cidos os dividendos a partir do momento em que se constitui, na empresa declarante, a obrigação de proceder à distribuição de dividendos.

Perdas financeiras incluem os juros suportados e outros custos bancários e são igualmente reconhecidas no período a que dizem respeito.

21.14. imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é reconhecido de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – Imposto sobre o rendimento, sendo composto pelo imposto corrente e pelo imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados de acordo com o método do passivo com base na data de relato, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de relato e que se esperam virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.



anexos



notas às demonstrações financeiras consolidadas

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis, no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades (RETGS), o qual abrange todas as entidades em que a sociedade mãe do grupo fiscal participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social e, desde que cumpram os requisitos estipulados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação do Grupo, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto vigentes.

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor. Atualmente, as entidades residentes em Portugal Continental são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, e de uma taxa de derrama estadual, de 3% aplicável sobre o valor de lucro tributável entre €1,5 milhões e €7,5 milhões, de 5% aplicável sobre o

lucro tributável entre €7,5 milhões e € 35 milhões, e 9% aplicável ao lucro tributável superior a €35 milhões.

O pagamento do imposto sobre rendimento é efetuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspeções e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de quatro anos contados a partir do exercício a que respeitam. Os prejuízos fiscais de um determinado exercício, sujeitos também a inspeção e ajustamento por um período de dez anos podendo ser deduzidos aos lucros fiscais de exercícios futuros, sem limite temporal. A partir de 2014 e até de 31 de dezembro de 2022, a dedução de prejuízos fiscais passou a estar limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução. O referido limite foi aumentado em 10 p.p. para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021. A partir dos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, o limite anual para a dedução de prejuízos fiscais reduziu para 65%. Esta alteração aplica-se à dedução de prejuízos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso. A partir de 2017 foram revogadas as regras de utilização de prejuízos fiscais que preveem a dedução, em primeiro lugar, daqueles que foram gerados também em primeiro lugar (critério FIFO). Sendo assim, passa a ser permitida a dedução em primeiro lugar daqueles prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro

Em conformidade com o estabelecido no IAS 12, o Grupo procede à compensação dos ativos e passivos por

impostos diferidos sempre que: (i) a sociedade em causa tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, nos períodos futuros em que se espera que os impostos diferidos sejam liquidados ou recuperados.

21.15. provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) fruto de acontecimentos passados, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Quando um destes requisitos não é preenchido, o Grupo procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como gasto financeiro na rubrica de juros e outros gastos e perdas financeiras.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras consolidadas

Quando as perdas em empresas associadas excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada, caso em que é registada uma Provisão para imparidade em ativos financeiros.

É registada uma provisão para processos judiciais em curso quando exista uma estimativa fiável de custos a incorrer decorrentes de ações interpostas por terceiros, com base na avaliação da efetivação da probabilidade de pagar tendo por base o parecer dos advogados do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

21.16. relato por segmentos

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, um segmento operacional é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A informação por segmentos é reportada de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão do Grupo. Assim para efeitos de relato foram identificados quatro segmentos operacionais: prestação de cuidados de saúde privados, prestação de cuidados de saúde públicos, centro corporativo e um segmento de outras atividades.

21.17. resultados por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos acionistas da Empresa pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número médio de ações próprias detidas.

Para o cálculo do resultado por ação diluído, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível ou de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução no resultado por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

21.18. distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia Geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

21.19. demonstração consolidada dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é elaborada segundo o método direto, através da qual são divulgados os influxos e exfluxos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

21.20. eventos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do fecho, até à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas pelo Conselho de Administração, e que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data de fecho de contas são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data do fecho que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do relato financeiro são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, quando considerados relevantes.

21.21. benefícios a empregados

21.21.1. obrigações com férias, subsídio de férias e prémios

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm direito a um mês de férias e um



anexos



notas às demonstrações financeiras consolidadas

mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Pelo sistema de avaliação de desempenho em funcionamento, os colaboradores podem vir a receber uma gratificação no caso de cumprirem determinados objetivos, direito esse usualmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

As responsabilidades são reconhecidas em resultados no período em que os colaboradores adquirem o referido direito, independentemente da data do seu pagamento. A responsabilidade assumida é reconhecida no passivo na rubrica de outras contas a pagar.

o contabilista certificado

(Sónia Amoedo Matos)

o conselho de administração

(Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia)

(Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz)

(Fang Yao)

(Lingjiang Xu)

(Miguel Barroso Abecasis)

(Rogério Miguel Antunes Campos Henriques)

(Vitor Manuel Lopes Fernandes)

(Artur Aires Rodrigues de Morais Vaz)

(Ivo Joaquim Antão)

(João Paulo da Cunha Leite de Abreu Novais)

(Tomás Leitão Branquinho da Fonseca)



anexos



notas às demonstrações financeiras consolidadas

glossário

ACE	Luz Saúde – Serviços, A.C.E.
ADC	Autoridade da Concorrência
ADSE	Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.
APHP	Associação Portuguesa de Hospitalização Privada
ARS-LVT	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
AT	Autoridade Tributária
Capital Investido	Somatório de passivos remunerados e total do capital próprio
CASAS	Casas da Cidade – Residências Sénior, S.A.
CASAS CARNAXIDE	Casas da Cidade – Residência Sénior de Carnaxide, S.A.
CCHCI II	Capital Criativo Health Care Investment II, SA
CFEII	Crédito Fiscal Extraordinário de Investimento
CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
DCF	Discounted Cash-Flows
DFA	Direção Financeira e Auditoria
DSAF	Direção de Serviços Financeiros e Administrativos
Dívida Líquida	Passivos remunerados deduzidos de caixa e seus equivalentes
DUVs	Direitos de Uso Vitalícios
EBITDA	Earnings Before Interest Tax Depreciation and Amortization
FCR	Fundo de Capital de Risco
FCT	Fundo de Compensação de Trabalho
Fidelidade	Fidelidade Companhia de Seguros, S.A.
Fosun International	Fosun International Limited
GENOMED	Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.
GLSLH	GLSMED Learning Health, S.A.
GLST	GLSMED Trade, S.A.
HAG	Hospital da Luz Arrábida, S.A.
HBA	Hospital Beatriz Ângelo
HLA	Hospital da Luz Aveiro, S.A.
HLC	Hospital da Luz Coimbra, S.A.

HL-CCA	Hospital da Luz – Centro Clínico da Amadora, S.A.
HLF	Hospital da Luz Funchal, S.A.
HLG	Hospital da Luz Guimarães, S.A.
HLL	Hospital da Luz, S.A.
HLO	Hospital da Luz – Oeiras, S.A.
HME	HME – Gestão Hospitalar, S.A.
Hospor	Hospor – Hospitais Portugueses, S.A.
HRM	Hospital Residencial do Mar, S.A.
HRM Gaia	Hospital Residencial do Mar Gaia
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standards Board
IASC	International Accounting Standards Committee
IFRIC	IFRS Interpretation Committee
IFRS	International Financial Reporting Standards
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
Luz Saúde	Luz Saúde, S.A.
Multicare	Multicare – Seguros de Saúde, S.A.
PPP	Parceria Público Privada
RETGS	Regime especial de tributação de grupos de sociedades
RML	RML – Residência Medicalizada de Loures, SGPS, SA
SGHL	SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A.
SIC	Standing Interpretation Committee
SIFIDE	Sistema de Incentivos e Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SURGICARE	SURGICARE – Unidades de Saúde, SA
USATI	Luz Saúde Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, S.A.
WACC	Weighted average cost of capital



> anexos

> relatório e parecer do Conselho Fiscal e certificação legal das contas

LUZ SAÚDE, S.A.
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2022

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório Único de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

- Que seja aprovado o Relatório Único de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório Único de Gestão;

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 28 de abril de 2023.

O CONSELHO FISCAL,

Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias – Presidente

Carlos Fernando Tomé da Silva Westerman – Vogal

João Filipe Gonçalves Pinto- Vogal



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Luz Saúde, S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 870.915 milhares de euros e um total de capital próprio de 296.855 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 26.699 milhares de euros), a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Luz Saúde, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 18 das Notas às demonstrações financeiras consolidadas, a qual indica que em julho de 2022, a Autoridade da Concorrência (AdC) condenou a Luz Saúde, S.A. de alegada prática concertada, restritiva da concorrência na contratação de serviços de saúde hospitalares por parte do Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (ADSE, I.P.), tendo resultado dessa decisão uma coima à Luz Saúde, S.A., no montante de, aproximadamente, 66.209 milhares de euros. É convicção do Conselho de Administração da Luz Saúde, S.A. que a decisão da AdC acabará por ser revertida, não sendo provável que um exfluxo de recursos que incorporam benefícios económicos seja exigido para liquidar tal obrigação. Caso tal não se venha a verificar, não é nesta fase, possível ao Conselho de Administração da Luz Saúde, S.A., estimar com suficiente fiabilidade o montante da obrigação possível relacionada. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório Consolidado de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



> anexos

> relatório e parecer do Conselho Fiscal e certificação legal das contas



Luz Saúde, S.A.
Certificação Legal das Contas Consolidadas
31 de dezembro de 2022

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



Luz Saúde, S.A.
Certificação Legal das Contas Consolidadas
31 de dezembro de 2022

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Consolidado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Consolidado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 21 de abril de 2023

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Ricardo Miguel Barrocas André - ROC nº 1461
Registado na CMVM com o nº 20161071



demonstrações financeiras individuais

55

anexos

demonstrações
financeiras
consolidadas

61

anexos

notas às
demonstrações
financeiras
consolidadas

125

anexos

relatório e
parecer do
Conselho
Fiscal e
certificação
legal das
contas

127

anexos

demonstrações
financeiras
individuais

133

anexos

notas às
demonstrações
financeiras
individuais

174

anexos

relatório e
parecer do
Conselho
Fiscal e
certificação
legal das
contas

Excelência

Uma referência
na saúde
desde 2000

> anexos

> demonstrações financeiras individuais

> índice

Balanço em 31 de dezembro de 2022	129	Notas às demonstrações financeiras individuais	133	D. Performance no exercício de 2022	153
Demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2022	130	A. A entidade	133	10. Rédito dos serviços prestados	153
Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022	131	1. Entidade de reporte	133	11. Outros rendimentos e ganhos operacionais	153
Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2022	132	2. Aprovação das demonstrações financeiras	133	12. Materiais e serviços consumidos	153
		B. A posição financeira	133	13. Gastos com o pessoal	154
		3. Investimentos	133	14. Outros rendimentos e ganhos financeiros	154
		4. Fundo de manei	140	15. Juros e outros gastos e perdas financeiras	155
		5. Financiamento das operações	143	16. Imposto sobre o rendimento	155
		6. Outros	148	17. Informação adicional aos fluxos de caixa	158
		C. Gestão de risco financeiro	149	E. Outra informação	159
		7. Riscos financeiros	149	18. Litígios e passivos contingentes	159
		8. Instrumentos financeiros por categoria	151	19. Garantias prestadas	160
		9. Instrumentos financeiros derivados	152	20. Partes relacionadas	160
				21. Principais políticas contabilísticas	162
				22. Eventos subsequentes	172

>
anexos

>
demonstrações
financeiras
individuais

balanço em 31 de dezembro de 2022

montantes expressos em milhares de euros

	Notas	31-dez-22	31-dez-21
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.1	1 947	2 057
Ativos sob direitos de uso	3.2	589	818
Ativos intangíveis	3.3	10 178	6 588
Ativos por impostos diferidos	16.4	5 143	4 106
Outros ativos	4.3	1 695	1 799
Outras contas a receber	4.1	1 713	1 638
Investimentos em subsidiárias e associadas	3.4	526 972	525 523
Instrumentos financeiros derivados	9	4 327	-
Ativos financeiros ao justo valor por resultados	6.1	6 927	3 382
Total do ativo não corrente		559 491	545 911
Ativo corrente			
Outros ativos	4.3	796	495
Clientes	4.1	3 160	3 943
Outras contas a receber	4.1	15 713	16 312
Imposto sobre o rendimento a receber	16.3	2 032	66
Caixa e seus equivalentes	5.3	2 505	3 851
Total do ativo corrente		24 206	24 667
Total do ativo		583 697	570 578

	Notas	31-dez-22	31-dez-21
Capital próprio			
Capital e reservas			
Capital		95 542	95 542
Prêmios de emissão		61 796	61 796
Reservas e resultados acumulados		149 999	129 078
Total do capital próprio	5.2	307 337	286 416
Passivo			
Passivo não corrente			
Empréstimos	5.4	172 710	184 594
Passivos por locação	5.4	349	554
Instrumentos financeiros derivados	9	-	2 466
Passivos por impostos diferidos	16.4	678	-
Provisões	6.2	18	18
Total do passivo não corrente		173 755	187 632
Passivo corrente			
Fornecedores	4.2	4 890	3 037
Outras contas a pagar	4.2	11 682	12 430
Empréstimos	5.4	85 764	80 782
Passivos por locação	5.4	269	281
Total do passivo corrente		102 605	96 530
Total do passivo		276 360	284 162
Total do capital próprio e do passivo		583 697	570 578

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras

>
anexos

>
demonstrações
financeiras
individuais

demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

montantes expressos em milhares de euros

	Notas	31-dez-22	31-dez-21
Prestação de serviços	10	4 798	3 981
Outros rendimentos e ganhos operacionais	11	670	62
Total de proveitos operacionais		5 468	4 043
Materiais e serviços consumidos	12	(2 094)	(2 366)
Gastos com o pessoal	13	(3 142)	(2 188)
Outros gastos e perdas operacionais		(174)	(128)
Gastos de depreciação e amortização	3	(2 987)	(2 446)
Resultado operacional		(2 929)	(3 085)
Outros rendimentos e ganhos financeiros	14	26 772	37 438
Juros e outros gastos e perdas financeiras	15	(6 882)	(8 708)
Imparidade em subsidiárias e associadas, líquida	3.4	(4 080)	(4 740)
Resultado antes de imposto		12 881	20 905
Imposto sobre o rendimento	16.1	3 547	1 817
Resultado líquido do exercício		16 428	22 722
Outro rendimento integral			
Itens que poderão ser reclassificados para resultados			
Justo valor dos instrumentos de cobertura dos fluxos de caixa, líquido de imposto	9	4 493	225
Outro rendimento integral do exercício		4 493	225
Rendimento integral do exercício		20 921	22 947

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras

>
anexos

>
demonstrações
financeiras
individuais

demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31^o de dezembro de 2022

montantes expressos em milhares de euros

	Notas	31-dez-22	31-dez-21
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	17.1	21 103	18 377
Pagamentos a fornecedores	17.2	(16 735)	(20 379)
Pagamentos ao pessoal		(1 278)	(966)
Caixa gerada pelas operações		3 090	(2 968)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		420	5 688
Outros recebimentos/(pagamentos) operacionais		(1 594)	(3 918)
Fluxo das atividades operacionais		1 916	(1 198)
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos em subsidiárias	17.3	8 807	-
Empréstimos a participadas		30 306	47 829
Juros e rendimentos similares		6 090	11 423
Dividendos	14	20 373	31 002
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		(6 179)	(3 797)
Investimentos em subsidiárias e associadas		(6 250)	(357)
Empréstimos a participadas		(39 685)	(33 968)
Aquisição de outros ativos financeiros	17.7	(3 000)	-
Fluxo das atividades de investimento		10 462	52 132

	Notas	31-dez-22	31-dez-21
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	17.4	722 395	906 663
Financiamentos de entidades relacionadas	17.5	98 450	56 750
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	17.4	(691 833)	(999 143)
Locações		(293)	(303)
Juros e gastos similares		(6 704)	(8 370)
Financiamentos de entidades relacionadas	17.5	(100 700)	(34 450)
Fluxo das atividades de financiamento		21 315	(78 853)
Varição de caixa e seus equivalentes		33 693	(27 919)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		(31 188)	(3 269)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		2 505	(31 188)

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras

>
anexos

>
demonstrações
financeiras
individuais

demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

montantes expressos em milhares de euros

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Reservas e resultados acumulados	Total
Em 1 de janeiro de 2021		95 542	61 796	106 131	263 469
Resultado líquido do exercício		-	-	22 722	22 722
Outro rendimento integral do exercício		-	-	225	225
Total de rendimento integral do exercício		-	-	22 947	22 947
Em 31 de dezembro de 2021	5.2	95 542	61 796	129 078	286 416
Em 1 de janeiro de 2022		95 542	61 796	129 078	286 416
Resultado líquido do exercício		-	-	16 428	16 428
Outro rendimento integral do exercício		-	-	4 493	4 493
Total de rendimento integral do exercício		-	-	20 921	20 921
Em 31 de dezembro de 2022	5.2	95 542	61 796	149 999	307 337

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras



>
anexos

>
notas às
demonstrações
financeiras
individuais

A. a entidade

1. entidade de reporte

A Luz Saúde, SA (a seguir designada “Luz Saúde” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto nº17 – 9º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 504 885 367, que tem como objeto o desenvolvimento e participação em negócios na área da saúde de forma direta e indireta.

A Luz Saúde é controlada pela Fosun International Holdings, Ltd (“Fosun”) através da Fidelidade – Companhia de Seguros, SA (“Fidelidade”).

2. aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração de 14 de abril de 2023, estando estas ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

B. a posição financeira

3. investimentos

3.1. ativos fixos tangíveis

[POLÍTICA]

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Os gastos subsequentes com os ativos fixos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As despesas com manutenção e reparação de natureza corrente são reconhecidas como gasto na rubrica de materiais e serviços consumidos.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, a partir do mês em que os bens se encontram disponíveis para utilização. As taxas de depreciação utilizadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Equipamento administrativo	2-20
Outros ativos tangíveis	3-20

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado,

sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

[ESTIMATIVA]

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

O movimento na rubrica de ativos fixos tangíveis pode ser apresentado da seguinte forma:

	Equipamen- to básico	Em curso	Total
Custo de aquisição			
Em 1 de janeiro de 2021	3 430	620	4 050
Adições	-	1 165	1 165
Transferências	1 563	(1 563)	-
Em 31 de dezembro de 2021	4 993	222	5 215
Em 1 de janeiro de 2022	4 993	222	5 215
Adições	-	831	831
Transferências	747	(747)	-
Em 31 de dezembro de 2022	5 740	306	6 046
Depreciação acumulada			
Em 1 de janeiro de 2021	2 457	-	2 457
Depreciação do exercício	701	-	701
Em 31 de dezembro de 2021	3 158	-	3 158
Em 1 de janeiro de 2022	3 158	-	3 158
Depreciação do exercício	941	-	941
Em 31 de dezembro de 2022	4 099	-	4 099
Valor líquido			
Em 31 de dezembro de 2021	1 835	222	2 057
Em 31 de dezembro de 2022	1 641	306	1 947

Os ativos fixos tangíveis totalmente depreciados ascendem a €2,7 milhões (2021: €2,2 milhões).

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa não tem compromissos materialmente relevantes relativos à aquisição de ativos fixos tangíveis.

3.2. ativos sob direitos de uso

[POLÍTICA]

A Empresa recorre a contratos de locação para usar ativos na sua atividade operacional como sejam edifícios e veículos. Tipicamente os contratos de locação são feitos por períodos de 4 a 10 anos. Quando aplicável, a Empresa aloca os pagamentos de locação do contrato aos componentes de locação, e os que não se refiram a locações são alocados com base no valor dessa componente, exceto nas locações de veículos, em que a Empresa optou por não separar os componentes de locação e não locação, registando as duas componentes em conjunto como se de uma única componente de locação se tratasse.

A partir de 1 de janeiro de 2019, os contratos de locação de edifício e veículos passaram a ser reconhecidas no ativo, com a designação de ativo sob direito de uso, e no passivo desde a data em que o ativo subjacente passou a estar disponível para uso da Empresa.

Os ativos sob direito de uso são mensurados pelo custo, que compreende:

- o valor da mensuração inicial do passivo de locação;
- quaisquer pagamentos de locação feitos na data ou antes da data de início da locação, deduzidos dos incentivos à locação recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de desmantelamento e reposição.

Os ativos sob direito de uso são geralmente depreciados pelo menor, entre o tempo de vida útil do ativo e o período de duração da locação, exceto quando a Empresa disponha de uma opção de compra sobre o ativo subjacente e seja razoavelmente certo que essa opção será exercida.

Quando os contratos de locação, tenham associados um contrato de sublocação, a Empresa reconhece um passivo financeiro pela totalidade dos pagamentos de locação atualizados à taxa incremental, e um ativo financeiro por direito de uso na medida da extensão da sublocação acordada.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

3.2.1. movimento dos ativos sob direitos de uso

	Edifícios	Equipamento de transporte	Total
Custo de aquisição			
Em 1 de janeiro de 2021	989	221	1 210
Adições	37	73	110
Em 31 de dezembro de 2021	1 026	294	1 320
Em 1 de janeiro de 2022	1 026	294	1 320
Adições	-	59	59
Em 31 de dezembro de 2022	1 026	353	1 379
Depreciação acumulada			
Em 1 de janeiro de 2021	137	89	226
Depreciação do exercício	207	69	276
Em 31 de dezembro de 2021	344	158	502
Em 1 de janeiro de 2022	344	158	502
Depreciação do exercício	206	82	288
Em 31 de dezembro de 2022	550	240	790
Valor líquido			
Em 31 de dezembro de 2021	682	136	818
Em 31 de dezembro de 2022	476	113	589

3.2.2. efeito na demonstração dos resultados

	31-dez-22	31-dez-21
Depreciações relacionadas com ativos por direitos de uso		
Edifícios	206	207
Equipamento de transporte	82	69
	288	276
Gastos financeiros		
Encargos financeiros com contratos de locação	20	26
	20	26
Rendas e alugueres		
Gastos com contratos de curto-prazo	1	1
Gastos com contratos de valor reduzido	7	-
Gastos com contratos de locação de ativos intangíveis	60	4
	68	5

No exercício de 2022, os pagamentos realizados relativamente a contratos de locação ascenderam a €293 milhares (2021: €303 milhares).

As responsabilidades com passivos por locação são apresentadas na nota 5.4.7.

3.3. ativos intangíveis

[POLÍTICA]

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método da linha reta, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização. As taxas de amortização utilizadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Programas de computador	3 - 5

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são objeto de amortização, sendo sujeitos a testes de imparidade no último trimestre de cada exercício económico ou desde que haja uma indicação de que possam estar em imparidade.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

	Programas de computador	Em curso	Total
Custo de aquisição			
Em 1 de janeiro de 2021	9 145	1 313	10 458
Adições	-	2 432	2 432
Transferências	2 532	(2 532)	-
Em 31 de dezembro de 2021	11 677	1 213	12 890
Em 1 de janeiro de 2022	11 677	1 213	12 890
Adições	-	5 348	5 348
Transferências	2 768	(2 768)	-
Em 31 de dezembro de 2022	14 445	3 793	18 238
Amortização acumulada			
Em 1 de janeiro de 2021	4 833	-	4 833
Amortização do exercício	1 469	-	1 469
Em 31 de dezembro de 2021	6 302	-	6 302
Em 1 de janeiro de 2022	6 302	-	6 302
Amortização do exercício	1 758	-	1 758
Em 31 de dezembro de 2022	8 060	-	8 060
Valor líquido			
Em 31 de dezembro de 2021	5 375	1 213	6 588
Em 31 de dezembro de 2022	6 385	3 793	10 178

Os ativos intangíveis em curso referem-se a projetos relativos ao desenvolvimento de sistemas de informação. O aumento desta rubrica face ao exercício anterior pode ser explicado pelo projeto de desenvolvimento de uma nova aplicação informática que suporte as operações clínicas e administrativas de unidades de saúde.

Os ativos fixos intangíveis totalmente amortizados ascendem a €4,9 milhões (2021: €4,5 milhões).

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa não tem compromissos materialmente relevantes relativos à aquisição de ativos intangíveis.

3.4. investimentos em subsidiárias e associadas

[POLÍTICA]

Os investimentos financeiros em participações no capital e prestações acessórias a subsidiárias e associadas são apresentados pelo seu custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade quando aplicável.

Os empréstimos a subsidiárias são classificados como ativos não correntes, quando tenham um prazo de pagamento superior a 12 meses, ou quando o prazo de pagamento for inferior a 12 meses e exista intenção da Empresa em renovar o empréstimo por um período superior. São mensurados pelo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que os mesmos se encontram em imparidade (ie quando as participações financeiras registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira), procede-se ao registo da correspondente perda por imparidade em resultados.

[ESTIMATIVA]

Usualmente, o registo de imparidade num investimento financeiro é efetuado quando o valor desse investimento excede o valor atual dos fluxos de caixa futuros. O cálculo do valor atual dos fluxos de caixa estimados e a decisão de considerar a imparidade permanente envolve julgamento e reside substancialmente na análise em relação ao desenvolvimento

futuro prospetado para as subsidiárias e associadas. Para efeitos de teste de imparidade, são utilizados preços de mercado, se disponíveis, ou outros parâmetros de avaliação, baseados na informação disponível das subsidiárias e associadas. No sentido de determinar se a imparidade é permanente, a Luz Saúde considera a capacidade e a intenção de deter o investimento por um período razoável que seja suficiente para uma previsão da recuperação do justo valor até (ou acima) do valor de balanço, incluindo uma análise de fatores como os resultados esperados da subsidiária ou associada, o enquadramento económico e regulamentar, o estado do setor e mercado onde estas operam.

O movimento na rubrica de investimentos em subsidiárias e associadas pode ser apresentada da seguinte forma:

	Partes de capital	Prestações acessórias	Empréstimos	Imparidade acumulada	Valor líquido
Valor de aquisição					
Em 1 de janeiro de 2021	129 946	286 646	216 953	(89 474)	544 071
Aumentos	53	13 404	32 864	(4 740)	41 581
Diminuições	-	(600)	(59 529)	-	(60 129)
Em 31 de dez de 2021	129 999	299 450	190 288	(94 214)	525 523
Em 1 de janeiro de 2022	129 999	299 450	190 288	(94 214)	525 523
Aumentos	5 750	2 500	19 106	(4 080)	23 276
Diminuições	(5 591)	(4 554)	(13 321)	2 250	(21 216)
Transferências	(14)	(597)	-	-	(611)
Em 31 de dez de 2022	130 144	296 799	196 073	(96 044)	526 972
Valor líquido					
Em 31 de dez de 2021	129 999	299 450	190 288	(94 214)	525 523
Em 31 de dez de 2022	130 144	296 799	196 073	(96 044)	526 972

>

anexos

>

notas às
demonstrações
financeiras
individuais

3.4.1. investimentos em subsidiárias e associadas por participada

	Sede	% participação	Partes de capital	Prestações acessórias	Empréstimos	Imparidade acumulada	Total 31-dez-22	Total 31-dez-21
Subsidiárias								
Casas da Cidade - Residências Sénior, SA ("CASAS")	Lisboa	100,00%	200	490	-	-	690	690
Hospital da Luz Oeiras, SA ("HLO")	Oeiras	100,00%	2 250	-	-	-	2 250	250
GLSMED LEARNING HEALTH, SA ("GLSLH")	Lisboa	100,00%	2 050	2 800	215	(2 890)	2 175	2 265
GLSMED TRADE, SA ("GLST")	Lisboa	100,00%	2 050	-	3 000	-	5 050	9 126
HME - Gestão Hospitalar, SA ("HME")	Évora	100,00%	2 149	-	18 765	(15 772)	5 142	2 172
Hospital da Luz Arrábida, SA ("HAG")	V. N. Gaia	100,00%	8 240	-	4 450	-	12 690	9 420
Hospital da Luz Aveiro, SA ("HLA")	Aveiro	95,71%	4 805	-	-	-	4 805	4 805
Hospital da Luz - Centro Clínico da Amadora, SA ("HL-CCA")	Amadora	100,00%	2 100	11 200	-	(9 705)	3 595	2 795
Hospital da Luz Guimarães, SA ("HLG")	Guimarães	100,00%	7 488	10 050	-	-	17 538	19 038
Hospital da Luz, SA ("HLL")	Lisboa	100,00%	3 683	6 480	-	-	10 163	10 163
HOSPOR - Hospitais Portugueses, SA ("HOSPOR")	Póvoa de Varzim	100,00%	35 450	6 500	37 800	-	79 750	82 750
Luz Saúde - Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, SA ("USATI")	Lisboa	100,00%	41 800	175 200	64 130	-	281 130	273 630
RML - Residência Medicalizada de Loures, SGPS, SA ("RML")	Lisboa	75,00%	5 362	-	-	-	5 362	5 512
SGHL - Sociedade Gestora do Hospital de Loures, SA ("SGHL")	Lisboa	100,00%	3 247	38 179	43 500	(67 537)	17 389	21 838
Surgicare - Unidades de Saúde, SA ("SURGICARE")	Lisboa	100,00%	6 087	19 800	-	-	25 887	25 887
Hospital da Luz Funchal, SA ("HLF")	Funchal	81,35%	3 133	-	12 460	(140)	15 453	13 048
Capital Creativo Health Care Investment II, SA ("CCHCI II")	Lisboa	100,00%	50	26 100	11 753	-	37 903	34 633
Casas da Cidade - Residências Sénior de Carnaxide, SA ("CASAS CARNAXIDE")	Oeiras	-	-	-	-	-	-	6 591
			130 144	296 799	196 073	(96 044)	526 972	524 613
Associadas								
GENOMED - Diagnósticos de Medicina Molecular, SA ("GENOMED")	Lisboa	-	-	-	-	-	-	299
HL - Sociedade Gestora do Edifício, SA ("HL-SGE")	Oeiras	-	-	-	-	-	-	611
			-	-	-	-	-	910
Total de investimentos em subsidiárias e associadas			130 144	296 799	196 073	(96 044)	526 972	525 523

>

anexos

>

notas às
demonstrações
financeiras
individuais

3.4.2. movimentos em subsidiárias e associadas

	Partes de capital	Prestações acessórias	Empréstimos	Imparidade acumulada	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	129 999	299 450	190 288	(94 214)	525 523
Aquisição de partes de capital					
HME	2 000	-	-	-	2 000
HLO	2 000	-	-	-	2 000
GSLT	1 750	-	-	-	1 750
	5 750	-	-	-	5 750
Alienação/transferência de partes de capital					
CASAS CARNAXIDE	(5 346)	(3 000)	(495)	2 250	(6 591)
GENOMED	(245)	(54)	-	-	(299)
HL-SGE	(14)	(597)	-	-	(611)
	(5 605)	(3 651)	(495)	2 250	(7 501)
Reforço/(reembolso) de empréstimos					
GLSLH	-	1 500	-	-	1 500
HL-CCA	-	1 000	-	-	1 000
HLG	-	(1 500)	-	-	(1 500)
	-	1 000	-	-	1 000
Reforço/(reembolso) de empréstimos					
USATI	-	-	7 500	-	7 500
HAG	-	-	3 270	-	3 270
CCHCI II	-	-	3 270	-	3 270
HME	-	-	2 660	-	2 660
HLF	-	-	2 406	-	2 406
RML	-	-	(150)	-	(150)
GLSLH	-	-	(900)	-	(900)
SGHL	-	-	(2 950)	-	(2 950)
HOSPOR	-	-	(3 000)	-	(3 000)
GLST	-	-	(5 826)	-	(5 826)
	-	-	6 280	-	6 280
(Aumentos)/diminuições de imparidade					
HL-CCA	-	-	-	(200)	(200)
GLSLH	-	-	-	(690)	(690)
SGHL	-	-	-	(1 500)	(1 500)
HME	-	-	-	(1 690)	(1 690)
	-	-	-	(4 080)	(4 080)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	130 144	296 799	196 073	(96 044)	526 972

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

A participação na HL-SGE (10%) foi transferida para a rubrica de ativos financeiros a justo valor por resultados, uma vez que se entende que com o término do contrato de exploração do HBA, o Grupo deixou de ter influência significativa sobre a participada.

3.4.3. imparidade em investimentos em subsidiárias

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas (instrumentos de capital e saldos a receber de caráter não corrente), é avaliado anualmente no último trimestre de cada exercício económico, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. O valor recuperável é determinado com base no maior de entre o valor contabilístico dos ativos de acordo com a informação financeira preparada por cada participada e o seu valor em uso.

O valor em uso é calculado com recurso aos fluxos de caixa descontados, considerando o desempenho histórico do negócio, as condições de mercado, as expectativas futuras de desenvolvimento de cada negócio, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para efeitos dos testes, realizados no último trimestre de 2022 e 2021, a Empresa definiu um conjunto de pressupostos de forma a determinar o valor recuperável dos investimentos efetuados, dos quais se destacam:

Ano	Base de determinação	Período de projeções	Taxa de desconto antes de imposto	Crescimento na perpetuidade
2022	DCF	5 anos	4,69%	1,8%
2021	DCF	5 anos	3,45%	1,8%

Deve ser referido que:

- As projeções dos fluxos de caixa têm como base os exercícios de orçamentação realizados pelas participadas, os quais se constituem como o primeiro ano do período de fluxos de caixa em análise;
- A médio e longo prazo as projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nos planos de negócio, sendo prolongadas por uma perpetuidade, sempre que aplicável;
- Os pressupostos utilizados nas projeções dos fluxos de caixa para cada uma das unidades geradoras de caixa, são aqueles relativamente aos quais a quantia recuperável da unidade é mais sensível;
- Os pressupostos chave utilizados são reflexo da experiência passada e de fontes externas de informação; e
- A taxa de crescimento utilizada está de acordo com a taxa média de crescimento esperada a longo prazo para o mercado no qual a unidade opera.

Com base nos testes realizados, a Empresa reforçou os seus níveis de imparidade, podendo o detalhe das perdas por imparidade por participada ser apresentada, como consta da tabela abaixo:

	31-dez-22	31-dez-21
SGHL	67 537	66 037
HME	15 772	14 082
HL-CCA	9 705	9 505
GLSLH	2 890	2 200
HLF	140	140
CASAS CARNAXIDE	-	2 250
Total de imparidade em investimentos financeiros	96 044	94 214



anexos



notas às
demonstrações
financeiras
individuais

3.4.4. informação financeira resumida sobre as principais subsidiárias

	HAG	HLL	HOSPOR	SGHL
Balanco resumido				
Ativos correntes	21 435	93 440	29 171	24 467
Passivos correntes	(28 504)	(66 578)	(29 739)	(5 130)
Ativo/(passivo) líquido corrente	(7 069)	26 862	(568)	19 337
Ativos não correntes				
Ativos não correntes	42 471	185 510	145 541	9 817
Empréstimos de acionistas	(4 450)	-	(37 800)	(43 500)
Passivos não correntes	(9 670)	(185 885)	(27 511)	(11 766)
Ativo/(passivo) líquido	21 282	26 487	79 662	(26 112)
Resultados resumidos				
Volume de negócios	71 543	251 344	107 503	5 138
Resultado antes de imposto	11 111	16 174	5 494	(1 947)
Imposto sobre o rendimento	(3 145)	(4 005)	(1 489)	446
Resultado líquido	7 966	12 169	4 005	(1 501)
Fluxos de caixa resumidos				
Fluxo de caixa operacional	14 555	33 321	20 222	3 877
Fluxo de caixa de investimento	(2 093)	(2 866)	(2 902)	(326)
Fluxo de caixa de financiamento	(9 638)	(24 777)	(10 941)	(2 950)
Varição de caixa e seus equivalentes	2 824	5 678	6 379	601

4. fundo de manei

4.1. clientes e outras contas a receber

[POLÍTICA]

As rubricas de clientes e outras contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo método do custo amortizado, que atendendo à maturidade destes saldos, se considera ser similar ao valor nominal, deduzido das perdas por imparidade que lhes estejam associadas. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificados no ativo corrente. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados de acordo com a expectativa de incumprimento ou quando existe evidência objetiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

[ESTIMATIVA]

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação da Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do devedor e da deterioração da situação creditícia dos devedores. Caso as condições financeiras dos devedores se deteriore, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

As rubricas de clientes e outras contas a receber incluem essencialmente os valores a receber das subsidiárias da Empresa relativas à prestação de serviços, ao redébito de serviços suportados pela Empresa e aos juros de empréstimos concedidos, e podem ser apresentadas da seguinte forma:

	31-dez-22	31-dez-21
Clientes	87	101
Clientes partes relacionadas (nota 4.1.1)	3 162	3 910
Imparidade de dívidas a receber de clientes (nota 4.1.2)	(89)	(68)
Total de clientes	3 160	3 943
Outros devedores partes relacionadas (nota 4.1.1)	5 053	6 098
Grupo fiscal - partes relacionadas (nota 4.1.1)	9 131	9 216
Estado e Outros Entes Públicos	578	147
Acréscimos de rendimentos	559	753
Outros devedores	2 105	1 736
Total de outras contas a receber	17 426	17 950
	20 586	21 893
Dos quais:		
Outras contas a receber - correntes	15 713	16 312
Outras contas a receber - não correntes	1 713	1 638

Atendendo à maturidade dos saldos apresentados acima, considera-se que o seu valor contabilístico não tem diferença relevante para o justo valor.

O saldo com Estado e Outros Entes Públicos refere-se apenas a IVA a recuperar.

4.1.1. saldos devedores de partes relacionadas

	31-dez-22				31-dez-21			
	Clientes	Grupo fiscal	Outros devedores	Total	Clientes	Grupo fiscal	Outros devedores	Total
Subsidiárias								
HOSPOR	406	1 376	1 424	3 206	562	1 465	2 345	4 372
HAG	409	2 840	11	3 260	430	2 880	2	3 312
USATI	671	-	2 026	2 697	778	-	2 438	3 216
HLL	245	4 230	-	4 475	513	2 652	-	3 165
SGHL	9	6	-	15	188	1 466	-	1 654
HME	102	10	618	730	82	9	549	640
GLST	39	85	242	366	62	321	95	478
ACE	292	-	-	292	391	-	-	391
HLF	43	1	371	415	53	6	304	363
HLA	207	189	-	396	164	91	-	255
HLO	40	266	-	306	87	167	-	254
HLC	263	23	-	286	217	-	-	217
SURGICARE	124	-	-	124	144	-	62	206
CCHCI II	6	-	311	317	4	-	199	203
HL-CCA	51	6	2	59	-	5	29	34
VLUSITANO	26	59	-	85	32	96	-	128
HLG	142	10	-	152	124	-	-	124
GLSLH	20	15	42	77	8	13	53	74
CASAS CARNAXIDE	-	-	-	-	22	5	17	44
CASAS	14	7	-	21	15	24	-	39
HRM	9	8	-	17	17	16	-	33
CRB	18	-	-	18	13	-	-	13
RML	26	-	6	32	4	-	5	9
	3 162	9 131	5 053	17 346	3 910	9 216	6 098	19 224

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

Os saldos relativos ao Grupo Fiscal referem-se ao imposto sobre rendimento (IRC) a pagar pelas subsidiárias da Empresa que integram o Grupo Fiscal liderado pela Luz Saúde relativamente ao lucro fiscal e às tributações autónomas apuradas nas operações do exercício de 2022.

4.1.2. imparidade de dívidas a receber

	31-dez-22	31-dez-21
Imparidade de contas a receber a 1 de janeiro	68	68
Efeito em resultados		
Reforço	21	-
Reversão	-	-
Imparidade de contas a receber a 31 de dezembro	89	68

4.1.3. outros devedores

O saldo desta rubrica refere-se essencialmente ao valor atual do apoio financeiro reembolsável concedido à Universidade Católica Portuguesa no montante de €1.713 milhares.

4.2. fornecedores e outras contas a pagar

[POLÍTICA]

As rubricas de fornecedores e outras contas a pagar evidenciam as responsabilidades respeitantes à aquisição de serviços no decurso normal das atividades da Empresa. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente, caso contrário são classificadas como passivo não corrente. Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar, são inicialmente mensuradas pelo seu justo valor e subsequente mensuradas ao custo amortizado utilizando o método da taxa juro efetiva, que em virtude dos prazos curtos de pagamento das mesmas são idênticos ao seu valor nominal, i.e., ao custo. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando os passivos são desreconhecidos, bem como através do processo de amortização pela taxa de juro efetiva.

	31-dez-22	31-dez-21
Fornecedores - corrente	4 890	3 037
Total de fornecedores	4 890	3 037
Estado e outros entes públicos	89	69
Remunerações a liquidar	2 600	2 095
Outros acréscimos de gastos	790	1 462
Outros credores	117	185
Grupo fiscal	8 062	8 552
Outros credores	24	67
Total de outras contas a pagar	11 682	12 430
	16 572	15 467

Atendendo à maturidade dos saldos apresentados acima, considera-se que o seu valor contabilístico não tem diferença relevante para o justo valor.

A rubrica de remunerações a liquidar inclui as responsabilidades com férias e subsídio de férias e remuneração variável dos elementos executivos do Conselho de Administração e colaboradores.

Outros acréscimos de gastos referem-se essencialmente a responsabilidades assumidas com a contratação de serviços inerentes à atividade da Empresa.

A rubrica de grupo fiscal – partes relacionadas diz respeito ao prejuízo fiscal de IRC gerado no ano de 2022, pelas subsidiárias da Empresa que integram o grupo fiscal liderado pela Luz Saúde.

4.3. outros ativos correntes e não correntes

	31-dez-22	31-dez-21
Gastos diferidos	2 171	2 109
Adiantamentos a fornecedores	320	185
	2 491	2 294
Dos quais:		
Correntes	796	495
Não correntes	1 695	1 799

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

5. financiamento das operações

5.1. gestão do capital

No âmbito da sua atividade regular a Empresa gere a dívida corporativa do Grupo, tendo as principais unidades de negócio uma gestão de tesouraria operacional autónoma. Os objetivos da Empresa em relação à gestão de capital são:

- salvaguardar a capacidade da Empresa de continuar em atividade e assim proporcionar retornos para os Acionistas e benefícios para os restantes *stakeholders*;
- manter uma estrutura de capital sólida para apoiar o desenvolvimento da sua atividade e do Grupo que lidera; e
- manter uma estrutura de capital ótima que lhe permita reduzir o custo do capital.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Empresa pode ajustar o montante de dividendos a pagar aos Acionistas, devolver capital aos Acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida. Os rácios de capital são usualmente aferidos com base nas contas consolidadas da Empresa.

5.2. capital próprio

5.2.1. capital social

O capital social da Luz Saúde é composto por 95.542.254 ações ordinárias escriturais com valor nominal de um euro (31 dezembro 2021: 95.542.254 ações).

5.2.2. prémios de emissão

Os prémios de emissão resultam dos aumentos de capital realizados pela sociedade em 2004, 2005 e 2006, no montante de €12.500 milhares, €7.500 milhares e €61.600 milhares, respetivamente. Durante o exercício de 2011, por decisão da Assembleia Geral de Acionistas, foram parcialmente utilizados €33.870 milhares, para cobertura de prejuízos transitados, ficando um saldo remanescente de €47.730 milhares.

No aumento de capital ocorrido em fevereiro de 2014, foram contabilizados €15.493 milhares de prémios de emissão aos quais foram deduzidos €1.427 milhares relativos aos gastos com a operação de aumento de capital. Desta forma, esta rubrica apresenta um saldo total de €61.796 milhares.

5.2.3. reservas e resultados acumulados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o saldo das reservas e resultados acumulados (incluindo o rendimento integral do exercício findo) pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-dez-22	31-dez-21
Reservas não distribuíveis		
Reserva legal	6 656	5 520
Outras reservas	124 698	103 113
Resultados acumulados	(2 276)	(2 502)
Rendimento integral do exercício	20 921	22 947
	149 999	129 078

5.2.3.1. reservas não distribuíveis

As reservas não distribuíveis, incluem a reserva legal constituída anualmente com base no resultado líquido de cada exercício.

5.2.3.2. outras reservas

As outras reservas, são relativas a reservas livres constituídas pela aplicação dos resultados da Empresa de exercícios anteriores, passíveis de serem distribuídas aos Acionistas. A distribuição das reservas livres está condicionada pelo saldo devedor da rubrica de resultados acumulados.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

5.2.3.3. aplicação de resultados

Conforme proposta apresentada e aprovada em Assembleia Geral realizada em 27 de maio de 2022, os resultados da Luz Saúde, relativos ao exercício de 2021, tiveram a seguinte aplicação:

	Exercício 2021	Exercício 2020
Reserva legal	1 136	-
Reservas livres	21 586	5
Total do resultado individual aplicado	22 722	5

5.2.3.4 resultados acumulados

A rubrica de resultados acumulados inclui entre outros o efeito da eficácia dos instrumentos financeiros derivativos e os diferenciais gerados em exercícios anteriores com as operações de compra e venda de ações próprias realizadas, no âmbito do plano de remuneração em ações.

5.3. caixa e seus equivalentes

[POLÍTICA]

Os montantes incluídos na rubrica caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outros, vencíveis em ou a menos de três meses da data de relato e que podem ser imediatamente mobilizáveis e com risco insignificante de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados como empréstimos correntes no passivo.

	31-dez-22	31-dez-21
Caixa	1	1
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2 504	3 850
	2 505	3 851

Atendendo à maturidade dos saldos apresentados acima, considera-se que o seu valor contabilístico não tem diferença relevante para o justo valor.

Para efeitos de preparação da demonstração de fluxos de caixa, o caixa e seus equivalentes decompõe-se da seguinte forma:

	31-dez-22	31-dez-21
Caixa e seus equivalentes conforme apresentado acima	2 505	3 851
Descobertos bancários	-	(35 039)
Saldo final na demonstração de fluxos de caixa	2 505	(31 188)

5.4. passivo remunerado

[POLÍTICA]

O passivo remunerado inclui essencialmente as linhas de crédito da Empresa, seja na modalidade de empréstimos bancários, empréstimos obrigacionistas ou de programas de papel comercial assim como os passivos por locação. Estes passivos são registados ao justo valor e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado calculado segundo o método da taxa de juro efetiva. São expressos no passivo corrente ou não corrente, consoante o prazo de vencimento. Ou seja, se o vencimento da dívida ocorrer a menos de um ano teremos um passivo corrente, caso seja a mais de um ano teremos um passivo não corrente. O seu desreconhecimento ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, nomeadamente no momento da liquidação. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

	31-dez-22			31-dez-21		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Com garantias reais						
Papel comercial	27 250	52 750	80 000	-	80 000	80 000
Locações	269	349	618	281	554	835
Total de passivos com garantias	27 519	53 099	80 618	281	80 554	80 835
Sem garantias reais						
Papel comercial	39 574	58 000	97 574	34 808	53 500	88 308
Empréstimos bancários	12 218	25 510	37 728	9 741	22 594	32 335
Empréstimos obrigacionistas	6 722	36 450	43 172	1 194	28 500	29 694
Outros empréstimos	-	-	-	35 039	-	35 039
Total de passivos sem garantias	58 514	119 960	178 474	80 782	104 594	185 376
Passivos remunerados	86 033	173 059	259 092	81 063	185 148	266 211

Em 31 de dezembro de 2022 a Empresa dispõe de linhas de crédito não utilizadas, na modalidade de descoberto bancário, num montante de €27,5 milhões.

5.4.1 papel comercial

[POLÍTICA]

São classificadas no passivo corrente as emissões de papel comercial cujos programas apesar de terem uma duração superior a 12 meses, não incluem garantia de subscrição por parte dos bancos, embora seja expectável que os bancos organizadores e colocadores conseguirão obter os fundos necessários junto dos seus canais de distribuição, ou sempre que os referidos programas tenham cláusulas de denuncia que permitam a resolução dos programas pelos bancos num prazo até 12 meses após a data do balanço. Estão classificados como não correntes os programas de papel comercial com maturidade superior a 12 meses após a data de relato, sempre que a Empresa tenha a capacidade de renovar unilateralmente as emissões

atuais até à maturidade dos programas e os mesmos têm subscrição garantida pelo organizador.

As principais linhas de financiamento de papel comercial que a Empresa dispõe são as seguintes:

Data de início	Data de fim	Tomada garantida	Montante do programa	Valor utilizado em 31-dez-22	Valor utilizado em 31-dez-21
10/02/2011	28/12/2026	Sim	80 000	80 000	80 000
05/05/2020	01/01/2024	Sim	15 000	15 000	10 000
18/05/2016	30/06/2025	Sim	40 000	40 000	43 000
10/08/2018	10/02/2024	Sim	10 500	10 500	5 500
17/03/2017	17/03/2024	Não	30 000	-	-
06/11/2021	06/11/2024	Não	35 000	32 250	30 000
				177 750	168 500
		Juros e outros encargos, líquidos		(176)	(192)
				177 574	168 308

O programa de papel comercial com vencimento em 2026 (utilizado no montante de €80,0 milhões) tem garantias reais dada por hipotecas de parte do edifício do Hospital da Luz em Lisboa.

Do valor utilizado em dezembro de 2022, o montante de €32,25 milhões, diz respeito a saldos com entidades relacionadas: Hospital da Luz (€13 milhões), Hospital da Luz Aveiro (€10,5 milhões), CRB (€2,5 milhões), Vila Lusitano (€2 milhões), Hospital da Luz Guimarães (€1 milhões), Hospital da Luz Oeiras (€2,75 milhões) e Casas da Cidade Lisboa (€0,5 milhões).

Dos juros suportados o montante de €333 milhares referem-se a operações com entidades relacionadas (nota 20).

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

5.4.2. empréstimos bancários

Data de início	Data de fim	Valor utilizado em 31-dez-22	Valor utilizado em 31-dez-21
31/03/2022	31/03/2025	15 000	-
21/11/2019	21/11/2026	8 000	10 000
23/11/2018	23/05/2025	5 608	7 814
22/04/2019	22/04/2025	6 702	10 000
09/10/2017	09/10/2023	2 300	4 562
		37 610	32 376
	Juros e outros encargos, líquidos	118	(41)
		37 728	32 335

5.4.3. empréstimos obrigacionistas

Data de início	Data de fim	Valor utilizado em 31-dez-22	Valor utilizado em 31-dez-21
18/12/2020	18/12/2027	28 500	30 000
14/12/2022	14/12/2025	15 000	-
		43 500	30 000
	Juros corridos	(328)	(306)
		43 172	29 694

5.4.4. maturidade das linhas de financiamento

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as linhas de financiamento de papel comercial, empréstimos obrigacionistas e empréstimos e descobertos bancários apresentavam as seguintes maturidades com base na data de vencimento contratada:

	31-dez-22				31-dez-21			
	Papel comercial	Empréstimos bancários	Empréstimos obrigacionistas	Descobertos bancários	Papel comercial	Empréstimos bancários	Empréstimos obrigacionistas	Descobertos bancários
Até 12 meses	66 824	12 218	8 072	-	34 808	9 741	1 194	35 039
12-24 meses	46 600	9 802	8 400	-	80 750	9 861	3 000	-
24-36 meses	38 450	13 708	7 200	-	13 600	7 580	3 000	-
36-48 meses	25 700	2 000	3 000	-	13 450	3 153	3 000	-
Mais de 48 meses	-	-	16 500	-	25 700	2 000	19 500	-
	177 574	37 728	43 172	-	168 308	32 335	29 694	35 039

5.4.5. garantias

A maioria das linhas de financiamento supramencionadas contém restrições/covenants financeiros que são comuns nos contratos de financiamento. As restrições não financeiras típicas incluídas são:

- disposições de *negative pledge*, relativamente às linhas de maior valor e maturidade;
- restrições à utilização dos recursos de capital, aquisições e disposição dos ativos;
- obrigações de *pari passu*;
- situações de incumprimento de responsabilidades, que incluem cláusulas de incumprimento cruzado

relativamente às sociedades que estão sob controlo ou numa relação de grupo com a respetiva mutualária;

- condições de mudança de controlo societário (*change of control provisions*) que obrigam a que o acionista controlador (Grupo Fosun) mantenha uma posição de controlo, direto ou indireto, na Sociedade; e
- imitações à distribuição de dividendos.

Em termos de garantias reais, uma das linhas de papel comercial encontra-se garantida por hipoteca sobre

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

um dos imóveis do Grupo. O valor da garantia é superior ao montante da linha contratada.

5.4.6. *covenants* financeiros

Em termos de *covenants* financeiros, a Empresa está obrigado a cumprir rácios financeiros, calculados com base nas suas contas consolidadas, dispostos nos contratos de financiamento em vigor nesta data, nomeadamente:

- Dívida líquida remunerada / EBITDA
- Autonomia financeira

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa não se encontrava em incumprimento dos *covenants* contratados.

5.4.7. Locações

[POLÍTICA]

Até 31 de dezembro de 2018 a Empresa classificou as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. Eram classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação eram classificadas como locações operacionais.

A partir de 1 de janeiro de 2019, os contratos de locação passaram a ser reconhecidas no ativo (com a designação de ativo sob direito de uso) e no passivo desde a data em que o ativo subjacente passou a estar disponível para uso da Empresa. Os ativos e passivos decorrentes de um contrato de locação são mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de locação:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), deduzidos de incentivos à locação;
- pagamentos variáveis, com base num índice ou taxa;
- pagamentos esperados relativamente a garantias de valor residual;
- valor de exercício de uma opção de compra, quando a Empresa tiver razoável certeza de exercício dessa opção;
- pagamentos de penalidades da rescisão de contratos, sempre e quando seja a Empresa a exercer essa opção; e
- pagamentos a serem efetuados ao abrigo de opções de prorrogação do contrato quando a Empresa tiver razoável certeza de exercício dessa opção.

Os pagamentos de locação são descontados utilizando a taxa de juro implícita na locação. Se essa taxa não puder ser facilmente determinada, é usada a taxa incremental de financiamento da Empresa, sendo esta, a taxa que o locatário teria que pagar pela obtenção dos fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante ao ativo sob direito de uso por um prazo semelhante, num ambiente económico semelhante, e com garantias semelhantes.

Para determinar a taxa incremental de financiamento, a Empresa utiliza as condições de financiamento recentes obtidas junto de terceiros, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento foi obtido, para os contratos com duração até 7 anos.

A Empresa está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de locação variáveis com base num índice ou taxa, e que não são incluídos no valor do passivo de locação até que entrem em vigor. Os ajustamentos aos pagamentos de locação com base num índice ou taxa, implicam uma reavaliação do passivo de locação por contrapartida do incremento do ativo sob direitos de uso.

Os pagamentos de locação são separados entre a liquidação do valor de aquisição e a sua componente financeira, em que o custo financeiro é registado na demonstração dos resultados durante o período da locação, de modo a produzir uma taxa de juro efetiva.

Os passivos por locação têm as seguintes maturidades:

	31-dez-22	31-dez-21
Inferior a um ano	269	281
Entre um a cinco anos	349	554
Mais de 5 anos	-	-
	618	835

>
anexos

>
notas às
demonstrações
financeiras
individuais

6. outros

6.1. ativos financeiros ao justo valor por resultados

[POLÍTICA]

Esta rubrica inclui os instrumentos de capital próprio detidos pela Empresa relativos a empresas sobre as quais não exerce controlo ou influência significativa. Estes ativos financeiros são mensurados ao justo valor através dos resultados quando a Empresa os detém sem um propósito estratégico de longo prazo.

	31-dez-22	31-dez-21
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
FCR Capital Criativo IV	1 859	1 920
Iberis Bluetech Fund III, FCR	1 000	-
Explorer Growth Fund V, FCR	1 000	-
FCR C2 R&D Growth VI	1 000	-
Iberis Bluetech Fund, FCR, EuVECA	888	899
HL-Sociedade Gestora do Edifício, SA	612	-
Uphill, SA	550	550
FCT - Fundo compensação do trabalho	18	13
	6 927	3 382

Como em exercícios anteriores, no final de 2022, no âmbito da sua estratégia de fomento da atividade de inovação e desenvolvimento, a Empresa investiu em três Fundos de Capital de Risco (FCR) que tem como objetivo desenvolver uma carteira de investimentos em entidades com uma grande componente da sua

atividade dedicada ao investimento em investigação e desenvolvimento.

A HL-SGE, foi até 18 de janeiro de 2022 apresentada na rubrica de associadas, nessa data fruto do término do contrato de gestão do HBA, entende-se que o Grupo deixou de ter influência significativa sobre a participada, tendo a mesma sido reclassificada para ativos financeiros ao justo valor por resultados.

6.2. provisões

[POLÍTICA]

São reconhecidas provisões quando a Empresa (i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Quando um destes requisitos não é preenchido, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

[ESTIMATIVA]

A Empresa exerce julgamento considerável no reconhecimento e mensuração das provisões. O julgamento é imprescindível para aferir a probabilidade que determinado processo tem de ser bem-sucedido. Em virtude das incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser distintas das perdas estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que surge nova informação sobre o processo. Revisões às estimativas destas perdas poderão afetar os resultados futuros.

A rubrica de provisões não registou qualquer movimento no exercício de 2022.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

C. gestão de risco financeiro

7. riscos financeiros

A Luz Saúde tem como principal atividade o desenvolvimento e participação em negócios na área da Saúde, encontra-se largamente dependente da estrutura financeira das suas participadas e da capacidade de estas gerarem fluxos de caixa suficientes para realizarem distribuição de dividendos, pagamento de juros, reembolso de empréstimos realizados pela Empresa e liquidação dos serviços prestados pela Luz Saúde.

A Empresa apresenta uma exposição aos seguintes tipos de riscos como resultado da utilização de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Esta nota apresenta a informação relativa à exposição da Empresa a cada um dos riscos anteriormente referidos, bem como os seus objetivos, procedimentos e práticas para a mensuração e gestão desses riscos. Ao longo das presentes demonstrações financeiras, são apresentadas mais divulgações de cariz quantitativo.

Os riscos identificados são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades da Empresa.

7.1. risco de crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de um devedor relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com a Empresa no âmbito da sua atividade.

A exposição da Empresa ao risco de crédito prende-se essencialmente com os saldos a receber das suas participadas decorrentes da atividade operacional e de investimento da Empresa, assim como dos fundos monetários geridos no âmbito da atividade de tesouraria da Empresa.

A seguinte tabela apresenta a exposição máxima da Empresa ao risco de crédito:

	31-dez-22	31-dez-21
Cientes e acréscimo de rendimentos	557	786
Cientes e acréscimo de rendimentos - partes relacionadas	3 162	3 910
Investimentos financeiros - empréstimos a participadas	196 073	190 288
Outros devedores	2 105	1 736
Outros devedores - Partes relacionadas	14 184	15 314
Contas a receber	216 081	212 034
Depósitos bancários e equivalentes de caixa	2 504	3 850
	218 585	215 884

7.1.1. contas a receber

Em termos de monitorização do risco de crédito decorrente da atividade operacional e de investimento, o risco de crédito encontra-se centrado nas operações realizadas com as entidades participadas da Empresa.

O acompanhamento da atividade das participadas por parte da gestão da Empresa, permite realizar um acompanhamento detalhado deste risco.

7.1.2. depósitos bancários

A repartição do saldo de depósitos bancários, de acordo com a notação de risco das instituições financeiras onde os ativos se encontravam depositados pode ser apresentado da seguinte forma (tendo como base a notação de risco da Moody's observável no mercado em 31 de dezembro de 2022):

	31-dez-22	31-dez-21
Rating		
Baa1	-	84
Baa2	423	530
Baa3	404	183
Ba2	135	2 704
B2	1 435	-
Caa1	-	301
Outros	107	48
	2 504	3 850

Como princípio orientador a Empresa tenta manter um alinhamento entre as entidades financeiras onde

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

deposita as suas disponibilidades, e as entidades financeiras onde dispõe de linhas de financiamento utilizadas, de forma a criar uma cobertura natural para um potencial evento de crédito que possa ocorrer ao nível da entidade onde os fundos se encontram depositados.

7.2. risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos do Empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes à sua cobertura.

Para financiar a sua atividade, a Empresa mantém as linhas de crédito apresentadas na nota 5.4.

A maturidade dos passivos financeiros originará os seguintes fluxos monetários não descontados, excluindo juros, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do balanço:

	31-dez-22				31-dez-21	
	Empréstimos Bancários	Papel Comercial	Empréstimos obrigacionistas	Outros Passivos (*)	Total	Total
Menos de 12 meses	12 218	66 824	8 072	17 190	104 304	99 369
12 a 24 meses	9 802	46 600	8 400	-	64 802	93 611
24 a 36 meses	13 708	38 450	7 200	-	59 358	24 180
36 a 48 meses	2 000	25 700	3 000	-	30 700	19 603
48 a 60 meses	-	-	16 500	-	16 500	29 704
Mais de 60 meses	-	-	-	-	-	17 496
	37 728	177 574	43 172	17 190	275 664	283 963

(*) Exclui os passivos não financeiros

7.3. risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços dos mercados, como sejam câmbios de moedas estrangeiras, taxas de juro ou a evolução das bolsas de valores possam afetar os resultados da Empresa e a sua posição financeira. Dado que a Empresa não tem exposição relevante a riscos cambiais ou de mercados de valores mobiliários, o objetivo das suas políticas de gestão de riscos de mercado passa essencialmente pela monitorização da evolução das taxas de juro que influenciam os passivos financeiros remunerados, contratados com base em taxas de juro indexadas à evolução dos mercados.

A maior parte das linhas de financiamento contratadas pela Empresa são remuneradas com base em taxas variáveis dadas pelo índice de referência acrescido de um *spread*.

Em exercícios anteriores e de forma a equilibrar a exposição à variação das taxas de juro a Empresa contratou instrumentos de cobertura de risco de fluxo de caixa, com o objetivo fixar as taxas de juro de algumas das linhas de financiamento de que dispõe.

Atendendo ao nível de dívida financeira de que a Empresa dispõe em 31 de dezembro de 2022 e considerando o nível de eficácia que se prevê que estes instrumentos possam vir a ter (tendo em conta o atual nível das taxas de juro) a Empresa tem cerca de 44% da sua dívida financeira exposta a taxa de juro variável (2021: 55%).

Considerando que o resultado da Empresa está exposto a variações nas taxas de juro de mercado, e apenas para efeitos ilustrativos, temos que uma variação, de 50 pp nas taxas de referência e considerando todas as

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

outras variáveis constantes, resultaria num impacto no resultado antes de imposto, em base anual, de aproximadamente:

	31-dez-22	31-dez-21
Impacto da variação da taxa de juro em 50 p.p. no resultado antes de imposto	563	879

Encontra-se em curso uma reforma global dos principais *benchmark* de taxas de juro que preveem a substituição de alguns *benchmarks*, entre os quais a Euribor, por taxas alternativas *risk-free*. A Empresa apresenta exposições às variações da Euribor nos seus instrumentos financeiros que serão impactadas por esta reforma global. Existe atualmente incerteza sobre os *timings* e métodos associados à transição dos *benchmarks* de taxas de juro. A Empresa, à data, não espera um impacto significativo nas suas políticas de gestão de risco e sobre os efeitos da contabilidade de cobertura.

A Empresa irá avaliar e analisar os impactos potenciais concretos da potencial alteração da Euribor aquando da concretização dos *timings* e dos respetivos métodos de alteração e, em particular, nas relações de cobertura de risco de taxa de juro designadas.

8. instrumentos financeiros por categoria

A hierarquia para efeitos de determinação do justo valor deverá ter os seguintes níveis e bases de mensuração:

	31-dez-22	31-dez-21
Ativos financeiros		
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos	196 073	190 288
Clientes e outras contas a receber	20 008	21 746
Caixa e seus equivalentes	2 505	3 851
Instrumentos financeiros derivados de cobertura		
Utilizados para cobertura	4 327	-
Ativos financeiros ao justo valor por resultados		
Outros ativos financeiros	6 927	3 382
	229 840	219 267
Passivos financeiros		
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Fornecedores	4 890	3 037
Outras contas a pagar	11 682	12 430
Empréstimos e descobertos bancários	258 474	265 376
Passivos por locação	618	835
Instrumentos financeiros derivados de cobertura		
Utilizados para cobertura	-	2 466
	275 664	284 144

- Nível 1 – cotações de mercados líquidos ativos e aos quais a Empresa tem acesso à data de referência do balanço;
- Nível 2 – modelos de avaliação geralmente aceites baseados em inputs observáveis no mercado;
- Nível 3 – modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

Os únicos instrumentos financeiros da Empresa mantidos ao justo valor são divulgados nas notas 6.1 e 9.

O justo valor dos instrumentos, divulgados na nota 9, foi determinado por entidades bancárias, tendo por base inputs observáveis no mercado e utilizados nos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites (nível 2), no que respeita aos ativos financeiros ao justo valor por resultados o justo valor foi apurado com base no valor de unidades de participação divulgado pelas entidades gestoras dos fundos onde a Empresa investiu, tendo como referência as contas semestrais/trimestrais anteriores à data de relato.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

9. instrumentos financeiros derivados

[POLÍTICA]

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua contratação pelo seu justo valor que se presume ser igual ao seu custo de aquisição na data de contratação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é remensurado em cada data de relato, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa remensuração registados diretamente na demonstração dos resultados, exceto no que respeita aos efeitos relativos aos derivados de cobertura de fluxos de caixa.

A Empresa utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro resultante da sua atividade de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura no âmbito de aplicação da IFRS 9 são registados como de negociação. Os derivados de cobertura de fluxos de caixa são registados ao seu justo valor e na medida em que sejam eficazes as variações de justo valor são reconhecidas por contrapartida de reservas no capital próprio. As variações de justo valor que não são consideradas como sendo de cobertura, em virtude de serem consideradas ineficientes na totalidade ou parcialmente, são de imediato reconhecidas na demonstração dos resultados. Os valores acumulados em reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

O justo valor do derivado de cobertura é classificado no ativo ou passivo não corrente, quando a maturi-

dade da operação alvo de cobertura é superior a 12 meses, e como ativo ou passivo corrente quando a maturidade da operação alvo de cobertura for inferior a 12 meses.

Na avaliação da existência de uma relação económica entre os instrumentos cobertos e os instrumentos de cobertura, a Empresa assume que o *benchmark* de taxa de juro (Euribor) não será alterado na sequência da reforma dos *benchmarks* de taxa de juro conforme permitido pelas alterações à IAS 39, IFRS 7 e IFRS 9 relativas à reforma dos *benchmarks* de taxa juro.

A política acima disposta é aplicável à totalidade das relações de cobertura designadas a 31 de dezembro de 2022.

A Empresa irá cessar a aplicação da disposição acima quando:

- (i) a incerteza relativa à reforma dos *benchmarks* de taxa de juro no que concerne à Euribor cessar; ou
- (ii) a respetiva relação de cobertura for descontinuada.

A Empresa recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados para cobrir riscos de taxa de juro que afetam o valor dos fluxos de caixa futuros esperados. O risco coberto é o indexante da taxa variável aos quais se encontram associados os contratos de financiamento da Empresa.

O justo valor dos derivados financeiros contabilizado foi determinado por entidades bancárias tendo por base inputs observáveis no mercado e utilizados nos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites (nível 2), podendo ser apresentado da seguinte forma:

	31-dez-22	31-dez-21
<i>Swap</i> de taxa de juro - cobertura de fluxo de caixa	4 327	(2 466)
<i>Swap</i> de taxa de juro - negociação	-	-
Total	4 327	(2 466)
Parte não corrente		
<i>Swap</i> de taxa de juro - cobertura de fluxo de caixa	4 327	(2 466)
<i>Swap</i> de taxa de juro - negociação	-	-
Parte corrente	-	-

O detalhe do justo valor por contrato ativo pode ser apresentado da seguinte forma:

Instrumento coberto	Nocional	Início	Vencimento	Justo valor
Papel comercial	80 000	26/10/2016	28/04/2025	4 327
				4 327

Os derivados de negociação são classificados no ativo ou passivo corrente de acordo com o seu justo valor na data de relato.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

O notional do contrato de *swap* de taxa de juro em aberto a 31 de dezembro de 2022 ascende a €80 milhões (2021: €80 milhões), sendo estes considerados na totalidade como de cobertura de fluxo de caixa. Estes contratos originaram o reconhecimento de uma variação do justo valor nos capitais próprios da Empresa no exercício de 2022 decorrente da parte considerada como eficiente para efeitos de cobertura de aproximadamente €4,5 milhões positivos (2021: €0,3 milhões positivo), tendo sido reconhecidos na demonstração dos resultados o montante positivo de €1 milhão (2021: negativo de €0,4 milhões) de efeito decorrente da variação de justo valor em virtude da eficiência dos contratos, e cerca de €0,8 milhões relativos a juros corridos (2021: €1,2 milhões). Na demonstração de rendimento integral, estes valores são apresentados líquidos do efeito de imposto.

D. performance no exercício de 2022

10. rédito dos serviços prestados

[POLÍTICA]

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para a Empresa e que possam ser estimados com fiabilidade, sendo registados com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, com base na atividade produzida no período, valorizada de acordo com os acordos em vigor, independentemente do momento da sua efetiva faturação.

O montante do rédito por serviços prestados resulta na sua totalidade de serviços de apoio à gestão prestados às empresas participadas direta e indiretamente pela Luz Saúde, nas áreas de marketing, financeira, fiscal, legal, negociação, sistemas e informação e de desenvolvimento de negócio e estratégia, de acordo com os seguintes segmentos de negócio operados pelo Grupo:

	31-dez-22	31-dez-21
Rédito dos serviços prestados a entidades relacionadas		
Segmento privado	3 874	3 158
Segmento centro corporativo	701	527
Segmento público	23	76
Segmento outros	200	220
	4 798	3 981
Rédito com base no momento de prestação do serviço		
Num momento específico do tempo	-	-
Ao longo do tempo	4 798	3 981
	4 798	3 981

O aumento do rédito do segmento privado resulta do aumento dos serviços prestados relativamente à utilização do software partilhado pelas empresas que integram o segmento privado.

11. outros rendimentos e ganhos operacionais

Em 2022 esta rubrica inclui essencialmente o ganho originado na alienação da participação na subsidiária Casas de Carnaxide no montante de €659 milhares. A operação de alienação desta subsidiária foi concluída em setembro de 2022 pelo montante total de €7.250 milhares.

12. materiais e serviços consumidos

	31-dez-22	31-dez-21
Trabalhos especializados	894	1 143
Publicidade	246	466
Honorários	189	169
Conservação e reparação	145	143
Seguros	67	93
Despesas de representação	94	53
Deslocações e estadas	46	23
Materiais	25	17
Rendas e alugueres	68	5
Outros materiais e serviços consumidos	320	254
	2 094	2 366

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

13. gastos com o pessoal

[POLÍTICA]

As responsabilidades com pagamentos ao pessoal são reconhecidas em resultados no período em que os colaboradores adquirem o referido direito, independentemente da data do seu pagamento. A responsabilidade assumida é reconhecida no passivo na rubrica de outras contas a pagar, nomeadamente:

- férias e subsídio de férias: de acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm direito a um mês de férias e um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento;
- remuneração variável: pelo sistema de avaliação de desempenho em funcionamento, os elementos que integram a Comissão Executiva e os colaboradores podem vir a receber uma gratificação no caso de serem atingidos determinados objetivos, direito esse usualmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

[ESTIMATIVA]

A Empresa reconhece mensalmente uma estimativa para remunerações variáveis que tem em consideração os objetivos acordados com os colaboradores e elementos executivos do Conselho de Administração, o atingimento desses objetivos e a situação geral da sua atividade. A estimativa do custo corrente do exercício registado na rubrica de outras contas a pagar, é preparada com base na melhor estimativa face ao desempenho do exercício em curso, sendo o valor final apenas conhecido no exercício seguinte.

Os gastos com pessoal podem ser apresentados da seguinte forma:

	31-dez-22	31-dez-21
Remunerações dos órgãos sociais	1 672	1 133
Remunerações do pessoal	971	725
Encargos sobre remunerações	348	294
Outros gastos com o pessoal	151	36
	3 142	2 188

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa no exercício de 2022 foi de 9 (2021: 9).

Os honorários do Revisor Oficial de Contas encontram-se registados na demonstração dos resultados na rubrica de materiais de serviços consumidos, na nota 11 e podem ser apresentados da seguinte forma:

	31-dez-22	31-dez-21
Auditoria anual e revisão semestral	98	70
	98	70

14. outros rendimentos e ganhos financeiros

[POLÍTICA]

A Empresa classifica como rendimentos e ganhos financeiros os dividendos recebidos, juros e os descontos financeiros obtidos de terceiros, sendo estes rendimentos reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

Os rendimentos e ganhos financeiros são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito. Os dividendos são reconhecidos no momento em que for estabelecido o direito a receber.

	31-dez-22	31-dez-21
Dividendos	20 366	31 002
Juros obtidos de empréstimos a participadas	5 048	6 124
Justo valor dos instrumentos financeiros derivados (nota 9)	1 086	-
Outros juros	272	312
	26 772	37 438

O montante dos dividendos obtidos tem o seguinte detalhe:

	31-dez-22	31-dez-21
HAG	9 129	18 081
HLL	8 387	4 697
HLO	1 750	-
GLST	1 100	8 224
	20 366	31 002

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

O montante de juros obtidos de empréstimos a participadas pode ser detalhado da seguinte forma:

	31-dez-22	31-dez-21
USATI	2 024	2 438
HOSPOR	1 424	2 345
HME	608	533
HLF	371	304
CCHCI II	311	199
GLST	242	95
GLSLE	42	53
CASAS CARNAXIDE	12	17
HAG	11	2
HL-CCA	2	71
RML	1	5
SURGICARE	-	62
	5 048	6 124

15. juros e outros gastos e perdas financeiras

[POLÍTICA]

Gastos financeiros incluem os juros suportados e outros gastos bancários e são igualmente reconhecidas no exercício a que dizem respeito, utilizando o método do custo amortizado, desta forma os gastos iniciais de montagem, comissões e imposto do selo suportados com os empréstimos de médio e longo prazo são diferidos pelo prazo previsto dos empréstimos e reconhecidos em função dos respetivos juros. Os gastos financeiros são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

	31-dez-22	31-dez-21
Juros suportados com papel comercial	3 383	4 036
Gastos com instrumentos financeiros derivados (nota 9)	754	816
Juros suportados com empréstimos	1 078	786
Juros de empréstimos obrigacionistas	522	456
Outros gastos e perdas financeiras	1 145	2 614
	6 882	8 708

A rubrica de outros gastos e perdas financeiras inclui principalmente os gastos suportados com comissões de montagem e manutenção das linhas de financiamento. O decréscimo desta rubrica face a 2021 deve-se à operação de reestruturação financeira que a Empresa realizou em dezembro de 2021 e que originou um valor de gastos não recorrentes em resultado do término antecipado de um conjunto de linhas de financiamento.

16. imposto sobre o rendimento

[POLÍTICA]

O imposto sobre o rendimento é composto pelo imposto corrente e pelo imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estejam relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças não dedutíveis para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis, no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A Luz Saúde encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades (RETGS), o qual abrange todas as entidades em que a socie-

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

dade mãe do grupo fiscal participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social e, desde que cumpram os requisitos estipulados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor. Atualmente, as entidades residentes em Portugal Continental são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, e de uma taxa de derrama estadual, de 3% aplicável sobre o valor de lucro tributável entre €1,5 milhões e €7,5 milhões, de 5% aplicável sobre o lucro tributável entre €7,5 milhões e € 35 milhões, e 9% aplicável ao lucro tributável superior a €35 milhões.

O pagamento do imposto sobre rendimento é efetuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspeções e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de quatro anos contados a partir do exercício a que respeitam. Os prejuízos fiscais de um determinado exercício estão sujeitos a inspeção e ajustamento por um período de quatro a dez anos podendo ser deduzidos aos lucros fiscais de exercícios futuros, sem limite temporal. A partir de 2014 e até de 31 de dezembro de 2022, a dedução de prejuízos fiscais passou a estar limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução. O referido limite foi aumentado em 10 p.p. para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021. A partir dos

períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, o limite anual para a dedução de prejuízos fiscais reduziu para 65%. Esta alteração aplica-se à dedução de prejuízos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontra em curso. A partir de 2017 foram revogadas as regras de utilização de prejuízos fiscais que preveem a dedução, em primeiro lugar, daqueles que foram gerados também em primeiro lugar (critério FIFO). Sendo assim, passa a ser permitida a dedução em primeiro lugar daqueles prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

[ESTIMATIVA]

A determinação dos montantes de impostos sobre o rendimento e imposto diferido requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Adicionalmente, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa durante um período de quatro a dez anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis (cinco anos para a Segurança Social). Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

16.1. imposto sobre o rendimento na demonstração dos resultados

A rubrica de imposto sobre o rendimento na demonstração do rendimento integral pode ser apresentada da seguinte forma:

	31-dez-22	31-dez-21
Imposto corrente	(30)	(30)
Imposto de exercícios anteriores	193	715
Imposto diferido	3 384	1 132
Total do imposto reconhecido em resultados	3 547	1 817

O imposto de exercícios anteriores inclui essencialmente o montante recebido pelo término de uma divergência existente com a Autoridade Tributária (AT), relativamente a encargos financeiros suportados pela Empresa em exercícios anteriores com os seus investimentos financeiros.

16.2. reconciliação da taxa efetiva de imposto sobre o rendimento

	31-dez-22	31-dez-21
Resultado líquido do exercício	16 428	22 722
Imposto sobre o rendimento	(3 547)	(1 817)
Resultado antes de imposto	12 881	20 905
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
	(2 705)	(4 390)
Dividendos não tributados	4 277	6 510
Benefício fiscal (SIFIDE)	2 475	-
Imposto de exercícios anteriores	193	715
Imparidade de investimentos financeiros	(857)	(995)
Tributação autónoma	(30)	(30)
Outros efeitos	194	7
	3 547	1 817

Na qualidade de sociedade mãe de um conjunto de sociedades, a Empresa registou no seu passivo os montantes de imposto a pagar apurado pelas entidades que integram o Grupo Fiscal, deduzidos dos ajustamentos decorrentes da tributação no âmbito do RETGS, e no seu ativo, os valores a receber de cada participada relativos à responsabilidade de imposto individual.

Cabe à sociedade mãe a realização dos pagamentos por conta, pagamentos adicionais por conta e pagamento especial por conta, assim como o apuramento global e a autoliquidação de imposto.

16.3. reconciliação do imposto corrente na demonstração dos resultados com o imposto no balanço

	31-dez-22	31-dez-21
Imposto corrente na demonstração do rendimento integral	(30)	(30)
Estimativa de imposto das sociedades que integram o grupo fiscal	(282)	(590)
Pagamentos por conta e retenções na fonte	2 344	686
Imposto corrente sobre o rendimento no balanço	2 032	66

16.4. movimento na rubrica de impostos diferidos

	31-dez-21	Efeito em resultados	Sem efeito em resultados	Capital próprio	31-dez-22
Ativos por impostos diferidos					
Imparidade em investimentos financeiros	2 195	-	-	-	2 195
Prejuízos fiscais reportáveis	1 069	761	(1 830)	-	-
Benefícios fiscais	-	2 475	-	-	2 475
Justo valor de derivados	517	-	-	(517)	-
Outros	325	148	-	-	473
	4 106	3 384	(1 830)	(517)	5 143
Passivos por impostos diferidos					
Justo valor de derivados	-	-	-	(678)	(678)
	-	-	-	(678)	(678)
	4 106	3 384	(1 830)	(1 195)	4 465

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

	31-dez-20	Efeito em resultados	Sem efeito em resultados	Capital próprio	31-dez-21
Ativos por impostos diferidos					
Imparidade em investimentos financeiros	2 195	-	-	-	2 195
Prejuízos fiscais reportáveis	-	1 069	-	-	1 069
Justo valor de derivados	577	-	-	(60)	517
Outros	262	63	-	-	325
	3 034	1 132	-	(60)	4 106

Durante 2022, a Empresa suportou despesas, as quais, no seu entendimento, são suscetíveis de serem elegíveis para efeito de aproveitamento do SIFIDE II, previsto na legislação aplicável para os gastos com investigação e desenvolvimento (I&D). Neste sentido, a Empresa irá formalizar a submissão de uma candidatura ao referido sistema de incentivos, para o efeito, irá apurar um montante global de despesas em atividades de I&D e um crédito fiscal estimado. Atendendo a que as despesas de I&D relativas ao ano de 2022, bem como o respetivo crédito fiscal, serão ainda objeto de certificação por parte da ANI, o valor de crédito de imposto estimado está, assim, eventualmente sujeito a correções em função da decisão da referida entidade competente. A Empresa entende que a aprovação deste crédito fiscal é altamente provável, e não tem conhecimento de nenhum aspeto que possa contribuir para a sua não aprovação.

Relativamente a 2022, estima-se que a candidatura a apresentar permitirá a obtenção de um crédito fiscal já registado no montante de €2.475 milhares

17. informação adicional aos fluxos de caixa

17.1. recebimento de clientes

Esta rubrica inclui não só os valores recebidos relativos à prestação de serviços mas também os valores de redébitos faturados pela Empresa às suas participadas relativamente a gastos incorridos por conta destas (2022: €11,7 milhões; 2021: €11,9 milhões).

17.2. pagamento a fornecedores

Esta rubrica inclui os valores pagos relativamente a serviços prestados à Empresa para o funcionamento normal da sua atividade e os valores a redebitar às suas participadas relativamente a gastos incorridos por conta destas.

17.3. recebimentos relativos à alienação de investimentos em subsidiárias

Esta rubrica inclui os montantes recebidos relativos: (i) à alienação das participações na Casas da Cidade Carnaxide (nota 11) (€7.069 milhares) e na Genomed (€53 milhares) (ii) a devolução de prestações acessórias no montante de €1.554 milhares e (iii) ao montante de €131 milhares referente à devolução de capital do fundo IBERIS BLUETECH, FCR, EuVECA.

17.4. recebimentos e pagamentos de financiamentos obtidos

Inclui os valores de novos financiamentos obtidos, reembolsos de linhas de financiamento e as emissões de papel comercial realizados ao abrigo dos programas de papel comercial ativos.

17.5. recebimentos e pagamentos de financiamentos de entidades relacionadas

Inclui os valores de papel comercial emitidos pela Empresa e subscritas pelas participadas da Empresa, no âmbito do processo de gestão de tesouraria corrente.

17.6. investimentos em subsidiárias e associadas

Inclui os valores investidos pela Empresa em instrumentos de capital (ações e prestações acessórias) das suas participadas.

17.7. pagamentos respeitantes a outros ativos financeiros

Inclui os valores investidos na aquisição de unidades de participação de três fundos de investimento que investem em projetos de investigação e desenvolvimento (nota 6.1).



anexos



notas às
demonstrações
financeiras
individuais

E. outra informação

18. litígios e passivos contingentes

18.1. litígios

• Em julho de 2022, a Autoridade da Concorrência (AdC) condenou a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP) e alguns dos seus associados, onde se inclui a Luz Saúde, de alegada prática concertada, restritiva da concorrência, na contratação de serviços de saúde hospitalares por parte do subsistema de saúde público Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (ADSE). A AdC concluiu que os referidos associados da APHP coordenaram entre si a estratégia e o posicionamento negocial a adotar no âmbito das relações com a ADSE, através e com a participação conjunta da APHP, entre 2014 e 2019. A decisão de sanção resultou numa coima total de €190.995 milhares da qual, cabendo à Luz Saúde uma coima no montante de €66.209 milhares. A Administração da Luz Saúde entende que não cometeu qualquer infração ao direito da concorrência, pelo que, apoiada pela sua Direção Jurídica e de *Compliance* e respetivos consultores legais externos, apresentou recurso da decisão referida. Neste sentido, a Administração da Luz Saúde acredita que a decisão da AdC acabará por ser revertida, atendendo a que o processo negocial com a ADSE, em causa na decisão final da AdC, refletiu apenas a metodologia adotada para as referidas negociações que, a pedido da própria ADSE, foi acordada entre esta e a APHP, em representação dos seus

associados, nunca colocando em causa os princípios e as normas orientadoras do direito da concorrência. Num cenário, ainda que não expectável, em que o recurso apresentado pela Luz Saúde não venha a ter o resultado previsto, a manutenção da condenação por parte da AdC poderá afetar de forma negativa a Emitente no montante divulgado acima, ou noutro que venha a ser determinado pelo Tribunal, na sequência do recurso apresentado pela Luz Saúde.

• Na sequência de ação inspetiva realizada, a AT colocou em causa o cálculo dos benefícios fiscais considerados por duas empresas do Grupo para os exercícios de 2013 e 2014, tendo identificado correções nos montantes de €305 milhares e €530 milhares, respetivamente. Posteriormente, a Luz Saúde recebeu Notificações de Revisão de ato tributário por parte da AT revogando as correções realizadas. Em 31 de dezembro de 2022 o valor em disputa relativamente a esses processos ascende a €375 milhares. A Administração, com base no entendimento dos seus consultores legais e fiscais, entende que os valores considerados se encontram de acordo com o preconizado na lei e como tal manteve a reclamação relativamente a todas as situações.

18.2. passivo contingente

Na reunião de 22 de janeiro de 2014 da Assembleia Geral da Sociedade, e considerando o exercício ininterrupto, ao longo de cerca de 15 anos, de funções de administração no Grupo pela Senhora Engenheira Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz, bem como o seu papel na promoção do desenvolvimento da atividade do Grupo, foi aprovada, em reconhecimento dos serviços prestados ao Grupo, a atribuição àquela de um prémio de reconhecimento pelo seu desempenho profissional, no valor de €850 milhares, a pagar numa única prestação no momento em que a Senhora Engenheira Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz cesse, por qualquer causa que não lhe seja imputável, o exercício de funções no Conselho de Administração da Sociedade. O pagamento do prémio proposto é autónomo e não se destina a substituir a atribuição de quaisquer prestações patrimoniais que se mostrem legal ou negocialmente devidas pelo termo do exercício de funções de administração societária pela Senhora Engenheira Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz, incluindo na Sociedade, qualquer que seja a causa e o momento da cessação daquelas funções.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

19. garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2022 a Empresa tinha uma garantia bancária prestadas à Autoridade Tributária no montante total de €375 milhares (2021: duas garantias no montante de €3 983 milhares).

Alguns dos contratos de papel comercial são contratados pela Sociedade de forma conjunta com algumas das suas subsidiárias, existindo responsabilidade solidária por parte dos emitentes no pagamento dos montantes subscritos por qualquer das partes ao abrigo destes programas. Em 31 de dezembro de 2022, os programas ativos, os respetivos emitentes e montantes utilizados pelas participadas, eram os seguintes:

	Montante utilizado pelas participadas	Montante total utilizado
Luz Saúde e HLL	-	10 500
	-	10 500

Adicionalmente, foram prestadas às participadas as seguintes garantias:

- Alguns empréstimos contraídos pelas participadas incluem cláusulas de controlo por parte da Luz Saúde, ao abrigo das quais os bancos poderão pedir o reembolso antecipado dos respetivos empréstimos, não havendo, no entanto, quaisquer obrigações financeiras por parte da Luz Saúde;
- A sociedade é avalista na maior parte dos contratos de locação financeira celebrados pelas suas participadas.

20. partes relacionadas

Em 15 de outubro de 2014, e na sequência das ofertas públicas para a aquisição do capital social da Luz Saúde, a Fosun International, Ltd através da Fidelidade - Companhia de Seguros S.A. passou a deter uma posição de controlo na Sociedade.

As demonstrações financeiras da Empresa são objeto de inclusão nas demonstrações financeiras consolidadas da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A, com sede no Largo do Calhariz nº30, em Lisboa.

A Fidelidade - Companhia de Seguros, SA é detida a 84.99% pela Longrun Portugal, SGPS, SA, que por sua vez é detida a 100% pela Millennium Gain Limited sediada em Hong Kong. Esta última é detida a 100% pela Fosun Financial Holdings Limited (Hong Kong), a qual é detida a 100% pela Fosun International Limited, Empresa listada no mercado de capitais de Hong Kong (00656.HK). Esta é detida a 73,53% pela Fosun Holdings Limited, que por sua vez é detida pela Fosun International Holdings, Ltd. a 100%, cujo ultimate beneficial owner é o senhor Guo Guangchang.

Em janeiro de 2018, fruto de uma operação realizada entre a Fidelidade - Companhia de Seguros, SA e a Fosun International Ltd, esta última passou a deter diretamente 49,0% do capital social e dos direitos de voto da Luz Saúde, tendo a Fidelidade - Companhia de Seguros, SA reduzido a sua participação para 50,85%. Em setembro de 2022, a Fidelidade - Companhia de Seguros, SA adquiriu as ações correspondentes a

49,0% do capital que era detido pela Fosun International Ltd, tendo a Fidelidade - Companhia de Seguros, SA aumentado a sua participação para 99.86%.

A remuneração dos elementos dos órgãos sociais está divulgada na nota 13.

Para além dos saldos apresentados na tabela, existem saldos e operações com outras entidades do Grupo Luz Saúde que se encontram divulgados nas notas 4.1, 4.2, 10, 13 e 14.

Os rendimentos registados resultam de serviços prestados às entidades relacionadas no âmbito da atividade normal da Empresa a preços de mercado. Os gastos resultam juros pagos relativamente a papel comercial subscrito pelas participadas da Empresa de forma a aplicarem os excessos de tesouraria temporários.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

Os saldos correntes e as transações com Empresas do Grupo e relacionadas em 31 de dezembro são como segue:

	31-dez-22				31-dez-21			
	Ativos correntes	Passivos correntes	Rendimentos	Gastos	Ativos correntes	Passivos correntes	Rendimentos	Gastos
HAG	3 260	-	9 549	-	3 312	-	18 387	19
HLL	4 475	13 003	8 832	89	3 165	11 453	5 168	14
USATI	2 697	-	3 096	-	3 216	25	3 258	-
HOSPOR	3 206	-	1 987	-	4 372	-	2 766	-
HLO	306	2 750	1 838	4	254	1 000	91	9
GLST	366	-	1 453	-	478	-	8 436	-
HME	730	-	692	-	640	-	599	-
ACE	292	-	701	1	391	2 001	527	2
HLF	415	-	462	-	363	-	387	-
HLC	286	-	386	-	217	29	273	-
CCHCI II	317	-	329	-	203	-	217	-
HLA	396	10 502	177	151	255	8 501	146	6
SURGICARE	124	-	213	-	206	-	238	-
HLG	152	1 000	142	6	124	1 505	118	13
GLSLH	77	-	92	-	74	-	107	-
HL-CCA	59	-	91	-	34	-	151	-
VLUSITANO	85	2 000	30	32	128	2 450	23	-
RML	32	-	19	-	9	-	23	-
CRB	18	2 501	27	42	13	2 609	28	38
CASAS	21	500	24	8	39	500	23	7
SGHL	15	-	23	-	1 654	-	76	-
HRM	17	-	22	-	33	-	22	-
CASAS CARNAXIDE	-	-	27	-	44	-	43	-
	17 346	32 256	30 212	333	19 224	30 073	41 107	108
Clientes (nota 4.1)	3 162	-	-	-	3 910	-	-	-
Outros devedores (nota 4.1)	14 184	-	-	-	15 314	-	-	-
Papel comercial (nota 5.4.1)	-	32 256	-	333	-	30 073	-	108
Prestação de serviços (nota 10)	-	-	4 798	-	-	-	3 981	-
Juros (nota 15)	-	-	5 048	-	-	-	6 124	-
Dividendos (nota 14)	-	-	20 366	-	-	-	31 002	-
	17 346	32 256	30 212	333	19 224	30 073	41 107	108

Os saldos não correntes são apresentados na nota 4.3.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

21. principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas estão descritas de forma sucinta nas notas a estas demonstrações financeiras. As políticas contabilísticas identificadas nesta nota aplicam-se de forma transversal na preparação das demonstrações financeiras. As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas consistentemente em todos os períodos destas demonstrações financeiras.

21.1. bases de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa tomando por base o custo histórico, de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia a 31 de dezembro de 2022, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados e ativos financeiros ao justo valor por resultados.

Fazem parte daquelas normas, quer as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo

International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). O conjunto daquelas normas e interpretações é designado genericamente por IFRS.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, exceto quando expressamente indicado em contrário. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

21.2. alterações das políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2022 foram aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) normas contabilísticas e interpretações, com aplicação em exercícios posteriores, embora seja permitido a sua adoção antecipada. De seguida, apresentamos, resumidamente, as normas ou alterações adotadas pela Empresa na elaboração das suas demonstrações financeiras, bem como as normas não adotadas antecipadamente.

21.2.1. novas normas, alterações ou interpretações aplicáveis a exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022

Resultante do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram entre outras as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias das normas e in-

terpretações, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2022 que, quando aplicáveis, foram adotadas pela Empresa:

Emissão (IASB)	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
maio 2020	<ul style="list-style-type: none"> Melhoramentos anuais das normas IFRS 2018-2020; IFRS 3: Concentrações de atividades empresariais (alterações); IAS 16: Ativo fixo tangível (alterações); IAS 37: Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (alterações). 	1 janeiro 2022

A adoção deste melhoramento, não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

21.2.2. novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB, endossadas pela União Europeia (UE), com aplicação para exercícios com início após 1 de janeiro de 2022

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras as seguintes alterações das normas e interpretações, emitidas pelo IASB, já se encontravam endossadas pela UE, contudo a sua aplicação só é obrigatória para os exercícios que se iniciem após 1 de janeiro de 2022.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

Emissão (IASB)	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
dezembro 2021	IFRS 17: Contrato de seguro - Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação comparativa (alterações)	1 janeiro 2023
junho 2020	IFRS 17: Contrato de seguro (novo) - Com alterações efetuadas em junho de 2020	1 janeiro 2023
fevereiro 2021	IAS 8: Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros - Definição de estimativa contabilística (alterações)	1 janeiro 2023
fevereiro 2021	IAS 1: Apresentação de demonstrações financeiras e IFRS Expediente prático 2 - Divulgações de políticas contabilísticas (alterações)	1 janeiro 2023
maio 2021	IAS 12: Imposto corrente - Imposto diferido para ativos e passivos resultantes de uma única transação (alterações)	1 janeiro 2023

A Empresa não realizou a adoção antecipada das normas e alterações mencionadas, e não se antevem impactos significativos nestas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

21.2.3. novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB, que não foram endossadas pela União Europeia (UE) até 31 de dezembro de 2022

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras as seguintes normas, revisões, alterações e melhorias das normas e interpretações, emitidas pelo IASB, ainda se encontravam em processo de aprovação pela UE:

Emissão (IASB)	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
janeiro e julho 2020 e outubro 2022	IAS 1: Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos como correntes ou não correntes; classificação de passivos como correntes ou não correntes - Diferimento da data efetiva e passivos não correntes com covenants (alterações)	1 janeiro 2024
Setembro 2022	IFRS 16: Locações - Passivos de Locação nos contratos de <i>Sale and Leaseback</i> (alterações)	1 janeiro 2024

O impacto da adoção destas alterações está a ser analisado pela Empresa, contudo não se antevem impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

21.3. estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos, estimativas e decida qual o tratamento contabilístico mais adequado para as operações da Empresa. Assim ao longo das notas descritivas das rubricas das demonstrações financeiras são apresentadas as principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Empresa, nomeadamente:

- Imparidade de investimentos em subsidiárias e associadas (nota 3.4.3)

- Realização e recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos (nota 16)
- Imparidade de saldos a receber (nota 4.1)

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, a posição financeira e os resultados reportados pela Empresa poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa, os resultados e os fluxos de caixa das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

21.4. ativos fixos tangíveis

21.4.1. reconhecimento e valorização

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

O custo de aquisição/construção inclui o preço de fatura, despesas de transporte e montagem, encargos financeiros e outras despesas suportadas durante o período de construção, assim como custos indiretos que lhe sejam atribuíveis durante o período de construção.

Os gastos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles



> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. Todas as despesas com manutenção e reparação de natureza corrente são reconhecidas como gasto, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de ativos, exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o valor de venda do ativo, deduzido de eventuais gastos com a venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas decorrentes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de venda deduzido dos gastos de transação e a quantia escriturada do ativo, sendo contabilizados em resultados na rubrica outros rendimentos e ganhos operacionais ou outros gastos e perdas operacionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de instalação ou construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que

se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

21.4.2. depreciação

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, a partir do mês em que os bens se encontram disponíveis para utilização. As taxas de depreciação utilizadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Equipamento administrativo	2-20
Outros ativos tangíveis	3-20

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

21.5. ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método da linha reta, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante o período de vida útil dos ativos. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (*goodwill*) não são objeto de amortização, sendo

sujeitos a testes de imparidade no último trimestre de cada exercício económico ou desde que haja uma indicação de que possam estar em imparidade.

21.6. investimentos financeiros em subsidiárias

Os investimentos financeiros em subsidiárias são apresentados pelo seu custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade quando aplicável.

21.7. instrumentos financeiros

21.7.1. ativos financeiros

21.7.1.1. reconhecimento e mensuração

No momento inicial a Empresa mensura os ativos financeiros pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação, no caso dos saldos de contas a receber e clientes são mensuradas pelo valor estimado da transação determinado nos termos da IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes, que se entende ser o justo valor na data da transação.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

21.7.1.2. mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, sendo utilizadas as seguintes categorias:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado;
- ii) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados;
- iii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os ativos financeiros da Empresa estão repartidos entre ativos financeiros ao custo amortizado (clientes, outras contas a receber e depósitos à ordem) e ativos financeiros ao justo valor através de resultados, não sendo detido ativos ao justo valor através de outro rendimento integral.

Ativo financeiro ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado, quando ambos os seguintes critérios são cumpridos (i) o ativo é detido no âmbito de um modelo de negócio com o objetivo de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais, e (ii) o ativo possui fluxos de caixa que sejam 'apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros ("Solely Payments of Principal and Interest" ou "SPPI") sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa de juro efetiva sendo sujeitos a testes de imparidade.

Os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou com imparidades.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

A Empresa classifica os seguintes ativos financeiros ao justo valor através de resultados:

- i) os instrumentos financeiros para obter fluxos de caixa que não qualificam para ser mensurados ao custo amortizado;
- ii) instrumentos de capital detidos para efeitos de negociação;
- iii) instrumentos de capital para os quais a Empresa decidiu não registar o justo valor através de outro rendimento integral.

A classificação é determinada numa base instrumento a instrumento.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

A Empresa mensura os seguintes ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:

- i) instrumentos de capital detidos para outros efeitos diferentes de negociação, sendo considerados pela Empresa no momento da sua aquisição como investimentos estratégicos;
- ii) instrumentos de dívida com fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto e para os quais o objetivo da Empresa é obter os fluxos de caixa contratuais e de venda dos mesmos.

A Empresa não detém quaisquer ativos financeiros nesta categoria.

21.7.1.3. desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa futuros, (ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente, dos riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

21.7.2. passivos financeiros

21.7.2.1. reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos, financiamentos e contas a pagar, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Empresa incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, incluindo descobertos bancários e instrumentos financeiros derivados.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

21.7.2.2. mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, tal como apresentado a seguir:

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos financeiros detidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados. Passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se eles forem incorridos com o objetivo de serem recomprados no curto prazo. Ganhos ou perdas nos passivos detidos para negociação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Depois do reconhecimento inicial, credores e outras contas a pagar, empréstimos remunerados e financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efetiva. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando os passivos são desreconhecidos, bem como através do processo de amortização pela taxa de juro efetiva.

21.8. imparidade

21.8.1. imparidade de ativos fixos tangíveis, intangíveis, exceto *goodwill*

A Empresa realiza testes de imparidade aos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o preço de venda líquido e (ii) o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia

recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na demonstração consolidada do rendimento integral, na rubrica de outros gastos e perdas operacionais.

Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado, sendo reconhecida em resultados como dedução à rubrica outros gastos e perdas operacionais. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em períodos anteriores.

21.8.2. imparidade de ativos financeiros

A Empresa reconhece imparidades para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros não mantidos ao justo valor através de resultados. As perdas são estimadas com base na diferença entre o valor líquido contabilísticos dos instrumentos financeiros e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados de acordo com a estimativa da taxa de juro efetiva original.

As perdas são estimadas com recurso a duas abordagens distintas, que se descrevem em seguida:

i) Os créditos com risco de crédito acrescido face ao reconhecimento inicial são provisionados com base na análise económica realizada pela gestão de cada subsidiária, tendo em conta a situação creditícia do



anexos



notas às demonstrações financeiras individuais

devedor, do mercado onde opera e o seu histórico de incumprimento conhecido. Por este critério a provisão para risco de crédito é constituída numa base económica tendo em conta a idade do crédito, a informação interna e externa disponível sobre cada devedor;

ii) O risco de crédito associado aos créditos para os quais não é conhecido um aumento significativo de risco de crédito face ao reconhecimento inicial, é estimado com base num modelo de cálculo, que tem em consideração o perfil de crédito do devedor, a vida do ativo em cada data de reporte e os prazos médios de pagamento esperados para cada devedor com base no seu perfil de crédito. Na realização da avaliação da provisão para perdas, a Empresa tem em consideração a experiência com perdas de crédito históricas e fatores prospetivos específicos dos devedores e da envolvente económica.

21.9. instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua contratação pelo seu justo valor que se presume ser igual ao seu custo de aquisição na data de contratação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é remensurado em cada data de relato, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa remensuração registados diretamente na demonstração do resultado integral, exceto no que respeita aos efeitos relativos aos derivados de cobertura de fluxos de caixa.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, se disponível, ou determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização aceites pelo mercado.

A Empresa utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro resultante da sua atividade de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura no âmbito de aplicação da IFRS 9 – Instrumentos financeiros são registados como de negociação.

Uma relação de cobertura existe quando:

- À data de contratação, existe documentação formal da cobertura;
- Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período de relato financeiro;
- Em relação à cobertura de uma transação futura, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

Os derivados de cobertura de fluxos de caixa são registados ao seu justo valor e na medida em que sejam eficazes as variações de justo valor são reconhecidas por contrapartida de reservas no capital próprio. As variações de justo valor que não são consideradas como sendo de cobertura, em virtude de serem consideradas ineficientes na totalidade ou parcialmente, são de

imediatamente reconhecidas na demonstração do resultado integral. Os valores acumulados em reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em reservas mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura ocorra. Quando já não é expectável que a transação futura ocorra, os ganhos ou perdas acumuladas registadas por contrapartida de reservas são reconhecidos imediatamente em resultados.

21.10. locações

A Empresa recorre a contratos de locação para usar ativos na sua atividade operacional como sejam edifícios e veículos.

Tipicamente, os contratos de locação são feitos por períodos de 4 a 10 anos. Quando aplicável, a Empresa aloca os pagamentos de locação do contrato aos componentes de locação e outros que não sejam locações, com base no valor de cada componente, exceto nas locações de veículos, em que a Empresa optou por não separar os componentes de locação e não locação, registando as duas componentes em conjunto como se de uma única componente de locação se tratasse.

Até 31 de dezembro de 2018, a Empresa classificou as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e



> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. Eram classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação eram classificadas como locações operacionais.

A partir de 1 de janeiro de 2019, os contratos de locação passaram a ser reconhecidas no ativo (com a designação de ativo sob direito de uso) e no passivo desde a data em que o ativo subjacente passou a estar disponível para uso da Empresa. Os ativos e passivos decorrentes de um contrato de locação são mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de locação:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), deduzidos de incentivos à locação;
- pagamentos variáveis, com base num índice ou taxa, mensurado inicialmente com base num índice ou taxa na data de início;
- pagamentos esperados relativamente a garantias de valor residual;
- valor de exercício de uma opção de compra, quando a Empresa tiver razoável certeza de exercício dessa opção;
- pagamentos de penalidades da rescisão de contratos, sempre e quando seja a Empresa a exercer essa opção; e
- pagamentos a serem efetuados ao abrigo de opções de prorrogação do contrato quando a Empresa tiver razoável certeza de exercício dessa opção.

Os pagamentos de locação são descontados utilizando a taxa de juro implícita na locação. Se essa taxa não

puder ser facilmente determinada, como é o caso das locações entre empresas do grupo, é usada a taxa incremental de financiamento da Empresa, sendo esta, a taxa que o locatário teria que pagar pela obtenção dos fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante ao ativo sob direito de uso por um prazo semelhante, num ambiente económico semelhante, e com garantias semelhantes.

Para determinar a taxa incremental de financiamento, a Empresa, sempre que possível, utiliza as condições de financiamento recentes obtidas junto de terceiros, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento foi obtido, para os contratos com duração até 7 anos;

A Empresa está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de locação variáveis com base num índice ou taxa, e que não são incluídos no valor do passivo de locação até que entrem em vigor. Os ajustamentos aos pagamentos de locação com base num índice ou taxa, implicam uma reavaliação do passivo de locação por contrapartida do incremento do ativo sob direitos de uso.

Os pagamentos de locação são separados liquidação do valor de aquisição e a sua componente financeira, em que o custo financeiro é registado na demonstração dos resultados durante o período da locação, de modo a produzir uma taxa de juros efetiva.

Os ativos sob direito de uso são mensurados pelo custo, que compreende:

- o valor da mensuração inicial do passivo de locação;

- quaisquer pagamentos de locação feitos na data ou antes da data de início da locação, deduzidos dos incentivos à locação recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de desmantelamento e reposição.

Os ativos sob direito de uso são geralmente depreciados pelo menor, entre o tempo de vida útil do ativo e o período de duração da locação, exceto quando a Empresa disponha de uma opção de compra sobre o ativo subjacente e seja razoavelmente certo que essa opção será exercida.

Os pagamentos associados a locações de curto prazo (prazo inferior a 12 meses) de equipamentos e veículos e os contratos de locação de ativos de baixo valor são reconhecidos de forma linear em resultados de acordo com o período de vigência deste contrato. Quando os contratos de locação, tenham associados um contrato de sublocação, a Empresa reconhece um passivo financeiro pela totalidade dos pagamentos de locação atualizados à taxa incremental, e ativos financeiros e por Direitos de uso na medida da extensão da sublocação acordada.

> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

21.11. rédito

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para a Empresa e que possam ser estimados com fiabilidade.

O rédito associado com a transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, com base na atividade produzida no período, valorizada pelos acordos em vigor, independentemente da sua efetiva faturação.

A Empresa como prestadora de serviços e cabeça de um Grupo de empresas, estabelece contratos com fornecedores que prestam serviços de forma transversal às diversas empresas do Grupo. Os gastos faturados pelos fornecedores diretamente à Luz Saúde no âmbito destes contratos, são repassados na íntegra às participadas, sendo registados na demonstração do rendimento integral como uma redução dos gastos suportados pela Luz Saúde.

Os dividendos são reconhecidos no momento em que for estabelecido o direito a receber.

21.12. regime contabilístico do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos

no momento em que ocorrem independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos são registadas nas rubricas outras contas a receber ou outras contas a pagar, respetivamente.

21.13. gastos com o pessoal

21.13.1. obrigações com férias, subsídio de férias e prémios

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm direito a um mês de férias e um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Pelo sistema de avaliação de desempenho em funcionamento, os colaboradores podem vir a receber uma gratificação no caso de cumprirem determinados objetivos, direito esse usualmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

As responsabilidades são reconhecidas em resultados no período em que os colaboradores adquirem o referido direito, independentemente da data do seu pagamento. A responsabilidade assumida é reconhecida no passivo na rubrica de outras contas a pagar.

21.14. ganhos e perdas financeiras

Os ganhos financeiros incluem os juros e os descontos financeiros obtidos de terceiros, sendo reconhecidos no exercício a que dizem respeito, numa base de acréscimo.

Perdas financeiras incluem os juros suportados e outros gastos bancários e são igualmente reconhecidas no exercício a que dizem respeito, utilizando o método do custo amortizado, em que os gastos iniciais de montagem, comissões e imposto do selo suportados com os empréstimos de médio e longo prazo são diferidos pelo prazo previsto dos empréstimos e reconhecidos em função dos respetivos juros.

21.15. imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é reconhecido de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – Imposto sobre o rendimento, sendo composto pelo imposto corrente e pelo imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado



> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados de acordo com o método do passivo com base no balanço na data de relato, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das não dedutíveis para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis, no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A Luz Saúde encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades (RETGS), o qual abrange todas as entidades em que a sociedade mãe do grupo fiscal, a Luz Saúde, participa direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social e, desde que cumpram os requisitos estipulados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a

legislação fiscal em vigor. Atualmente, as entidades residentes em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, e de uma taxa de derrama estadual, de 3% aplicável sobre o valor de lucro tributável entre €1,5 milhões e €7,5 milhões, de 5% aplicável sobre o lucro tributável entre €7,5 milhões e €35 milhões, e 9% aplicável ao lucro tributável superior a €35 milhões.

Em conformidade com o estabelecido na IAS 12, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) exista o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, nos períodos futuros em que se espera que os impostos diferidos sejam liquidados ou recuperados.

O pagamento do imposto sobre rendimento é efetuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspeções e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de quatro anos contados a partir do exercício a que respeitam. Os prejuízos fiscais de um determinado exercício, sujeitos também a inspeção e ajustamento por um período de dez anos podendo ser deduzidos aos lu-

ros fiscais de exercícios futuros, sem limite temporal. A partir de 2014 e até de 31 de dezembro de 2022, a dedução de prejuízos fiscais passou a estar limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução. O referido limite foi aumentado em 10 p.p. para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021. A partir dos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, o limite anual para a dedução de prejuízos fiscais reduziu para 65%. Esta alteração aplica-se à dedução de prejuízos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso. A partir de 2017 foram revogadas as regras de utilização de prejuízos fiscais que preveem a dedução, em primeiro lugar, daqueles que foram gerados também em primeiro lugar (critério FIFO). Sendo assim, passa a ser permitida a dedução em primeiro lugar daqueles prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro

21.16. provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando a Empresa (i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Quando um destes requisitos não é preenchido, a Empresa procede à divulgação



> anexos

> notas às demonstrações financeiras individuais

dos eventos como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como gasto financeiro na rubrica de gastos e perdas financeiras.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

É registada uma provisão para processos judiciais em curso quando exista uma estimativa fiável de custos a incorrer decorrentes de ações interpostas por terceiros, com base na avaliação da efetivação da probabilidade de pagar tendo por base o parecer dos assessores legais da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

21.17. capital

O capital refere-se ao valor nominal das ações ordinárias emitidas.

Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de ações excede o seu valor nominal, pelo valor líquido de custos com emissão de novas ações são reconhecidos diretamente nesta rubrica, líquidos do respetivo imposto.

As ações próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. No momento da alienação, o montante recebido, deduzido de eventuais custos diretos de transação, é reconhecido diretamente em capital próprio.

21.17.1. reservas não distribuíveis

Reservas Legais

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social.

21.18. distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia Geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

21.19. demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é elaborada segundo o método direto, através da qual são divulgados os influxos e efluxos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

21.20. eventos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do fecho, até à data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, e que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do relato financeiro são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data do fecho que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do relato financeiro são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.



>
anexos

>
notas às
demonstrações
financeiras
individuais

22. eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes para efeitos de relato entre 31 de dezembro de 2022 e a data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais em reunião de Conselho de Administração.

o contabilista certificado

(Sónia Amoedo Matos)

o conselho de administração

(Rogério Miguel Antunes Campos Henriques)

(Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia)

(Vitor Manuel Lopes Fernandes)

(Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz)

(Artur Aires Rodrigues de Morais Vaz)

(Fang Yao)

(Ivo Joaquim Antão)

(Lingjiang Xu)

(João Paulo da Cunha Leite de Abreu Novais)

(Miguel Barroso Abecasis)

(Tomás Leitão Branquinho da Fonseca)



anexos



notas às demonstrações financeiras individuais

glossário

ACE	Luz Saúde – Serviços, A.C.E.
APHP	Associação Portuguesa de Hospitalização Privada
ARS-LVT	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
AT	Autoridade Tributária
Capital Investido	Somatório de passivos remunerados e total do capital próprio
CASAS	Casas da Cidade – Residências Sénior, S.A.
CASAS CARNAXIDE	Casas da Cidade – Residência Sénior de Carnaxide, S.A.
CCHCI II	Capital Criativo Health Care Investment II, SA
CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
DCF	Discounted Cash-Flows
DFA	Direção Financeira e Auditoria
DSAF	Direção de Serviços Financeiros e Administrativos
Dívida Líquida	Passivos remunerados deduzidos de caixa e seus equivalentes
DUVs	Direitos de Uso Vitalícios
EBITDA	Earnings Before Interest Tax Depreciation and Amortization
FCR	Fundo de Capital de Risco
FCT	Fundo de Compensação de Trabalho
Fidelidade	Fidelidade Companhia de Seguros, S.A.
Fosun International	Fosun International Limited
GENOMED	Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.
GLSLH	GLSMED Learning Health, S.A.
GLST	GLSMED Trade, S.A.
HAG	Hospital da Luz Arrábida, S.A.
HBA	Hospital Beatriz Ângelo
HLA	Hospital da Luz Aveiro, S.A.
HLC	Hospital da Luz Coimbra, S.A.
HL-CCA	Hospital da Luz – Centro Clínico da Amadora, S.A.
HLF	Hospital da Luz Funchal, S.A.
HLG	Hospital da Luz Guimarães, S.A.

HLL	Hospital da Luz, S.A.
HLO	Hospital da Luz – Oeiras, S.A.
HME	HME – Gestão Hospitalar, S.A.
Hospor	Hospor – Hospitais Portugueses, S.A.
HRM	Hospital Residencial do Mar, S.A.
HRM Gaia	Hospital Residencial do Mar Gaia
IAS	International Accounting Standards
IFRS	International Financial Reporting Standards
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
Luz Saúde	Luz Saúde, S.A.
Multicare	Multicare – Seguros de Saúde, S.A.
PPP	Parceria Público Privada
RETGS	Regime especial de tributação de grupos de sociedades
RML	RML – Residência Medicalizada de Loures, SGPS, SA
SGHL	SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A.
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SURGICARE	SURGICARE – Unidades de Saúde, SA
USATI	Luz Saúde Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, S.A.
WACC	Weighted average cost of capital



> anexos

> relatório e parecer do Conselho Fiscal e certificação legal das contas

LUZ SAÚDE, S.A.
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2022

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório Único de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

- Que seja aprovado o Relatório Único de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório Único de Gestão;

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 28 de abril de 2023.

O CONSELHO FISCAL,

Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias – Presidente

Carlos Fernando Tomé da Silva Westerman – Vogal

João Filipe Gonçalves Pinto- Vogal



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Luz Saúde, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 583.697 milhares de euros e um total de capital próprio de 307.337 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 16.428 milhares de euros), a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Luz Saúde, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 18 das Notas às demonstrações financeiras individuais, a qual indica que em julho de 2022, a Autoridade da Concorrência (AdC) condenou a Luz Saúde, S.A. de alegada prática concertada, restritiva da concorrência na contratação de serviços de saúde hospitalares por parte do Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (ADSE, I.P.), tendo resultado dessa decisão uma coima à Luz Saúde, S.A., no montante de, aproximadamente, 66.209 milhares de euros. É convicção do Conselho de Administração da Luz Saúde, S.A. que a decisão da AdC acabará por ser revertida, não sendo provável que um exfluxo de recursos que incorporam benefícios económicos seja exigido para liquidar tal obrigação. Caso tal não se venha a verificar, não é nesta fase, possível ao Conselho de Administração da Luz Saúde, S.A., estimar com suficiente fiabilidade o montante da obrigação possível relacionada. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



> anexos

> relatório e parecer do Conselho Fiscal e certificação legal das contas



Luz Saúde, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2022

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.



Luz Saúde, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2022

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 21 de abril de 2023

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Ricardo Miguel Barrocas André - ROC nº 1461
Registado na CMVM com o nº 20161071

relatório
e contas
20
22

LUZ SAÚDE

ONDE A MEDICINA AVANÇA